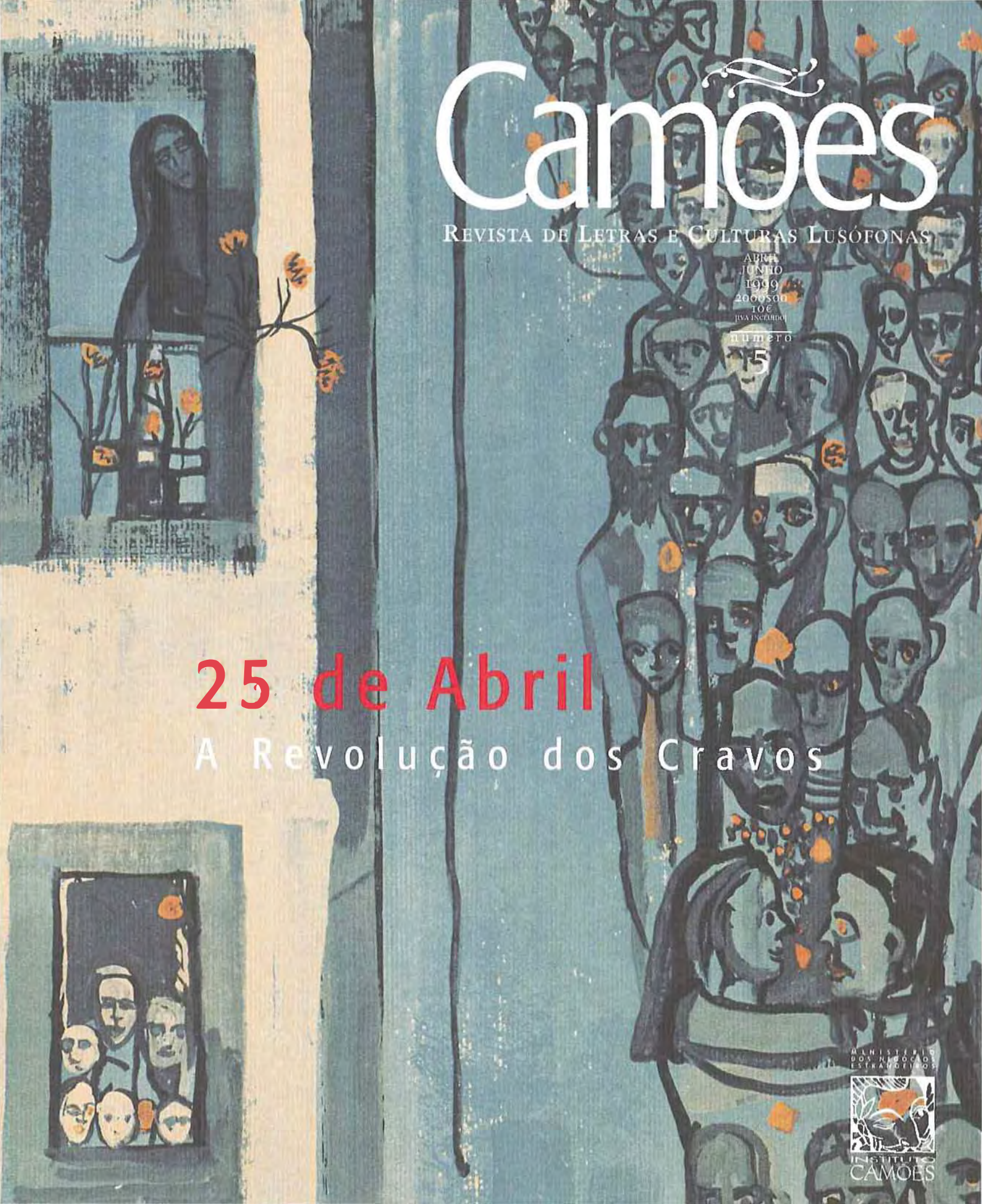


The background is a complex abstract painting. It features a dense arrangement of stylized human faces in various shades of blue, grey, and black, some with orange accents. Interspersed among the faces are thin, dark, branch-like structures with small orange flowers. The overall composition is layered and textured, with a vertical band of lighter, more solid color running down the left side.

Camões

REVISTA DE LETRAS E CULTURAS LUSÓFONAS

ABRIL
JUNHO
1999
2000son
10€
IVA INCLUIDA

numero

15

25 de Abril

A Revolução dos Cravos

MINISTÉRIO
DO AGRICULTURA
E PESCA



INSTITUTO
CAMÕES



abrir ABRIL o chegar da Liberdade

MINISTÉRIO
DOS NEGÓCIOS
ESTRANGEIROS



INSTITUTO
CAMÕES



direcção-geral
 dos Assuntos
 Culturais
 e Comunitários
 Portugueses

*Esta é a madrugada que eu esperava
O dia inicial inteiro e limpo
Onde emergimos da noite e do silêncio
E livres habitamos a substância do tempo*

Sophia de Mello Breyner Andersen

No CONTEXTO das celebrações dos 25 anos do 25 de Abril de 1974, mundialmente conhecido por «Revolução dos Cravos», a revista *Camões – Revista de Letras e Culturas Lusófonas* dedica-lhe, muito honrada, o seu quinto número.

O Instituto Camões, cónscio da importância desta efeméride – que já conquistou um lugar de destaque na História Contemporânea de Portugal –, não poderia deixar passar o quarto de século da instauração da Liberdade em Portugal sem organizar um conjunto de iniciativas que, por um lado, prestam homenagem aos corajosos militares de Abril – que assumiram o risco de empreender a tarefa libertadora da pátria – e, por outro, celebram a conquista da liberdade de expressão que eliminou a censura nos órgãos de comunicação social e em todos os segmentos da criação cultural, tornando possível uma explosão de criatividade que se manifesta em todos os campos, da Literatura à Música, das Artes Plásticas ao Cinema. Este conjunto de iniciativas culmina, pois, com a publicação deste número. A escolha da efeméride foi, no entanto, pensada sobre um prisma que optou, deliberadamente, por distanciar-se das comemorações oficiais, privilegiando, sobretudo, a reflexão acerca do que na cultura e na sociedade aconteceu antes e depois, ou o que atravessou estes 25 anos como legado para o qual essa data foi o ponto de viragem. Ao lançá-lo no final do segundo trimestre como estava previsto, sem antecipar a sua saída para Abril, e incluí-lo no programa das comemorações, quis o Instituto Camões deixar claro que a memória do «antes», o momento privilegiado que constituiu esse inesquecível dia de Abril de 1974, e o olhar para o passado caminhando com a Europa no mundo, deixou marcas indeléveis que se projectam no quotidiano de Portugal, na imagem do país no estrangeiro e nas relações com a Comunidade de Países que falam a língua de Camões, mas que igualmente permitiram um presente moderno e modelarmente democrático, representando uma referência fundamental de Portugal no século XX. A conquista da Liberdade permitiu, nomeadamente, a criação de uma nova imagem de Portugal, democrático e integrado na Comunidade Europeia, factores que favoreceram iniciativas de afirmação externa da cultura portuguesa nos grandes centros culturais do mundo.

É, também, por esse motivo que o Instituto Camões – organismo do Estado vocacionado para a promoção da Língua e Cultura Portuguesas no estrangeiro – pretende manifestar a sua gratidão aos militares de Abril, através da organização de um diversificado e amplo conjunto de iniciativas culturais.

O Movimento das Forças Armadas tinha sido criado a partir da iniciativa de dezenas de oficiais do quadro permanente, tendo rapidamente suscitado a adesão entusiástica de centenas de milicianos. O beco sem saída a que o Estado Novo havia conduzido o país – sem que se vislumbassem quaisquer possibilidades de solução da Guerra Colonial – e o recrudescimento da actividade repressiva, após o rápido desvanecimento da tímida liberalização ensaiada por Marcello Caetano, tinham tornado a situação insustentável. Mas a generalidade dos portugueses tinha consciência de que vivia sob a tutela de um regime retrógrado que suprimia as liberdades públicas, recorria cada vez mais à polícia política e apresentava como perspectiva de futuro às jovens gerações a incorporação militar por longos períodos para prosseguir uma guerra que se eternizava. A ânsia de libertação de um sistema político caduco, que impedia a livre expressão, impossibilitava a procura de soluções negociados para o longo conflito em África e inviabilizava o desenvolvimento interno do país, ganhou crescente dinâmica no início da década de setenta.

Por todas estas razões não podia o Instituto Camões esquecer o grito de liberdade do cidadão comum, do português exilado, daquele que sobrevivia na clandestinidade, daquele que conspirava – nos jornais e nas revistas, nas associações estudantis ou profissionais, mas também às mesas dos cafés, apesar da repressão e da censura –, devolvendo-lhes essa voz. Mas igualmente não esqueceu nestas páginas aqueles cidadãos anónimos que pela primeira vez votaram, os que pintaram murais e os que imprimiram cartazes; nem aqueles, menos anónimos que, na música, na pintura, na fotografia, no teatro e no cinema, ilustraram estes anos de passagem. Na política, na historiografia, no jornalismo, mas também no quotidiano, procurámos obter testemunhos tão fiéis quanto distanciados, na medida do possível. Nas Letras, porém, preferimos o depoimento da poesia e de uma selecção de excertos literários sobre a literatura referente à Guerra colonial, que vale por si só.

É como uma viagem ao longo da História recente deste país, para a qual convidamos os leitores da nossa revista.

Jorge Couto



© JOÃO RIBEIRO

DIRECTOR
Jorge Couto

DIRECTOR-ADJUNTO
Luísa Mellid-Franco

DIRECTOR DE PRODUÇÃO
Rui M. Pereira

DESIGN GRÁFICO
Luís Moreira (TVM DESIGNERS)

EDITORES
Henrique Viana; Joana Amaral; Maria João Camacho; M. Piedade Braga Santos

ASSINATURAS
Elisa Camarão

CAPA
Pormenor do cartaz
«A Poesia está na Rua»,
da autoria de Maria Helena
Vieira da Silva

FOTOGRAFIA
Alfredo Cunha; Álvaro Rosendo/Círculo de Leitores; Biblioteca/Museu República e Resistência; Centro de Documentação do 25 de Abril; Comissão Nacional de Eleições; Emanuel Garcia; Hélio Felgas; João Francisco Vilhena; Laura Castro Caldas e Paulo Cintra; Luísa Ferreira; Paixão Esteves

TRATAMENTO DE TEXTO
Ana Cristina Moreira

PRÉ-IMPRESSÃO
Policor

IMPRESSÃO
Gráfica Maiadouro

ADMINISTRAÇÃO
Instituto Camões
Campo Grande, 56 - 7.^o
1749-103 Lisboa
Tel: 795 54 70/2
geral@instituto-camoes.pt

REDACÇÃO
Revista Camões
Rua Jardim do Tabaco, 23 - 1.^o
1100-286 Lisboa
rev.camoes@cncdp.pt

TIRAGEM
10 000 exemplares

DEPÓSITO LEGAL
124734/99

DISTRIBUIÇÃO
Bertrand

Camões é editada pelo Instituto
Camões com o apoio
de Produção da CNCDP.

ISSN: 0874-3029

O dia da minha morte na guerra	António Souto	6	Excertos de Guerra	José Manuel Saraiva	8
Exílio: a Pátria Utópica	José Medeiros Ferreira	16	A «Seara Nova» e a Revolução de Abril	António Reis	22
As Mulheres na Clandestinidade	a minha experiência	Zita Seabra	26	Até que enfim	Clara Ferreira Alves
Vicissitudes e Atropelos	No caso a extinção da Sociedade Portuguesa de Escritores	Urbano Tavares Rodrigues	35	Vésperas de Abril	Francisco Seixas da Costa
Da Conspiração	Álvaro Guerra	45	Todos os anos, pela Primavera	Diana Andringa	47
Onde estavam as Mulheres?	Edite Estrela	51	O 25 de Abril na Poesia Portuguesa	Fernando J. B. Martinho	54
A música em Portugal	instituições e protagonistas no último quarto de século	Mário Vieira de Carvalho	64	Memória de um Tempo em que a Poesia também Cantava	José Jorge Letria
Mitos, Murais e Muros	Diogo Pires Aurélio	83	Grafismo Global e Local	Design gráfico em Portugal desde 1974	Robin Fior
Transformar pela pintura	João Pinharanda	96	A BD e o 25 de Abril	Um Outro Olhar	João Paulo Paiva Boléo
O Teatro Português e o 25 de Abril	uma História ainda por contar	Eugénia Vasques	113	25 de Abril: o Cinema e o Mundo	José de Matos-Cruz
Fotografia e fotógrafos, antes e depois da Revolução do 25 de Abril	M.ª Teresa Siza	138	Chovia em Santiago	A Breve Epopeia de Salvador Allende	Maria João Martins
25 anos de quotidiano diferente	Cecília Barreira	151	Portugal na periferia da Europa	Helena Vaz da Silva	158
Quando o voto era a arma do povo	Eleições para a Assembleia Constituinte 1975	Afonso Praça	164	A 25 anos de distância	Francisco Pinto Balsemão
Sobre a Constituição de 1976	Jorge Miranda	181	O 25 de Abril e a Democracia Portuguesa	António Costa Pinto	202
Obra comum de partidos rivais	João Carlos Espada	208	Cronologia		210

O Cravo e o Travo

Manuel Alegre

Que farei eu agora amigos meus se não há sítio
se telefone e alguns já não respondem
que farei eu agora sem programa
sequer a ilusão lírica?
Tínhamos causas projectos navegações
ocultas
tínhamos até aquilo a que chamávamos
a perspectiva
um sentido da História uma espécie de Deus.
Que farei eu agora amigos meus
se já não há surpresa
se por exemplo o César já não chega
trazendo a última canção garibaldina
ou os discos perdidos para sempre perdidos
da Tarantela da Bella Ciao da Cumparsita?

Que farei eu agora amigos meus que farei eu
se já o Assis se foi de musa irregular ao colo
e o Buda não atende
se o Portugal não parte as cordas da guitarra
o Adriano não tenta a oitava acima
e o Nuno Bragança já não fala
das velhas cargas de cavalaria?

O Mundo está deserto amigos meus. O
Mundo está (repito) sem perspectiva.
É possível que Deus tenha morrido
e também (como se diz agora)
«as grandes narrativas de libertação».

E se de repente Karl Marx ressuscitasse
e os agentes de produção voltassem a chamar-se
capitalistas e proletários? E se esta ordem
desordenada
virsse toda do avesso? Mas
o muro caiu
oiço dizer todos os dias.
E um japonês chamado Fukuyama
(talvez com medo de não morrer na cama)
pôs um ponto final na História. Fim.
A partir de agora é só sondagem imagem sacanagem.
Gosto amargo do Mundo
bebe-se um trago e fica um travo.

Se a História é interdita e não nos resta sequer a escrita
que farei eu com este cravo?

O dia da minha morte na guerra

a João de Melo

A n t ó n i o S o u t o

TERIA TALVEZ UNS SETE OU OITO ANOS, OS MESMOS da guerra, que por África lavrava como fogo, assim dizia a gente crescida, e houve na minha aldeia um acontecimento grande, daqueles que nos ficam para sempre num qualquer recanto da memória, à espera de lembrança.

Frequentava, então, a minha escola primária, na classe da D. Amélia, e aprendia muito, sobretudo a ler, escrever e contar, que era para isso que lá andava. Eu e os outros todos, também meninos.

E sabia já muita coisa da nossa história de Portugal, e da outra, de além-mar, que séculos atrás tínhamos inventado em terras longínquas. Pelo menos, era o que nos contava a D. Amélia, com aquela sua clarividência de nos guiar por toda a intimidade do velho mapa desbotado que zelosamente pendurava no quadro preto da sala. E insistia ela que, apesar das inúmeras contrariedades e do imenso sacrifício pátrio, mantínhamos ainda um certo vigor em algumas daquelas paragens venturosas. E nós acreditávamos, embevecidos, naquela vastidão toda ao alcance dos olhos, de uns olhos que em breve seriam já de homens feitos, e que para ali poderiam ser reclamados, sendo essa a vontade, mais alheia do que nossa, como mais tarde viria a descobrir.

O que a D. Amélia não previra é que o sino da aldeia tocasse um dia a finados, e que nesse dia circulasse a notícia de uma morte invulgar – não a de um velhinho que há muito a pressentia, ou a de um adulto acidentado, ou, mesmo até, a de um anjinho baptizado à pressa, mas a de um jovem combatente a quem tinham tirado a vida, a sangue-frio, e que chegava já morto daquele paraíso que ela, a senhora professora, tanto apregoava.

E os meninos todos, que nós éramos, quise-mos logo saber pormenores daqueles inimigos sem alma que assim matavam. Mas a D. Amélia, surpreendida, não deu explicações. Havia mais que tratar. O funeral era no dia seguinte.

Ordens, sim. Que tínhamos de participar nas exéquias, que era um dia muito importante, que ia ser uma cerimónia muito importante, que vinha gente muito importante, e que tínhamos, exemplarmente, de fazer boa figura. Ensaíamos, portanto, as nossas cívicas obrigações – o modo de nos comportarmos, no cortejo como no cemitério, quem levaria o ramo de flores da classe, quem leria, sobretudo, a mensagem que a D. Amélia, em nome dos meninos, se encarregaria de alinhar.

Já não me lembro quem a recitou, mas sei que correu tudo muito bem. As pessoas muito importantes, de que falara a senhora professora,

tinham inundado a aldeia. Vieram em carros muito grandes e brilhantes, quase todos pretos; algumas dessas pessoas vinham vestidas da cor dos carros, de fatos muito vincados, mas também havia muitas pessoas com fardas lindíssimas, cheias de medalhas douradas, de certeza muito valiosas; e havia soldados, de um verde salpicado, com as metralhadoras muito orgulhosas e aprumadas, e que eles chegaram mesmo a disparar, muito certinhos, para alvoroço dos circunstantes, quando o caixão estava já junto à campa.

Se não houvesse aquelas pessoas todas a chorar, até parecia dia de festa. A gente ali a ouvir a banda da nossa terra – da qual o pai do jovem, pelos vistos, era sócio –, e logo a seguir a fanfarra dos militares, e depois uns quatro soldados a levantarem a bandeira portuguesa de cima da urna e a dobrarem-na muito bem dobradinha, e aqueles discursos todos a falarem-nos da pátria, e do nosso orgulho de portugueses na defesa dela, no ultramar, e da coragem e valentia daquele nosso compatriota que ali repousava, sem sangue, que o derramara na nossa África, que seria sempre nossa – como já sabíamos pela D. Amélia.

Nesta altura do discurso, eram mais as pessoas que choravam, e as lágrimas mais ainda, mas nós, os meninos da escola, momentaneamente enfadados com tanto palavrório, distraíamo-nos com as fardas e as medalhas, que eram, de facto, muito belas e vistosas.

E eu, como todos os meninos de todas as classes de todas as D. Amélias, assistia deslumbrado, pela primeira vez, a uma exibição ímpar. Sem suspeitar que, naquele dia, diante de mim, naquela urna lealmente acabada, sossegavam milhares de heróis sem culpa; sem suspeitar sequer que, naquele dia, que muito bem podia ser de chuva, também eu morria, algures em África, numa guerra que não viria a ser nunca, felizmente, a minha.



Excertos de Guerra

José Manuel Saraiva

DE ACORDO COM OS DADOS OFICIAIS CONSTANTES da «Resenha Histórico Militar das Campanhas de África (1961 – 1974)», publicada pelo Estado-Maior do Exército, nos anos 80, mais de 900 mil homens intervieram nas três frentes de batalha: Guiné, Angola e Moçambique. Deste contingente impressionante, correspondente a 1500 batalhões, morreram em combate, por doença e acidentes de vária natureza quase nove mil soldados e ficaram feridos mais de 30 mil. A estes números há que juntar ainda, segundo estudos feitos nos últimos anos por especialistas nas áreas da psiquiatria e psicologia, mais de 120 mil antigos combatentes que, embora tenham sobrevivido fisicamente àquela que foi a mais inútil de todas as tragédias do nosso tempo, se encontram afectados por sintomas de *stress* pós-traumático de guerra.

Contas feitas, não será pois difícil aceitarmos a ideia de que em Portugal, do Minho ao Algarve, das beiras ao litoral, nos territórios dos Açores e da Madeira, das maiores cidades às mais pequenas e embiocadas aldeias do interior do continente e ilhas, haja alguém que não tenha tido o filho, o pai, o marido, o parente mais próximo ou afastado, o amigo íntimo ou o simples conterrâneo num dos três teatros de operações.

Apesar desta realidade, a guerra colonial (quer nas razões que lhe deram origem, quer no seu desenvolvimento e prossecução, quer nas consequências mais sinistras) constitui ainda hoje para a generalidade dos portugueses um tabu que parece obrigar a comunidade ao silêncio e à vergonha. Como se a guerra colonial não fizesse parte da história dos nossos dias, independentemente do juízo que cada um fizer dela e dos argumentos com que de uma maneira ou de outra, a queiram justificar.

Não fosse um punhado de escritores com talento (eles próprios, na sua maioria, veteranos de guerra) a consagrar o tema em páginas de



Operação em Madina do Boé, Guiné-Bissau, 1969.
Fotografia do Brig. Hélio Felgas.

grande beleza literária, escritas, decerto, em estados de emoção e sofrimento e pouco ou nada se aproveitaria da memória de uma guerra dolorosa que afectou quase duas gerações. Porque 25 anos passados sobre o fim do conflito, nunca a imprensa, nem as rádios e televisões, muito menos o cinema, se ocuparam demasiado com o assunto – também ele, lamentavelmente, ignorado nos compêndios escolares.

No prefácio a *Os Anos da Guerra* – antologia das Publicações Dom Quixote –, João de Melo escreve: «[...] Começemos por compreender que a guerra transformou bastante os homens, isto é: os que foram para África não só não voltaram para ser os mesmos homens como o facto de terem ido representou já para muitos um acto de excepção que terá sido determinante dessa transformação. Mais claramente: seria de todo errado



Última missa realizada no aquartelamento de Madina do Boé, antes da retirada da tropa portuguesa por ordem do General Spínola. Guiné-Bissau, 1969. Fotografia do Brig. Hélio Felgas.

pensar que a experiência da guerra não tivesse provocado uma reviravolta interior em todos os que nela incorreram».

Tem razão o escritor. Porque os homens que no passado fizeram a guerra, pouco mais conseguiram no regresso à pátria (os que regressaram) do que recuperar o nome e a genealogia. E é em homenagem à coragem e ao sacrifício deles, de todos, dos que morreram e combateram nas três frentes de batalha, neste ano em que se comemora o 25º aniversário da Revolução de Abril, que publicamos excertos de alguns dos mais importantes autores da geração literária da Guerra Colonial.

Mas era África, o que João tinha à sua volta, uma África plana e imensa, úbere de bolanhas e embondeiros seculares, palmeirais bravios com restolhos de capim, e um povo que se arrastava por picadas e carreiros, gingando nas distâncias que calcorreava à pro-

cura da própria identidade, sonhando-se a verdade de ser turra para o turra e português para o português. Assim, jogava o povo a vida, fazendo e desfazendo a alma, sobre a noite, sobre o dia. Há muito que o Ulisses negro embarcara para outras distâncias e outras histórias. Andaria por paragens desconhecidas vivendo aventuras e desventuras ou, talvez, mais não fosse que um naufrago agarrado à tábua da solidão. Neste contrabando lírico pela sobrevivência, aquele povo ia ganhando a vida, vida triste e assombrada por futuros que não se podiam desenhar, os horizontes cortados à faca, áridos e aprumados como falésias. Sorrindo desta sorte negra contrabandística, João revia a fartura da ilha que escorria americanamente da Base. «Nunca se comeu tanto Perú como naquele Natal!... E mais barato que galinha...»

Fernando está amuado, tentando que João o ouça, lhe permita os segredos congeminados, se clarifique o amor, esse amor que nada ousa, que apenas se sente e incomoda. Há que gastar o tempo com o sonho. No calendário sujo, pode ler-se o mês, o ano, o dia. Mas nada é mais inútil que os quatro algarismos a

vermelho – 1,9,6,8 –, do que as oito maiúsculas que os suportam S,E,T,E,M,B,R,O. Tem chovido bastante, as águas do Cacheu são verde-azeitona, uma noite escura. João deitou-se, o rádio ligado a vomitar notícias via-Emissora Nacional. A voz do locutor sai emocionada e trágica. Salazar caíra da sua cadeira de mandar, chocando com o chão da dura Lisboa, encomando no seu país em coma. Haveria horas extraordinárias de emissão, música clássica e fúnebre e a reserva do Aleluia de Haendel para o milagre esperado. Aguardava-se a cada momento o diagnóstico dos médicos. Naquele abrigo de Binta, ninguém reagiu perante a notícia. Nem pesar. Nem alívio. Estavam ali indiferentes como papaias, por vontade expressa do presidente recém-caído. Tinham vindo para a Guiné defender a fé e o império das garras vermelhas de outros interesses. Depressa viram que não havia fé nem império a defender. Desabasse Lisboa inteira que continuariam deitados. Para defender, tinham a vida, a sua, a de cada um, aquela que a mãe lhes dera prosaicamente, num parto suado e sem gozo. A Guiné era o seu menisco de preguiça alojado, como bocejo, no joelho do país...

Álamo Oliveira, *Até Hoje (Memória de cão)*, Lisboa, Ulmeiro, 1986.

«Os braços saem de dentro dos corpos, como galhos decepados de árvores tisanadas pelo fogo. Os globos oculares parecem ter ficado acesos, como brasas na escuridão. Pela fresta deles entreaberta, vê-se que são olhos ainda contrariados, olhos de homens estarecidos pela surpresa e pelas desventuras da morte.

Alguns têm-na no ventre, outros nos dedos muito grossos, que são dedos de palhaços esquecidos no intervalo de dois números do circo de toda a vida. Também as pernas dobradas e os braços erguidos exibem esse gesto interrompido, ou apenas ainda não continuado. As mãos seguram, entre os dedos crispados, restos de capim, botões arrancados a roupa, pequenas porções da terra por que haviam morrido; outros apresentam os músculos faciais de tal modo contraídos por uma rigidez de pedra, que seria fácil imaginar tudo a respeito da agonia.

Teriam decerto morrido assim, de dentes cerrados, com a raiva deverem a morte chegar tão cedo e tão sem aviso, porquanto a pele lembra a flacidez, a anemia das folhas que perderam as suas nervuras. Limita-se a reter os contornos, a proeminência dos ossos. Rompe-se no lugar das feridas. Parece ter-se rasgado para dar lugar a boca das grandes, insólitas, infaustas crateras da morte.

Retirada de Madina do Boé, Guiné-Bissau, 1969.
Fotografia do Brig. Hélio Felgas.





Momentos após a deflagração de uma mina anti-carro durante a retirada de Madina do Boé. Guiné-Bissau, 1969. Fotografia do Brig. Hélio Felgas.

«Borras de sangue apodreciam já a saída das bocas engelhadas, de súbito tão velhas como as dos centenários, quem sabe se amolecidas pelo mesmo sono palustre e mortal. Restos de goma e de saliva ensanguentada misturavam-se com a baba das moscas-de-estrupe e das grandes aranhas cor-de-estanho – e talvez não haja, nem possam existir, palavras nem ideias, nem fortes sensações de vivos para observar semelhantes mortos. Não é possível, ninguém conseguirá nunca sobre eles deixar escrita a memória desse dia. Só talvez um grito, pensei, um berro altíssimo e distante, uma voz erguendo-se no espaço, fora do tempo e de toda a memória – e o grito encheria de sons o céu de África, as planícies sem princípio, o segredo eterno das palmeiras e dos embondeiros; só talvez um grito, atravessado por muitos outros gritos, encheria os seus sobrenaturais tambores com a voz de todos os sinos do mundo. Só isso, ou o meu silêncio de agora, pensei perante a visão daqueles corpos. Eram nove rapazes da minha idade, mas todos tinham deixado de valer.»

João de Melo, *Autópsia de um Mar de Ruínas*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1997 (1992).

De olhos fechados, com a voz enorme do tenente a rebolar pelo quarto, eu pensava: há onze meses que não vejo cortinas, nem tapetes, nem cálices, nem alcatrão, e era como se essas quatro ausências constituíssem a base elementar de qualquer espécie de felicidade, há onze meses que só vejo morte e angústia e sofrimento e coragem e medo, há onze meses que me masturbo todas as noites, como um puto, a tecer variações adolescentes em torno das mamas das fotografias do cubículo de transmissões, há onze meses que não sei o que é um corpo ao pé do meu corpo e o sossego de poder dormir sem ansiedade, tenho uma filha que não conheço, uma mulher que é grito de amor sufocado num aerograma, amigos cujas feições começo inevitavelmente a esquecer, uma casa mobilada sem dinheiro que não visitei nunca, tenho vinte e tal anos, estou a meio da minha vida e tudo me parece suspenso à minha volta como as criaturas de gestos congelados que posavam para os retratos antigos.

António Lobo Antunes, *Os cus de Judas*, Lisboa, Editorial Vega, 1979.

Evita começou a chorar baixinho. Era maravilhoso tudo se conjugar daquela maneira. Que astros estariam com que astros, lá acima da atmosfera, por cima do manto de ozono, para que acontecesse tudo de forma tão harmoniosa? Desceu-se à praia com archotes e pilhas eléctricas contra os quais os verdes insectos do tamanho de facas vinham dar a última trombada das suas efémeras vidas. Tombavam. E felizmente que tinham decidido procurar o noivo daquele modo, porque se chegassem meio minuto depois, já aquela onda sem grande espuma que aí vinha poderia ter levado o corpo do alferes, e quando o trouxesse, passados três dias, já não apresentaria a integridade necessária para ser vestido de alferes, nem exposto diante dum anjo de pedra, nem no transepto da Sé, o local do templo onde mais passava uma corrente de ar. Assim, a onda não o roubou. Evita pôde abeirar-se dele, lavar-lhe o buraco da testa por onde a bala havia entrado pelo próprio punho do alferes, e beijá-lo na boca até ser manhã. Verde toda a noite. O Comandante da Região Aérea desceu à praia e disse a Evita – «Por vezes, África deixa de ser amarela da cor do scotch para ser de variegadas cores... *Sorry, sorry...*» Mas porque ninguém era malévolo no *Stella Maris*, ninguém acusou o repórter que farejava por cima do paredão. Todos, incluindo Evita, compreendiam que o excesso de harmonia, felicidade e beleza provoca o suicídio mais do que qualquer estado. Infelizmente, muito infelizmente, as guerras eram necessárias para equilibrar o excesso de energia que transbordava da alma. Grave seria proporcionar demasiada felicidade. Então o terraço foi fechado para que não se voltasse a sentir idêntica chamada de esplendor. Evita sentiu-se vítima duma lição tão subtil que intransmissível, sobretudo quando do cortejo, posto em semicírculo, e onde as ondas chegavam sem espuma, o major surgiu, deu um passo em frente e se curvou até aos joelhos – «Madame, os meus respeitos!»

Ela voou no primeiro avião civil. O corpo dele seguiu depois, num barco militar.

Lídia Jorge, *A Costa dos Murmúrios*, Lisboa, Dom Quixote, 1988.

1. QUEPUTADE GUERRA ESTA...

Mueda, no dia da saída da coluna para a Volta ao Mundo, assemelhava-se a um formigueiro rebentado; camiões que andavam de um lado para o outro aparentemente sem sentido, soldados que corriam chamando

uns pelos outros, oficiais que procuravam juntar os seus pelotões, artilheiros que tentavam desesperadamente atrelar as peças e bocas de fogo *às Bertietts*, caixas de rações espalhadas, viaturas que não, pegavam e eram empurradas, barulho de motores acelerados, cheiro a óleo queimado, tudo fazia parte de uma caótica confusão da qual parecia ser impossível sair ou, pelo menos, encontrar algum responsável.

Os homens da companhia de comandos esperavam disciplinadamente, sentados em cima das suas viaturas, que o emaranhado novelo se deslindasse. Por fim, cerca das sete da manhã, um atraso de duas horas sobre o horário previsto na ordem de operações, saíram os picadores para adiantarem o serviço de pesquisar as minas.

O alferes Fernandes, muito quieto ao lado do condutor de *uma Berliet*, os olhos parados, apontando a milhares de quilómetros, o queixo apoiado no cano da G-3, esperava que a sua viatura se pusesse em movimento.

– Eh, meu alferes! Parece que está noutro mundo. Vamos andar – avisou o cabo Cabral, o homem casado e de poucas falas que já corra meio mundo, emigrante em França, na Alemanha, sabe-se lá mais onde; constava à boca pequena já ter morto homem. – O que mais custa são as despedidas, depois de um homem estar sozinho e a máquina em movimento, parte-se para outra vida, os que ficam é que podem ter saudades, os que vão têm de ir ajeitando o corpo ao que os espera, não podem olhar para trás...

– Que estás para aí a dizer? Julgas que és capaz de adivinhar o pensamento? – respondeu, encabulado como um miúdo apanhado em falta.

Tinha de se dar ao respeito, mesmo com o Cabral, pai de filhos, apanhado para a tropa ao rondar dos trinta anos. Na tropa cada um tem o seu lugar, seja velho, seja novo.

– Quase era capaz de adivinhar... a noiva, a futura mulher, os filhos que hão-de vir, o adeus no cais... é nisso que um homem pensa quando parte... – e avisando o oficial: – Somos nós quem vai na frente.

Carlos Vale Ferraz, *Nó Cego*, Lisboa, Bertrand, 1982.

Nhari sentou-se um bocado para pensar, diante dos seus haveres espalhados pelo chão. Não sabia que meter dentro do seu cesto de ráfia. Tudo era importante e nada tinha valor.

Uma cabana, um lume de quatro pedras e um tacho de barro, encontrá-los-ia em qualquer parte.

Mas poderia ela embrulhar uma paisagem ou a «alma» de um lugar?

Pegou na bacia amolgada e pousou-a de novo. Talvez o guarda-chuva; estava roto mas ainda servia. A caneca da água, certamente. A peneira, talvez. Tinha ainda umas latas de folha e garrafas vazias. Podiam servir para guardar qualquer coisa. Pegou nelas. Não. Seria melhor deixá-las para o seu homem. Ele dizia que com as garrafas se podiam fazer bombas para incendiar os carros da tropa. Largou-as. A sua blusa vermelha estava muito rota para a levar em terra estranha. Deu-a a N'Ginga, mulher de Kafala, o guia; que era bondosa e meiga. [...] N'Ginga estava a fazer carrapitos a uma sobrinha, enquanto Kafala se preparava sem hesitações. Dobrara a esteira e o cobertor; vestira as suas duas camisas e as calças menos esburacadas e foi afiar a catana.

A blusa ficava mesmo bem a N'Ginga. Esta poderia dar de mamar às crianças, sem ter que a desabotoar. Nhari regozijou-se. Alguém que ficava beneficiava com a sua partida. Era como se ela própria não abandonasse o chão da sua comunidade. Voltou aos seus objectos e sorriu ao dar com um papel que estava dentro de uma velha cafeteira. Uma avioneta enchera a estrada com esses pedaços de papel que avisavam aos angolanos para não irem para o Congo, país de fome e de miséria. O papel tinha de um lado a imagem de uma família angolana, feliz, sentada à sua mesa, com bastante comida. Do lado oposto apresentava-a no Congo, a mesa vazia, o pai como que consumido por doença ruim, o filho suplicando comida e a mulher resmungando com o marido que trocara a fatura da sua terra pela fome congolesa. O olhar de Nhari demorou-se sobre a primeira imagem: boa roupa, mesa com toalha, pratos, copos e ainda cadeiras, como em casa dos brancos. Atirou o panfleto para o chão; não devia perder tempo com aquilo, pois tinha que se preparar para partir. Voltou a ver o papel sobre a areia, com a boa mesa cheia de comida, como uma casa de brancos. Chiá! Fez um muxoxo. Ela não tinha pena de perder o que nunca possuía. Não levaria nada daquilo, decidiu. O mais precioso de tudo, trazia-o dentro de si e como que para confirmar os seus pensamentos, pôs a mão sobre o ventre. Tinha vida dentro dela. O seu filho nasceria numa terra livre. Riu-se. Estava pronta. Os mais despaçados já estavam no terreiro. Outros ainda preparavam as provisões para os dez dias de marcha.

Manuel dos Santos Lima, *As lágrimas e o vento*, Lisboa, África Editora, 1975.

Havia guerrilheiros que adormeciam, as armas em posição e o dedo no gatilho. O comandante percorria constantemente a fila de combatentes, acordando-os suavemente para não os assustar, perguntando coisas insignificantes, sussurrando estórias e anedotas, para levantar o moral. Os guerrilheiros somam, piscavam-lhe o olho, demonstrando confiança. É engraçado, pensava Sem Medo, ao ir de um para outro, mesmo os que não me gramam nada parece que me adoram. É a solidariedade do combate!

Tinham devolvido a arma a Ingratidão do Tuga, mas Ekuikui recebera missão de o vigiar de perto. Ekuikui cumpria, muito compenetrado, o seu papel.

O comandante deitou-se ao lado de Teoria. O professor lançou-lhe uma rápida mirada, mas nada disse. Sabia por que Sem Medo viera. Sem Medo também sabia por que viera.

– Então? – perguntou o comandante.

– O meu segundo eu prevalece – disse Teoria.
– Não te preocupes.

– Não estou preocupado. Sabia disso.

Sem Medo levantou-se e avançou ao longo da estrada, para saber como estava o guarda, colocado a duzentos metros da emboscada e encarregado de dar sinal, quando o inimigo aparecesse.

– Vamos embora, camarada comandante?

– Não. Eles vão vir.

– Tenho fome, camarada comandante.

– E eu que ainda não fumei hoje? – respondeu Sem Medo.

Voltou para o sítio da emboscada. Placou no seu lugar e esperou, numa sonolência leve, interrompida pelo gesto de ver as horas. Às quatro, o Sol já não se vislumbrava, tapado pelas árvores do outro lado da estrada.

A espera era o pior. Depois de o inimigo surgir, acabavam os problemas, os fantasmas ficavam para trás e só a acção contava. Mas, na espera, as recordações tristes da meninice misturavam-se à saudade dos amigos mortos em combate e mesmo (ou sobretudo) ao rosto de Leli. Sem Medo notou que tinham passado mais de seis meses sem pensar em Leli. Desde o último combate. Ao irem atacar o Posto de Miconje, a imagem de Leli viera confundir-se com a chuva que formava torrentes de lama, resvalando pela encosta que subiam para atingirem o inimigo. Tinham progredido na noite, debaixo do aguaceiro constante, para atingirem o ponto de ataque às seis da manhã. A lama e a



Travessia do rio Corubal durante a retirada de Madina do Boé. Nesta travessia, em condições dramáticas, pereceram 46 militares portugueses. Guiné-Bissau, 1969. Fotografia do Brig. Hélio Felgas.

chuva cegavam-nos, asfixiavam-nos, ofegantes pelo esforço de subirem de rastos uma montanha coberta de mata densa. Fora aí, na cegueira da floresta e da chuva, que Leli viera, se impusera de novo. A angústia perseguiu-o até dar a ordem de fogo. O grito de fogo saíra-lhe como uma libertação, um urro de animal fugindo da armadilha. O grito ferido de Sem Medo afugentara a imagem de Leli.

Mais uma vez Leli voltava e se impunha. Os olhos de Leli acusavam-no de mil crimes, vingativos e meigos; havia tal abandono e solidão nos olhos dela que Sem Medo quis gritar, afastando o fantasma. Mas era demasiado cedo, o inimigo não aparecera, e ele não podia dar ordem de fogo. [...]

«Meu amor: estou camuflado de sangue – vinte meses de guerra, vinte meses de viúva, perdoar-me-ás? E as tuas mãos sobre os meus olhos curarão as feridas que aí estão gravadas a sangue, deixarei de as ver toda a vida? Nas digas isso ao Mais-Velho, deixa-o ainda pensar-me capitão-mor, sim?... Diz ao Mais-Velho que continuo de catana na mão, a abrir a picada que eu quis e comecei, mas que ontem ao luar, fora da barraca, me senti cansado por dentro e lhe perguntei, porque ele anda sempre aqui comigo no mais analfabeto da minha coluna que é o mais puro dos moços que eu vou ver morrer hoje ou amanhã, e que ele me respondeu que não sei, meu alferes, o meu alferes é que sabe. [...]»

Exílio: a Pátria Utópica

José Medeiros Ferreira

A AGÊNCIA LUSA EMITIU ÀS 16:29H DE DOMINGO,
dia 9 de Maio de 1999, a seguinte notícia:

Genebra: Exilados portugueses
homenageados com lápide no café Landoit

Genebra, 09 Mai (Lusa) - Uma lápide de homenagem aos exilados portugueses que estiveram em Genebra nos anos 60 e 70 foi hoje descerrada na fachada do edifício onde se situa o café-cervejaria «Landoit», durante uma cerimónia comemorativa.

José Medeiros Ferreira, Eurico Figueiredo, Ana Benavente e Pinto Nogueira foram alguns dos ex-exilados conhecidos na altura pelo «grupo de Genebra», que estiveram presentes na cerimónia.

Ausente esteve António Barreto, que também foi um dos membros importantes deste grupo.

Igualmente presentes na cerimónia outros exilados em Genebra, como Eduardo Chitas, Joaquim Fernandes, Luís Monteiro, Manuel Areias, Manuela Pinto Nogueira, Maria Emília Brederode e Paula Coutinho.

Na lápide descerrada pode ler-se: «*Brasserie Landoit albergou, antes da Revolução dos Cravos de 25 de Abril de 74, as reuniões dos refugiados políticos portugueses. Vinte e cinco anos mais tarde, os portugueses exprimem a sua gratidão a Genebra*».

A lápide foi descerrada por Ana Benavente e pelo cônsul geral de Portugal em Genebra, Aristides Gonçalves, um dos organizadores do acontecimento.

Em declarações à Agência Lusa, Ana Benavente comentou tratar-se de «*um momento muito feliz, 25 anos depois*», apesar de ter vivido na cidade «*momentos felizes e infelizes*».

Admitiu que, na altura, infringiu a legislação vigente na Suíça, fazendo política, quando, como exilados, não o podiam fazer, e muitas vezes ao lado de espanhóis, franceses que ali festejaram o ano de 68 e de 74 em conjunto.

Manifestou ainda a sua gratidão à Suíça, congratulando-se por Portugal ser hoje «*também um país de acolhimento e capaz de receber aqueles que não têm outra casa*», referindo-se aos refugiados kosovares recebidos recentemente no país.

Medeiros Ferreira, um dos mais destacados membros do «grupo de Genebra», disse à Agência Lusa que «*a homenagem é a expressão do reconhecimento mútuo dos suíços em relação aos políticos portugueses que aqui estiveram* [...]».

Na cerimónia estiveram igualmente presentes alguns suíços que viveram lado a lado com os portugueses, nomeadamente o membro do parlamento suíço, Jean Ziegler e o presidente da câmara de Genebra, Michel Rossetti.

Após a cerimónia, foi inaugurada a exposição 25 de Abril, 25 acontecimentos, com fotografias da Agência Lusa, na Universidade de Genebra, com a presença de alunos portugueses e do presidente da direcção-geral da agência de notícias portuguesa, coronel Pedrosa Marques.

Lusa

Não vi esta notícia publicada em nenhum jornal português, embora a R.T.P. tenha emitido um excerto do acontecimento. Mas dois importantes órgãos da imprensa genebrina se lhe referiram com aquele à-vontade de quem já viu muita coisa e sabe o seu papel.

Para os portugueses que estiveram presentes na cerimónia, o lado público desta era certamente o menos relevante. Celebrar o 25º aniversário do 25 de Abril na terra que os acolhera durante a ditadura foi o detonador de muitas recordações e de algumas reflexões.

Em primeiro lugar, gostaria de realçar a inteligente e sensível actuação do cônsul-geral de Portugal em Genebra, Dr. Aristides Gonçalves, que envolveu ex-emigrantes políticos e actuais membros da comunidade portuguesa daquela cidade num abraço patriótico comovedor. Ao mesmo tempo que conseguiu empenhar a *Mairie* de Genebra nas comemorações do 25 de Abril e apresentar, a todos, paradigmas de dignidade, de cidadania e de integração nas sociedades de acolhimento.

O próprio representante do Município de Genebra, o Senhor Rossetti, no discurso que proferiu sobre «Genève, terre d'accueil», perante uma vasta plateia, na qual se incluíam muitos emigrantes actuais, teve a generosidade de filiar os exilados políticos portugueses na linha mais qualificada dos refugiados que Genebra acolheu ao longo da sua bem conhecida história. Cito em francês para que conste tal e qual:

«C'est pour honorer cet héritage que Genève a accueilli nombre d'opposants au régime de Salazar. C'est la Genève de Rousseau et de Dunant, la Genève des Droits de l'Homme et de la Croix-Rouge, la Genève de la SDN et des organisations internationales qui leur a ouvert ses bras. Et c'est à cette Genève-là qu'ils ont apporté leur talent, leur intelligence et leur engagement».

E, pois que foi referido, não quero deixar de acrescentar o que mais adiante Michel Rossetti

acentuou: *«C'est dans un contexte analogue que Genève accueille nombre de Portugais qui fuient le régime fasciste. Ils sont particulièrement nombreux dans le milieu médical, à L'Université [...] je ne peux m'empêcher de citer Medeiros Ferreira, António Barreto...».*

O Exílio como lugar de utopia tem uma grande carga conceptual e vivencial e pode ser encarado, ou recordado, por vários ângulos.

Manuel Alegre, exilado na Argélia, escreveu um ensaio intitulado *Errância e Enraizamento*, no qual traça um fresco dos exilados e «estrangeirados» na história de Portugal, desde Damião de Goes a Alexandre Herculano e Almeida Garrett, passando por Filinto Elísio, Ribeiro Sanches e tantos outros até se deter na sua própria experiência. Ele não encara o exílio pelo lado vertiginoso dos seres erráticos que seduziu Teixeira de Pascoaes. Para Manuel Alegre, e tendo em conta que os exilados da ditadura salazarista tiveram das mais prolongadas estações naquele estado de que há memória, *«este longo exílio originou um novo olhar sobre o Mundo e uma nova reflexão sobre Portugal».* Um Portugal que alguns pretendiam alienar dando-lhe virtudes sacrosantas mas obrigando-o a vilipendiar-se na repressão e na violência.

Com efeito, para muitos de nós, obrigados a ver Portugal do exterior, houve duas atitudes que nos mereceram crítica e combate. A primeira tinha a ver com a imagem inculta do mundo e do nosso país que a «educação nacional» transmitira ao longo do século XX ao povo e até às elites endógenas. A segunda atitude derivava do apreço folclórico e mesquinho que o estrangeiro médio nos devotava. Olhávamos a nós próprios como uma espécie de povo eleito pela História e só nos viam como foragidos da civilização e do progresso, atavicamente presos à ignorância analfabeta e aos derivados do colonialismo. O exílio levava à repulsa dessas duas atitudes e à procura dos esclareci-

mentos necessários para derrotar ambos os erros que se completavam.

O estudo da realidade portuguesa impôs-se, assim, aos exilados que dispuseram de oportunidades, meios e tempo para o efeito. Como não recordar aqui as diferentes publicações, como os *Cadernos Necessários*, os *Cadernos de Circunstância*, a revista *Polémica* e outras que tanta influência tiveram na génese das próprias ciências sociais em Portugal? Ou os livros mais procurados da altura, como *Capitalismo e Emigração* de António Barreto e Carlos Almeida e o *Portugal Bailloné* de Mário Soares?

Com efeito, a minha geração, aquela que combateu a ditadura em nome da liberdade e o colonialismo em nome do humanismo e do universalismo, procurava conscientemente uma pátria utópica no exílio. Como disse José Anastácio da Cunha – outro «estrangeirado» – no fim da vida, embrulhando as línguas que aprendera fora da sua pátria, «*Some dreams of humanity qui me déchirent plutôt qu'ils ne me consolent...*».

O exílio é a terra em que se sonha com a pátria utópica por não ser aquela em que se vive e por não se querer aquela outra tal e qual.

Por outro lado a mistura de exílio e juventude, como foi o meu caso entre 1968 e 1974, potencia a condição humana e faz transbordar o coração de esperanças e o espírito de projectos.

Por mim, confesso que aprendi a amar um Portugal mais prospectivo do que retrospectivo. Tive sempre presente um trecho chave de Antero de Quental, redigido em Maio de 1871, para as Conferências do Casino: «*Que é pois necessário para readquirirmos o nosso lugar na civilização? [...] É necessário um esforço viril, um esforço supremo: quebrar resolutamente com o passado*». E ainda a forma como o ilustre açoriano em 1887, num fim de século parecido com o nosso, definiu a sua geração, uma das que mais sofreram intelectualmente de outra espécie de exílio,

o interior – como «*a primeira em Portugal que saiu decididamente e conscientemente da velha estrada da tradição*».

Quando estive exilado, confesso que, a par do cultivo das normas da liberdade política e de democracia representativa pluralista, sonhei com uma pátria prospectiva, o oposto do nacionalismo tradicionalista e folclórico com que os agentes da ditadura entreteriam as comunidades portuguesas.

Permito-me aqui o atrevimento de citar a comunicação que elaborei em Genebra e que enviei para o Congresso da Oposição Democrática, realizado em Aveiro em Abril de 1973, e intitulada significativamente «*Da Necessidade de um Plano para a Nação*»

Essa comunicação foi elaborada em Genebra, já eu era assistente na Faculdade de Ciên-

Programa das Comemorações do 25º Aniversário do 25 de Abril. Genebra, 1999.



Comemorações
25º aniversário do 25 de Abril
Genebra / 99

4 GENEVE INTERNATIONALE

10 MAI 1999

vingt-cinq ans après, des anciens réfugiés célèbrent la Révolution des œillets

PORTUGAL A Genève, une plaque a été allée là où ils se réunissaient.

NICOLAS MERCKLING

Il y a vingt-cinq ans, Ana Benavente, réfugiée politique, étudiante à Genève alors que la dictature régnait au Portugal. Avec une dizaine d'amis, elle a fondé une revue politique, *Polemica*, distribuée clandestinement dans son pays.

Aujourd'hui, vingt-cinq ans après la Révolution des œillets, une partie de l'armée le 25 avril 1974 pour mettre fin à quarante ans de dictature, Ana Benavente occupe le poste de secrétaire d'Etat à l'Education.

Cet week-end, elle était à Genève pour participer aux cérémonies du centenaire. Plusieurs animations ont marqué ces commémora-

tions. Maria Barroso, présidente de la Croix-Rouge portugaise et épouse de Mario Soares, s'est notamment exprimée sur le thème de la femme portugaise.

«Autour d'un verre, on parlait politique»

Dimanche, une plaque commémorative a été inaugurée en présence d'Aristides Gonçalves, consul du Portugal, et du maire de Genève, André Hediger, à la Brasserie Landolt. Cette plaque indique que c'est en ce lieu qu'Ana Benavente et ses amis se réunissaient.

«Autour d'un verre, on parlait politique, culture. On voulait contribuer à la chute de la dicta-

ture, alors on a publié notre revue *Polemica*», raconte la secrétaire d'Etat. Par la suite, ses amis ont aussi joué un rôle dans la sphère politique portugaise. «L'un d'entre nous, Antonio Barreto, est devenu ministre de l'Agriculture et du Commerce, d'autres sont devenus députés.» Egalement présent, le colonel Vasco Lourenço était l'un des capitaines qui ont préparé la Révolution des œillets. Selon lui, l'action des réfugiés hors de son pays était primordiale. «Si notre mouvement a obtenu un soutien populaire massif, c'est grâce à ces intellectuels qui ont préparé le terrain en dénonçant la dictature.»

Pour Ana Benavente, le souffle de la Révolution des œillets existe encore: «Nous devons continuer à être critique dans ce que nous entreprenons.» ■



Commémoration. De gauche à droite, Vasco Lourenço, Maria de Jesus Barroso et Ana Benavente.

«25 anos depois, antigos refugiados celebram a Revolução dos Cravos». Notícia publicada na *Tribuna de Genève* de 10 de Maio de 1999.

cias Económicas e Sociais, em longos e suaves passeios no tranquilo Jardim des Bastions. A sua redacção foi praticamente toda feita numa sala da Biblioteca Pública e Universitária (BPU) situada entre o edifício principal da Universidade e aquele jardim. Aí dizia, e com que precauções, que seriam as Forças Armadas a derubar a ditadura! Para muitos dos que leram essa «tese» na altura, era já o exílio que me estava a afastar da realidade concreta...

Nessa mesma tese resolvi sintetizar os objetivos necessários a um «Plano para a Nação»,

através da força verbal do modo infinitivo: descolonizar, democratizar, socializar e desenvolver. Foi pois com muito agrado que observei o facto de o Programa do MFA integrar a chamada política dos três dês. E foi também com agrado que li um depoimento de Vitor Alves, no *Expresso* de 7 de Abril de 1984, em que este oficial de Abril se referia-se explicitamente a essa coincidência entre a tese, enviada do exílio em Genebra, nos princípios de 1973, para o Congresso da Oposição Democrática em Aveiro, e o Programa do MFA tornado público em Abril de 1974.

Nessa mesma comunicação ao Congresso da Oposição Democrática, enviada do exílio suíço, tratava ainda da futura opção europeia de Portugal, em termos que seriam três anos mais tarde recuperados no programa do I Governo Constitucional.

Com efeito, na redacção elaborada no exílio pode ler-se: «*Na realidade, no preciso momento em que o processo de integração europeia se acelera e nos abrange, com riscos a médio prazo, mas com enormes vantagens a longo, no caso de estarmos preparados, encontra-se o país a contas com uma guerra colonial longa de mais de dez anos*», no Programa do 1º Governo Constitucional, em que participei, adaptou-se esse trecho para «*Ora, a descolonização efectua-se no momento preciso em que a integração europeia se acelera e nos abrange, com certos riscos a curto prazo, mas com evidentes vantagens posteriores*».

Creio que não passa despercebida a ninguém a coincidência, que não é pura, entre os dois textos separados por três anos, por uma revolução, e pela passagem às responsabilidades governativas.

Outra afinidade entre a tese de Aveiro e o capítulo de política externa do Programa do 1º Governo Constitucional encontra-se no respeitante ao tema das relações com África como um dos pressupostos para a integração europeia de Portugal. Nas conclusões do texto enviado para o Congresso de Aveiro propunha que «*o processo de descolonização portuguesa, inscrevendo-se num quadro político mais vasto que é o da criação de uma zona Europa-África terá de ter esta em conta*».

Este tópico foi retomado no pro-grama governamental, sob a epígrafe das «Relações com os novos países africanos», onde já em 1976 se detectava «*um movimento desses novos países africanos para virem a aderir à Convenção de Lomé. [...] Encontra aqui uma das razões para*

que Portugal venha a integrar-se no Mercado Comum».

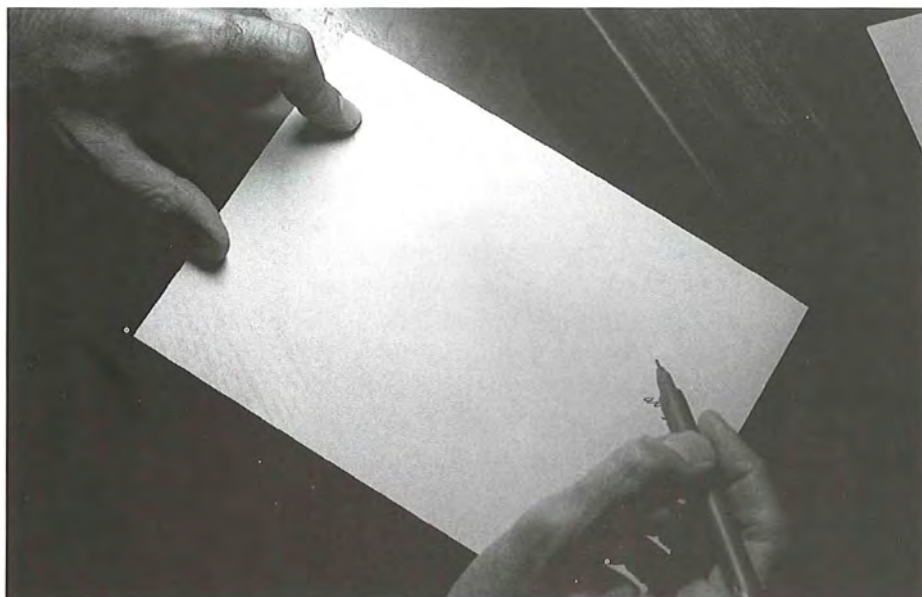
Eis um dos pressupostos explícitos do pedido de adesão de Portugal à C.E.E. que se confirmou plenamente. Quando a República Portuguesa assinou o Tratado de Adesão à C.E.E., todas as ex-colónias africanas já eram membros da Convenção de Lomé. Ter tido em conta esse dado, em 1973, quando ainda vigorava o mito do espaço económico português e, também em 1976, quando era convicção geral que os regimes saídos das independências eram reféns de Moscovo, não deixa de me merecer hoje uma referência orgulhosa.

Entre a elaboração da tese enviada para o Congresso de Aveiro em 1973 e a assumpção de responsabilidades governamentais entre Setembro de 1975 e Outubro de 1977, consolidei essa «opção estratégica» que foi tomada e executada rapidamente e com êxito nos primeiros seis meses de vigência do 1º Governo Constitucional.

Os seis anos que passei no exílio acabaram por ser anos frutíferos de vivência democrática, numa sociedade tão livre como a suíça, de reflexão e estudo, quer como universitário quer como cidadão que se mantinha empenhado em participar no futuro de Portugal.

Recordo hoje os inúmeros compatriotas que me foram visitar a Genebra, ou que por lá passaram, sem se esquecerem de dar ou trazer «notícias do meu país»: Jorge Sampaio e o seu saudoso pai Doutor Arnaldo Sampaio, César Oliveira, Salgado Matos, Vitor Wengorowius, Jaime Gama, Mário Mesquita, José Luís Nunes, Manuel Lopes, José Dias, Gonçalves André, António Reis, José Manuel Galvão Teles, Margarida Soares Ferreira e tantos outros, sem esquecer, claro, os familiares e amigos sem actividade política conhecida.

O exílio foi um paradoxal lugar da utopia. António Barreto resume assim a sua experiência



de exilado no livro *Sem Emenda*: «Apesar de ter chegado a estar razoavelmente integrado na sociedade suíça e genebrina, vivi sempre com um sentimento de transitoriedade» (op. cit., p. 34).

Para aqueles que, entre os exilados, já se encontravam integrados profissionalmente, a decisão de regressar a Portugal após a revolução do 25 de Abril de 1974 foi mais uma opção a tomar, desta vez em plena liberdade.

Não quero aqui deixar de referir alguns nomes de entre aqueles que tanto me ajudaram nas incertezas iniciais do exílio: sempre a Maria Emília, desde a saída até ao regresso; a extrema solidariedade e hospitalidade do Eurico Figueiredo e da sua mulher, Berta Fernandes Figueiredo, que me ajudaram a sair do país e nunca me cobraram nada; os suíços que me acolheram e me atribuíram oficialmente o estatuto de refugiado político, muito especialmente a Universidade de Genebra, que me deu a excepcional oportunidade de ser seu estudante e seu docente. Aliás, a própria divisa da Universidade de Genebra era um

hino de esperança – «*Post tenebras lux*» – que ainda me guia na postura de um mundo melhor.

Regressar após o 25 de Abril de 1974 foi para mim um imperativo de consciência. Quis regressar para ajudar a realizar a *Pátria utópica*, sonhada, cantada, pensada e escrita no exílio e na juventude.

Sempre tendo em conta o que escrevi em Genebra para Aveiro em 1972: «*Se se enquadrar os problemas portugueses à luz da continuação de Portugal no mundo, pode aparecer subalteralizado o papel dos instrumentos capazes de levar para a frente o projecto de continuar a Nação. Porém, se perscrutarmos os anseios do corpo nacional, torna-se evidente que a grande união dos portugueses se faz em torno da conquista das principais liberdades democráticas. A instauração de formas democráticas será pois exigência que um verdadeiro poder anti-fascista e anti-colonialista não poderá adiar.*»

O actual pacto de sociedade é um pacto essencialmente político e democrático, como foi entendido por muitos que estiveram exilados. O padre Manuel Antunes, que só o foi internamente, afirmou-o, em 1979: «*Portugal é hoje uma sociedade politizada [...]. Só assim será possível a re-invenção de Portugal por Portugal, a re-criação de Portugal por Portugal. Através da democracia como espaço da liberdade e da comunidade, da subjectividade, da consensualidade e da soberania popular.*»

O culto da liberdade, da solidariedade, da tolerância e das formas da democracia política pluralista foi a maior aquisição do meu exílio genebrino. Mas creio poder deduzir que o facto da ditadura ter obrigado ao exílio vagas sucessivas de portugueses originou um regresso multifacetado ao país de gente com idades e vivências diversificadas que enriqueceram o debate político e cultural no espaço de liberdade radical em que se tornou Portugal depois de 25 de Abril de 1974.

A «Seara Nova» e a Revolução de Abril

António Reis



No conjunto da imprensa portuguesa dos anos que precedem a Revolução de 25 de Abril, a *Seara Nova* destaca-se facilmente como o principal órgão periódico do campo da oposição democrática. Em rigor, porém, era mais que uma revista mensal. Esta era, sobretudo, o rosto visível de um grupo de «intelectuais políticos» – para utilizar a feliz expressão de Raúl Proença, um dos seus fundadores em 1921 –, que procurava intervir na vida política através de um estilo próprio: sem obediências partidárias nem dogmatismos ou sectarismos ideológicos, num espírito de diálogo e solidariedade interna e na base de três preocupações fundamentais – a defesa e aprofundamento das liberdades cívicas; a reflexão crítica sobre os problemas económicos, sociais e culturais do país com vista à formulação de alternativas programáticas de orientação socialista; a promoção de um movimento de opinião em torno desses objectivos.

Ao longo de cinco décadas, sucessivas gerações de intelectuais «seareiros» desempenharam um importante papel de reflexão e intervenção crítica no processo de degenerescência do liberalismo republicano dos anos 20, na oposição à consolidação do Estado Novo nos anos 30, na resistência cívica ao longo dos anos 40 e 50, na renovação doutrinária da esquerda e numa crescente afirmação política e cultural nos anos 60 e 70 até à queda da Ditadura. A par da revista, cuja periodicidade oscilou entre a semanal e a trimestral para se fixar finalmente na mensal a partir dos finais da década de 50, também a actividade editorial e os ciclos de colóquios constituíram outras tantas formas de intervenção doutrinária, cívica e cultural na sociedade portuguesa da época.

A *Seara Nova* constitui, assim, uma fonte e um testemunho imprescindíveis para a compreensão das causas do fracasso da experiência liberal republicana, das vicissitudes do oposicionismo democrático, da evolução doutrinária da intelectualidade republicana de esquerda e

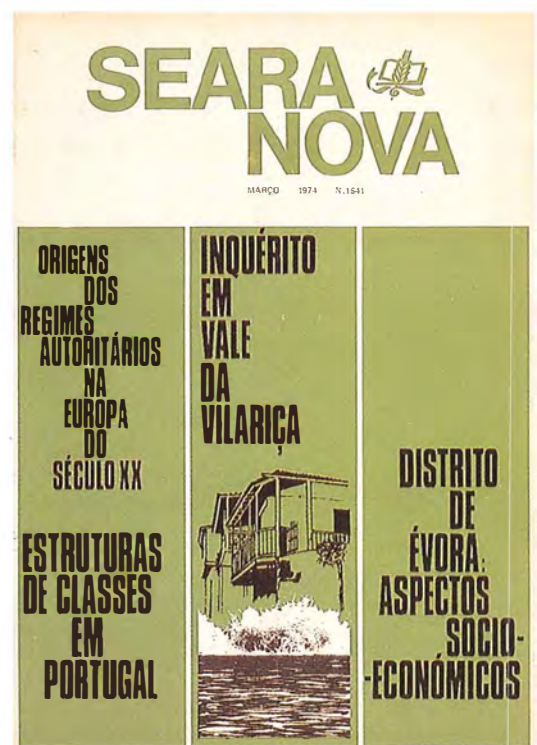
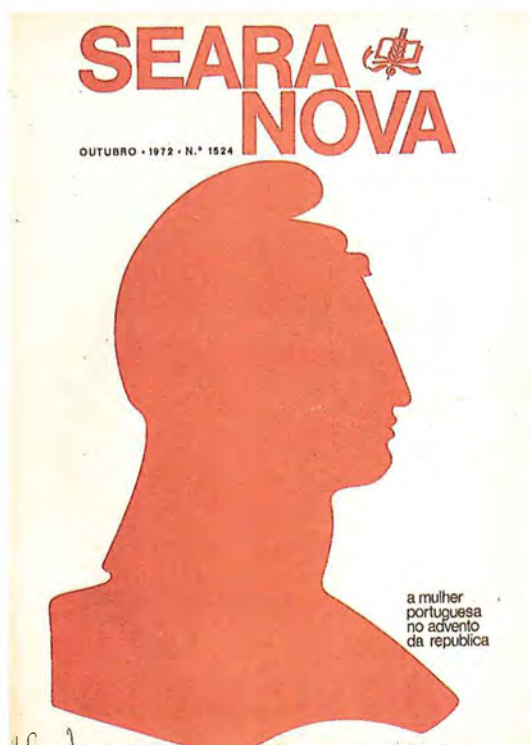
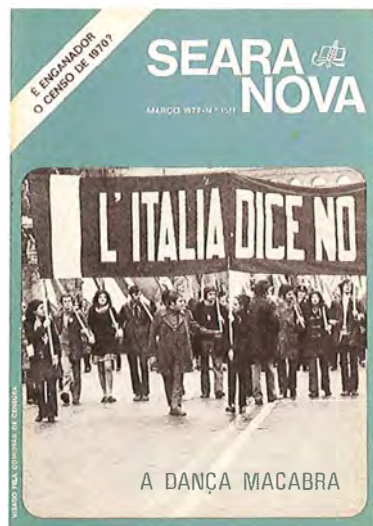
até das ilusões suscitadas pelo processo revolucionário no período que se seguiu ao 25 de Abril.

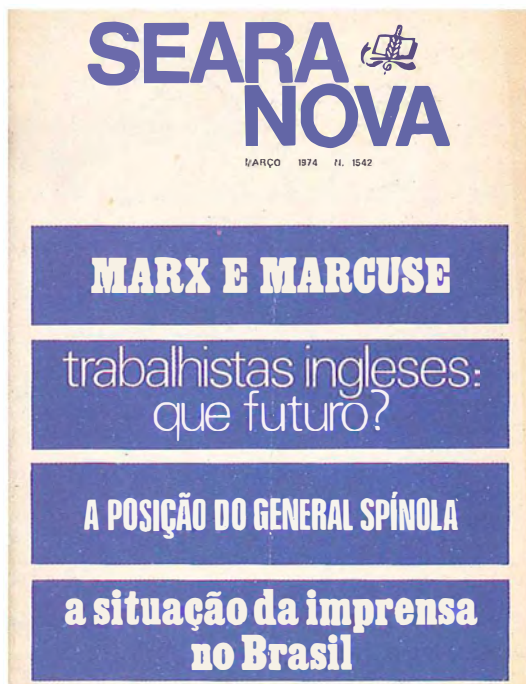
Não por acaso o período de maior vitalidade do grupo e dos seus principais meios de intervenção – a revista e a editora – durante o regime ditatorial irá coincidir com a fase final deste, a partir de 1959 com o oposicionismo pós-delgadista, e, de um modo mais incisivo ainda, com o breve consulado marcelista.

Em Janeiro de 1959, a revista surgia com um renovado aspecto gráfico, garantias de periodicidade mensal e um novo grupo de redactores e colaboradores em que avultavam os nomes de Manuel Sertório, Rui Cabeçadas, Nikias Skapinakis, Mário Ruivo, Veiga Pereira, Ulpiano do Nascimento, Augusto Abelaira e Lopes Cardoso. Câmara Reis, fundador e principal sustentáculo administrativo da revista e da editora, permanecia como seu director e dava o seu concurso

activo a este processo de renovação centrado no propósito de «desenvolver um amplo inquérito aos problemas actuais da gente portuguesa e proceder ao estudo e à articulação das soluções democráticas e socialistas ajustadas àqueles problemas». Morto Câmara Reis em 1961, sucedeu-lhe o poeta Augusto Casimiro, também da geração fundadora, cabendo a partir de então, porém, ao pedagogo Rogério Fernandes a efectiva direcção da revista, que assumirá, aliás, a título pleno entre 1967 e 1969.

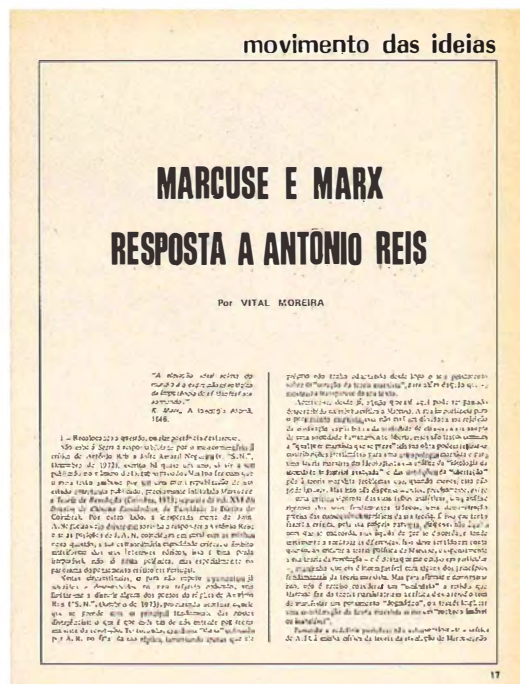
Com o marcelismo e a nova dinâmica de afirmação da oposição democrática em torno da campanha eleitoral de 1969, o papel do grupo *Seara Nova* e da revista tornam-se mais visíveis e influentes, precipitando um segundo momento de renovação e alargamento de colaboradores, com imediato reflexo na variedade de secções da revista e na intensidade do movimento editorial.





O escritor Augusto Abelaira é nomeado Director, cargo que ocupa até 1973, sendo então substituído pelo eminente filólogo Rodrigues Lapa, discípulo da primeira geração seareira e responsável há muito pela célebre colecção «Textos Literários», que era a principal fonte de receitas da editora.

A revista e a editora conheceram então, ao longo deste período, uma acentuada subida das tiragens, do número de assinantes e dos títulos editados. De 10.000 exemplares, a *Seara* passou rapidamente para os 26.500 em 1972 e, em vésperas do 25 de Abril, rondava mesmo os 30.000. 70% dos leitores, segundo um inquérito então feito, situavam-se nas camadas etárias mais jovens, até aos 34 anos, o que comprovava a influência dos movimentos estudantis a partir de 1961. Os assinantes chegaram a ser cerca de 18.000. Num país onde os partidos políticos estavam proibidos e o movimento oposicionista sujeito a apertada vigilância e repressão das suas actividades, assinar a *Seara*, ou mesmo simples-



mente comprá-la numa livraria ou tabacaria, era o equivalente simbólico de uma formal adesão a esse movimento oposicionista democrático. No conselho redactorial da revista encontravam-se, aliás, nomes ligados ao Partido Socialista, recém-fundado em Abril de 1973, e ao Partido Comunista Português, além de socialistas independentes oriundos das lutas estudantis de 62. A influência doutrinária do marxismo era claramente dominante, sem, porém, dar origem a uma ortodoxia dogmática, antes proporcionando, por vezes, animados debates teóricos como os que opuseram o socialista Sottomayor Cardia ao comunista M. J. A. Teixeira (pseudónimo de Pedro Ramos de Almeida), a propósito do ensaio sobre o pensamento de Lenine do comunista italiano Luciano Gruppi, e eu próprio a Vital Moreira, a propósito das posições do filósofo germano-americano Herbert Marcuse. O acompanhamento crítico da actualidade política nacional e internacional, embora sempre

A influência doutrinária do marxismo era claramente dominante, proporcionando animados debates teóricos como o que opôs António Reis a Vital Moreira a propósito de Herbert Marcuse. *Seara Nova*, Março, 1974.

Primeiro número da *Seara Nova* publicado depois do 25 de Abril de 1974.

muito cerceado pela censura prévia, e a crítica literária, de cinema e de teatro completavam cada número da revista.

Em 1971, o cinquentenário da fundação da revista foi pretexto para a realização de um ciclo de colóquios pelas principais capitais de distrito e outras cidades, e que se estendeu ao longo do ano seguinte. Foram acompanhados por uma exposição itinerante onde se documentava a história do grupo e da revista *Seara Nova*. Como era de esperar, os colóquios transformavam-se em animados debates sobre a situação política, suscitando a partir de certa altura crescentes dificuldades na obtenção dos locais para a sua realização. Num período de algum refluxo da luta oposicionista e de crisperação repressiva do regime ditatorial, estes colóquios surgiram como uma das raras janelas de respiração do movimento oposicionista democrático da época.

Simultaneamente a editora lançava os dois primeiros volumes de uma antologia da revista organizada e prefaciada por Sottomayor Cardia e reeditava as *Páginas de Política* de Raúl Proença. Criavam-se novas colecções, uma delas de ensaios consagrados ao estudo e análise dos principais problemas políticos, sociais e económicos, com a designação *Que País?*. Apesar de algumas apreensões policiais, como a do livro de Sottomayor Cardia *Por uma democracia anticapitalista* (de que tinham acabado de seguir para a Guiné 50 exemplares pela mão do então capitão Matos Gomes, hoje o conhecido escritor Carlos do Vale Ferraz), a editora conseguia publicar uma média de dois títulos por mês, muitos deles facilmente distribuídos através do circuito de assinantes, não sem que por vezes alguns viessem a ser apreendidos nos próprios correios.

Estou, por tudo isto, firmemente convicto de que a *Seara* dos anos sessenta e setenta, até à Revolução, ficará na história como um exemplo de criatividade, de combatividade e de pujança



política e ideológica. Nela foi possível aliar o combate à ditadura à assunção das diferenças internas no seio da oposição e da esquerda. Por ela foi possível mostrar a muitos portugueses que a alternativa existia. A *Seara* acabou por ser um símbolo e uma senha. De tal forma que, quando o nosso número de Setembro de 1973 apareceu com uma fotografia do Templo de Diana na capa, logo houve quem aí visse sinais de cumplicidade com o movimento dos capitães que a 9 desse mês reunira pela primeira vez nas proximidades de Évora (e, no entanto, fora uma simples coincidência, já que nesse número publicávamos um artigo sobre o subdesenvolvimento do interior do país). E quando entrei para a tropa no mês seguinte, em breve me apercebi do prestígio da revista junto da jovem oficialidade ligada ao Movimento dos Capitães. A «arma da crítica» cumpria o seu papel: abria caminho à «crítica das armas» na madrugada libertadora do 25 de Abril...

As Mulheres na Clandestinidade a minha experiência

Z i t a S e a b r a

PASSEI À CLANDESTINIDADE EM 1967. TINHA ENTÃO 17 anos de idade. Vivia no Porto e era Presidente da Associação de Estudantes do Ensino Liceal desta cidade. Até 1974 vivi com identidade e com documentos falsos, longe da família e dos amigos, sempre no país, sem nunca ter saído para o estrangeiro, excepto no acto de transição da legalidade para a clandestinidade. Reencontrar a liberdade foi bem mais fácil do que o caminho inverso apesar do aparelho oleado do PCP que com dezenas de anos de experiência, enquadrava os novos quadros e lhe transmitia experiências que procuravam garantir a sobrevivência em condições complexas particularmente para quem, como eu, trabalhava com estudantes. O sector estudantil era o mais vulnerável de todos, sobretudo desde os meados dos anos 60, porque, por um lado era aquele em que se desenrolavam maiores e mais visíveis lutas, por outro era obviamente a organização em que se sucediam mais prisões (incluindo de funcionários clandestinos).

Passei à clandestinidade por razões idênticas às de muitas e muitas outras pessoas. Nas vésperas de um dia 1º de Maio recebi uns panfletos apelando aos trabalhadores para que se manifestassem na Baixa do Porto em comemoração do seu dia. Fiquei encarregada de organizar uma brigada de distribuição com dois estudantes das Escolas Técnicas que entretanto acabavam de ser recrutados para o PCP. A brigada distribuiu os papéis tão bem ou tão mal que passaram à porta de uma esquadra da polícia e foram presos. Para evitar então a minha própria prisão fui 3 meses para Paris para despistar a Polícia Política e reentrar no país com maior segurança.

Nessa altura, os funcionários clandestinos viviam preferencialmente nas zonas rurais e não nos centros urbanos. A minha primeira casa clandestina foi em Cête, junto ao Gaiato, no concelho de Penafiel.

Não durou muito tempo esta casa, uma vez que a prisão de um funcionário que a conhecia (Francisco Canais Rocha), me obrigou a transferir-me inicialmente para uma pensão em Valongo, pouco depois para uma parte de casa no Porto, até, por fim, ir parar, por bem mais tempo a uma pequena vivenda de Rio Tinto.

Esta época foi a fase mais dura da minha vida de clandestina e de militante. Eram muito raras as mulheres que tinham trabalho de organização no aparelho clandestino. Primeiro porque havia uma tradicional divisão de funções em que à mulher competia defen-

der a casa e ao homem os contactos com os militantes e com os dirigentes. Em segundo lugar esta divisão facilitava a forma como o aparelho clandestino se organizava, disfarçava e defendia.

Tendo vindo posteriormente a ser «promovida» ao trabalho de organização, importa porém referir que nenhuma experiência foi tão dura e dolorosa do que a vivida como as chamadas oficialmente «Amigas das Casas do Partido».

As «Amigas» tinham por missão dar à clandestinidade, uma aparência de normalidade. Por isso estavam sempre em casa, enquanto os

«Ergue-te da noite, ó clandestino». Pintura mural.
Belém, Lisboa. Fotografia de Paixão Esteves.



«companheiros» saiam para o trabalho. Elas apenas podiam ir às compras duas vezes por semana e nunca se afastavam de um pequeno raio muito próximo da residência.

Pelo meu lado, habituada a uma vida fácil da média burguesia portuense a adaptação foi para mim dolorosa e o isolamento foi sentido como um peso terrível. Os únicos contactos que tinha com o exterior eram com o camarada que vivia na casa e com o controleiro que uma vez por mês vinha durante dois ou três dias fazer reuniões às quais eu não tinha o direito de assistir. Uma regra de ouro da sobrevivência clandestina é precisamente só se conhecer aquilo que é estritamente necessário. As Amigas apenas assistiam ao ponto político da ordem de trabalhos em que o controleiro dava conta das lutas nacionais que sistematicamente varriam o país, dos bons ventos de esperança que chegavam do Leste a par com os grandes feitos económicos e científicos do socialismo real... Elas não conheciam sequer, o «sector» onde o «marido» trabalhava. O perigo de prisão para estas mulheres era porém tão grande como os dos homens que trabalhavam em contacto com a organização e com os militantes legais. A PIDE procurava não prender imediatamente um funcionário clandestino localizado, mas procurava vigiá-lo e segui-lo, para tentar atingir a sua casa e outros funcionários. Basta dizer que, por exemplo: no período de 1957 a 1965, foram assaltadas 40 casas clandestinas, encontradas pela PIDE e presos 122 funcionários (homens e mulheres) do PCP.

O isolamento das Amigas das Casas era tal que o PCP criou um jornal para difundir entre estas camaradas ou amigas (a diferença entre amigas e camaradas resultava do facto de que a muitas delas não serem reconhecidas sequer como militantes, apesar das duras funções desempenhadas). Chamava-se *A Voz das Camaradas das Casas do Partido* e foi durante esses

anos tarefa minha receber os artigos e contribuições e imprimi-lo numa pequena tipografia clandestina que tinha em casa. *A Voz das Camaradas* era distribuído a estas mulheres clandestinas e foi a certa altura suspensa a sua publicação por se considerar que dava «pistas» à polícia sobre a forma de organização das casas. O seu esquema gráfico inicial era da autoria do pintor Dias Coelho.

Habituada a uma vida movimentada dava-me particularmente mal com o vazio da grande tarefa que tinha: estar em casa! Por isso, procurei sempre e muitas outras o fizeram também, encontrar outros trabalhos compatíveis com a vida isolada entre paredes. Tive sempre, durante esses anos, uma pequena tipografia onde imprimia diariamente muitos dos panfletos e outros documentos do sector estudantil. Fui ainda encarregada de um outro trabalho que me dava um particular prazer: passar à máquina muitas folhas escritas à mão, a lápis, em papel mortalha de cigarro, vindas dos presos nas cadeias de Caxias ou de Peniche. Eram papéis escritos sem o mínimo desperdício, num minucioso trabalho de muitas horas e passados para o exterior nas condições mais curiosas: nas bainhas das roupas, nas solas dos sapatos, etc. Lembro-me bem do carinho e emoção com que recebia essas minúsculas folhas de papel e as descodificava para letra de máquina. Traziam notícias das cadeias, informavam de novos presos, do comportamento dos presos recentes, de questões pessoais e políticas das pessoas que viviam nas cadeias e particularmente das celas que mandavam aquelas notícias. Respondiam também às questões políticas que tinham recebido do exterior.

A minha última casa clandestina onde mantive funções de Camarada da Casa do Partido, foi na praia da Madalena, junto ao Porto. Desta casa guardo melhores recordações porque conseguia ir a pé, através do pinhal até ao mar de que tinha

imensas saudades. O mar ainda hoje tem para mim a dimensão da liberdade.

As tarefas eram as mesmas, mas outras diferenças, para melhor, existiam. Esta casa era o local de reunião dos funcionários clandestinos que controlavam o sector estudantil nas três Academias entretanto existentes: Lisboa, Coimbra e Porto. Até então o sector estudantil estava ligado a cada uma das Direcções Regionais do PCP e não tinha contactos directos entre si. E 1969, face à dimensão que a luta assumiu, particularmente em Lisboa e em Coimbra, o PCP decidiu unificar as estruturas de controle estudantil e ligá-las directamente à direcção do PCP.

Recordo-me bem que nesse tempo o responsável por Lisboa chegava à Madalena passando por Castelo Branco!

Nesta casa, tinha como vizinha uma vidente, com clientes vindos de todo o país, o que por um lado era tranquilizante uma vez que ninguém estranhava nada do que acontecesse por ali e tudo o que de anormal sucedia era em muito ultrapassado pela estranha vida e curiosos poderes da vizinha. Mas, por outro lado, a estadia dos seus clientes horas a fio de pé, na rua, à espera de vez, facilmente disfarçariam qualquer polícia que quisesse vigiar a nossa casa.

Esta vida de verdadeira clausura terminou porém para mim um dia quando me comunicaram que vindo de encontro aos meus desejos o Partido tinha decidido enviar-me para o trabalho de organização em Lisboa. Ia controlar os estudantes de Lisboa. Ainda recordo a conversa que tive na altura como se fosse hoje mesmo. Dizia-me o camarada controleiro que ia mudar de tarefas, salientando sempre que o Partido apreciava tanto a modéstia da tarefa de uma camarada da Casa do Partido e dava-lhe tanto valor como a mais arriscada missão do Secretário Geral do Partido. Eu, é que concordar, concordava! Mas achar, não achava nada. Queria definitivamente agarrar o trabalho de organização e

dar algum sentido ao imenso sacrifício que fazia ao estar isolada, longe da família e dos amigos.

Não ia mais pôr em prática os conhecimentos e a experiência que já tinha ganho, em como se alugava uma casa sem fiador (na altura era obrigatório a sua indicação) e sem fotografia do casamento, que alguns senhorios de casas já mobiladas pediam para se certificarem que não se tratava de um senhor e uma senhora pura e simplesmente fugidos aos legítimos esposos!

Ao longo dos 48 anos que durou a luta clandestina, o PCP sempre subalternizou as mulheres e as remeteu para um papel de mero apoio aos trabalho revolucionário dos camaradas. Houve sempre evidentemente algumas excepções de mulheres que ultrapassaram este estatuto mas são muito poucas. De tal forma foi assim que em 1981 quando o PCP organizou a Exposição: «60 Anos de Luta ao Serviço do Povo e da Pátria» o projecto de livro e de exposição que foram apresentados no Comité Central, tinham pura e simplesmente esquecido as mulheres! Apenas após críticas e protestos de várias mulheres presentes (a começar por mim) é que a exposição e o livro foram ligeiramente corrigidos... Foi, por exemplo introduzida a página que tem a fotografia de 12 mulheres que viveram na clandestinidade, todas elas nessa altura, membros do Comité Central.

No trabalho de organização

Vim para Lisboa, para o trabalho de organização em 1970, num velho Pagnard, que pertencia ao Cavalheiro (presentemente famoso com as investigações de Camarate). Tão velho que em S. João da Madeira caiu-lhe o tubo de escape! Vinha outra vez, rumo ao desconhecido mas com a alegria de uma sensação de Apenas sabia que tinha um encontro com uma Camarada legal, no cimo do Parque Eduardo VII, que me encaminharia para uma casa onde ficaria a viver. Trazia como combinado, um jornal determi-

nado debaixo do braço, e uma senha e contra senha a dizer. Além disso vinha com uns sapatos vermelhos que segundo a camarada me diria mais tarde davam absolutamente nas vistas naquela época.

As minhas condições de vida mudaram radicalmente.

Passei a viver num andar em Lisboa, com duas camaradas legais e eu tinha a boa desculpa de ser hospedeira da TAP. Vivíamos do ordenado delas, que era substancialmente diferente das carências porque tinha passado no Norte, em que pouco ou nada havia para comer na última semana de cada mês.

Simultaneamente passei a viver com um risco muito mais próximo e provável de ser presa. Todos os funcionários que me antecederam no sector estudantil dificilmente fizeram mais de um ano no lugar...

Como me disseram na altura, o Partido mandava-me para aquela missão, porque a PIDE não estava à espera de uma mulher naquelas funções, e eu estaria assim mais defendida. Despistava a polícia mas na certeza de que um dia que a PIDE soubesse que era mulher, a polícia teria a vida muito facilitada...Tive assim que escolher um pseudónimo masculino que me disfarçasse mais. Em casa, porém, era Teresa e no Bilhete de Identidade constava o nome da pianista Helena Sá e Costa!

O Movimento Associativo tinha já na altura uma série de dirigentes mulheres e algumas associações o número de associativos e associativas equivalia-se. Fui pois recebida com muito mais naturalidade do que se tivesse ido para um sector operário ou camponês. Nestes, dificilmente muitos viam como representante do Partido junto de si uma mulher. Lembro-me, por exemplo, de que o primeiro comício que fiz depois do 25 de Abril numa empresa (no Verão de 74) ter chegado para falar e terem-me perguntado: «*Ó Cama-*

rada! O Partido não tinha lá mais ninguém para mandar?»

Entrava assim no pequeno grupo das mulheres que tinham trabalho de organização e podia avaliar na pele a dureza de uma e de outra vida.

As conclusões são evidentes! Nada se compara em dureza, do quotidiano das Camaradas das Casas do Partido. A solidão, o isolamento, o ideal revolucionário alimentado não pela luta, mas por uma outra pessoa e tudo reduzido a um imenso espírito de missão.

Muitas vezes, estas mulheres tiveram filhos na clandestinidade e deles foi preciso separar-se na idade de entrarem para a escola. Então as crianças eram entregues para a família do pai ou da mãe em Portugal que desconheciam em absoluto, ou iam para a União Soviética para uma escola especial de portugueses, onde permaneciam juntas longe da pátria e dos pais. Desta escola vieram em grupo após o 25 de Abril.

Separadas dos filhos e do mundo são obreiras de uma luta que as esqueceu. Após a queda do anterior regime, algumas (poucas) transitaram – finalmente – para o trabalho de organização. Mas a maioria continuou com funções que vinham no seguimento do que já anteriormente faziam. Muitas vêm a assegurar as sedes do PCP legal (limpeza, abertura da porta e funcionamento em geral). E ninguém recorda o seu esforço e abnegação. Não figuram pura e simplesmente nas múltiplas listas de anti-fascistas a recordar ou a condecorar.

Este ano, que se assinala vinte e cinco anos do 25 de Abril, apetece porém lembrar que houve pessoas, como elas que apenas por amor a um ideal ou por amor ao homem da sua vida, ou pelas duas coisas, dedicaram anos e anos a uma causa que consideravam justa, sem esperar nada em troca.



Até que enfim

Clara Ferreira Alves

PODERIA SEMPRE COMEÇAR PELA IDEIA DA MADRUGADA, ou de alvorada. A ideia de que durante a noite a ordem do mundo se tinha refeito e os constrangimentos vários da vida se tinham dissipado na neblina matinal. Na alvorada, o sol nascera e limpava as teias de aranha, a manhã

desatara os nós das amarras. Abril cola bem com alvorada. Lembro-me de pensar em primeiro lugar que todas as prisões têm uma porta e em segundo lugar que a porta da prisão estava aberta. Para uma mulher, antes do 25 de Abril, a prisão era de porta dupla, com fechaduras ferugentas e trancas pesadas. Eu andava por aquele tempo no primeiro ano da Faculdade de Direito de Lisboa, cúmulo de uma educação no liceu Maria Amália Vaz de Carvalho, que era considerado o refinamento da repressão e disciplina. Um liceu, à época, só para meninas, e onde os rapazes não podiam chegar perto. No primeiro ano do liceu, os rapazes, se bem me lembro, eram ainda obrigados a manter entre as suas pernas e o vetusto edifício da Rodrigo da Fonseca um distância regulamentar de centenas de metros. No entanto, descontada a tolice de algumas professoras, contrabalançada pela inteligência subversiva de outras, o liceu nunca me incomodou tanto como a faculdade. A faculdade tinha um ou dois professores, mais tardes chamados fascistas embora não passassem de machistas atacados pelo vírus da debilidade mental, que insistiam em torturar as mulheres do primeiro ano do curso de Direito. Um curso, achavam eles, talhado para calças e masculinos talentos e vocações. O mais gordo dos dois, um velho de olho lúbrico e iras boçais, que achava o Código Civil de 66 insuportavelmente liberal em matéria de direitos e deveres das mulheres na sociedade civil, insultava as alunas que apanhava pela frente e que demonstravam fragilidades ou, o mais frequente, terror. Uma delas, uma aluna mais velha, casada e mãe de filhos e que estava a tirar o curso fazendo enormes sacrifícios, era a sua vítima favorita. Um dia, afiando os aparos da maldade com perguntas irresponsáveis e velhacarias várias, o velho conseguiu dizer a frase que trazia guardada nas dobras do cérebro definhado: a senhora não acha que se enganou de faculdade? Não seria melhor ir para



© EMANUEL GARCIA

aquela ali em frente, mais adequada ao feitio e inteligência das senhoras? Ou então ir para casa, coser as meias do marido e fazer malha? A aluna engoliu a humilhação com as lágrimas e não respondeu, sentando-se envergonhada. Em frente, a faculdade era de Letras, e o velho adorava mandar para lá os desistentes de Direito.

Naquele dia, tive ódio ao velho e a mim mesma, por não ter a coragem de me levantar e o insultar, por sermos tão cobardes, tão conformistas, tão cheios de medo da autoridade. Nas aulas práticas voluntárias e «excedentárias», que sua senhoria fazia o favor de dispensar e a que éramos obrigados a assistir sob pena de represálias, o velho gordo babava-se com frases do género: «Imagine a senhora que éramos os dois casados...» e por aí fora. E depois explicava a importância do débito conjugal no Código Civil, mais ou menos a obrigação de a mulher ter relações sexuais com o marido, independentemente da sua vontade. A violação consentida, imposta por lei. E etecétera, etecétera.

Com o 25 de Abril, tudo isto acabou. Deixámos de ter medo, corremos com o velho da Faculdade, e seviciámos o carro dele. Eu gostaria de o ter seviciado a ele mas o velho nunca mais por lá apareceu. E eu acabei por ir terminar o curso a Coimbra.

O 25 de Abril ensinou-nos a libertação antes de nos ensinar a liberdade. E deu-me a certeza de que a autoridade baseada na força não aguenta a pressão do dedo justiceiro da dignidade humana.

Vicissitudes e Atropelos

No caso a extinção da Sociedade Portuguesa de Escritores

U r b a n o T a v a r e s R o d r i g u e s

VERÃO DE 1965. O GRANDE PRÉMIO DO CONTO DA Sociedade Portuguesa de Escritores, presidida pelo Prof. Jacinto do Prado Coelho, é atribuído, pelo seu livro *Luuanda*, a Luandino Vieira, que cumpria pena de 14 anos no Tarrafal, na Ilha do Sal, em Cabo Verde.

O estrondo que esta notícia causou foi ampliado por alguns pseudo-intelectuais de extrema-direita, muito activos, que se reuniam habitualmente num café dos Restauradores com legionários e inspectores da PIDE. Destacavam-se de entre eles um escritor e jornalista sem talento, mas ambicioso e truculento, Amândio César, especialista em afirmar a unidade de Portugal do Minho a Timor, e que arregimentava africanos decaídos e infelizes para a causa ultra nacionalista que defendia.

Não tardou a aparecer na Televisão, uma logo célebre (e repugnante) mesa-redonda, em que Amândio César denunciava os «traidores à Pátria», tendo a seu lado, muito comprometidos, dois angolanos de passado independentista, que haviam renegado as suas crenças, o poeta Geraldo Bessa Vítor e o ensaísta Mário António, outrora marxista.

Os que foram então apelidados de traidores eram, antes de mais, os membros do júri: João Gaspar Simões, patriarca da crítica em Portugal, Fernanda Botelho, Augusto Abelaira, Manuel da Fonseca e Alexandre Pinheiro Torres, todos eles escritores de reconhecido valor e o último, além de poeta, crítico muito sagaz e polémico, conotado com o neo-realismo. Fora precisamente Alexandre Pinheiro Torres que trouxera para a mesa do júri um pequeno livro de contos, de insólita escrita, cheio de pigmentos africanos e de expressões do calão de Luanda, um texto lírico, humorístico e simultaneamente épico. Uma obra-prima.

Dois nomes tinham estado em causa: o de Herberto Helder (com *Os Passos em Volta*), e o meu (com *Terra Ocupada*), no qual Gaspar

Simões se obstinou em votar. Os quatro restantes membros do prémio decidiram-se por Luandino. Todos eles foram detidos e interrogados, sendo Fernanda Botelho e Gaspar Simões libertados pouco depois, enquanto Manuel da Fonseca, Abelaira e Pinheiro Torres ficaram presos em Caxias.

Entretanto, a Direcção era demitida em bloco. Formavam-na Jacinto do Prado Coelho, Matilde Rosa Araújo, Maria Judite de Carvalho, Egídio Namorado, Joel Serrão, Natália Nunes, Joaquim Paço d'Arcos, Luís Forjaz Trigueiros e João Ribeiro dos Santos. Um ror de enxovalhos cobriu o nome de Jacinto do Prado Coelho e, é claro, dos membros do júri em alguns dos principais órgãos de informação, especialmente a Televisão e a Rádio, assim como os periódicos abertamente fascistas.

Um comando da PIDE e da Legião Portuguesa invadiu e destruiu parcialmente as instalações da histórica Sociedade Portuguesa de Escritores, que já tivera como presidente Aquilino Ribeiro e Jaime Cortesão e que foi, acto contínuo, extinta pelo Governo.

A maioria dos escritores portugueses mostraram-se solidários com a sua associação, remetendo-se ao silêncio os poucos que pelas suas convicções ou prebendas estavam ligados à ditadura. Foram muito raros os que condenaram abertamente a concessão do prémio, apenas de entre os membros da direcção da S.P.E., Paço d'Arcos e Forjaz Trigueiros que aliás hoje lamentam esse gesto. A frente cultural antifascista, que se formara praticamente no seio da S.P.E. durante a anterior presidência, não perdeu energia, antes pareceu sair reforçada daquela provação, a avaliar pelo sopro progressista que passou pelos suplementos literários de alguns jornais e pela força acusatória de obras, algumas delas apreendidas pela censura, que logo vieram a lume e continuaram a surgir na ficção e na poesia, como por exemplo, *Seara de*

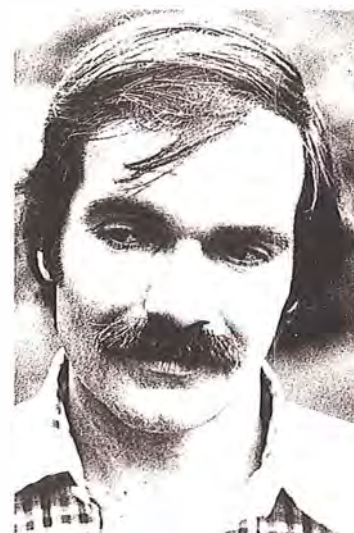
Vento, de Manuel da Fonseca, o meu livro *Imitação da Felicidade*, *O Delfim*, de Cardoso Pires, as peças do Sttau Monteiro, que o levaram à prisão, especialmente *A Guerra Santa*; *Quando os Lobos Uivam* de Aquilino Ribeiro; e, já um pouco mais tarde, *As Novas Cartas Portuguesas*, das Três Marias.

Voltando um pouco atrás, há um facto em que bem pouco se tem falado após o 25 de Abril: é que, antes de ser contemplado com o Prémio Camilo Castelo Branco, Luandino Vieira recebera já um pequeno prémio, quase simbólico, da Casa dos Estudantes do Império, pelo mesmo magnífico livro de contos *Luuanda*, onde figura a fabulosa história quase real «Vida e morte de Domingos Xavier» que, levemente transfigurada, relata a conspiração do M.P.L.A. que levou, no 4 de Fevereiro de 1961, ao assalto das esquadras da polícia, detonador da guerra colonial. Conheço particularmente bem esse episódio, porque fiz parte do júri que por unanimidade lhe conferiu esse galardão. Éramos três: o Carlos Ervedosa, angolano radicado em Portugal, a Glória Sant'Ana e eu.

Houve até pequenas notícias, que passaram despercebidas da censura, nalguns órgãos de comunicação social.

Poucos dias após o assalto à S.P.E. e os actos de vandalismo que ocorreram antes de ela ser selada, reunimo-nos em casa de Fernando Namora, o António Alves Redol, o José Cardoso Pires e eu, para estudarmos a situação de crise no meio literário e que medidas poderiam ser tomadas. Aí assentámos em que o Cardoso Pires iria a Londres levar toda a informação e agitar quanto possível a opinião pública, enquanto eu iria a Paris, onde tinha amigos e conhecimentos, devido a ter lá vivido largos anos. Falou-se em nos pagarem as viagens com um fundo que para esse efeito se iria constituir, mas tanto eu como o José Cardoso Pires resolvemos assumir nós próprios os gastos com os nossos magros direi-

Na origem da extinção da Sociedade Portuguesa de Escritores, em 1965, está a atribuição do Grande Prémio do Conto da Sociedade Portuguesa de Escritores a Luandino Vieira pelo seu livro *Luuanda*.



Luís de Sttau-Monteiro foi um dos escritores com obras apreendidas pela censura. Algumas das suas peças levaram-no inclusivamente à prisão.





Manuel da Fonseca (na fotografia), João Gaspar Simões, Fernanda Botelho, Augusto Abelaira e Alexandre Pinheiro Torres, eram os membros do júri que atribuiu o prémio a Luandino Vieira e que de imediato foram denunciados como «traidores à Pátria».

tos de autor. Pôs-se também a hipótese de enviar o Abelaira a Itália, mas uma conversa que com ele tive anos depois leva-me a crer que essa sugestão caiu no esquecimento. Em Paris, onde permaneci quase uma semana, contactei o *Nouvel Observateur*, onde escrevi eu próprio um texto anónimo, que veio a ser publicado, mas muito reduzido. O *Humanité* publicou mais ampla informação, tal como o *Temoignage Chrétien* e o *La Croix*, onde cheguei através do grande poeta e antigo resistente Pierre Emmanuel, com quem já há vários anos me dava e que tinha também relações com a revista *Esprit*.

Desde 1963 conhecia pessoalmente Sartre e Simone de Beauvoir. Estivéramos juntos, nesse ano, em Florença, num congresso organizado pela C.O.M.E.S. («Comunità Europea di Scrittori», com sede em Roma), onde estava presente uma numerosa delegação portuguesa. Telefonei-lhes. Sartre estava ausente de Paris, mas Simone de Beauvoir recebeu-me no dia seguinte, de tarde, e ofereceu-me chá de jasmim com bolinhos secos (foi para mim uma tarde inolvidável, onde discutimos não só sobre o fascismo português, mas sobre os destinos do mundo, a condição da mulher e até os livros

dela, sobretudo *Les Bouches Inutiles*, uma peça de teatro que me apaixonava).

Enviou-me para o Bernard Pingaud, que estava a secretariar os *Temps Modernes* onde a notícia veio a sair, e que eu também conhecera em Florença, nessa altura ao lado de Marguerite Duras, com quem na altura vivia.

Ainda nesse mesmo ano de 1965, participei em Roma num segundo congresso da Comes, agora na companhia de Luiz Francisco Rebello, Sophia de Mello Breyner Andresen e Francisco de Sousa Tavares, Fausto Lopo de Carvalho e Jorge Reis, que veio expressamente de Paris, onde estava exilado. Durante esse congresso denunciámos colectivamente o comportamento do governo fascista que extinguiu a S.P.E e eu próprio apresentei uma comunicação sobre a obra literária de Luandino Vieira, que, no regresso a Portugal, escondi tão cuidadosamente, com receio de uma visita da PIDE, que nunca mais consegui encontrá-la (a minha casa era uma autêntica biblioteca desarrumada, cheia de estantes e gavetas com livros e papéis). Essa perda causou-me tanto maior desgosto quanto, juntamente com o meu texto, tinha guardado um desenho que o Luandino me mandara do Tarrafal, como oferta, através de Lina, então sua mulher. Essa minha preocupação resultava de já me haverem sido apreendidos, numa minuciosa busca da PIDE, além de muitos livros, uma cartas, para mim também preciosas, que do Brasil me havia escrito o general Humberto Delgado e que nunca consegui reaver.

Voltando à nossa viagem a Roma, toda a delegação portuguesa foi, durante o congresso, recebida, graças à mediação do então jovem padre e historiador de arte Manuel Mendes Atanásio, pelo bispo do Porto, D. Manuel Ferreira Gomes, que se mostrou totalmente solidário com a nossa posição.

Não tardou, uma vez todos nós já em Lisboa, que a repressão se fizesse sentir, de uma forma assaz original: os nossos nomes desapa-

receram por completo dos jornais, excepto o de Fausto Lopo de Carvalho, cujo onomástico e patronímicos continuaram a figurar no cabeçalho do *Jornal do Comércio*, de que era director, mas apenas aí. Quanto ao mais, uma espécie de morte civil e literária. Durante muitos meses, já não sei ao certo se um ano, não houve críticas, nem a mais ligeira menção dos livros de qualquer de nós, que tão-pouco podiam surgir nas montras das livrarias. Nenhum de nós podia do mesmo modo assinar qualquer artigo.

Como eu, afastado da Faculdade de Letras, estava proibido já há muito de ensinar, por ter, segundo documento apresentado pela PIDE ao Colégio Moderno, «*ideias subversivas com animus conspirandi*», e exercia a profissão de jornalista, socorri-me temporariamente de um semi-pseudónimo, Augusto Tavares, que o não é totalmente, por o meu nome completo ser Urbano Augusto Tavares Rodrigues.

Eram estas tristes cenas do país que Salazar pretendia que fosse o «jardim de moralidade da Europa». Livros apreendidos, editoras assaltadas e destruídas, tal o caso da «Minotauro», de que fui director literário, aquando da publicação da *Guerra Santa* de Luís de Sttau Monteiro, preso e encarcerado nessa altura; sub-reptícias medidas cautelares e hipócritas como a proibição de publicação de anúncios de livros e nomes dos autores, ou de críticas sobre eles, e interdição de colóquios, de representações, mesmo privadas, de peças «políticas» ou «desmobilizadoras»...

É outro ar que hoje se respira em Portugal, mas nem tudo isto, que parece um pesadelo, e de certo modo também parece anedota, desapareceu por completo da nossa vida cultural, jornalística, literária. São outros os métodos, mas há discriminações, manhas, obsessões, castigos que perduram.

Não se irradia, completamente, em 25 anos, uma mentalidade com séculos de tradição inquisitorial e repressiva.

Vésperas de Abril

Francisco Seixas da Costa

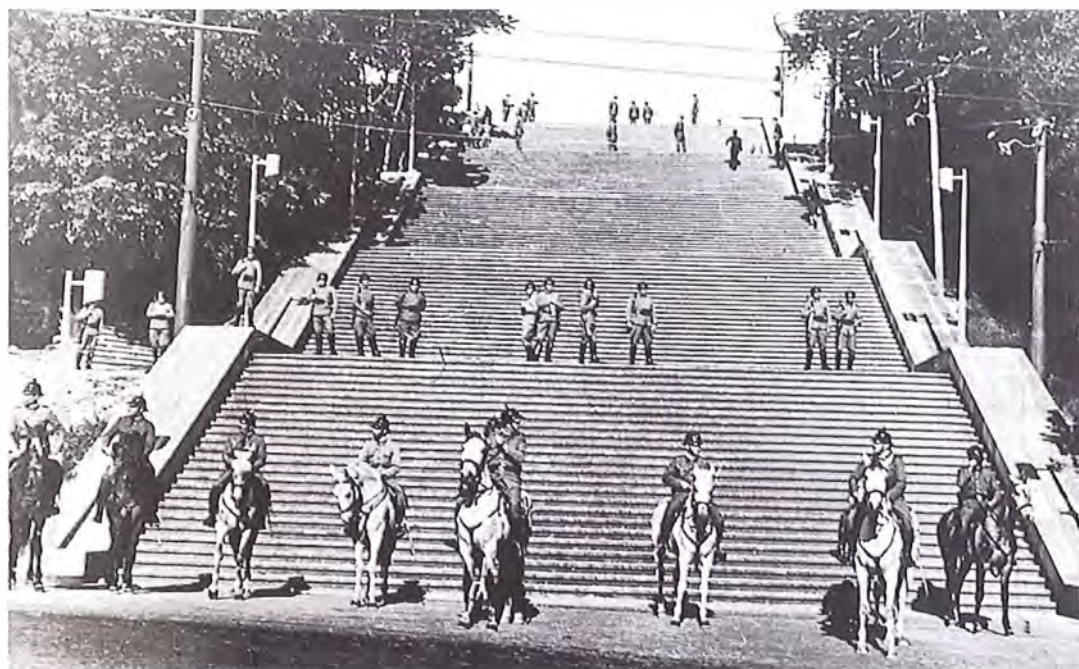
COM O AR SERENO QUE PROJECTAVA CONFIANÇA, A QUE a calvície precoce também ajudava, o António juntou-se à mesa do Montecarlo onde, sem arranjos prévios, nos íamos encontrando em algumas noites desses últimos meses de 1973. Forte da sua aura de resistente, que sabíamos ligado ao «Partido» ainda antes das lutas de 69 em Coimbra, com contactos cuja solidez nos não passava pela cabeça pôr em causa, lançou em tom algo displicente, seguro de antecipar a nossa ignorância: *«Então, já há mais novidades de Castelo Branco?»*.

Porque outra coisa não seria presumível na sua boca, habitualmente dada ao sério reportar de eventos heróicos das «massas», logo nos cheirou a bernarda política sobre a qual, porém, a nossa troca de olhares rapidamente traiu uma amesquinhante comunhão no desconhecimento. Explorando o embaraço colectivo, o António, sem largar o tom algo sobranceiro de quem «bebe do fino», mas já aberto a alguma generosidade informativa, lá esclareceu: *«Então vocês não sabem do levantamento de rancho e da saída das tropas para a rua?»*.

Ninguém sabia de nada, ninguém tinha ouvido falar de qualquer movimentação de tropas, parte substancial da mesa acordara nesse segundo para a própria existência de um regimento em Castelo Branco.

Registe-se, para a História, que era tudo mentira, que nem uma palha mexera na tropa das Beiras, que o boato surgira, como habitualmente, da magnificação de uma qualquer rixa menor, lida à luz da matriz de esperança que à época pintava qualquer buliço castrense, com que a rapaziada à roda do PCP ia alimentando a perpétua madrugada dos amanhãs que por cá tardavam em cantar.

Era assim o Portugal de então, para quantos de entre nós, na casa dos 20 e dos 30, nos entre-tínhamos, na cavaqueira após o jantar, a cultivar pequenas historietas com ressonância política,



enquadrando-as nessa manta de retalhos informativos que individualmente colecionávamos e que nos dava a ilusão de estarmos a acompanhar o curso das coisas, de percebermos o fio condutor do que politicamente se passava à nossa volta.

(Previno, desde já, o leitor que não encontrará, no que se vai seguir, veleidades de generalização sociológica e que assumo, sem hesitações, o carácter subjectivo da minha própria experiência pessoal e o datado simplismo da perspectiva que deixo registada. Mas arrisco poder representar, em muita dessa vivência e desse mesmo olhar, um ambiente que combinou o tempo estudantil de alguns, a diversa vida já profissional de uns quantos e o percurso jornalístico-intelectual de outros escassos eleitos que quase todos invejávamos.)

Juntos construíamos, no cultivo do debate de âmbito quase renascentista e da troca do *gossip* político-cultural, nessa Lisboa de pouco

antes de Abril, um terreno de convivialidade dispersa que marcou alguma da nossa geração.

A Lisboa dos cafés, onde muitos de nós atenuávamos a solidão de quem caíra na capital um tanto desamparado, era um espaço de absorção, por vezes um tanto impressionista, de uma imensidão de sinais culturais que, ainda que sem grande critério, pressentíamos essenciais à afirmação de uma certa modernidade de pensamento, que nos dava a cómoda sensação de pertença à tribo.

As novidades francesas recolhidas (sabe-se lá como...) das mesas da «Livrelco» ou da cómoda solidão da «Universitária», os suplementos literários dos vespertinos, os ciclos de cinema francês e as sessões de cine-clube do Chile, os cursos político-culturais e os colóquios no «novo» Centro Nacional de Cultura, iam de par com debates mais pesados que atravessavam as páginas da *Vértice*, da *Seara*, do *Notícias da Amadora* ou, mesmo, do *Jornal do Fundão*.



À época, *O Tempo e o Modo* estava já entregue a um radicalismo sem remissão, o *Comércio do Funchal* deixara de ser novidade e até o *& etc* perdera a sua graça meio anarca.

As raras polémicas na imprensa, quase sempre envolvendo apenas figuras de sensibilibidades da esquerda, acabavam por funcionar como mecanismos de substituição do debate democrático que não tínhamos e davam a cada um de nós um gozo proporcional à respectiva capacidade de partilha do código de leitura dos textos que o regime censório deixava passar, pela certeza que tinha da sua inocuidade prática em termos de proselitismo ideológico.

Marcados por uma evolução mais radical, alguns dessa geração assumiam ao tempo uma actividade política mais empenhada, de paralelo ou em substituição da militância associativa universitária. Uma vez inserindo-se na proliferação esquerdista em crescendo (do maoísmo à LUAR, passando pelo PRP ou

por aquilo que viria a ser o MES), as mais das vezes caminhando ao lado de um PCP cujos «revisionismo» e alegada passividade não esmoreciam as convicções de quem continuava a ver no «Partido» o eixo incontornável da vida política da oposição.

Alguns vindos dos áureos tempos do Vává, dos sobressaltos românticos da Suprema ou das noitadas da Alga, muitos de nós empreendêramos entretanto uma transição geográfica em moda, da Grã-fina até ao Montecarlo. Neste coabitavam já mundos muito diversos, da tertúlia neo-realista à marginalidade sexual, do vários jornalismo a um certo *bas-fond*, confinado este à área do dominó protegido pelos bilhares. O Montecarlo era um curioso espaço plural, uma espécie de permanentes «estados gerais» de uma esquerda em definição de projectos que, quando abonada, assomava ao bife nas «toalhas» e, na rotina da crise, se resumia à imperial do fim de tarde ou à bica da noite.

Esse é também o tempo da passagem frequente para «o outro lado da noite», de que o Bolero e, mais tarde, o Jamaica vão ser exemplos fortes, aliás numa linha de colagem de mundos que várias gerações de Lisboa sempre se entretiveram a cultivar e de que o Maxime e o Ritz Club, e noutras horas o British Bar, serão pilares eternos.

A política era, porém, um cenário de referência comum, se bem que com graus muito diversos de afirmação, de sensibilidade e, em particular, de intervenção. O choque eleitoral de 1969, complementado com as ressacas tardias do Maio anterior, tinha ajudado a adubar o saudável mal-estar que se sabia atravessar estudantes, sindicatos e, ao que se dizia, também militares. Embora a revolução não parecesse estar ao virar da esquina, o fumo do fim do regime presentia-se já no horizonte, sem saídas naturais muito evidentes.

Marcello Caetano revelava-se sem garra para recuperar, através de reforma ousada, as brechas psicológicas provocadas na opinião pública pelo cansaço da guerra colonial, pela dessintonia institucional com um mundo exterior que se infiltrava por todos os lados, tendo como pano de fundo a crise económica que a situação petrolífera acentuara no edifício do regime. O marcelismo, fórmula recauchutada do salazarismo por via inábil, havia-se refugiado na revisão semântica (DGS, ANP, Exame Prévio) como elemento de auto-convencimento da vontade da mudança, desmentida pelo abandono com estrondo da «ala liberal», pela forçada inoperância da solução SEDES e pelo enveredar pela reciclagem do pessoal da «situação». Marcello simbolizava a modorra do empate político, entre os «ultras» que pareciam tutelar Tomás e o bando disperso de renovadores sem aparente liderança.

O *Expresso* era a face mais visível do descontentamento do pessoal mais liberal – que, há que confessá-lo, muitos de nós olhávamos à



época com algum desdém, por identificarmos com um sector da classe política dominante que apenas vivia na não respeitável ânsia de tentar garantir espaço para uma qualquer via reformista que evitasse a ruptura radical. Ainda assim, o jornal era a porta mais aberta ao nosso *voyeurisme* face ao regime, que apreciávamos com algum deleite exterior, porque era muito mais criativo que o discurso ainda um tanto reviralhista do *República* e só acompanhado pela subtilidade persistente do *Lisboa*.

Mas a guerra continuava a ser, para muitos dentre nós, o verdadeiro elemento de fronteira que distinguia o que era politicamente correcto (o termo tinha então um significado bem diferente do actual) de tudo quanto se colava ao regime. O estatuto dos «movimentos de libertação» impunha-se então como um dogma sem contestação, erigido mesmo num símbolo de pureza ideológica que utilizávamos para absolver as nossas próprias fraquezas. Estar desse lado, sem condições, impunha-se à esquerda de então como uma evidência, um pouco como o que hoje sucede a todos nós com a causa timorense.

É claro que nem todos tinham a mesma visão táctica. Em crescendo, os maoístas iam ocupando com eficácia o terreno das escolas, sofrendo, ciclicamente, uma repressão selectiva que potenciava novas ondas de contestação, que o regime se via em palpos de aranha para controlar. Das manifestações-relâmpago à proliferação panfletária, os grupos que se reclamavam de Pequim e Tirana iam tecendo um interessante, embora heterogéneo, movimento de destabilização académica que, como sempre, desagradava profundamente ao PCP, que perdia em terreno o que ganhava em diabolização ideológica.

Para os comunistas «oficiais», que a polícia continuava a manter como alvo preferido, o período eleitoral de 73 consagrara, porém, o passo unitário prenunciado no Congresso de Aveiro, ao terem conseguido um entendimento com a corrente socialista, o que atenuou os dissídios fraticidas de 69. A isso se cumulava o seu crescente ascendente junto de uma parte do movimento católico, cada vez mais radicalizado desde os acontecimentos da Capela do Rato, parte chegando mesmo a ligar-se a uma deriva bombista, que o próprio PCP se vira forçado a acompanhar por via da ARA.

Algumas faixas do movimento católico democrático mantinham-se, contudo, à distância destas tentações e fixavam o pessoal político que caminhava na órbita declaratória da SEDES, que o 25 de Abril viria a espalhar pelo PS e pelo PPD.

Num registo menos dado a movimentações de massas, os socialistas haviam finalmente concretizado em Bad Godesberg a sua estruturação em partido, sob um programa político algo avançado para a sua base social tradicional. Esta continuava a não ultrapassar as profissões liberais de província e um conjunto de quadros urbanos da pequena e média burguesia, que em Lisboa sabíamos agrupados num sector da *Seara*, em cooperativas e em alguns ritos persis-

tentes, para além de cada vez mais dominantes na linha do *República*. Ideologicamente, continuavam federados pela imagem exilada de Mário Soares, recém prestigiado pela publicação de um *Portugal baillonné* que nos chegara pelas cumplicidades na «Barata», na «Moraes» ou na «Opinião».

Neste quadro, onde seguramente falta muita gente, começavam finalmente a aparecer os militares. De início eram apenas uns rumores de descontentamento de carreiras, através de uns textos que relevavam mais do corporativismo que da revolta com possíveis consequências. Sabia-se de Spínola e da sua corte de apaniguados da Guiné, mas temia-se que a distância que o separava de Kaulza fosse sempre mais curta do que a que ia até à esquerda. Entre as operações «Mar Verde» e «Nó Górdio» não se via uma diferença que justificasse um mínimo de crédito. Longe pareciam os tempos dos militares políticos da Sé ou de Beja e só os mais informados conheciam Melo Antunes, embora duvidassem que tivesse condições para levar à prática o seu rigor.

Reconheça-se que a experiência de convivência militar de muitos de nós, muito em especial desde os penosos tempos de Mafra, não aconselhava ao alimentar da esperança numa regeneração das Forças Armadas, que o passado ensinara penderem facilmente para o partido da ordem, temerosas com os descontrolos da rua. Acresce que, com escassas excepções, originadas pela abertura social do recrutamento, os militares de carreira que íamos frequentando, se bem que sensíveis a um certo desinquietar ideológico esquerdizante, nos pareciam ainda muito presos a reflexos de casta. Daí as reticências, e até alguma distância, com que víamos as suas movimentações e as raras virtualidades que lhes atribuíamos.

Felizmente, a realidade tem muito mais imaginação que os homens. Nesses idos de 73 e

inícios de 74, a força da movimentação democrática na tropa acabou por nos surpreender a todos, pela inesperada conversão de reivindicações corporativas, de raiz algo discriminatória face aos milicianos, numa consciência de poder potencial que levou à definição de um inesperado programa de democratização, com o fim da guerra como cenário, embora então apenas implícito.

A certa altura, aqueles que, como eu, serviam de militares a prazo, foram obrigados pela força das coisas a ter de levar a sério a «rapaziada do quadro» e a tentar integrar a nova onda política que se começava a formar, quanto mais não fosse para ensaiar participar em algum controlo do sentido do seu rebentamento.

As informações que nos iam chegando começaram a prenunciar coisa séria e forçaram-nos mesmo a gizar um entendimento exterior, por sobre as nossas próprias divisões políticas. Recordo duas tumultuosas reuniões de milicianos – uma delas em Campolide, outra perto da Avenida de Roma – onde, num granel organizativo e informativo que roçava a irresponsabilidade em termos de segurança, verificámos o muito que estava a mexer no «quadro permanente» e que as coisas tinham já uma dimensão que seria suicídio não procurar explorar.

Verdade que, para muitos, não era claro se a ruptura pressentida iria, de facto, desembocar numa linha afirmadamente democrática (e muito socializante, como alguns então pretendíamos) ou se, ao invés, não estaríamos a dar vento e a ser inocentes úteis para uma qualquer «quartelada» da qual nos acabasse por sair um Kaulza ou figura de idêntico jaez. Mas a parada valia o risco.

Seguem-se a edição do *Portugal e o Futuro*, a cena da «brigada do reumático» e as demissões de Spínola e Costa Gomes. Não havia ilusões de que o Portugal que emanava do livro de Spínola era uma espécie de gaullismo requen-

tado, sem óbvio futuro mas com a simpática virtualidade de dividir as hostes e trazer para o campo contra o regime sectores a que a esquerda tradicional não chegaria nunca. A aventura das Caldas não nos sossegou quanto ao que resultaria de um golpe militar, mas deixou-nos mais optimistas face ao estado de alma dos que discretamente se mobilizaram então para o apoiar.

Nas noites inquietas que se seguiram, cruzámos boatos e revimos sinais, para tentar perceber em que sentido o que estava prestes a acontecer encaminharia o futuro de todos. Ninguém tinha uma percepção total das coisas mas a progressiva junção de dados começava a tornar o *puzzle* mais coerente e com perspectivas de resolução.

Estou a ver o sorriso nervoso e o tom de gravidade histórica com que o António Reis nos disse, na biblioteca do quartel da EPAM, ao fim da manhã de 24 de Abril: «*é hoje à noite!*». Quando saiu, os três ou quatro que partilharam o segredo entraram num minuto estranho de silêncio, na consciência do peso insuportável da informação recebida. Todos sentimos que o dia seguinte – a que ninguém se lembrou então de chamar «25 de Abril» – seria o princípio de uma história diferente para todos nós, acontecesse o que acontecesse.

O resto é conhecido. Não me consta que o outro António de que lhes falei no início do texto – e que por aí anda – haja aparecido nessa noite no Montecarlo, a anunciar o arranque do Maia da parada de Santarém ou os golpes de mão à RTP e ao Rádio Clube, para daí a pouco. E ninguém lhe terá dito que, a essa mesma hora, Castelo Branco estava – agora sim! – a sair para a rua, rumo à vitória por que lutara.

O Montecarlo é hoje uma loja espanhola, mas os novos espaços de liberdade que se abriram nessa noite valem bem todos os cafés do mundo que perdemos.

Da Conspiração

Álvaro Guerra

TODO O GOLPE DE ESTADO OU REVOLUÇÃO PRESSUPÕEM um precedente conspirativo. Uma insurreição, como a de 25 de Abril de 1974, não seria obviamente possível sem uma conspiração. Mesmo que o objectivo dos capitães de Abril fosse de carácter revolucionário e implicasse a sublevação das massas, seriam sempre teses trotskistas a serem aplicadas – e com notável sucesso –, isto é: «Antes de mais, é preciso controlar a cidade, ocupar os pontos estratégicos e derrubar o Governo. Para tal temos de organizar a insurreição, e formar uma tropa de choque com um punhado de pessoas; com efeito, para isso não devemos recorrer às massas, um pequeno grupo é-nos suficiente» (Trotzky citado por Malaparte em *A técnica do golpe de Estado*).

Mas a conspiração pode apresentar-se sob variadas formas, inclusive revelar-se como um estado de espírito, um exercício de estilo ou uma sofisticada manifestação de individualismo.

Anos 50. Noite interminável de Março, passos perdidos em ronda de quartel, a boca seca pela espera, pela esperança, no Campo de Tiro de Alcochete, onde nunca dei um tiro e dirigi (entre aspas) a exploração agro-pecuária, com direito a cavalo de muita manha e ao privilégio de tirar a cortiça, em ano de lucros e sobreiros desnudados. Noite da Sé de Lisboa que deu o nome ao golpe (abortado), noite de ronda, muito mais miliciano que alferes, suspenso do sinal que não chegou aos amigos do major Pastor Fernandes e aos aliciados pelos amigos do Manuel Serra. Conspiração sem frutos.

Meses depois. Santa Margarida, manobras da NATO (que aceitara como membro fundador o Portugal da ditadura salazarista), ao longe a silhueta mítica dum vencedor (o marechal Montgomery), e os códigos diários – senha: campino; contra-senha: pampilho –, obra dum furriel cripto da minha terra, da minha escola. Conspiração inocente, bairrista.

Guiné-Bissau, anos mais tarde. Do mau lado da guerra, do lado errado da História. Alguns capitães platonicamente conspirativos, até ao limite das leituras interditas (Juan Clemente Zamora,



Carlos Albino e Manuel Tomás, responsáveis pelo programa Limite – onde passou a Grândola na madrugada de 25 de Abril –, à janela do jornal *República*, no dia 24 de Abril de 1974.



António Gramsci, outros epígonos) e passo em falso de um companheiro de visitas furtivas a Aldeia Formosa e ao Salinho (capitão Amílcar Domingues). Epílogo no Tribunal Militar de Santa Clara – depois do sangue vertido – testemunhos contra a guerra (a colonial) e vários anos do capitão na prisão da Trafaria. Mais contestação do que conspiração.

Longos anos na aventura da escrita (obviamente conspirativa), a literatura como uma tauromaquia (não a de Michel Leiris, mas a do perigo e a do touro de papel) e muito engano e desengano. *Quartier Latin*, o filme falhado sobre a morte do general Delgado (com Mário Soares e Jorge Semprun, à mesa do Lipp). Jardim do Luxemburgo, Paris da Rive Gauche – asilo, exílio – projecto «República» 1972. Conspiração em marcha.

Esboço da conspiração mestra. Para acabar com o tempo das conspirações – imaginávamos muitos perigos, mas nunca o de ver Lisboa bombardeada para que a Portugal chegasse a democracia.

Esfomeado de liberdade, sedento de Justiça, conspirarei desenfreadamente, muito para além do semi-subversivo «Ponto Crítico», para além das profundidades submarinas de «O capitão Nemo e eu». E servi-me de todos os riscos, desde que a sombra do grande plátano da quinta, nas Furnas de S. Miguel, alastrara sobre as notas manuscritas do major Melo Antunes, no verão de 1973 (testemunha, cúmplice, colaborante: Mário Mesquita).

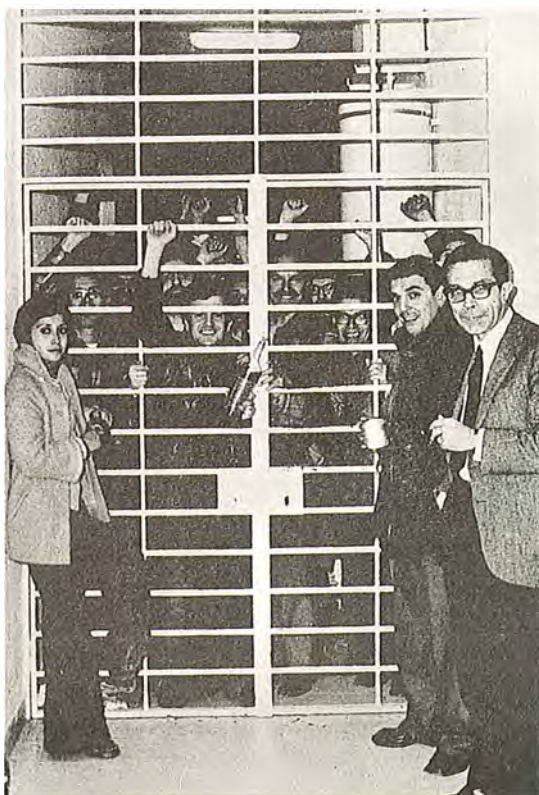
Depois a cavalgada, tantas vezes cega, no lugar decrépito da nova «República», na Rua da Misericórdia, ex-do mundo; na bancada do está-

dio de Alvalade; na estrada do reconhecimento dos emissores da rádio nacional a caminho de Vendas Novas e dos artilheiros conspirativos (com o Álvaro Belo Marques); com os meus companheiros escribas Assis Pacheco, Afonso Praça, Figueiredo Filipe, José Jorge Letria, etc.; nas «catacumbas» do Metropolitano (despistando esbiros), emissário, guia, intermediário entre a tropa e o socialismo (com o Pedro Coelho, o Marcelo Curto); numa livraria da Rua Augusta, folhinha de instruções dentro de livro (Comandante Almada Contreiras); e sempre o *República* (Raul Rêgo, Gustavo Seromenho, José Magalhães Godinho, com o Victor Direito, imagine-se!); até à tarde que antecedeu aquela madrugada, estando o futuro e todas as outras faces do tempo reflectidos nos olhos esbugalhados do Mário Henrique Leiria, reclinado no leito, de *gin* à mão, naquele primeiro andar de Carcavelos («*Olha, Mário, daqui a pouco vão bater à porta uns tipos para me levarem para Lisboa onde, esta madrugada, se produzirá uma revolução para acabar com esta merda*»). – Trim! Trim! – «*Que se faz tarde...*»).

Rua Marcos Portugal com o Fernando e o João Matos Silva, de prevenção para filmar o fim da ditadura, mas antes ouvir a *Grândola* que o Carlos Albino, a meu pedido, infiltrara no programa Limite (via Leite de Vasconcelos) – pontual Rádio Renascença, às zero e vinte cinco do dia em que os nossos capitães haviam de libertar o mundo, o nosso. E libertaram. No dia vinte e cinco de Abril de mil novecentos e setenta e quatro. Sem danos colaterais.

Todos os anos, pela Primavera

Diana Andringa



«...só eles, eles, frente a quem se abriu essa última porta, esse gradão entre o interior e o pátio do Forte de Caxias, puderam sentir inteiramente o significado desse dia, a liberdade reencontrada...». Centro de Documentação 25 de Abril, Coimbra.

TODOS OS ANOS, PELA PRIMAVERA, SURPREENDE-SE a olhá-los, a esses presos sobre quem – sem que sobre eles os anos passem fixados para sempre, jovens, surpresos de liberdade e alegria, nesse ano mágico de 74 – ano após ano se abrem as mesmas portas da mesma prisão, com um olhar onde se misturam a emoção e a inveja.

A inveja, sim.

Levou muito tempo a pensar a palavra certa. Que sentimento era aquele que se somava ao outro, colectivo, obrigatório, a emoção perante as grades finalmente abertas? Demorou-lhe, admitir que era a inveja. (Ainda não se tornara moda recordar que é com essa palavra que fecham os *Lusíadas*). Mas que outra coisa poderia ser, afinal, se só eles, eles, frente a quem se abriu essa última porta, esse gradão entre o interior e o pátio do Forte de Caxias, puderam sentir inteiramente o significado desse dia, a liberdade reencontrada, a liberdade política, certamente, mas também (mas; sobretudo?) a física nenhuma porta mais, nenhuma grade, entre eles e os que os esperam, entre eles e os mil gestos quotidianos cuja ausência se descobre custar tanto a suportar, tirar da estante um livro ao acaso, abrir uma cerveja, pôr um disco a tocar fora da curta hora autorizada, estirar-se no velho divã, discar no telefone o número de um amigo. Luxos irreconhecidos como tal até então, tomar banho em banheira, dormir sem horário, acender um fogão, comer em prato de louça, pedir uma bica escaldada, sorrir a alguém que não se conhece, apagar uma luz, rodar a chave numa porta – coisas de todos os dias, «importantizadas» pela ausência.

Então, o abrir da porta, essa porta que todos os anos se abre de novo sobre eles, jovens como então eram, sem que nada nos seus traços revele o cansaço ou a desilusão dos anos que seguiram, traz-lhe a inveja do momento único e irrepetível, daquele instante fugaz em que tudo foi possível, mesmo aquilo que nunca chegaria a sê-lo.

Inveja-lhes esse momento que não teve, essa possibilidade de juntar, no mesmo abraço, no mesmo riso, a liberdade de todos e a sua própria, a festa individual e a festa colectiva.

Teria sido bom, pensa, ter saído da cadeia nesse exacto momento, sem o sentimento: de culpa dos ficados para trás, porque todos estariam saindo ao mesmo tempo.

E o 25 de Abril é também isso, ou antes, a memória disso, desse sair lento, quase contra vontade, o coração dividido entre quem espera lá fora e quem na cela que se acaba de deixar ficou de repente mais preso e indefeso, das portas que se fecham à passagem, repetindo, no sentido inverso, o ritual do dia da entrada. Da última porta desse primeiro dia, a castanha, aquela por onde espreita o olho de quem guarda, para impedir a fuga: ou o suicídio, porque nenhum captor gosta que o capturado se lhe escape, excepto quando o suicídio dele seja obra sua. Das grades em frente, duplas, abrindo sobre o rio ou sobre um muro outro, com os passos de um guarda como única paisagem. Das paredes brancas, de que se aprendem uma a uma, de tanto as contemplar, as rugosidades. Dos apitos a ritmar o dia, do bater das grades noite após noite, coisa de verificar se continuavam inteiras, se preso nenhum preparava a fuga através delas. Da voz que anuncia: «Prepare-se para sair para interrogatórios». A tosse de um companheiro, no corredor ao lado, indicando o seu regresso de interrogatórios. O choro solto de uma presa, na cela da frente, ou o arfar asmático, ofegante, de alguém a sufocar numa cela próxima. Os risos das presas muito jovens na cela ao lado, cada dia fazendo da prisão um lugar habitável onde a vida continue – até conseguirem pôr nela o cheiro de bolos acabados de fazer. O grito da mulher chamando o filho, no bairro de barracas em frente da prisão. Os pesadelos dos presos adormecidos. O toque do clarim anunciando a morte do ditador. O som de pas-



sos e o som de portas. Até mesmo, um dia, o mais inesperado, o mais esperado dos sons, o assobio de uma *coladera* de um amigo que diz: «Sou eu, estou vivo, estou bem, estou a passar à tua porta». E a voz última: «Junte as suas coisas para sair em liberdade».

Liberdade. No dia 25 de Abril e nos seguintes, lembra-se, andara perdida pelas ruas, a tentar reter para sempre o que podia significar essa palavra. Da gente que chorava à gente que ria, dos que tinham cravos nas mãos à jovem que desenhava foices e martelos vermelhos nos carros militares que passavam. Lembrara-se de Hemingway, porque, Lisboa era, nesses dias, uma festa móvel.

Mas quando lhe perguntam o que foi para si o 25 de Abril, é ainda um som que lhe ocorre. Ouviu-o nos corredores do Metro da Rotunda. Um som conhecido e desconhecido, um som até então clandestino e nesse dia solto, vibrante, irreprímível, que foi reconhecendo enquanto se aproximava. Surgiam-lhe as palavras na memória, em línguas várias: «*De pé, oh vítimas da fome... Il n'y a plus de sauveur suprême, ni Dieux, ni César ni tribuns... Arroupons-nous, hermanos*».

Era um cego, no seu acordeão. O mesmo que, na véspera, pedia esmola, ao som da Júlia, florista.

Mural alusivo à libertação dos anti-fascistas presos. Buraca, Lisboa. Fotografia de Paixão Esteves.

Onde estavam as Mulheres?

Edite Estrela

A RECORRENTE PERGUNTA DE BAPTISTA BASTOS, a exigir ao entrevistado «toda a franqueza» na resposta – «onde é que tu estavas no 25 de Abril?» – tem sido glosada em vários contextos e com diferentes registos. Nem sempre adequados. Embora seja uma expressão datada, também eu não resisto à tentação de me apropriar dela e da a reformular para inquirir: *Onde estavam as mulheres no 25 de Abril?*

A pergunta é pertinente. A revolução dos cravos não teve heroínas nem relatoras. Não vimos qualquer mulher a merecer lugar de destaque nem sequer a contar-nos o que se passou. Aquele dia foi sobretudo «vivido» no masculino. Infelizmente aquela importante página da história nacional não foi escrita por punho feminino. Rezam as crónicas que foram homens os estrategos e os obreiros do 25 de Abril e, ainda, os rostos e as vozes que o povo viu e fixou. E compreende-se porquê.

Revolução feita por militares, o 25 de Abril tinha necessariamente de valorizar a intervenção masculina, uma vez que as Forças Armadas ainda não tinham aberto as portas dos quartéis à participação feminina. Os militares do 25 de Abril eram, como os de 24, homens. E também os líderes da oposição ao regime (neste domínio, aliás, o país pouco mudou: o reino da política continua a ser o reino do masculino!) e os deputados da ala esquerda da Assembleia Nacional. Em suma, a classe política era quase exclusivamente constituída por homens.

Essa ausência de protagonismo no feminino não significa que as mulheres não estivessem com a revolução e que muitas delas não se tivessem envolvido no processo antes, durante e depois.

Houve mulheres que sacrificaram carreira, vida pessoal e a própria liberdade para que Portugal fosse um país livre e democrático.

Porventura por excessiva discrição, as mulheres estiveram presentes, mas quase invisíveis. Dando o seu contributo, sem nada pedir em troca, com determinação, fazendo o que devia ser feito para que a



revolução fosse bem sucedida. Como foi. Sem violência nem derramamento de sangue, sem vinganças nem ajustes de contas ou estragos inúteis.

Na generalidade, as mulheres desempenharam o papel que tradicionalmente lhes era atribuído, permanecendo no espaço privado, a casa, e deixando livre todo o espaço público para a afirmação masculina.

Talvez a criança do *poster* que correu mundo ao lado da espingarda com o cravo pudesse ser uma menina. Podia, mas não era. Mulher, só Sophia, poeta, vate e demiurgo, situando-se num plano diferente, entre o povo e a divindade. E com ela, no dia da revolução, a poesia esteve na rua.

Revolução no masculino de que obviamente as mulheres muito beneficiaram. Com a revolução quebraram-se normas e regras seculares, aboliram-se tabus e preconceitos. A mulher portuguesa deixou de ser olhada apenas como filha, esposa e mãe e passou a ser considerada também como cidadã. Com os mesmos direitos e deveres que os homens, reconhecidos pelas leis que foram sendo adequadas aos novos tempos. Pôs-se fim a todo o tipo de discriminação. No plano legal, homens e mulheres passaram a ser iguais. Mas não o foram, nem são, de facto, porque o ritmo da vida e sobretudo a mudança das mentalidades não coincidem com as alterações produzidas nas leis.

Mesmo assim, pouco a pouco, as mulheres foram ocupando o espaço público e conquistando um estatuto diferente. Foi-lhes reconhecido o direito à participação na vida política e à realização profissional, sem limitações de acesso a qualquer carreira. Sem limitações legais, entenda-se, porque na prática elas subsistem, ainda hoje, 25 anos depois.

Um pouco por toda a parte, naturalmente. Não estavam, com certeza, na diplomacia nem na magistratura. E também não estavam nas autarquias.

As mulheres estavam impedidas de exercer essas profissões. Só depois de 1975 surgiu a possibilidade de serem *Presidentes de Câmara, juízas e embaixadoras*. O que teve consequências no nosso idioma.

Vejamos como é que a língua portuguesa conciliou a evolução do papel da mulher na sociedade dos nossos dias e o tratamento gramatical do feminino. A este propósito não posso deixar de citar as palavras de João de Araújo Correia: «*Poucas línguas se poderão gabar de tanta abundância de termos femininos como a nossa. O francês arrepende-se de possuir apenas meia dúzia*». Aliás recorre ao *Monsieur/Madame* para não condescender com o feminino – *Monsieur le professeur/Madame le professeur; Monsieur le médecin/Madame le médecin...* E acrescenta: «*[...] Pelos domingos se tiram os dias santos. O que se diz de poetisa e rainha, poderá dizer-se de ministra, embaixatriz, etc. Seria ridículo o ministro ou o embaixador que pintasse os lábios em público. Não deixe a mulher de ser mulher para exercer funções de advogado, médico e engenheiro. Seja briosamente advogada, médica e engenheira*» (in *Língua Portuguesa*).

Mas os novos tempos abriram perspectivas de novas carreiras para as mulheres. E as novas funções da mulher exigiram adaptações a nível da língua. É o caso do feminino de embaixador. A coexistência de *embaixadora* a par de *embaixatriz* parece resultar da necessidade (ou será preconceito?) de distinguir a mulher do embaixador, tradicionalmente designada por embaixatriz, e a chefe da embaixada, ou seja, a mulher que desempenha tal cargo diplomático. Assim, convencionou-se que esta última seria designada *embaixadora*.

Ainda em relação aos femininos, hoje já se fala de *juízas* e de *ministras*. No entanto, quem não se lembra da dificuldade dos nossos jornalistas quando a engenheira Maria de Lurdes Pin-



tassilgo foi primeira-ministra? Ela era «a primeiro-ministro», «a primeira-ministro» e outras versões derivadas da criatividade linguística do repórter.

O feminino *juíza*, caído em desuso, só depois do 25 de Abril volta a ser introduzido no discurso quotidiano.

Aliás, esta referência à «revolução dos cravos», faz-nos recordar a revolução que exprimiu aquela: a da linguagem, mais propriamente, a revolução que se operou no léxico quotidiano.

Houve palavras que, tal como a poesia, vieram para a rua. Eram as palavras que o antigo regime escondia porque não queria ser denunciado. Tinham essas palavras uma conotação bem negativa: *fascismo* e *fascistas*, *a pide* e *o pide* e ainda *pidesco/pidesca*.

Houve também palavras que saíram da rua ou que deixaram de ter o sentido que dantes lhes era atribuído: a *Família* patriarcal, o *Estado*, em abstracto, a *Igreja*, misteriosa, e o *Diário do Governo*, onde os *Governantes* davam forma, a *Bem da Nação*, às dores de cabeça que o povo, analfabeto, sempre lhes provocava! *Deus*, *Pátria*, *Autoridade* zelavam pela *Ordem* e impunham a *Disciplina*.

E houve palavras libertadas que circulavam por entre os cravos: *democracia*, *democratas*, *democrático*; *assembleias*, *reuniões* – com *pontos de ordem* à *mesa*, *moções*, *declarações de voto*, *requerimentos*... –, *comícios*, *manifestações* do *povo unido*; *discursos de consenso*, *plataformas de entendimento* entre *sindicatos* e *patrões*; *partidos* com os seus *líderes* de ocasião, quase sempre apoiados pelos *líderes de opinião*, sempre, ou quase sempre, figuras *carismáticas*.

Houve a moda nova, a festa das siglas, as letras que era obrigatório aprender para compreender as mensagens que brotavam incessantemente, torrencialmente: MFA; PREC; SUV;...

Foi assim no 25 de Abril de 1974. E depois também. Como já disse, as mulheres com actividade política eram raras, mas mesmo essas foram completamente ignoradas no processo revolucionário.

Se fosse hoje, como seria?

Necessariamente diferente. As mulheres, ainda que minoritárias, estão já presentes nas várias instâncias do poder, no governo, no Parlamento, no poder local, nas associações cívicas, nas empresas e nas Universidades.

Estas mulheres, com provas dadas e bem sucedidas nos vários sectores da nossa sociedade, não deixariam de assumir um papel activo num acontecimento tão fundamental como foi o 25 de Abril. Até porque não há mudanças sociais enquanto as mulheres não entrarem em cena, como reconhecia o escritor inglês H. G. Wells.

O 25 de Abril na Poesia Portuguesa

Fernando J. B. Martinho

AO LONGO DOS ANOS, ESPECIALMENTE NO PERÍODO compreendido entre os fins da década de 30 e as vésperas do 25 de Abril, foi-se definindo, entre nós, uma tradição de *poesia de resistência*, de oposição ao Estado Novo. Para a formação de tal tradição contribuíram poetas oriundos de diferentes quadrantes, embora com relevo para aqueles que inscreviam entre as preocupações maiores da sua poética o empenhamento cívico e social. De forma mais velada ou mais aberta, a lírica resistente afirmava-se enquanto poesia combativa, de denúncia da iniquidade do regime, do seu aparelho repressivo, pondo sempre em primeiro plano o seu empenho pela liberdade de que se via privada. A sua voz foi, durante décadas, lamento, protesto, acusação, imprecação, ora animada pela esperança ora abatida pelo desânimo. Apelo à mudança, à transformação, procurou captar a adesão, a cumplicidade dos que a liam, dos que nela, muitas vezes, buscavam ânimo para o combate em que estavam igualmente empenhados. O espaço de comunhão criado, a partilha de códigos permitiam, sem dificuldades de maior, a *tradução* das alusões, como, por exemplo, no famoso poema de *Livro Sexto*, de Sophia, «O velho abutre», em que o leitor da época (começos dos anos 60), de imediato, reconhecia Salazar. Por outro lado, a poesia resistente fez-se também, frequentemente, louvor, celebração de figuras paradigmáticas, em regra vítimas do regime, como Catarina Eufémia, acerca da qual se constituiu todo um cancionário (*v.*, a título de exemplo, o poema que lhe dedicou Sophia em *Dual*, de 1972), ou José Dias Coelho (*v.* «Suave sob o cômor», de *(Este) Rosto*, 1970, de Fiamma Hasse Pais Brandão). De outras vezes incidiu sobre heróis vivos a celebração, como é o caso de *Cântico do País Emerso*, de Natália Correia – celebração a quente, muito próxima dos eventos, e percorrida por um poderoso sopro épico, do assalto ao *Santa Maria* protagonizado por Henrique



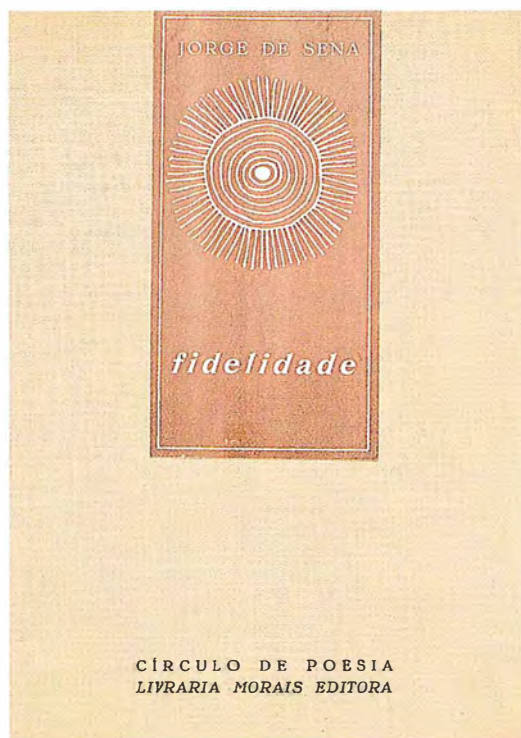
Galvão, nos princípios de 1961: «[...]// *Demónio vestido de marinheiro, tudo / O que vem buscar a alma do Capitão // Tudo quanto é marítimo por dentro / Intimamente humanamente submarino / O gosto a sal a humidade o cheiro tudo / Quanto é entrar na baía do sonho / Pela boca de um rio clandestino / O passeio do vento à noite nas cobertas / O percurso sonâmbulo das milhas / O olhar líquido cerúleo das vigias / Abertas, a ternura que ao longe têm por nós / As ilhas, a pessoa que amámos noutra vida / Encontrada no cais à hora da partida / E perdida depois à hora da chegada... / Tudo quanto é amor e despedida / E ter amigos do tombadilho da amurada... // [...]*». De novo, aqui, se conta com a cumplicidade do leitor, que, pelas múltiplas alusões contidas no texto e pela proximidade dos eventos narrados, facilmente identifica o «Capitão». O mesmo se verifica no poema «Aqui» de Fernando Assis Pacheco, relativamente à identificação de Hum-

berto Delgado, um texto, porém, em que, por força das circunstâncias, a lírica de denúncia segue as vias da elegia fúnebre: «*Porque o mataram com um tiro / nas costas, em Villanueva. / Aqui, aqui – não fosse falar. / Porque o mataram em Villanueva, / isto é, longe. Ficou sem voz. / Os olhos parados, girassóis / na névoa. Breves pulsos / desatados. Em Villanueva, / com um tiro nas costas. / Não fosse falar, mover-se / pelas estradas – isto é, perto. / Em Villanueva del Fresno. // [...]*».

Entre os que, ao longo dos anos, conheceram as prisões do Estado Novo, encontram-se alguns poetas. Bastaria recordar os nomes de Jaime Cortesão, Torga, Casais Monteiro, Borges Coelho, Veiga Leitão. Este último deixou-nos um livro com um título, *Noite de Pedra*, 1955, que, emblematicamente, resume o que foi não apenas a sua experiência pessoal de encarceramento mas a de todo um país privado de liberdade. Quem não fixou alguns dos mais sortíle-

gos textos da colectânea, como «Primavera de 52»: *«Sinto-lhe o cheiro. O cheiro apenas. / É denso e leve. Morno. / – Um hálito de forno / feito de penas. // Sinto-lhe a forma. E apenas se projecta, / no meu silêncio escuro, / a forma distante e secreta / dum ovo maduro.»*? Já menos conhecida será, no seu recorte clássico, a «Ode à Liberdade» de Jaime Cortesão (cf. a última quintilha: *«Querem mãos assassinas sufocar-te / Nas entranhas maternas. Mas em vão. / Virás como a torrente desprendida, / Porque és o sopro e a lei da Criação / E não há força que detenha a Vida»*), um dos muitos que morreram sem saberem, como se diz no verso de Jorge de Sena, «qual a cor da liberdade» no seu país. O tópico presente no verso final da ode será glosado de múltiplas formas pela *poesia de resistência*, e será mesmo, na determinação e na positividade proclamadas, aquilo que verdadeiramente a define enquanto tal. A estilística da *poesia de resistência* não assenta apenas no relevo concedido aos destinatários, com vista a uma sua consciencialização ou ao seu envolvimento num projecto comum; radica igualmente na sua dimensão futurante, na reiterada proclamação de uma esperança de transformação.

A partir dos anos 60 encontrou a lírica resistente uma importante caixa de ressonância na canção de intervenção, que frequentemente a ela recorreu para as suas letras. Chegavam, agora, a um público mais alargado os poemas de José Gomes Ferreira, de Torga, de Gedeão, de Sena, de Sophia, de Carlos de Oliveira, de João Apolinário, de Saramago, de Manuel Alegre. Aproveitavam-se, de um modo geral, textos mais directos ou de mais fácil descodificação para garantir o objectivo pretendido, que era, no essencial, fazer passar, com eficácia, uma mensagem de incitamento à mudança, em tempos que, com a guerra colonial, a emigração, a agitação nas universidades, de todos os lados a exigiam. Os meios de difusão utilizados, que



«Não hei-de morrer sem saber / qual a cor da liberdade. // Eu não posso senão ser / desta terra em que nasci. / Embora ao mundo pertença / e sempre a verdade vença, / qual será ser livre aqui, / não hei-de morrer sem saber»,
Jorge de Sena, *Fidelidade*, 1958.

incluíam a rádio ou mesmo a televisão em alguns programas mais abertos, permitiam que se atingissem sectores do público que não eram apenas os que já militavam na oposição ao regime, como de certo modo se verificava, por exemplo, num outro plano de intervenção musical, com o Coro de Fernando Lopes Graça nos anos 40 e 50. Não por acaso certamente a senha escolhida para o arranque da Revolução, foram os capitães buscá-la à canção de intervenção, a uma das suas vozes mais conhecidas, José Afonso.

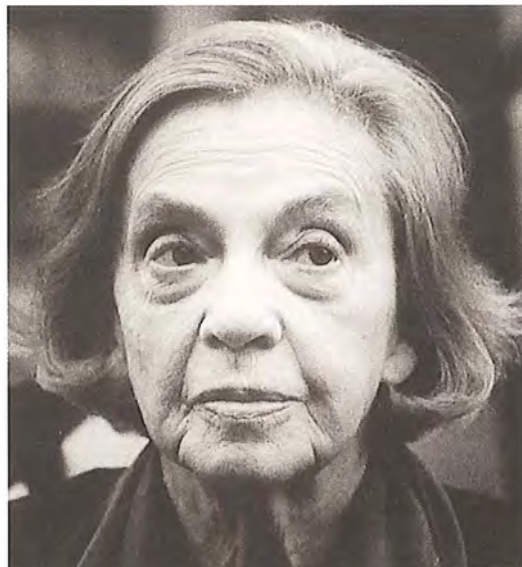
E chegou, finalmente, o dia por que durante anos se esperara. Como, algum tempo depois, dirá Manuel Alegre em «Trova do mês de Abril»: *«Foram dias foram anos a esperar por um só dia. / Alegrias. Desenganos. Foi o tempo que doía / com seus riscos e seus danos. Foi a noite e foi o dia / com a esperança de um só dia. // [...]»*. É júbilo

o que exprimem os poetas que logo saúdam a chegada da liberdade. Aqui, destaca-se o poema de Sophia «25 de Abril»: «*Esta é a madrugada que eu esperava / O dia inicial inteiro e limpo / Onde emergimos da noite e do silêncio / E livres habitamos a substância do tempo*». A poeta fala como se tudo agora começasse de novo, e nos fosse dado habitar-mos plenamente o presente, numa total identificação com ele. Se a lírica de resistência se fundava na relação dialéctica entre a denúncia de um presente ferido de iniquidade e o desejo e a esperança de um futuro libertador, a que celebra o emergir «da noite e do silêncio» faz da coincidência plena com o momento vivido o seu fundamento maior. É, enquanto poesia do presente, que tranquilamente habita «a substância do tempo», sem fissuras ou divisões. Mais patente isso fica no poema «Revolução», que é como que a explicitação, por via de sucessivas comparações, do que o outro de modo despojadamente jubiloso afirmava: «*Como casa limpa / Como chão varrido / Como porta aberta // Como puro início / Como tempo novo / Sem mancha nem vício // Como a voz do mar / Interior de um povo // Como página em branco / Onde o poema emerge // Como arquitectura / Do homem que ergue / Sua habitação*». Poetas que de tudo foram roubados, poetas da despossessão, sentem, agora, o domínio de si, de tudo, do tempo, fazem seu o presente, da substância da «terra», como se diz no quarto poema (26.4.74) da sequência «Rente à fala» de *Limiar dos Pássaros*, 1978, de Eugénio de Andrade: «*Esta terra de sol esta terra ainda / é bem ela esta terra inocente / este corpo há que deixá-lo ser água / não é fácil separá-lo da luz / quase nua esta terra agora minha*.» (cf. *Poemabril*, org. de Carlos Loures e Manuel Simões. Para além desta antologia poética, publicada, na sua 2ª ed., pela Fora do Texto, de Coimbra, em 1994, refira-se a publicação em 1999 de dois volumes antológicos comemorativos dos 25 Anos do 25 de Abril, um

de poemas, *A Poesia Está na Rua – 25º Aniversário 25 de Abril*, edição conjunta do Inatel e da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, e outro, que abrange, para além do texto poético, o texto narrativo, o texto ensaístico e o texto dramático, *Abril*, editado pela Comissão *Abril de Abril*, de Braga). O seu é um canto «rente à fala», da coincidência, não da descoincidência. Rente à fala também é o conhecido poema em prosa com que José Gomes Ferreira, por entre dúvidas, incredulidade e incontido júbilo, comemora a vinda do dia que tantas vezes cruzara o céu de apóstrofes e raivas das páginas em sangue do seu diário em forma de poemas. O presente narrativo é uma forma de total assunção do momento histórico que vive, presença cada vez mais real e mais partilhada num universo que sempre sentiu o fascínio dos espectros e do irreal. Sobressai, aqui, como nos poemas de Sophia, a ideia de que «tudo» vai «recomeçar», de que teve início um tempo novo. Um tempo de reencontro consigo mesmo e com os outros: «*Saio de casa. E uma rapariga que não conheço, que nunca vi na vida, agarra-se a mim aos beijos. // Revolução*». Ser da memória, no entanto, não esquece aqueles a quem não foi dado terem a alegria da partilha fraterna do dia tão ansiosamente esperado: «*(Só é pena que os mortos não nos possam também telefonar da Morte: o Bento de Jesus Caraça, o Manuel Mendes, o Casais Monteiro, o Redol, o Edmundo de Bettencourt, o Zé Bacelar, a Ofélia e o Bernardo Marques, o Pavia, o Soeiro Pereira Gomes e outros, muitos, tantos... [...])*».

A celebração faz-se grito festivo, libertação de energias represadas, no «Soneto de Abril» de Natália Correia: «*Evoé! de pampano os soldados / rompem do tempo em que Evoé! a terra / salvé rainha descruzando os braços / com seu pé de papiro pisa a fera. // Na écloga dos rostos despontados / onde dos corvos se retira a treva, / de beijo em beijo as ruas são bailados / mudam-se as casas para a*

primavera. // Evoé! o povo abre o touril / e sai para o Sol perfeitamente Abril / maravilha da Pátria ressurrecta. // Evoé! evoé! Tágides minhas / outra vez prateadas campainhas / sois na cabeça em fogo do poeta» (Poemabril). Jorge de Sena, de Santa Bárbara, na Califórnia, envia, pouco depois do dia 25, com a sua «Cantiga de Abril», uma saudação «às Forças Armadas e ao povo de Portugal». E, para isso, retoma um dos seus mais conhecidos poemas de resistência dos anos 50, «Quem a tem...»: «Não hei-de morrer sem saber / qual a cor da liberdade. // Eu não posso senão ser / desta terra em que nasci. / Embora ao mundo pertença / e sempre a verdade vença, / qual será ser livre aqui, / não hei-de morrer sem saber. // Trocaram tudo em maldade, / é quase um crime viver. / Mas, embora escondam tudo / e me queiram cego e mudo, / não hei-de morrer sem saber / qual a cor da liberdade» (Fidelidade, 1958). O canto, agora, é um canto de alegria de quem teve oportunidade de descobrir, de «saber qual a cor da liberdade». O ritmo é o da cantiga popular (reconhecível no título) de que o poema de Fidelidade era a glosa. E, ao longo do poema de versos heptassilábicos, num dístico que funciona como refrão, responde-se à pergunta que já estava implícita no texto de partida: «Qual a cor da liberdade? / É verde, verde e vermelha». A par da alegria pela afirmação de uma «verdade» que sempre se esperou acabasse por vencer («Saem tanques para a rua, / sai o povo logo atrás: / estala enfim altiva e nua, / com força que não recua, / a verdade mais veraz.»), há, como também se verificava no poema de Gomes Ferreira, um lamento por aqueles que não puderam «ver / o dia do despertar» («Tantos morreram sem ver / o dia do despertar! / Tantos sem poder saber / com que letras escrever, / com que palavras gritar!»), ao mesmo tempo que, no espírito do poeta, está bem presente a memória de «quase cinquenta anos» de «servidão» («Quase, quase cinquenta anos / reinaram neste país, / a conta de tantos danos, / de



Sophia de Mello Breyner Andresen.
Fotografia de Luísa Ferreira.

tantos crimes e enganos, / chegava até à raiz. // [...] // Essa paz de cemitério / toda prisão ou censura, / e o poder feito galdério, / sem limite e sem cautério / todo embófia e sinecura. // [...] // Essas guerras de além-mar / gastando as armas e a gente, / esse morrer e matar / sem sinal de se acabar / por política demente. // [...] // Esse perder-se no mundo / o nome de Portugal, / Essa amargura sem fundo, / só miséria sem segundo, / só desespero fatal. // [...]», 40 Anos de Servidão, 2ª ed. revista, 1982). Num texto composto por Sena no dia seguinte aos memoráveis festejos do 1º de Maio em Lisboa, a voz que chega até nós, da distante cidade californiana, é uma voz entregue a uma reflexão política e que se dirige aos seus concidadãos, convidando-os a partilhar das suas preocupações. A voz poética fala em nome de uma sageza que alerta para a necessidade de moderar os excessos da *hybris* utópica («[...] aprendamos que, em política, a arte maior é a de exigir a lua / não para tê-la ou ficar numa fúria por não tê-la, / mas como ponto de partida para ganhar-se, do compromisso, / uma boa lâmpada de sala, que ilumine a todos.»), do entusiasmo

irreflectido («*De todo o coração, gritemos o nosso júbilo, aclamemos gratos / os que o fizeram possível. Mas, com toda a inteligência / que se deve exigir do amadurecimento doloroso desta liberdade / tão longamente esperada e desejada, trabalhemos cautelosamente, / politicamente, para conduzir a porto de salvamento esta pátria / por entre a floresta de armas e de interesses medonhos / que, de todos os cantos do mundo, nos espreitam e a ela*»). Essa voz sage, como que de corifeu, em face do que pressente serem já os sinais de uma vertigem incontrolável, volta a ouvir-se em outros poemas do período imediatamente posterior ao 25 de Abril, como em «Cantiga de Maio», que tem como refrão o seguinte dístico: «*Liberdade, liberdade, / tem cuidado que te matam*». A radicalização do processo no ano seguinte levará outro poeta que igualmente se distinguiu na oposição ao Estado Novo, Miguel Torga, a deixar, em «Lamento», 1975, registo do seu indistigível cuidado: «*Pátria sem rumo, minha voz parada / Diante do futuro! / Em que rosa dos ventos há um caminho / De inédita aventura, / Que o poeta, adivinho, / Veja com nitidez / Da gávea da loucura?*» (Diário XII, 1977). As clivagens acentuam-se, e para outros, como José Gomes Ferreira, o que se vive depois de Novembro de 75 é já irremediavelmente a «*agonia da Revolução*». Mais tarde, haverá quem recorde os idos de 75 com terna ironia, e é o que faz Luís Filipe Castro Mendes num poema assumidamente paródico da famosa «Elegia do Amor» de Teixeira de Pascoais: «*Lembras-te, meu amor; / das tardes estivais / em que íamos os dois / tão só manifestar / para junto do Povo / Unido e dos demais, / onde a História pudesse / ouvir-nos conspirar? / Tu levavas na mão / um papel exaltado / e davas-me o teu braço: / e eu, absorto, sonhava / teu corpo que perdi... / E ao longe a multidão / era um arfante abraço, / que logo se juntava / ao que eu sonhava aqui. / A harmonia da luta / ganhava teus sentidos. / A multidão ope-*

rária / em breve diluía / na massa o teu perfil / e os sonhos escondidos... / Erravam pelo ar / canções da Utopia / – canções que de bem longe / as classes oprimidas / traziam na lembrança... / Olhavas para mim, / cuidando qual criança / no sentido da História: / esquecíamos assim / o rumo da Vitória... / [...]» (O Jogo de Fazer Versos, 1994).

Mas a memória das vivências do período revolucionário pode não estar delas tão distanciada, e fazer-se num outro registo. É o que se verifica em textos de Casimiro de Brito e Manuel Alegre incluídos em livros vindos a lume no começo da década de 80. O primeiro evoca, num poema («Memória do primeiro de Maio») de *Labyrinthus*, 1981, o que houve de exaltante «*festa solar*» no 1º de Maio de 74, e a devolução, aí confirmada, a um povo do «dom da fala»: «*[...] // O mar foi o mar na praça pública a luxuriante / Vegetação / a festa solar / a luz crua / Do exílio e da morte / o espectáculo / De um povo (águas / D'abril) a quem foi devolvido / O dom da fala / a mística / Da revolução. Ouve-se / Por toda a cidade / O grande coral da liberdade ...*». O segundo põe em diálogo, num poema de *Atlântico* («Cantiga de Abril [segundo Fernão Lopes]»), também de 1981, duas revoluções, a de 1383 e a de 1974, não apenas para lhes acentuar as semelhanças, mas também para se interrogar sobre o sentido da «História», e o lugar nela das *continuidades*, das *descontinuidades*, das *rupturas*, dos «*acazos*»: «*[...] // E começava a gente de juntar-se / e tanta que era estranha de se ver: / Não cabiam nas ruas principais / cada um desejando ser primeiro / e todos feitos d'um só coração. // Não sei se a História tem um fio se / não tem. Mas já de Santarém partiu / o Capitão. De negro vem vestido / em cima da Chaimite. Ouves? É o trote / das lagartas. Cavalos e cavalos. // [...] // Andando o Povo levantado andando / um Major aos seus homens perguntando: / Adere ou não adere? É só. Mais nada. / E o segundo-sargento perfilandose: / Há vinte e cinco anos que espero este*

momento. // [...] // *Soem às vezes altos feitos ter / começo por pessoas cujo azo / nenhum povo podia imaginar. / E pois assim aveio que em Lisboa / um cidadão chamado Álvaro Pais: // Onde matam o Mestre? Que é do Mestre? / De cima não faltava quem gritasse / que o Mestre estava vivo e o Conde morto. / Mas isto já ninguém o queria crer. // Continuidade. Descontinuidade. / E o que é a ruptura? E a História? Um caos de acasos. / Kairos (dizem os gregos). Conjunturas / favoráveis. / Verás florir as armas. // E já o Capitão entra na Praça / andando o Povo levantado andando / apoiando a coluna quando avança / para cercar o Carmo às doze e trinta. // Traziam uns carqueja e outros lenha / alguns pediam escadas e bradavam / que viesse lume para porem fogo / e queimarem o traidor e a aleivosa. // E em tudo isto era o tumulto assim / tão grande que uns aos outros não se ouviam / e não determinavam coisa alguma. // [...]».*

Ainda mais próximo dos sucessos narrados está o poema de José Carlos Ary dos Santos «As Portas que Abril Abriu», 1975, composto entre Julho e Agosto de 1975: «*Era uma vez um país / onde entre o mar e a guerra / vivia o mais infeliz / dos povos à beira-terra. / Onde entre vinhas sobredos / vales socalcos searas / serras atalhos veredas / lezírias e praias claras / um povo se debruçava / como um vime de tristeza / sobre um rio onde mirava / a sua própria pobreza. // [...]».* Aspecto digno de nota na edição do poema é a presença, nas suas margens, de um texto em prosa que vai dando, de forma resumida, conta dos eventos mais relevantes do processo revolucionário a que no corpo do texto poético se alude, e que, para além de cumprir uma função didáctica junto do leitor, sugere a condição de repórter dos grandes mudanças históricas em que o poeta se quer investido. A prosa, uma outra prosa, movida por irrefragável ímpeto inovador, serve a Maria Velho da Costa, num texto de Março de 1975, «Vinte falas portuguesas para

uma revolução», para restituir a fala ao povo, a um povo que aprende com os «erros» e se soergue, para possuir, como diz, «*a terra acompanhado*» (v. três das últimas falas: «16. *Saiu-me das entranhas o novo mundo dos humildes, a proximidade das pátrias dos pobres. Possuirei a terra acompanhado. Esperar; baixa a cerviz, não é servir. Isso sabemos. // 17. Meu ânimo permaneceu canhestro no granjear de bens e sua contagem. Não temo irmãos, hesitantes, traídos, desavindo, buscando novas rotas. Irmãos. De meias de fioco, gravata envergonhada, gosto mau. De elegantes e a preço, gente de muitas coisas e de pouca fé, esses, meus reles inimigos. // 18. Há quinhentos anos que me sentei a sossegar para esta aurora, esta velada de armas impossíveis. Eu que sou de arrancadas e desdêns. Há quinhentos anos que empato os exórdios da Europa a que me civilize, mais um museu cuidado. Nunca me mexo que não seja de vez. Porque só sei andar destinos mores, difícilimas horas, barcas de noz, quadradinhos diminutos contra impérios. Seguir inverosímeis capitães. Porque foram soldados e crentes os meus mestres? Sei. Retomo e restauro, agora certamente. Não mais me estranharão as nações os descabros e a paciência. Porque ora são dos últimos soldados e novíssimos crentes os meus mestres, gerados de meus erros, chagas, espera, centenar movimento, força a armar-se. Agora vou», *Poemabril*).*

Neste texto de Maria Velho da Costa é, como vimos, o povo que se afirma como protagonista. Noutros casos, como em «Crónica de Abril» de Manuel Alegre, conjuga-se a celebração da personagem colectiva e da personagem individual, emergindo, assim, para além do «Povo» nas suas movimentações, a figura do «Capitão», em que o leitor, com os referentes fornecidos, facilmente reconhece Salgueiro Maia. Ora alguns dos protagonistas do período revolucionário virão a ocupar, por diferentes motivos, as atenções de um ou outro poeta. Sophia dedicará a Salgueiro

As Portas que Abril Abriu,
de José Carlos Ary dos Santos, Julho-Agosto, 1975.



Maia precisamente um poema, depois da sua morte: «*Aquele que na hora da vitória / Respeitou o vencido // Aquele que deu tudo e não pediu a paga // Aquele que na hora da ganância / Perdeu o apetite // Aquele que amou os outros e por isso / Não colaborou com sua ignorância ou vício // Aquele que foi “Fiel à palavra dada à ideia tida” / Como antes dele mas também por ele / Pessoa disse*» (Musa, 1994). Trata-se de um texto celebratório, de louvor. E integra-se, aliás, numa tradição de textos da própria poeta de celebração de figuras exemplares, nomeadas ou não (recorem-se, por exemplo, «Porque», de *Mar Novo*, 1958, e «Catarina Eufémia» e «Maria Natália Teotónio Pereira», de *Dual*, 1972). Tal como se verifica em «Porque» e «Catarina Eufémia», o exaltação do herói vive muito do contraste que é estabelecido com os outros e outras formas de comportamento, ditadas pela conveniência ou pela ausência de princípios, de valores. Salgueiro Maia é apontado como herói impoluto, símbolo do que de melhor e mais puro houve no acto de restituição, com o 25 de Abril, da dignidade ao país. A construção anafórica, de modo semelhante ao que acontece no famoso «Porque»,

dentro da eficaz utilização dos meios mais simples tão do agrado de Sophia, ao mesmo tempo que contribui para reforçar o gesto celebratório, permite o enunciar dos vários atributos que distinguem o herói.

São muito diversas as vozes (A.R. Rosa, A. Silva Carvalho, C. de Brito, E. Olímpio, E. Gonçalves, E. de Andrade, G. Cruz, J.J. Letria, J. Barreiros, J. F. Monte, M. A. da Graça Varela Cid e Maria Teresa Horta) que se reúnem, simbolicamente em «Abril», no «Terceiro ano da Revolução», numa homenagem a Vasco Gonçalves, já depois da sua passagem pela chefia do governo em 1975 (*12 Poemas para Vasco Gonçalves*). Dois dos textos aí incluídos colocam problemas interessantes quanto à poética do poema político, o de António Ramos Rosa e o de Gastão Cruz. O primeiro rejeita explicitamente a eloquência associada habitualmente à lírica de motivação política («*pus de parte as palavras gloriosas*»), em sintonia, de resto, com a que é, então, a sua poética, assente na palavra nua, *frágil, pobre*. Não deixa, no entanto, de, na circunstância, buscar «*com uma fúria sedenta / a palavra que seja / a água do corpo o corpo / intacto no silêncio do seu grito / ressurgindo do abismo da sede / com a boca de pedra / com os dentes das letras / com o furor dos punhos / nas pedras // [...]*». O segundo reflecte sobre a linguagem poética mais adequada para falar da «revolução», acabando por pôr de parte, como Ramos Rosa, o que possa evocar o «*poema [...] épico*», preferindo-lhe, como se diz na última estrofe, aquele que recorre aos «*metros úteis da poesia estrita*»: uma poesia longe das fórmulas gastas, dessoradas. Num poema publicado em 1984, *Carta a Otelo*, abre-se Gastão Cruz a uma das mais frequentes forças motivadoras do poema político, a indignação, para lembrar em «*tempo burocrático / dos senhores ministros de perfil europeu*» a «*imagem incómoda*» de Otelo, entrando em diálogo, nos versos finais do poema, para sublinhar

a sua recusa de um tempo *baço*, fechado ao «*cavalo vivo*» da «imaginação», com o fecho da «Tabacaria» de Álvaro de Campos: «*O futuro levanta / sem ideal nem esperança as paredes de cinza / e às portas burocráticas / os donos das tabacarias / sorriem*». Um pouco antes, nos começos da década, Armando Silva Carvalho, outro dos poetas presentes na homenagem a Vasco Gonçalves, recorria à sátira para lançar as suas objecções ao estilo editorialista e bem-pensante de um conhecido jornalista dos sectores oposicionistas no período do Estado Novo, Norberto Lopes, que, em artigo publicado em Maio de 1980, sustentava que, ao fim de «*seis anos de regime democrático*», se devia «*optar mais pela prosa do que pela poesia, pelas realidades do que pelas quimeras*». Com irónica e cáustica desenvoltura, o poeta faz a apologia de um tempo regido pelo ímpeto livre, indomável e transgressivo da poesia: «[...] / *Não era a paciência / que devora lentamente os filhos, / não era a cerimónia das formigas, / no seu meticuloso e telegráfico sistema / de acumulações, / o que os meus olhos viam. / Abriam-se feridas sibilantes, / cada corpo trazia consigo a luz / e a sua treva. / Cada um escrevia ali o seu poema / entre os fulgores de um Maio / erguido a custo / nas mais finas agulhas. / Cada um deixava o sangue crescer / na mão do outro. / Mar, mar tenebroso e de repente calmo / na espuma de um sorriso, / na palma aberta ao rosto imediato. / Toda a cidade, agora feita de água, / brilhava e anoitecia nas gargantas. / Era um poema longo, longo / o que ela respirava.*» (*Sentimento dum Acidental*, 1981).

Em 1980, outro dos poetas presentes em *12 Poemas para Vasco Gonçalves*, Egito Gonçalves, autor de um dos mais celebrados poemas de resistência, «Notícias do Bloqueio», publicava uma recolha de *Poemas Políticos*, compreendendo textos compostos entre os princípios dos anos 50 e os fins da década de 70 que, nas suas próprias palavras, considerou «*caberem na acep-*



«*Aquele na hora da vitória / respeitou o vencido // Aquele que deu tudo e não pediu a paga // Aquele que na hora da ganância perdeu o apetite // Aquele que amou os outros e por isso / Não colaborou com a sua ignorância ou vício // Aquele que foi "Fiel à palavra dada à ideia tida" / Como antes dele mas também por ele / Pessoa disse*».
Poema dedicado a Salgueiro Maia por Sophia de Mello Breyner Andresen, *Musa*, 1994.



Cartaz de Vieira da Silva, «A Poesia está na Rua».

ção mais directa daquela designação». Sendo, na sua grande maioria, os textos que aqui temos abordado poemas políticos, será porventura de alguma utilidade ver, em breves palavras, em que sentido é possível usar aquela expressão genérica. Segundo Käte Hamburger, num conhecido estudo (cf. a tradução francesa, *Logique des Genres Littéraires*, 1986), «a noção de poema político significa que é uma situação política que é, enquanto tal, o tema ou o objecto do poema e que, portanto, este tema não é apenas o ensejo de uma experiência e de uma criação emocionais». Ainda de acordo com a ensaísta alemã, «embora haja todos os tipos de transição entre os poemas emocionais e aqueles que, realistas e críticos, são produzidos sob a influência de eventos e situações políticos», somente a respeito destes últimos se poderia propriamente falar de poesia política. Nos termos em que Käte Hamburger estabelece a distinção entre o que chama «poemas emocionais» e poemas políticos, aqueles teriam «todas as características que correspondem à correlação lírica sujeito-objecto e situam-se longe da fronteira que a separa do enunciado com função comunicacional (orientado para o objecto)», ao passo que estes estariam «por natureza muito próximos desse limite». Assim, o que distinguiria, no entender de K. Hamburger, os poemas emocionais dos poemas políticos, se é que essa distinção é necessária ou tem pertinência (cf. do A. as páginas dedicadas a Egito Gonçalves em *Tendências Dominantes da Poesia Portuguesa da Década de 50*, 1996), seria a maior ou menor distância em relação à fronteira que separa o enunciado lírico, no qual o objecto «não é o fim, mas o pretexto», do enunciado de tipo comunicacional, «orientado para o objecto». Seja como for, o que nos parece importante sublinhar nas considerações da autora de *Logique des Genres Littéraires*, muito cingidas, às vezes, à lógica de uma tese global, é a largueza e a diversidade de tipos de transição que reconhece entre

os «poemas emocionais» e os que são motivados por situações e eventos políticos, e o que isso, afinal, sugere quanto à instabilidade das fronteiras entre uns e outros. De cunho inequivocamente político são vários dos poemas de *Terceira Idade* (1982), de Mário Dionísio, em que indignadamente se verbera, de mistura, às vezes, com uma ironia amarga, o rumo que as coisas tomaram a partir de certa altura no pós-25 de Abril, como, por exemplo, neste apontamento de reportagem, datado de Janeiro de 1981, sobre o enterro de um «velho torcionário»: «Foi hoje a enterrar / o velho torcionário / com honras militares // Cercavam-no os seus pares / impunemente / de morte ameaçando / quem tal via // Do crime funcionário / chegou ao fim aproveitando / a apatia conivente / instituída // A teia da vergonha entretecida / de espanto empesta o ar // Viva a democracia!» Ora num poema («Os últimos mortos da PIDE») incluído num livro vindo a público nesse mesmo ano de 1981, *Os Dias Pequenos Charcos*, de Joaquim Manuel Magalhães, lembrava-se o que fora nos primeiros dias da Revolução o «rancor acossado» da polícia política, no desespero dos seus últimos estertores: «Do meio dos telhados donde gatinhava / o regime que fora de salões e enxovias / bolsava contra a rebentação da cidade / a pedrada de tiros do rancor acossado. / A biltre obediência das inquirições, / das negações, dos tratos toldados, / dos pátios chulos onde grimpavam torturas / como hera de sangue pelas mãos caladas, / ia ainda metralhar à queimadura. / Sobre ti, sobre o outro além, sobre a alegria de todos. / A sanha era qualquer um: matabam / esses últimos sinais do que tínhamos sido. / Saíam em braços anónimos do erro nocturno / para a claridade que ninguém ainda conhecia».

Com a democracia e o desaparecimento de todo o tipo de limitação censória, a poesia portuguesa abre-se desinibidamente a novos caminhos e vem mesmo a entrar num dos seus períodos mais florescentes e de mais fecunda diversidade.

A música em Portugal

instituições
e protagonistas
no último
quarto
de século

Mário Vieira de Carvalho

COM O 25 DE ABRIL MULTIPLICARAM-SE AS ACTIVIDADES musicais um pouco por todo o país. Instituições públicas e privadas com responsabilidades nesta área sofreram modificações mais ou menos profundas. A política cultural e os sistemas sócio-comunicativos da produção, recepção e mediação da música experimentaram sensíveis mudanças. Em alguns casos, porém, resistiram ao ímpeto das transformações, deixando que certas tradições atávicas fossem, a breve trecho, reconstituídas.

No Teatro de São Carlos, à frente do qual se encontrava João de Freitas Branco, suprimiu-se o antigo regime de assinaturas, baixou-se substancialmente o preço dos bilhetes e aboliu-se a obrigatoriedade do traje de cerimónia para todos os espectáculos. Ao mesmo tempo, dotou-se finalmente o Teatro com uma companhia de ópera (a companhia portuguesa transferida do Trindade) e uma orquestra sinfónica residentes. Tais reformas tinham em vista pôr termo ao modelo salazarista da «sala de visitas» (ópera como «arte ornamental» ao serviço da «estetização da política») e criar condições para conferir ao Teatro uma missão «educativa» ou «formativa», tendo por horizonte um leque social diversificado de espectadores, no sentido daquela tradição iluminista burguesa (quanto à função da arte assumida pelo Estado), instaurada havia muito na Europa, mas que nunca tivera grande curso em Portugal (salvo durante o regime republicano de 1910) e fora activamente combatida pelo Estado Novo. Contudo, a concepção legada pelo salazarismo – e já, por sua vez, herdeira do modelo de Passeio Público do romantismo – encontrava-se demasiado enraizada para poder ser questionada em alguns dos seus aspectos mais essenciais. Frustrou-se assim, mais uma vez, a perspectiva aberta, havia trinta anos, por Luís de Freitas Branco (1946):

«Na impossibilidade de atingir o esplendor vocal dos italianos, esplendor até hoje não igua-



Vencida a crise na Fundação Gulbenkian, logo a seguir ao 25 de Abril, o complexo cultural daquela Fundação tornou-se o centro da vida musical portuguesa. Coro e Orquestra Gulbenkian.

lado por nação alguma, poderíamos trabalhar no sentido da encenação, fa[z]er espectáculos que valessem pelo estilo e pela interpretação, para o que teríamos a vantagem de um pessoal fixo, vantagem que não teem as companhias estrangeiras formadas de elementos diversos.

[...] Uma grande personalidade, um grande encenador, especializado em ópera, bastaria para, em poucos anos, transformar a face dos acontecimentos líricos em Portugal...».

Tal era precisamente o programa aplicado às novas companhias criadas em Inglaterra nos

anos 40 – e já então corrente na Alemanha e em outros países da Europa –, um programa que, de facto, em poucos anos, levaria ao esplendor músico-teatral dessas companhias e teria enorme repercussão em diferentes planos: a) no surto de novos artistas e profissionais qualificados; b) no desenvolvimento das estruturas do ensino e investigação em todas as áreas atinentes ao teatro musical; c) no contínuo alargamento social do público, acompanhado da descentralização geográfica e da rentabilização económica crescente, não devida ao aumento dos preços dos bilhetes, mas sim pela multiplicação

do número de espectáculos; d) no próprio intercâmbio cultural com o estrangeiro, já que da qualidade local das companhias nasceu rapidamente o seu prestígio internacional. Nesse modelo, onde o colectivo era a base de todo o trabalho criativo, os espectáculos valiam e impunham-se por si, na base tanto de obras consagradas como de obras novas ou desconhecidas, cada qual problematizada e potenciada no seu conteúdo dramático, no significado das suas personagens e situações, na dimensão humana real da acção a que pretendia dar vida (de «problematização da obra» falava também Luís de Freitas Branco em 1946). Apesar de o Teatro de São Carlos ter passado a contar desde Agosto de 1974 com as suas próprias companhia e orquestra residentes, não se avançou, porém, nesse sentido, antes se manteve uma política indefinida que favoreceu paulatinamente o regresso ao falso prestígio do vedetismo vocal como um fim em si e à descaracterização da ópera como mero pretexto para o exercício mundano (aumento do seu valor simbólico exactamente na razão inversa do seu valor cultural, como ensina Bourdieu).

Excepção a este modelo foi a produção, em 1984, de *Ascensão e Queda da Cidade de Mahagonny*, de Bertolt Brecht e Kurt Weill, em versão portuguesa de Vera Sampayo Lemos, José Fanha e João Lourenço, com encenação deste último e coreografia de Jochen Finke. A novidade da obra foi aqui secundária quando comparada com o que houve de inovador no plano da produção: a) um cuidado trabalho de dramaturgia e a elaboração de uma concepção da obra pela equipa de encenação; b) a tradução do texto para a língua portuguesa, língua do público; c) uma sólida preparação musical orientada pelos maestros correpetidores; d) um longo trabalho de preparação cénica (quatro meses de ensaios de cena). Os meios artísticos do próprio Teatro de São Carlos (cantores, coro e orquestra) foram assim,



Emmanuel Nunes, a par de Jorge Peixinho e Constança Capdeville, entre outros, é um dos muitos compositores portugueses com presença várias edições dos Encontros de Música Contemporânea organizados pelo ACARTE.

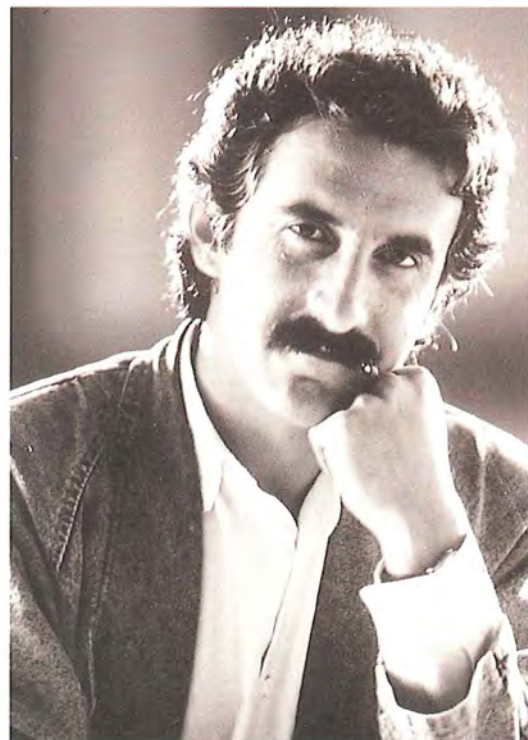
pela primeira vez, postos à prova como estrutura produtiva autónoma, segundo o moderno paradigma de teatro musical, baseado no aprofundamento e coesão do trabalho colectivo bem como no estabelecimento de uma nova relação com o público – chamando-o a uma participação activa, inteligente, na descodificação do espectáculo como um todo. Persistir nesta linha implicava, porém, reformular inteiramente as temporadas do Teatro e pôr termo à tarimba italiana que dominava o seu sistema de produção. E implicava sobretudo programar a longo prazo as novas realizações, escolhendo o repertório de acordo com as possibilidades da companhia residente e as suas perspectivas de crescimento e renovação interna, tendendo à sua ocupação plena permanente, em vez de a utilizar como mera reserva subsidiária de elencos constituídos na base do *star system* e impostos pelas exigências do repertório acordado com os agentes internacionais. Assim, e apesar das produções de *Dido e Eneias*, de Purcell (1987), de *A criança e os sortilégios*, de Ravel (1987), e sobretudo de *As Bodas de Fígaro* (1988), de Mozart, todas com encenação de Luís Miguel Cintra – já para não falar de obras com exigências (inclusive vocais) mais prospectivas como *As três máscaras*, de Maria de Lurdes Martins (1986), ou *O Amor de*

Perdição, de António Emiliano (1991) –, terem comprovado a existência de um núcleo de cantores portugueses com matéria-prima vocal, formação musical e aptidões cénicas notáveis, não se soube aproveitar esse capital humano e desenvolvê-lo continuamente. A completa ausência de um pensamento estratégico neste campo é bem testemunhada pelo vazio legado às gerações vindouras pelos derradeiros anos do século XX.

A aplicação de meros critérios economicistas de gestão – e sobretudo a falta de competência para avaliar os problemas e as perspectivas reais de rentabilização, inclusive económica, de organismos artísticos – é também o que explica, no pós-25 de Abril, a degradação das condições de trabalho profissional e artístico da Orquestra Sinfónica da ex-Emissora Nacional (depois, Radiodifusão Portuguesa) e da antiga Orquestra

do Conservatório de Música do Porto (após o 25 de Abril integrada na RDP, entretanto transformada em empresa pública) e, mais tarde (1988), a extinção de ambas, determinada pelo governo sem prévio estudo de melhor alternativa. Depois de várias tentativas, incluindo a constituição da «Régie-Sinfonia» em 1988, com base na participação cooperativa de várias entidades públicas e privadas, criou-se, já nos anos 90, a Orquestra Sinfónica Portuguesa (actualmente integrada no Teatro de São Carlos), com larga participação de instrumentistas estrangeiros e que tem revelado uma qualidade e homogeneidade notáveis. Outras orquestras constituíram-se também no Norte e nas Beiras, numa tentativa de «forçar» uma vida musical onde os pressupostos infra-estruturais necessários (socioculturais, técnicos, educacionais, etc.) ainda não existiam.

A consolidação e contínua valorização das antigas Orquestras da RDP ter-se-ia harmonizado com a renovação experimentada no âmbito da Secção Musical da Antena 2, após o 25 de Abril. Na verdade, tudo parecia apontar para a manutenção da ex-Emissora Nacional como importante suporte de actividades musicais (designadamente temporadas de concertos) e a diversificação da sua intervenção neste domínio. Por um lado, mantinham-se os concertos semanais das duas Orquestras: no Porto, no Auditório Nacional Carlos Alberto; em Lisboa, primeiro no Tivoli – com difusão em directo pela televisão, em 1975, segundo protocolo celebrado entre a RDP e a RTP – e depois no Teatro de São Luiz, além das temporadas populares de Verão nas Ruínas do Carmo. Por outro lado, esboçavam-se as «Quinzenas Musicais», cada uma delas dedicada à música de um país, nas suas diferentes manifestações, relações culturais interdisciplinares, evolução histórica e problemática actual. As «Quinzenas» visavam a descentralização (compreendendo espectáculos em diferentes localidades) e baseavam-se na



António Pinho Vargas, juntamente com Paulo Brandão, Alexandre Delgado e Amílcar Vasques Dias, não obstante as diferenças de geração, é um dos nomes que os Encontros do ACARTE revelaram.

cooperação activa de artistas ou conjuntos artísticos dos países contemplados, alternando com intérpretes portugueses. Simultaneamente, a Antena 2 dedicava largo espaço a diferentes aspectos da cultura desses países. A contrapartida era a difusão da cultura portuguesa no estrangeiro. As «Quinzenas» mais substanciais e fáceis de organizar foram as que envolveram países socialistas, enquanto as leis do mercado tornavam demasiado dispendiosa a deslocação de artistas de países ocidentais. Entre 1976 e 1979 realizaram-se dez «Quinzenas Musicais», dedicadas sucessivamente à França, Espanha, Polónia (presença de Witold Lutoslawski), Checoslováquia (incluindo um programa radiofónico dedicado a Vacláv Havel), Rússia-URSS (presença do maestro Maxim Chostakovitch), Roménia, Inglaterra, RDA e RFA. Este tipo de interacção entre espectáculos ao vivo e programação radiofónica interdisciplinar só veio a ser retomado em 1990, por ocasião das comemorações do centenário de Luís de Freitas Branco, a que a Secção Musical da RDP, não obstante o seu magro orçamento e em contraste com a indiferença de outras instituições, soube conferir dignidade e amplitude.

Também a organização do «Prémio Jovens Músicos» a partir de 1988 (com apoio do mecenato privado) parecia inserir-se numa política de expansão da RDP como agente de cultura musical, servindo-se da radiodifusão e das realizações ao vivo para mutuamente desenvolver ambas e se desenvolver.

A RTP, que se associou ao projecto da «Régie-Sinfonia», prosseguiu com os seus programas de divulgação musical, nomeadamente da autoria de Victorino d'Almeida e João de Freitas Branco (este, em colaboração com o operador de câmara Augusto Cabrita), e intensificou, em meados dos anos 80, a transmissão ou coprodução de espectáculos musicais por artistas portugueses (p. ex. Maria João Pires e a Orques-

tra Gulbenkian, Grupo Gulbenkian de Bailado, Companhia Portuguesa de Ópera).

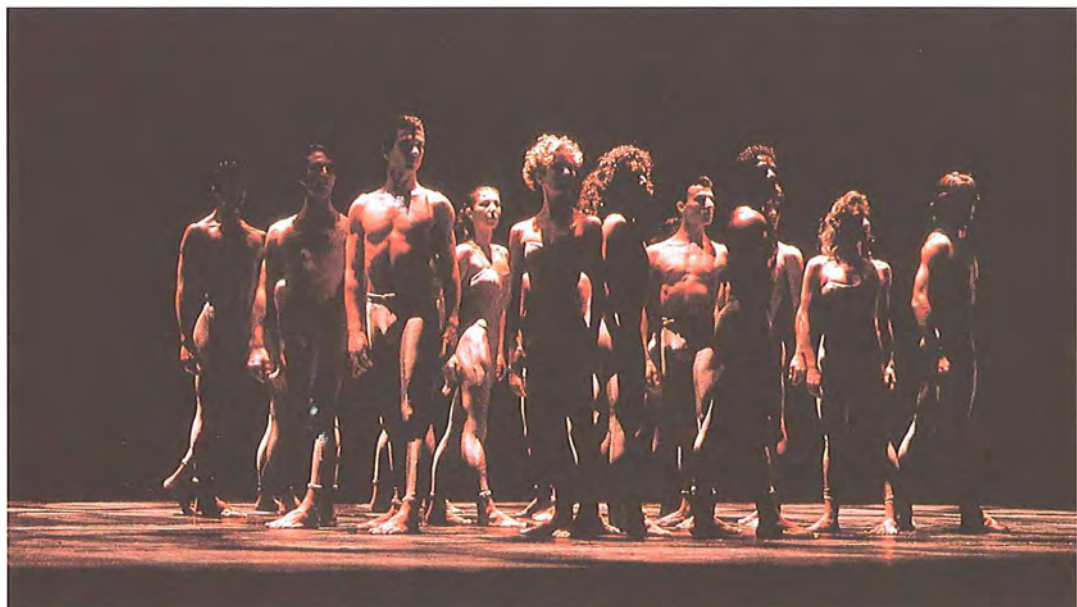
Vencida a crise aberta na Fundação Gulbenkian, logo a seguir ao 25 de Abril, o complexo cultural daquela Fundação, na Avenida de Berna, em Lisboa, tornou-se o centro da vida musical portuguesa. Tal já era a vocação que vinha afirmando desde a sua inauguração, em 1970, mas que se acentuou ainda mais, após o 25 de Abril, pelo facto de a gradual expansão das suas actividades musicais (assente num sólido poder económico) ser acompanhada pela crise de várias instituições públicas e privadas (orquestras, associações de concertos, etc.). Entretanto, os Encontros de Música Contemporânea, as Jornadas de Música Antiga (organizados pelo Serviço de Música) e as actividades do ACARTE – criado no Centro de Arte Moderna e de que foi fundadora e directora Madalena Perdigão – constituíram inovações da Fundação Gulbenkian após o 25 de Abril, que muito têm contribuído quer para o alargamento dos nossos horizontes culturais, quer para uma crescente tomada de consciência e estímulo dos valores ou referências que emergem na história e na actualidade da cultura musical portuguesa.

Ao longo das suas 23 edições, desde 1977, os Encontros de Música Contemporânea têm tra-



Lopes Graça é dos compositores portugueses cujas obras tiveram maior divulgação nos Encontros de Música Contemporânea.

O Ballet Gulbenkian, paralelamente ao Coro e Orquestra da Fundação, consolidou nos últimos anos um elevado nível técnico e artístico, tornando-se expoente máximo da cultura músico-teatral em Portugal.

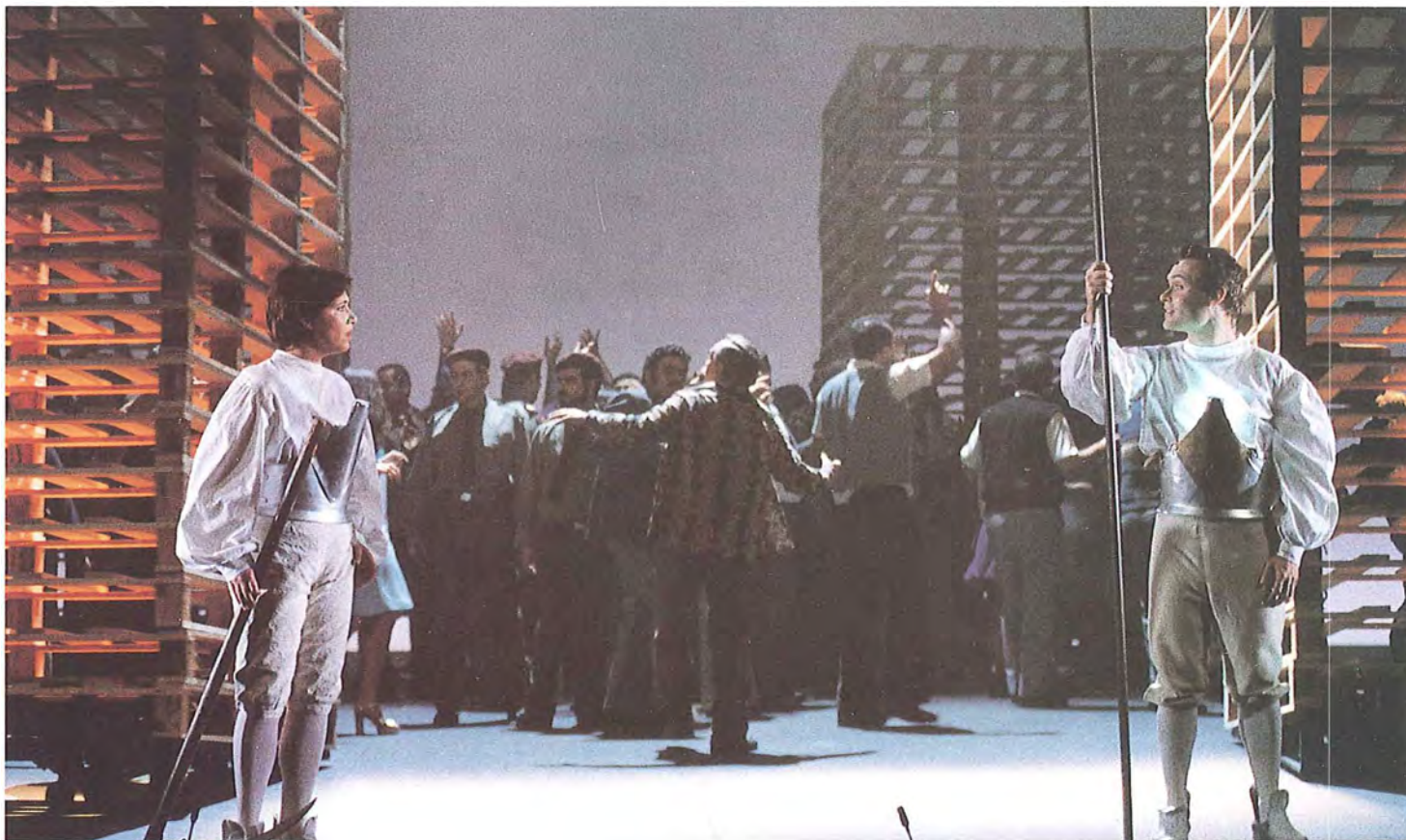


zido a Portugal muitos dos nomes mais importantes da nova música da Europa Ocidental, Américas, antigos Países de Leste e Extremo Oriente – quer compositores (pessoalmente e/ou através das suas obras), quer intérpretes.

Todos os três grandes impulsionadores da Nova Música que se encontraram em Darmstadt no início da década de 50 (além de Stockhausen, Boulez e Nono), visitaram Portugal durante este período. Pierre Boulez (n. 1925) esteve entre nós em 1985, novamente em 1990 (fora do âmbito dos Encontros), desta feita para dirigir a sua obra *Répons* e uma terceira vez, já em 1999, para dirigir um concerto com a Orquestra Filarmonia, no Coliseu. Luigi Nono (1924-1990) deslocou-se pela primeira vez a Portugal em Fevereiro de 1975, a convite da Célula dos Músicos do Partido Comunista Português. Esteve então em Lisboa, na região de Setúbal e no Alentejo, para participar em colóquios e tomar contacto com a revolução portuguesa. Voltou em 1976, a convite da mesma célula para a «Festa do Avante», onde apresen-

tou a sua ópera *Al gran sole carico d'amore* (mediante diapositivos e gravações, segundo a realização do Scala de Milão, com direcção musical de Claudio Abbado e encenação de Juri Liubimov). Só em 1983 seria convidado para os Encontros Gulbenkian, por ocasião da estreia em Portugal de algumas das suas obras (designadamente, *Diario Polacco nº 2: Quando stanno morendo...* e *Fragmente–Stille an Diotima*). No entanto, nunca foram ouvidas em Portugal, mesmo depois do 25 de Abril, algumas das suas obras mais significativas – p. ex. *Il canto sospeso* (1956) ou *Intolleranza 1960* –, cuja execução era impossível na época do fascismo, por motivos políticos.

Para os Encontros de Música Contemporânea vieram também muitos dos solistas, grupos vocais e instrumentais, orquestras e técnicos que mais se têm notabilizado na interpretação da Nova Música, ao mesmo tempo que se salientava o elevado nível da participação portuguesa, através do Grupo de Música Contemporânea de Lisboa (direcção de Jorge Peixinho), da



Oficina Musical do Porto (direcção de Álvaro Salazar), do Grupo de Música Nova (direcção de Cândido Lima), do Grupo Vocal de Música Contemporânea (direcção de Mário Mateus), do Grupo Coleciva (direcção de Constança Capdeville), do Coro e Orquestra Gulbenkian, da própria Orquestra Sinfónica da RDP (que cumpriu condignamente a sua missão em várias das edições) e de solistas como Jorge Peixinho e Olga Prats (piano), António Saiote (clarinete), Maria João Serrão, Lia Altavilla e Manuela de Sá (canto) ou chefes de orquestra como Fernando Eldoro e Álvaro Salazar. Quanto aos compositores – a quem a Fundação encomenda regularmente obras –, Emmanuel Nunes e Jorge Peixinho

foram presenças constantes. Mas também Constança Capdeville, J. Lopes e Silva, Cândido Lima, Filipe Pires e Clotilde Rosa tiveram participação importante em várias das edições. Simão Barreto, Paulo Brandão, Alexandre Delgado, Fernando Eldoro, Rui Galapez, Virgílio de Melo, João Pedro Oliveira, João Rafael, Roy Rosado, Amílcar Vasques Dias, Isabel Soveral, Sousa Afonso e António Pinho Vargas contam-se, não obstante as diferenças de geração, entre os compositores que os Encontros de certo modo «revelaram». Finalmente, também algumas obras de Joly Braga Santos, Fernando Lopes-Graça, Maria de Lurdes Martins e Álvaro Salazar foram aí estreadas ou acolhidas.

Iniciativas como Lisboa'94 e Expo'98 deram origem a encomendas e intercâmbios significativos no domínio da ópera. É de referir, entre outros, «Os Dias Levantados» (1988), ópera comemorativa do 25 de Abril, com música de António Pinho Vargas e texto de Manuel Gusmão. Fotografia de Eduardo Saraiva.

Tendo como precursores em Portugal os Menestréis de Lisboa (direcção de Santiago Kastner), o Grupo de Música Antiga (criado em 1963 e activo até cerca de 1969, com direcção de Safford Cape) e os Segréis de Lisboa (grupo criado em 1972 por Manuel Morais e que, sob a sua direcção, tem alcançado projecção internacional), bem como o programa radiofónico «Em Órbita» (Rádio Clube Português, Rádio Comercial depois do 25 de Abril), cresceu o interesse pela música antiga e suas respectivas práticas de execução. Daí as Jornadas de Música Antiga organizadas desde 1980 pela Fundação Gulbenkian e que, no decurso das suas edições anuais, têm contribuído decisivamente para uma redescoberta sistemática da música portuguesa dos séculos XVI a XVIII, não só em Portugal como também no estrangeiro. Com efeito, a realização de verdadeiras obras-primas como o *Te Deum* (1732), de António Teixeira (dado em 1989, na Igreja do Loreto, por The Sixteen Choir and Orchestra sob a direcção de Harry Christophers), e do oratório *La Giuditta* (1726), de Francisco António de Almeida (interpretada em 1990, numa co-produção com vários festivais europeus, por solistas e o Concerto Köln sob a direcção de René Jacobs), reflectiu e potenciou, entre vários outros exemplos possíveis, a enorme repercussão além-fronteiras que têm vindo a adquirir os mais valiosos testemunhos do nosso passado musical.

A acção de Madalena Perdigão no ACARTE caracterizou-se por um decidido apoio à exploração dos novíssimos caminhos nas práticas artísticas, incluindo naturalmente a música e o teatro musical, no sentido mais lato do termo. Com os ciclos de «Jazz em Agosto», concertos ao ar livre por bandas de música e «Vozes do Mundo» (este último trazendo ao nosso convívio alguns dos maiores expoentes de culturas tradicionais europeias e extra-europeias) abriu as portas do Centro de Arte Moderna e dos seus jar-

dins a outras dimensões, quebrando tabus e compartimentos estanques. Ao mesmo tempo, apoiava os mais jovens músicos portugueses em princípio de carreira, com os «Pequenos concertos à hora do almoço», que tiveram grande êxito. A orientação tão aberta e de tão largo alcance que imprimiu ao ACARTE, até certo ponto em singular contraste com a sua anterior gestão do Serviço de Música, vale como modelo de animação sócio-cultural, tão estimulante para receptores como para produtores. Tal orientação foi, de resto, prosseguida e diversificada em novas facetas durante a gestão de José Estêvão Sasportes e, actualmente, Ivete Centeno.

As temporadas de concertos da Fundação Gulbenkian alargaram-se cada vez mais ao longo deste período, ao mesmo tempo que cresciam os efectivos da sua orquestra (mas não em volume suficiente para esta se transformar numa autêntica orquestra sinfónica). Não cabe enumerar aqui, mesmo a título exemplificativo, momentos importantes das dezasseis temporadas. Contudo, apesar de nelas participarem muitos dos mais famosos solistas, agrupamentos de câmara e também orquestras sinfónicas (estas sobretudo no âmbito do ciclo anual «Grandes Orquestras Mundiais», iniciado em 1988) – ou talvez por isso mesmo: por excessiva dependência de critérios de «sensacionalismo» – foi notória a tendência para a rotina de «agência de concertos». A quantidade, embora de grandes artistas ou celebridades, perdeu-se na deficiente qualidade da organização ou na indefinição de critérios quanto à missão ou função dos espectáculos programados. Não admira, por isso, que, assoberbado por compromissos de rotina cada vez mais volumosos, o Serviço de Música não pudesse fugir-lhes e caísse em algumas omissões inesperadas. Assim, se em 1975, por ocasião do 20.º aniversário da morte de Luís de Freitas Branco, ainda organizou uma exposição e alguns concertos, já em 1990 quase deixou passar a efeméride do cen-

tenário do nascimento do mesmo compositor. O mesmo é válido, também em 1990, para os 50 anos de Jorge Peixinho (1940-1995). No género coral-sinfónico, por exemplo, permaneceu inédita uma das mais importantes obras de Peixinho, aliás premiada pela fundação Gulbenkian – *Eurídice reamada* (1968) sobre poemas de Herberto Helder –, facto que não pode deixar de se contrapor à frequência e ao empenho com que Coro e Orquestra Gulbenkian interpretam e gravam repertório de outros países, seleccionado segundo duvidosos critérios de prioridade.

Ao lado do Coro (direcção de Michel Corboz) e da Orquestra Gulbenkian (direcção titular, sucessivamente, de Juan-Pablo Izquierdo, Claudio Scimone e, mais recentemente, Muhai Tang), também o Grupo Gulbenkian de Bailado (direcção de Milko Sparembek e, a partir de 1977, Jorge Salavisa) se consolidou nestes anos como agrupamento artístico de elevado nível. Tornou-se expoente máximo da cultura músico-teatral em Portugal (uma vez que o bailado também é teatro musical) graças à coesão do trabalho colectivo, à criação de um repertório original constantemente enriquecido por novas produções, à inteligente articulação com outras dimensões da arte contemporânea, nomeadamente portuguesa (suscitando a colaboração de artistas plásticos, escritores, músicos, tanto compositores como executantes), à revelação e profissionalização de novos bailarinos e encenadores/coreógrafos. A modernidade do Grupo manifesta-se, além disso, no entrecruzamento de inovação estética e reflexão sobre as pessoas que somos e o mundo em que vivemos.

A fundação da Companhia Nacional de Bailado em 1977 (direcção de Armando Jorge) e a sua transferência, com o respectivo Centro de Formação Profissional, para o Teatro de São Carlos em 1985 constituem aquisições do pós-25 de Abril. Concentrando-se no grande repertório tradicional, tendo em conta a dimensão forma-

tiva para os artistas e a necessidade de preencher uma lacuna no meio cultural português, desenvolveu um trabalho muito sério como companhia residente, criando um repertório estável e multiplicando o número de espectáculos (que chegou a atingir mais de 80 por ano). É notável a sua contribuição para o alargamento do público e o recrudescimento do ensino e da prática da dança em Portugal, com reflexo no surto de novos valores.

Outra consequência do 25 de Abril foi a proliferação das iniciativas de animação sociocultural, e designadamente musical, por parte de organismos que até então não eram suportes de actividades musicais, inclusive no âmbito das chamadas campanhas de «dinamização cultural» do MFA. A Secretaria de Estado da Cultura instalou delegações ou Centros Culturais na periferia, o que também se traduziu no incremento de actividades musicais. O Conselho Português da Música promoveu a organização anual do Dia Mundial da Música (com apoio da SEC) em capitais de distrito sempre diferentes, procurando incentivar assim a descentralização e a criatividade local. A antiga FNAT transformou-se no INATEL e experimentou igualmente uma fase de considerável actividade musical. Entretanto, a própria consolidação do Poder Local em moldes democráticos veio a repercutir-se numa maior valorização da missão cultural das autarquias, que passaram a apoiar grupos musicais, bandas e escolas de música, a organizar elas próprias ciclos de concertos e outros espectáculos musicais, bem como a encomendar obras a compositores portugueses (caso da Câmara Municipal de Matosinhos, que, através do seu vereador da cultura, Manuel Dias da Fonseca, encomendou a Lopes-Graça e a Jorge Peixinho obras sobre poemas de António Nobre, que vieram a ser estreadas em 1982, no quadro das comemorações do centenário do poeta). Novos Festivais de Música ganharam perfil

O Opus Ensemble, criado em 1980 e constituído por Ana Bela Chaves, Olga Prats, Bruno Pizzamiglio e Alexandre Oliva, projectou a sua actividade muito para além do público da chamada «música clássica». Desempenhou, também, um papel estimulante na criação musical através de encomendas a compositores portugueses e estrangeiros.



(p. ex., Estoril, Algarve, Capuchos, Costa Verde), juntando-se ao de Sintra no propósito de oferecer música da mais variada natureza a um público flutuante de Verão. Deve-se ao Festival do Estoril a estreia, em 1981, do *Requiem pelas vítimas do fascismo em Portugal*, de Lopes-Graça (obra encetada ainda durante a época do fascismo, mas só terminada em 1979, correspondendo a uma encomenda da SEC).

Também no plano do teatro musical se diversificaram as entidades produtoras: em 1989 o Teatro da Cornucópia levou à cena, no original inglês, *The Bear* e *Façade*, de William Walton (encenação de Luís Miguel Cintra) (5 representações), e o Teatro Aberto uma versão portuguesa de *Happy End* e de *A Ópera de Três Vinténs*, ambas de Brecht e Kurt Weill, arranjadas por Eduardo Pais Mamede e com encenação de João Lourenço. Pela sua repercussão nacional e internacional, vem a propósito mencionar neste contexto a produção da ópera *Blimunda*, de Azio Corghi, no Scala de Milão (1989), com libreto elaborado por José Saramago e pelo compositor,

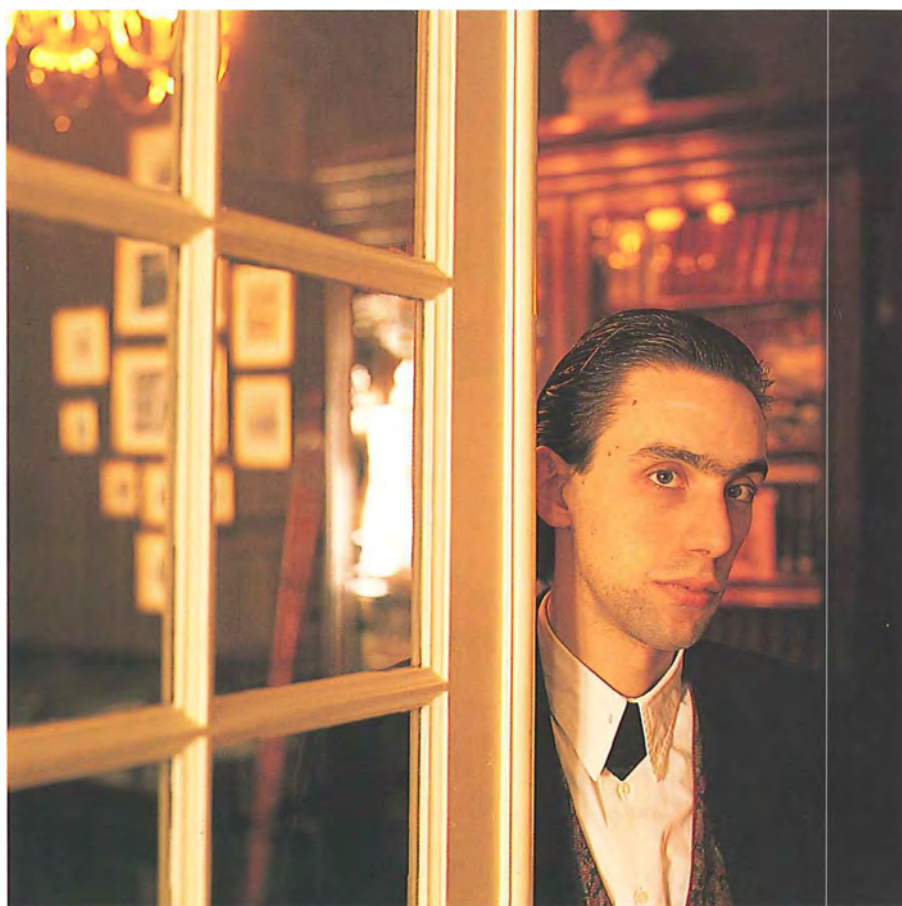
a partir do romance *Memorial do Convento*, e posteriormente a produção de outra ópera nascida da mesma parceria: *Divara, Wasser und Blut* (Münster, 1992), extraída da peça *In Nomine Dei*, da autoria do futuro Prémio Nobel da Literatura. Iniciativas como Lisboa 94 e Expo'98 deram ainda origem a encomendas e intercâmbios significativos neste domínio. São de referir, entre outros, a estreia de *O Doido e a Morte* (1994) de Alexandre Delgado, sobre a peça de Raul Brandão (encenação de Pedro Wilson), *Os Dias Levantados* (1998), de António Pinho Vargas (texto de Manuel Gusmão), e *O Corvo Branco* (1998), com texto de Luísa da Costa Dias e música de Philip Glass (esta levada à cena no Teatro Camões, durante a Expo'98).

De não menor alcance, quanto à proliferação de iniciativas musicais, foi o aparecimento de novos grupos vocais-instrumentais: além dos já referidos, a Capela Lusitana (direcção de Gerhard Doderer), o Círculo Português de Ópera (direcção de Manuel Ivo Cruz), o Grupo de Metais de Lisboa, o Ensemble Português de Cla-

rinetes (fundado por António Saiote), o grupo Telectu (de Jorge Lima Barreto), o Quarteto de Cordas de Lisboa, o Miso Ensemble (um grupo de música improvisada), a orquestra de câmara *La folia* (baseada na disponibilidade eventual de instrumentistas de outras orquestras, sob a direcção de Miguel Graça Moura) e a Nova Filarmonia Portuguesa (constituída de raiz por Álvaro Cassuto, seu director musical, sustentada pelo mecenato de grandes empresas e voltada para a itinerância). O Opus Ensemble, criado em 1980 e constituído por Ana Bela Chaves, Olga Prats, Bruno Pizzamiglio e Alexandre Oliva, projectou a sua actividade muito para além do público da chamada «música clássica» e desempenhado um papel bastante estimulante na criação musical, dadas as numerosas obras que encomendou a compositores portugueses e estrangeiros. Deve-se-lhe também a introdução em Portugal de alguns autores argentinos, designadamente Astor Piazzola – o qual, com a respectiva orquestra de tangos, teve depois enorme êxito no Coliseu de Lisboa, quando da sua primeira visita ao nosso País, em 1987. Saliente-se ainda o papel desempenhado pela Oficina Musical (criada em 1978 e na qual se integrou o Quarteto do Porto), que também tem promovido encomendas a compositores, a quem se deve a extensão sistemática ao Norte do País da difusão da música contemporânea e que empreendeu uma já notável actividade editorial (livros e música impressa). Logo a seguir ao 25 Abril, a Orquestra Sinfónica Popular (dirigida por Álvaro Salazar e, esporadicamente, por Emanuel Newton) constituiu uma experiência inédita de participação activa dos músicos no processo da revolução portuguesa – resultando em larga medida de um empenhamento político que começara a ganhar corpo ainda antes do 25 de Abril e se manifestara no documento «Pela música em Portugal», apresentado pelo Grupo Sócio-Profissional de Músicos do Movimento CDE de Lisboa na campanha

eleitoral de 1973. Além das linhas mestras de uma acção concertada nas diferentes áreas musicais (educação, formação específica, democratização e descentralização, reforma institucional, comunicação social e animação, situação profissional dos músicos), este documento – em cuja elaboração participou um elevado número de músicos – propunha também um modelo de «centros musicais», como eixos coordenadores das várias actividades envolvidas. Contudo, em certos aspectos estruturais de decisiva importância, as transformações operadas desde o 25 de Abril (até 1990) permaneceram muito aquém do programa defendido nessa «carta reivindicativa».

Pedro Burmester é um dos nomes da nova geração de intérpretes que se consagrou a nível nacional e que tem visto um progressivo reconhecimento do seu trabalho a nível internacional.



Entre as conquistas institucionais, algumas já atrás referidas (e depois, como se viu, de novo total ou parcialmente frustradas), importa assinalar a acção persistente que a Divisão de Música da SEC (criada em 1975) tem desenvolvido em vários domínios: apoio sistemático a coros e bandas de música – incluindo nomeadamente cursos de preparação de novos regentes, remuneração dos regentes permanentes, formação de instrumentistas, aquisição de instrumentos, renovação do repertório (mormente, através de encomendas de obras originais para bandas ou arranjos a compositores portugueses); subsídios e apoio técnico à animação musical em autarquias e escolas de música (em cooperação com o Ministério da Educação) bem como a intérpretes e agentes difusores, incluindo Festivais de Música; incentivos generalizados à criação musical (mais uma vez através de encomendas directas ou em colaboração com outras instituições). Mas, uma das contribuições mais valiosas da SEC para uma alteração dos circuitos tradicionais de circulação do nosso património artístico-musical foi, sem dúvida, o lançamento da Discoteca Básica Nacional e a posterior criação de uma etiqueta discográfica oficial (Portugalsom). As dezenas de títulos entretanto publicados (tanto em LP como, desde 1988, em CD) permitiram uma verdadeira redescoberta da música portuguesa de diferentes épocas por largas camadas do público nacional e estrangeiro, ultrapassando rapidamente, no plano da documentação audio, estrangulamentos institucionais que teriam continuado a reduzi-la ao silêncio e ao esquecimento.

No âmbito da SEC, na dependência da Direcção Geral do Património Cultural e, mais tarde, do IPPC, surgiu igualmente em 1976 um Serviço de Musicologia – colocado sob a direcção de Humberto de Ávila e, depois, de Isabel Freire de Andrade. Propunha-se pôr cobro à

deprecação a que havia muito estava sujeito o nosso património musical, chamando a si as seguintes tarefas: recolha e salvaguarda (donde rapidamente surgiu um valioso arquivo documental, bibliográfico, fonográfico e de música impressa ou manuscrita); levantamento de iconografia musical, manuscritos, instrumentos, etc. (prevendo-se a sua comunicação a publicações internacionais como o Répertoire International d'Iconographie Musicale e o Répertoire International de Sources Musicales); defesa e conservação (restauro de sete órgãos, recuperação do jogo manual do carrilhão de Mafra, etc.); divulgação (através de edições várias, exposições, gravações fonográficas – colecção «Lusitana Musica» – e servida também pelo Catálogo Geral da Música Portuguesa, que então começou a ser elaborado). Não obstante tão meritória acção – embora com um orçamento precário – o Serviço acabou por ser extinto em 1990, transitando grande parte do seu espólio para o Museu da Música em Lisboa. Mais recentemente activou-se a Secção de Música da Biblioteca Nacional, dotando-a de condições para o desenvolvimento da pesquisa musicológica.

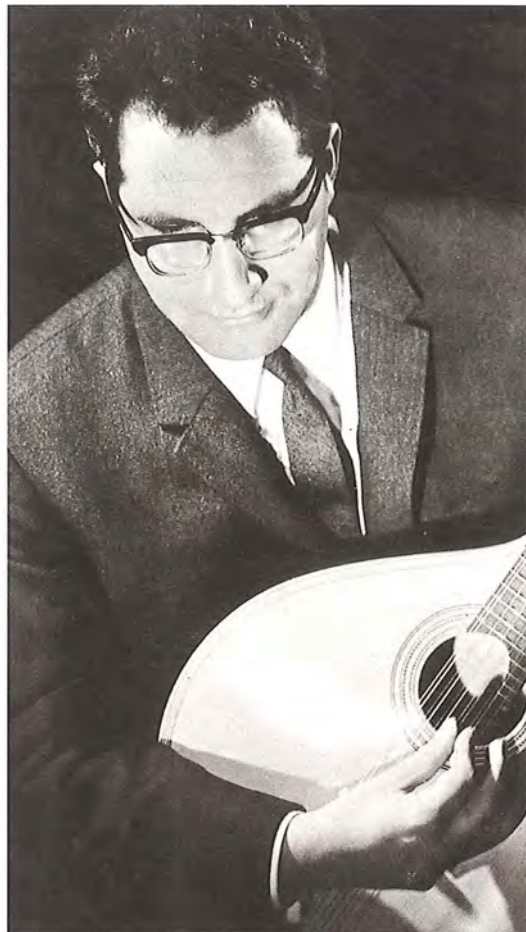
A tradição de edições musicológicas continuou a ter o seu principal pólo impulsionador na colecção *Portugaliae Musica* da Fundação Gulbenkian, que publicou novos títulos, abrangendo, por exemplo, obras de Frei Manuel Cardoso, Carlos Seixas, Polifonia Portuguesa, Vilancicos e Cancioneiros (edições respectivamente a cargo de Mário Sampayo Ribeiro, entretanto falecido, Santiago Kastner, Robert Stevenson, L. Pereira Leal, Manuel Carlos de Brito e Manuel Morais). Por excepção, também a Imprensa Nacional-Casa da Moeda se abriu à edição crítica de música antiga com o *Som de Martin Codax* (1986), de Manuel Pedro Ferreira. O aparecimento da Musicoteca – Edições de Música, que se afirmou, já na década de 90, com um importante programa de edição sistemática de

música portuguesa antiga e contemporânea, veio preencher uma lacuna entretanto deixada em aberto por casas pioneiras como o Valentim de Carvalho ou a Sassetti, que haviam abandonado essa actividade.

Mas a mudança de maior alcance operada na musicologia após o 25 de Abril foi a criação, em 1980, do primeiro Curso de Licenciatura e, mais tarde, também de Mestrado em Ciências Musicais. A escola pioneira foi a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, à qual a música já estivera ligada logo após o 25 de Abril (e só até 1975) através de cursos livres organizados por Peixinho. O novo curso ficou a dever-se essencialmente à iniciativa de Maria Augusta Barbosa, primeira doutora em Ciências Musicais de nacionalidade portuguesa (pela Universidade de Colónia), contando também desde o início com o valioso contributo de João de Freitas Branco, Constança Capdeville e Gerhard Doderer. O seu corpo docente foi-se alargando depois a vários musicólogos entretanto doutorados por universidades estrangeiras e dela começaram a sair dezenas de licenciados, mestres e também alguns doutores em ciências musicais. O colóquio internacional *Portugal na música do mundo – Processos Interculturais na música desde o século XV* (1987), e o colóquio ibérico *Modernidade e Mudança na Música em Portugal* (1990) – ambos fruto da actividade científica do Departamento de Ciências Musicais – marcaram bem a viragem entretanto operada nesta área de investigação. A actividade do Departamento teve igualmente expressão, em 1990, na comemoração do centenário de Luís de Freitas Branco e dos 50 anos de Jorge Peixinho, através do ciclo *Os sons à nossa procura*, incluindo concertos, exposições e um espectáculo de dança, ciclo que foi levado a efeito na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas pelos alunos da opção de Animação Musical. A criação em 1986 de um Curso de Mestrado

na Universidade de Coimbra, em 1987 de um pólo do projecto Minerva na Universidade do Minho (voltado para a aplicação das novas tecnologias ao ensino da música) e, em 1990, de uma licenciatura em Ensino da Música na Universidade de Aveiro e, mais recentemente, de variantes de Música na Universidade de Évora e da Beira Interior, bem como na Universidade Católica do Porto, comprovam o crescente interesse que se está a verificar em Portugal pela formação superior, científica, no estudo dos processos musicais. O Projecto «Investigação, Edição e Estudos Críticos de Música Portuguesa dos Séculos XVIII a XX» (1997), coordenado pelo CESEM-Centro de Estudos de Sociologia e Estética Musical, criado em 1997 na Universidade Nova de Lisboa, e envolvendo nomeadamente o Museu da Música da Câmara Municipal de Cascais (onde estão depositados os espólios de Lopes-Graça e Michel Giacometti), a Universidade de Aveiro e a Musicoteca, Edições de Música, veio constituir – pelo volume do seu financiamento (105 mil contos) no quadro do Programa Praxis XXI da Fundação para a Ciência e a Tecnologia – um factor de mudança qualitativa na dinâmica da investigação científica neste domínio. Para além de representar um passo decisivo para a constituição de uma biblioteca musicológica devidamente apetrechada (na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL), criou condições para o desenvolvimento de uma base de dados em suporte informático sobre a cultura musical em Portugal, para o tratamento sistemático de importantes espólios musicais e para a edição crítica de obras de autores portugueses do período contemplado. Várias partituras e a publicação do livro *A Invenção dos Sons*, de Sérgio Azevedo (1998), onde se reúne valiosa informação sobre cerca de 40 compositores portugueses actuais ou residentes actualmente em Portugal são já resultado desse Projecto.

A guitarra portuguesa continuou a ter em Carlos Paredes o seu mais lídimo representante.



Em todo o caso, na área do ensino artístico, a evolução geral não tem acompanhado esta explosão universitária. Logo a seguir ao 25 de Abril, constituiu-se uma Comissão de Reforma do Ensino da Música, presidida por Lopes-Graça, a qual, porém, não teve condições para produzir trabalho útil. Desde então, outras comissões e grupos de trabalho se sucederam, sem melhores resultados. A decisão de extinguir os Conservatórios de Lisboa e Porto em 1986, criando no lugar de cada um deles uma Escola Secundária e uma Escola Superior de Música (esta integrada no ensino politécnico), foi muito

contestada, mas é certo que as novas Escolas Superiores de Música de Lisboa e Porto tiveram grande importância designadamente no surto de novos compositores que têm dado provas de uma grande criatividade e de uma elevada competência técnico-profissional. De resto, o novo clima de Liberdade, o fim da censura, a grande abertura verificada na sociedade portuguesa (eliminando velhos preconceitos, criando um novo tipo de relacionamento entre classes sociais, sexos e faixas etárias diferentes), o terreno propício à proliferação de iniciativas culturais, tudo isso se repercutiu profundamente na trajectória artística e profissional dos músicos. Não cabe, no âmbito deste artigo, elencar em pormenor, os nomes e as obras que mais se salientaram no quarto de século que entretanto decorreu. Mas não podem deixar de ser referidos os nomes de Lopes-Graça (1906-1994), Fernando Correia de Oliveira (n. 1921), Joly Braga Santos (1924-1988), Maria de Lurdes Martins (n. 1926), Filipe de Sousa (n. 1927), Clotilde Rosa (n. 1930), Filipe Pires (1934), Constança Capdeville, nascida em Barcelona (1937-1992), José Lopes e Silva (n. 1937), Álvaro Cassuto (n. 1938), Álvaro Salazar (n. 1938), Cândido Lima (n. 1939), Jorge Peixinho (1940-1995), António Victorino d'Almeida (n. 1940), Emanuel Nunes (n. 1941), Amílcar Vasques Dias (n. 1945), Paulo Brandão (1950), António Pinho Vargas (n. 1951), Roy Rosado (n. 1958), e António Sousa Dias (n. 1959). Na geração mais jovem têm-se salientado António Chagas Rosa (n. 1960), João Rafael (n. 1960), Miguel Azguime (n. 1960), Vasco Azevedo (n. 1961), Pedro Rocha (n. 1961), Eugénio Rodrigues (n. 1961), Isabel Soveral (n. 1961), Virgílio de Melo (n. 1961), Eurico Carrapatoso (n. 1962), Carlos Marecos (n. 1962), César Viana (n. 1963), Tomás Henriques (n. 1963), Paulo Ferreira (n. 1964), Carlos Fernandes (n. 1965), Alexandre Delgado (n. 1965), Sérgio de Azevedo (n. 1968), Carlos Caires (n. 1968), Luís Tinoco (n. 1969),

João Madureira (n. 1971), Nuno Corte-Real (n. 1971), Ricardo Ribeiro (n. 1971) e Pedro Amaral (n. 1972). No campo da música improvisada, tem sido particularmente activo o grupo Telectu, constituído por Jorge Lima Barreto (n. 1947) e Victor Rua (n. 1961). Entre os compositores estrangeiros residentes em Portugal há que mencionar Christopher Bochmann (n. 1950), que, como professor da Escola Superior de Música de Lisboa, tem exercido grande influência na formação de jovens compositores, bem como Daniel Schwetz (n. 1955), Ivan Moody (n. 1964) e Evgueni Zoudilkine (n. 1965). Toda esta explosão de compositores e das obras que criaram, das quais dá conta o já referido livro de Sérgio Azevedo, só se tornou possível – não obstante os estrangulamentos no sistema de ensino – graças à abertura cultural e à expansão de actividades musicais verificadas após o 25 de Abril.

Quanto aos intérpretes, Maria João Pires alcançou plena consagração internacional (e foi galardoada em 1989 com o prémio Fernando Pessoa) e Sequeira Costa, a par da actividade de executante, intensificou a sua acção pedagógica em universidades americanas. Entretanto, salientaram-se também Ana Bela Chaves (violeta), que se fixou em Paris, Pedro Burmester, Jorge Moyano, Laura Soveral, Artur Pizarro (piano), Vasco Barbosa, Gerardo Ribeiro, Aníbal Lima, Pedro Teixeira da Silva (violino), Irene Lima, Maria José Falcão, Clélia Vital (violoncelo), António Saiote (clarinete), Pedro Wallenstein (contrabaixo), Cremilde Rosado Fernandes (cravo), etc. A guitarra portuguesa continuou a ter em Carlos Paredes o seu mais lídimo representante (que obteve considerável êxito quando da colaboração prestada a um dos espectáculos do Grupo Gulbenkian de Bailado). Victorino d'Almeida reapareceu como pianista apresentando um disco compacto com a integral das valsas de Chopin (1990). Diversos cantores portugueses sobressaíram neste período: além dos

já referidos, Ana Ester Neves, Ana Ferraz, Ana Paula Russo, António Salgado, António Silva, António Wagner Diniz, Carlos Guilherme, Eduardo Viana, Elsa Saque, Elizabeth de Matos, Elvira Archer, Fernando Serafim, Filomena Amaro, Helena Vieira, Jennifer Smith, Jorge Vaz de Carvalho, José Fardilha, Lia Altavilla, Luís Madureira, Luís Rodrigues, Manuela Castani, Marina Ferreira, Oliveira Lopes, Rui Taveira, Sofia Ferreira, Vasco Gil, entre outros. De assinalar é também a expansão que experimentou o movimento coral, do qual importaria fazer um levantamento em profundidade.

Entre as personalidades que marcaram fortemente – de maneira bem diferente – a cultura musical portuguesa e que entretanto desapareceram, contam-se Madalena Perdigão (1924-1989), João de Freitas Branco (1922-1989), Francine Benoît (1894-1990) e Michel Giacometti (1928-1990). Quanto aos compositores ainda não mencionados, entretanto falecidos, são de referir os nomes de Artur Santos (1914-1987), Frederico de Freitas (1902-1980), e Ruy Coelho (1892-1986).

Em síntese: não obstante as novas e fecundas perspectivas abertas ao florescimento da música em Portugal, os últimos vinte e cinco anos têm-se caracterizado pela contradição – em alguns aspectos agravada – entre a abundância de meios destinados à proliferação de actividades musicais de consumo e a escassez de investimentos reprodutivos, que favoreçam a criatividade nacional. Alguns centros de decisão continuam a confundir o desenvolvimento sócio-cultural com a expansão duma cultura de fachada.

Texto elaborado a partir do capítulo sobre a criação musical erudita em Portugal Contemporâneo, dir. António Reis, Publicações Alfa, vol. VI.; actualização da informação no quadro do Projecto «Investigação, Edição e Estudos Críticos de Música Portuguesa dos Séculos XVIII a XX», financiado pelo Programa Praxis XXI, da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Memória de um Tempo em que a Poesia também Cantava

José Jorge Letria

AS COMEMORAÇÕES DO 25º ANIVERSÁRIO DO 25 DE Abril têm constituído pretexto para reflexão e balanço sobre o que em duas décadas e meia se fez em áreas tão diversas como a cultura ou a economia, a educação ou a agricultura. De uma forma geral, o balanço tem sido positivo, tanto mais que, seja qual for a apreciação global prevalente, fica claro que o saldo final é sempre favorável à liberdade e à democracia enquanto ganhos de cidadania que o derrube da ditadura representou para Portugal e para os portugueses.

No quadro destas comemorações, conferiu-se um legítimo destaque à chamada canção de resistência, a qual, inquestionavelmente, contribuiu para a elevação dos níveis de consciência e de participação daqueles que, pertencendo a distintos escalões etários e a diferentes extractos sociais, canalizaram esforços e vontades no sentido de que o país se libertasse de uma servidão e de um silêncio de quase cinco décadas.

Associar a canção de resistência ao 25 de Abril é tão natural como associar o Movimento dos Capitães à ideia de liberdade. Com efeito, foi uma canção – «Grândola, Vila Morena» – que, escassos minutos após a meia-noite do dia 24 de Abril de 1974, deu às unidades identificadas com o MFA o sinal de que se encontravam criadas as condições para poderem cumprir o plano de operações cuja execução lhes fora confiada. A escolha da canção e do autor e intérprete acabaram por se transformar numa homenagem a todos quantos, utilizando o canto como instrumento de combate ideológico e de consciencialização política, proclamaram, nas mais duras condições de privação de liberdade, o direito à indignação, à revolta e sobretudo à paz, num país martirizado por mais de uma década de guerra em três frentes africanas.

A canção de resistência foi, desde o início da década de 60, uma das mais presentes e eficazes formas de oposição, pela via cultural, à dureza da ditadura, mobilizando, inicialmente, a popu-



lação universitária, sobretudo durante as crises académicas de 1962 e 1969, e depois outros sectores da população, designadamente trabalhadores da área dos serviços e o operariado identificado com o sindicalismo que se libertara do controle corporativo-fascista.

Deste modo, a canção passou dos restritos círculos académicos para espaços muito mais amplos e participados, desde as cooperativas de consumo até aos clubes de campismo, e também pelos cine-clubes e pelas colectividades de cultura e recreio, operando um singular enlace entre propostas culturais de matriz erudita com formas de cultura tradicional enraizadas nos locais populares.

Se alguns intérpretes eram também criadores dos textos e das melodias que cantavam, outros havia que recorriam, regularmente, à obra de poetas com cuja estética e desejo de mudança se identificavam. Assim, a canção, com o seu carácter

simples e eminentemente itinerante, converteu-se num poderoso veículo de difusão da palavra dos poetas, levando ao conhecimento de largas camadas da população textos e autores que de outro modo delas teriam permanecido arredados.

Quando Manuel Freire musicou o poema «Pedra Filosofal» de António Gedeão está longe de imaginar que essa canção se irá transformar, com a sua carga utópica e o seu lirismo imbuído de esperança, num hino aglutinador de energias e de vontades canalizadas para a democratização de Portugal. Do mesmo autor, musicou Manuel Freire muitos outros textos, com destaque para «Poema da Malta das Naus» ou «Lágrima de Preta» para além de poemas de Carlos de Oliveira, José Saramago, Daniel Filipe, Manuel Alegre ou José Gomes Ferreira.

A presença de este e de outros cantores divulgadores de poetas em convívios populares suscitou um interesse pela lírica portuguesa con-

José Mário Branco, exilado em França, chega ao aeroporto de Lisboa. Ao seu lado, alguns dos nomes mais representativos da canção de protesto: J. J. Letria, José Afonso e Adriano Correia de Oliveira.

temporânea que adquiriu expressão nas vendas dos livros de alguns dos seus mais destacados autores. O caso de António Gedeão é um dos que melhor ilustram este fenómeno de colaboração e partilha de responsabilidades culturais e cívicas entre cantores da resistência e poetas comprometidos com o desejo colectivo de mudança.

Mas houve outros. Francisco Fanhais cantou Sophia de Mello Breyner («Cantata de Paz»), José Mário Branco cantou Natália Correia («Queixa das Almas Jovens Censuradas»), Luís Cília cantou Afonso Duarte («Epigrama»), Adriano Correia de Oliveira cantou Manuel Alegre («Canção com Lágrimas») e José Afonso cantou José Carlos Ary dos Santos («A Cidade» entre muitos outros que se constituem como exemplos desta singular parceria que contribuiu para despertar, também pela via da sensibilidade poética, a consciência cívica dos portugueses.

A par dos cantores, destaque-se o papel dos recitadores de poesia, com destaque para Mário Viegas, que levou por todo o país, nas condições mais adversas, os poemas de Almada Negreiros, Alexandre O'Neill, Jorge de Sena, Sophia de Mello Breyner ou Ruy Belo, entre muitos outros, e para Tóssan, que além dos seus próprios textos divulgou amplamente os do poeta popular António Aleixo.

Quer isto dizer que não se pode dissociar o papel dos cantores de intervenção, inspirado, de algum modo, na estética das canções de combate de Espanha, de França ou de países da América Latina como Cuba e o Chile, do património poético representado por alguns dos nossos maiores autores contemporâneos. Os cantores converteram-se, assumidamente, em divulgadores de poetas e, ao fazê-lo, não só incorporaram os seus textos no combate que travavam, como conferiram ao seu trabalho artístico uma qualidade e uma legitimidade literárias que de outro modo eventualmente não teriam atingido.

A canção de resistência transformou-se, deste modo, na poderosa caixa de ressonância

da voz dos poetas, levando mesmo alguns dos cantores a apurarem a qualidade do seu trabalho como autores de textos e a fazerem dessa linha de intervenção uma prioridade do seu trabalho futuro. Este aspecto do canto de intervenção permanece insuficientemente estudado a nível da investigação universitária, não obstante o interesse que tem vindo a acentuar-se por parte de vários mestrandos nos últimos anos relativamente a esta área.

Refira-se, por outro lado, que o próprio José Afonso, embora nunca se tenha assumido publicamente como um poeta, tem, na sua obra, numerosos textos que, por direito, deveriam figurar numa boa antologia da nossa poesia contemporânea. Tal não acontece, ou, pelo menos, não tem acontecido devido ao preconceito que leva com frequência aqueles que se interessam por estas matérias a observar os textos das canções como produtos menores da criação literária, esquecendo-se de que a poesia teve sempre, ao longo dos séculos, na canção um dos seus principais suportes e complementos estéticos.

Uma análise pormenorizada dos documentos produzidos pela PIDE sobre a acção dos cantores de resistência nos anos que precederam o 25 de Abril evidencia as preocupações do regime relativamente ao conteúdo poético das canções e à forma como elas não só denunciavam situações como a guerra colonial, a emigração e a repressão, corno também reforçavam a ligação de amplas camadas da população, sobretudo a juvenil, com a voz dos seus poetas.

Não foi por acaso que, na noite do dia 29 de Março de 1974, no Coliseu dos Recreios, em Lisboa, quando José Afonso realizou com os seus companheiros de canções um espectáculo que seria determinante para a escolha de «Grândola, Vila Morena» como senha libertadora do MFA e para mobilizar as vontades que precipitaram Abril, os censores de serviço amputaram barba-ramente algumas das mais belas passagens das

canções que cada um seleccionara para esse evento que se tornaria inesquecível. A canção cumpria uma vez mais a sua função cultural, social e histórica e fazia-o, em aliança de som e de sentido, com a voz de alguns dos poetas maiores de Portugal contemporâneo.

E foi através da voz desses poetas e dos cantores que os haviam musicado que milhares de portugueses perceberam, na madrugada do dia 25 de Abril, a natureza progressista do movimento militar que tomara de assalto as ruas da capital e outros pontos estratégicos do país. Na rádio ouvia-se pela primeira vez sem o espartilho de qualquer censura a poesia de António Gedeão, Sophia de Mello Breyner, Manuel Alegre ou José Saramago, proclamando este, profeticamente, que *«chegará o dia das surpresas»*. E o dia das surpresas tinha acabado de chegar.

Depois veio o tempo da clarificação das opções ideológicas e dos militantes empenhamentos partidários, e com ele o estigma da panfletarização que se traduziu num generalizado empobrecimento do verbo poético, que se pragmatizou, que se transformou em slogan, em estandarte, em megafone e em repetitiva e rotineira palavra de ordem. A liberdade arrancou as grilhetas à poesia que falava de liberdade, mas acabou por empobrecer a própria palavra, consentindo que ela se subalternizasse perante a urgência do discurso político de combate com as suas inevitáveis prioridades e estratégias. Porém, nunca deixou de haver espaço e muito menos memória para a canção que fez da poesia o seu mais iluminador instrumento de comunicação e leitura do mundo e da condição humana.

De tudo isto dou testemunho como interveniente directo num processo em que participei activamente enquanto autor, compositor e intérprete, antes de ter decidido que um caminho autónomo como poeta era aquele que melhor me permitia dar expressão às inquietações, aos temores e às dúvidas que povoam o



No dia 29 de Março de 1974, no Coliseu dos Recreios, José Afonso realizou com os seus companheiros de canções um espectáculo que seria determinante para a escolha de «Grândola, Vila Morena» como senha libertadora do MFA

espírito de quem maneja, num ofício de desassossego, o verbo poético. Esses foram, também, os tempos da fraternidade, da partilha jubilosa dos combates e dos sonhos, da alegria que nenhum medo conseguia proibir. Esse era, também, o tempo em que a poesia rompia todos os cercos do silêncio e chegava ao coração e à consciência de quantos sabiam não ser possível existir uma pátria livre sem cultura e muito menos cultura sem o alimento redentor da liberdade.

Do pacto celebrado entre os cantores da resistência e os poetas do Portugal contemporâneo nasceu um fruto chamado Abril, que umas vezes teve gosto de canção e outras apenas a cadência e o timbre de um poema festivo ou interrogativo. A verdade é que juntos, os poetas e os cantores, gravaram no céu azul de uma estação de mudança a sempre abençoada palavra Liberdade.

Mitos, Muraís e Muros

Diogo Pires Aurélio

AO PRINCÍPIO FORAM A EUFORIA GENERALIZADA; depois, o entrecruzar de palavras de ordem das várias organizações políticas; hoje, são apenas memórias de um tempo de mudança que se quis revolução: os «muros da liberdade».

Os muros são essa linha que se levanta nos diversos espaços sociais para isolar as famílias, os indivíduos. Uma vez por vontade própria e, nesse caso, o isolamento que eles significam é atravessado por portas de comunicação – as portas e as janelas – que transformam o interior dos muros em local de provisória solidão ou contacto restrito; outras vezes, porém, os muros erguem-se para isolar compulsivamente as pessoas: tornam-se então prisões, os asilos psiquiátricos, onde as portas e janelas perdem a sua função comunicante porque se lhes acrescentam as grades. É o muro total, o símbolo por excelência da interdição absoluta. Daí que, tendo o regime derrubado em Portugal, a 25 de Abril de 1974, por máquina fundamental da sua orgânica a negação das liberdades, os muros se lhe ajustam como simbologia perfeita, tanto mais que as algemas, ainda que de um e outro desses elementos – tão reais que se tornaram míticos –, outra coisa não signifiquem que a interdição do movimento, a segregação dos incómodos, a negação da liberdade.

Mas um símbolo apela a outro símbolo, tal como no seio de um regime de opressão surge a vontade de mudança. Daí que o 25 de Abril se possa também traduzir num colectivo saltar o muro, no passar para o outro lado, o lado da liberdade. A partir de então, na história que pelo menos miticamente se inicia (e os símbolos não conhecem outro tempo senão o da mitologia), os muros passam a ser contemplados do lado de fora, do lado onde a proibição se apaga e a liberdade cresce. Vistos daí, atravessados pelo olhar sem vendas e pela palavra sem mordças, os muros não têm mais razão de ser na sua função, real e simbólica, de isolamento. O signo ficou

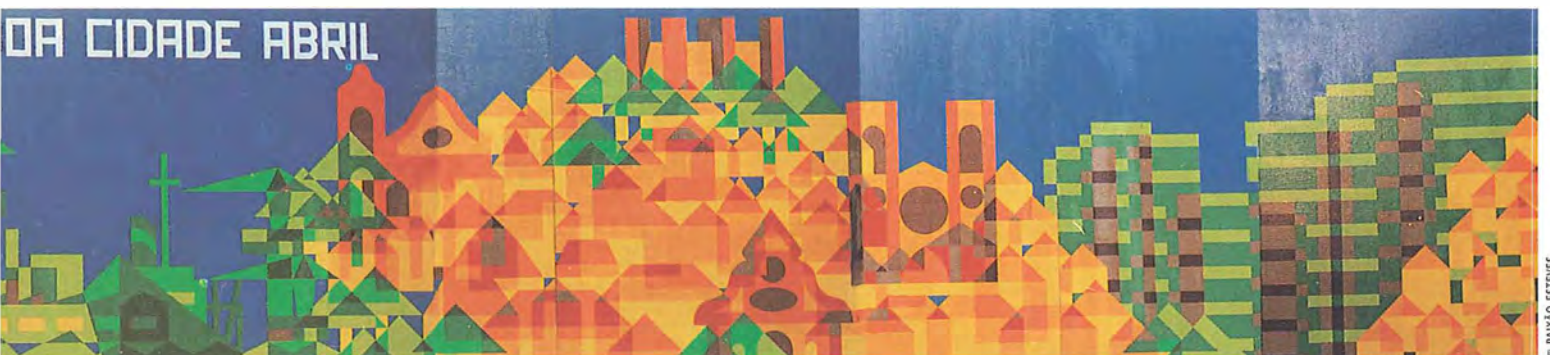
desabitado com a morte do seu referente histórico, a morte do regime que dele se servira. Resta-lhe apenas oferecer outra das faces à liberdade que o cerca e vai invadi-lo, investi-lo numa outra função. É que a liberdade só o é totalmente nesse espaço mítico que habitam os símbolos. Aquém dele, no terreno movediço e contraditório em que a história dos homens decorre, ela torna-se relativa, cada curva que no seu caminho se dobra são novos horizontes que se desdobram; o inacabado é o seu signo. O que não exclui a necessidade de sempre a desejarmos total. Mas exactamente por isso, a partir do momento em que a história regressa aos caminhos da liberdade, torna-se imperativa a projecção dessa mesma liberdade num espaço mítico que se pressente tão irreal quão necessário. «Os muros da liberdade», no Portugal de após o 25 de Abril, foram um desses cenários onde representávamos o excesso de liberdade que a história não permitia mas que em poucos meses



ficou sobrecarregado de investimentos sem aplicação no dia-a-dia das pessoas, no quotidiano sócio-político do país. Temos, portanto, em 25 de Abril, um povo a viver em dois espaços, ou melhor, num espaço e numa utopia simultaneamente. Não quer dizer que antes a dimensão utópica não existisse. Pelo contrário. O totalitarismo do regime segregava também os seus mitos, fossem eles a bem conhecida mitologia propagandeada do Minho a Timor, com a qual se procurava a aceitação voluntária da própria violência, ou aquela outra, não menos fértil, que se lhe opunha e sem a qual a recusa dessa violência se tornaria impossível. Tal como a liberdade, a submissão é impossível sem este suporte ou, se quisermos, este excesso mítico, onde tiranos e revolucionários extraem instrumentos para a sua acção, ainda que num caso ela seja opressora e no outro possa ser de libertação. Caso curioso, a própria história, uma vez devidamente escolhida, pode ser utilizada, e tem-no sido, como mitologia e suporte de uma realidade presente insuportável: 1143-1943: descobertas – guerra colonial, e assim por diante.

Mas, em liberdade, a circulação dos mitos altera-se profundamente, quer por via discursiva, quer por via figurativa. Palavras e imagens correm e mostram-se segundo outras regras. E aí os muros reaparecem com outra função, ou melhor, desaparecem por detrás daquilo que neles se projecta. Nos muros da liberdade, já não são eles o símbolo; é, sim, a própria liberdade materializada em palavras que atravessa o espaço social em toda a sua extensão política e em figuras que perturbam as «paredes caídas» da lusitana placidez. Então começa a discordância entre as várias imagens do futuro – ou do passado como adiante veremos – atiradas aos vários sectores da sociedade. É a luta dos símbolos, a guerra dos mitos que prolonga e representa uma outra luta, a de classes. A pureza branca dos muros é violada pelos mensageiros das trevas





que vêm, primeiro, de vermelho, mas que pouco a pouco se decompõem numa infinidade de cores; a tranquilidade e a calma das cidades são perturbadas pela «manifestação» dos bárbaros; à ordem sucede-se o caos. Por outras palavras, e fundamentalmente por outro ponto de vista, o grito sucede ao silêncio, a explosão das vontades rompe as condutas por onde tinham sido, até aí, canalizadas; a proibição representada nos muros foi devassada e eles tornaram-se o lugar privilegiado de investimentos utópicos, passaram a dizer o possível e o impossível, a «ficcio-nar» uma outra realidade que ficou a pairar por sobre a sociedade em apelo à transformação da realidade que se ia vivendo. Aqui, era a palavra imediata, escrita a toda a largura de um muro ou envergonhada no gaveto de uma rua; ali, era o desenho riscado a carvão para representar (tornar a apresentar, uma e outra vez, repetir para que se fixasse) um símbolo político, o punho erguido, o martelo e a foice, a pomba, as setas etc., etc.; mais além, eram os murais, onde os elementos – desenho, cores e palavras – se conjugavam em ordem à produção de um fragmento de «história».

Os murais, no fim de contas, são duplamente simbólicos. Primeiro, porque se «passam» no domínio do desejável, do utópico, para o qual buscam sinais adequados. A sua intenção imediata é apelar a quem os olha para que se

liberte e lute por algo. Os processos utilizados consistem em desvendar cenas do mundo da liberdade (tal como os seus autores o imaginam) ou denunciar cenas do mundo da opressão, independentemente do conteúdo que os diversos grupos sociais responsáveis pelos murais entendem por esses conceitos. No fundo, trata-se sempre – pelo menos tratou-se em Portugal – de um apelo à mudança. Todos os organismos, todos os sectores, todos os autores de murais se pretendem invariavelmente como porta-vozes dos gérmens de um novo mundo, como protagonistas da mudança. Pode é variar o seu sentido, e daí a mitomaquia, o combate entre os diversos mitos apresentados na praça pública.

Os murais são, todavia, simbólicos ainda na sua forma específica de *historiar* a sociedade – os bens da sociedade que anunciam e os males que denunciam, já que, como dissemos atrás, anúncio e denúncia são duas faces da mesma moeda, as duas tácticas de uma só estratégia: o apelo à mudança. Nos murais, isola-se o fragmento que seja suficientemente representativo e evocativo da história mítica, o qual se conta como sendo uma realidade possível (se aqueles que a escutam e olham fizerem por isso) ou então um fragmento que se isola da história que é real mas que se pretende ultrapassar. Para tanto, o mural terá de recorrer a um número reduzido mas significativo de elementos que possam evocar, simbo-



lizar, toda uma história que se anuncia ou se denuncia mas que é impossível de pormenorizar em toda a sua extensão, na extensão do mural. Não admira, pois, que neles se jogue, a maioria das vezes, com repetição de sinais – linhas, cores, proporções, planos e retratos – que encontram facilmente um eco no imaginário colectivo, no espaço mitológico que envolve a sociedade num dado momento. De resto, é aí que os autores de murais vão buscar esses elementos, porque aí eles estão já intimamente ligados a determinadas situações, tornando possível reconhecê-los e reconhecer o seu significado quando os vemos representados nas paredes. Assim, num tractor ou numa ceifeira, por exemplo, vimos a Reforma Agrária, ou até, por associação, toda a luta do campesinato, da mesma forma que associamos os partidos políticos a determinadas cores: o PPM ao azul, o PSD ao alaranjado, aqueles que se reclamam de Marx ao vermelho (sóbrio no PS, excessivo no MRPP, etc.).

A ser verdade, temos que nada se inaugura nos murais, a não ser eles mesmos. Por um lado, as suas motivações profundas, o seu ideário se assim lhe quisermos chamar, já existiam nessa

zona do espaço social em que reside aquilo que nele é excesso, o seu desejo de mudança, o seu imaginário. Por outro lado, os elementos que neles são significantes já o eram anteriormente, não havendo lugar para a produção de novas significações, sob pena de estas não atingirem o seu objectivo maior, que é o apelo rapidamente compreendido por quem passa na sua frente. Porque os murais não são um convite à reflexão mas sim à acção mais ou menos imediata: inscreva-se num partido, junte-se à luta contra a burguesia, recuse a NATO, escorrace o KGB, etc., até à exaustão das estratégias e tácticas que se cruzam, em cada momento, no espaço social. Mesmo quando os murais são repassados de lirismo e expostos à contemplação serena. Aí, se o olhar atento reflectir (contrariamente aos «intuítos» do mural), exclamará imediatamente: mudança de táctica!, guerra fria!, maquilhagem do mito! É que essas mensagens de «paz», não são outra coisa senão um apelo à guerra, ainda que se lhe chame guerra pela paz, ou à recusa de apelos em sentidos diversos. Nenhuma linguagem é mais carregada de intencionalidade do que a linguagem dos murais.

Algo de novo, no entanto, aí se passa, nessas imagens que dão directamente das paredes para os olhos de quem passa. Ainda que os elementos que utilizam estejam previamente ligados a uma significação específica. E o que aí se passa de novo é uma alteração no modo de fazer circular as mensagens. Antes, na pré-história dos murais, a monótona brancura das paredes expressava o modelo de sociedade unidimensional, onde toda a diferença tendia a apagar-se porque a remetiam para detrás dos muros das prisões. Só a mensagem do Poder circulava livremente, quer pelos canais da palavra oficial levada até à última das aldeias, quer pelo silêncio branco dos muros onde, ainda que nenhuma palavra ou imagem surgissem, os detentores do monopólio da Palavra viam e diziam a grande metáfora da Ordem: «*Numa casa portuguesa...*». Mas depois as mensagens bloqueadas irromperam em gritos de manifestantes e em imagens espalhadas pelas paredes. E foi o intervalo unitário, o tempo em que se esconjurou o passado na ilusão de que isso bastava para passar a um futuro diferente. Foi um Tempo rápido, o tempo que duram os cravos. Ainda então, a mensagem era uníssona, embora se traduzisse na negação da que a precedera e que ela recusava. Porém,

a partir do momento em que da negação do regime anterior se passou à formulação dos princípios desejáveis na sociedade a construir, aconteceu, como era natural, a fragmentação dessa mensagem. Multiplicam-se as alternativas e a realidade quotidiana foi, mais uma vez, acompanhada da ficção de uma outra realidade. Ficção que era fruto, aliás, de uma dupla reflexão: reflexão no pensar de quem recusa o quotidiano que lhe continua a caber em sorte e reflexão nos espelhos da cidade que são seus muros, a reflexão nos murais, esse lugar geométrico da utopia colectiva.

É necessário, ainda, entendermo-nos quanto à questão da utopia, essa palavra abusivamente sobrecarregada de conotações que o seu étimo não permite. Se nela aqui falamos é porque nenhuma outra exprime, com maior propriedade, aquele núcleo de desejos que uma sociedade projecta à sua frente quando toma consciência da realidade em que vive. Daí que os murais – ora denunciem uma certa realidade abrindo assim caminho à utopia, ora anunciem uma realidade ainda não visível no instante – constituem então uma autêntica materialização da utopia. Não se insinua, por conseguinte, o carácter ilusório que se «lê», regra geral, na



utopia. Pelo contrário, pretende-se salientar o seu carácter mobilizador, as acções que se tornam possíveis a partir da denúncia de factos não utópicos, porque reais, e do anúncio da sua possível superação, ainda que esta venha depois a verificar-se impossível. Nos murais, a partir de um dado momento da sua história, já nem se trata só de uma utopia mas de várias utopias, as quais, para além de várias características em comum, se definem também por implicarem invariavelmente a negação de outras que lhe são contemporâneas. Por isso falámos de mitoma-

quia. Das guerras de mitos e mensagens, todas elas anunciadoras de um futuro diferente: diferente daquilo que se vive no presente e diferente daquilo que, a seu lado, outras prometem. Face a face, em locais semelhantes, fazem-se apelos com fins contraditórios. O que ali se anuncia é denunciado mais além. A sociedade unidimensional (no sentido estrito em que o País a integrara até ao 25 de Abril) rebentarapelas costuras. Os seus sobreviventes, ou se condenam a um silêncio discreto, aguardando melhores dias, ou são obrigados a jogar um jogo diferente, talvez





até com idênticas possibilidades de lucro, mas no entanto com regras formalmente diversas. O tabuleiro oscilou e com ele as pedras que aí se encontravam. Peões e bispos. «A noite e a aurora travam um combate de morte. Qual delas sairá vitoriosa?»

É no cerne da história dos últimos anos que temos de situar, agora, os murais. Vê-los como retórica desnecessariamente acrescentada à revolução, como simples cosmética da cidade em mudança, seria ingénuo, senão mesmo errado, e com a pretensão de insinuar de novo a metáfora que as casas brancas constituíam, com tudo o que, por detrás delas, permanece adormecido. Eles foram, de facto, parte integrante das nossas vidas. Da vida daqueles que nunca os puderam olhar sem reservas e daqueles que se projectaram na sua mensagem. Os artistas anónimos que neles trabalharam, talvez sem saberem, consubstanciaram uma das dimensões

mais densas de história: aquela em que se inscreve o que as circunstâncias de momento obrigaram a adiar. Fossem eles pintores capazes de trabalhar directamente nos muros, ou simplesmente militantes que carregavam moldes em madeira e em zinco a partir dos quais executavam os murais, ou mesmo aqueles que projectavam durante a noite um *slide* numa parede, onde assinalavam os seus contornos para, no dia seguinte, lhe estamparem as cores. Em suma, todos os que, de uma das múltiplas maneiras que a imaginação achou, alteraram a face mais visível do país, todos esses escreveram uma das páginas mais importantes no livro das origens da democracia. Relembra-la agora não é só recuperar visualmente alguns dos murais que os ventos da história apagaram já. É também reaprender a interpretação dos sinais dos tempos, dos sinais que há pouco líamos nos «muros da liberdade», e dos sinais que lhe vão sucedendo.

Grafismo Global e Local

Design gráfico
em Portugal
desde 1974

R o b i n F i o r

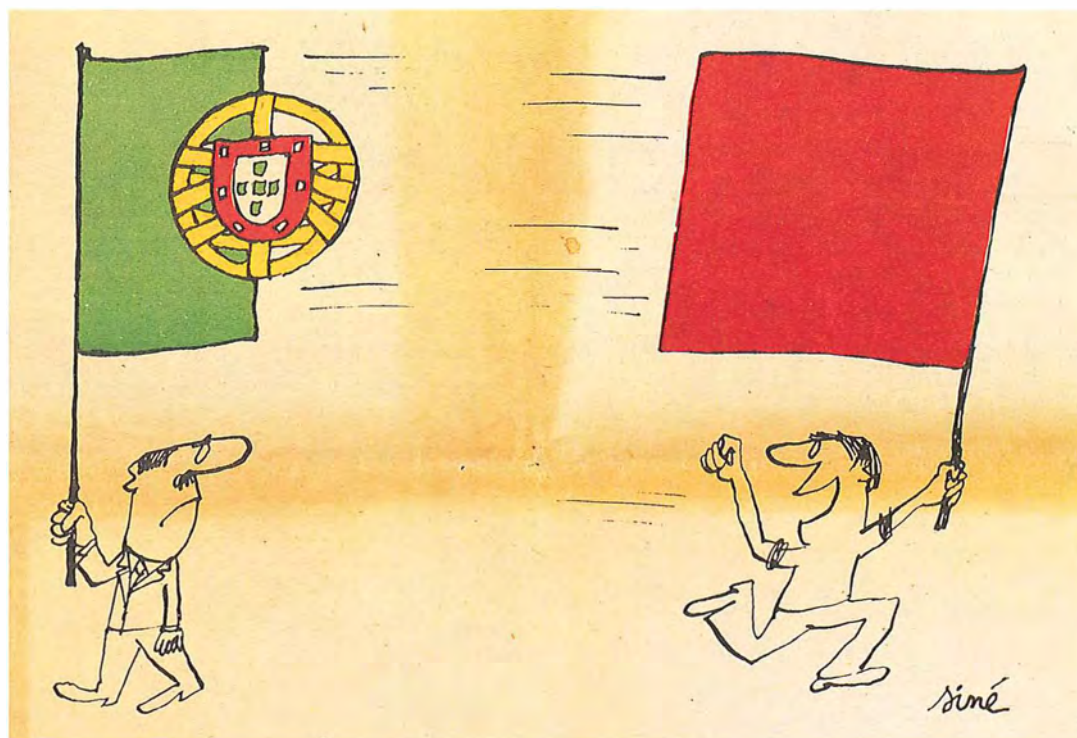
AO LONGO DOS ÚLTIMOS VINTE E CINCO ANOS, O *design* gráfico português passou por duas revoluções: a primeira, política, a dos cravos, que substituiu um regime autoritário e obscurantista por uma democracia representativa; a segunda, tecnológica, que começou há cerca de dez anos e que está a transformar *ateliers* em oficinas e/ou gabinetes.

Da mesma maneira que os efeitos da revolução democrática têm sido desiguais na sua penetração no quotidiano dos portugueses neste quarto de século, também os efeitos da «Mac(TM)anização»¹ (*sic*), que acabaria por tomar o comando, com todas as suas implicações na prática – e no ensino – do *design*, ainda não tiveram tempo para ser absorvidas pelos *designers*.

Se, tal como o antigo Presidente da Alemanha Federal, Theodor Heuss, disse, «a qualidade» pode ser caracterizada como «a sinceridade», em países com uma censura institucionalizada, como a que existiu no Portugal de há duas décadas atrás, a sinceridade do *design* gráfico (e não menos da literatura ou do cinema) tem de ser transmitida obliquamente ou elipticamente; assim no tipografismo (tal como na escrita) a necessidade de convidar o leitor – ou espectador – a ler nas entrelinhas foi uma constante. Com o fim da censura e a respectiva desmontagem do estado-polícia que a sustentou, os *designers*, tal como os escritores, tiveram de adaptar o seu discurso a uma sociedade aberta. E isto levou obviamente o seu tempo.

A explosão dos grafismos de rua entre 1974-76, como se por combustão espontânea se tratasse, deixou pouca experiência que poderia servir como base para construir: o efeito mais corrosivo desta atitude foi, no entanto, a noção largamente partilhada, de que qualquer pessoa podia e devia fazer cartazes, murais e *graffiti*; enquanto o vernacular «popular-naturalista» ignorava que o «quê» não podia ser separado do

«O 25 de Abril visto por Siné».
Cartoon publicado no *Sempre Fixe*
de 11 de Maio de 1974.



«como», paralelamente poucos profissionais sabiam como trabalhar com meios reduzidos.

Como resultado final, o grafismo banalizou-se, e a paisagem urbana adquiriu uma incrustação de marcas e sinais, impressas e pintadas, que pareciam estar à espera de ser consignadas ao caixote de lixo da história – ou, mais prosaicamente, ao aterro municipal. Entre o clássico de Siné que saiu no *Sempre fixe* n.º 11 de Maio de 74, que mostra o operário a levar o vermelho da bandeira nacional das mãos do burguês, e a reconstituição gnomicamente democrática da mesma, de Sebastião Rodrigues três anos mais tarde, houve um enorme produção de cartazes, o *medium* da Revolução e da Rua por excelência. Destes sobrevivem na nossa memória talvez uns vinte, de João Abel Manta, de Manuel Paula, das bandeiras dos movimentos de libertação do CIDAC, que informam e / ou questionam – e

convenceram graficamente: é de interesse também a ameaça velada do cartaz da primeira campanha eleitoral do General Eanes para a Presidência da República, onde este aparecia como um *caudillo* que vem restaurar a Ordem. O povo era quem mais ordenava, e já não precisava de ser avisado.

A ausência de um Mercado de consumo implicava que os *designers* não podiam deslizar para a publicidade, que só viria a emergir na altura da adesão à CEE; e, como consequência, os potenciais clientes culturais, como os teatros independentes (mas) subsidiados, que com outras condições poderiam ter utilizado o cartaz como instrumento de divulgação das respectivas actividades e conteúdos, não possuíam dinheiro suficiente para o utilizar com imaginação e regularidade. Cito por exemplo o cartaz de Cristina Reis, para a produção de *A Missão* de

Heiner Müller na Cornucópia, que constitui efectivamente um exemplar daquilo que podia ter sido uma política do cartaz.

No entanto, a libertação da ditadura deixou um vazio que viria a ser preenchido pela busca duma identidade nacional autêntica – redescobrimos ou reinventando a história de Portugal, desembaraçando a teia das diferenças étnicas e culturais, que tinham estado escondidas atrás de um verniz espesso de ideologia nacionalista. O que, por sua vez, resultou no desenvolvimento de uma indústria de património nacional – financiada em parte pelos fundos da CEE. Em meados dos anos 80 Sebastião Rodrigues, a preeminente referência do *design* gráfico cultural, foi obrigado a retirar-se da actividade profissional por motivos de saúde, coincidindo a sua retirada com esta expansão do patrocínio do *design* de livros ilustrados e de catálogos de exposições (e às vezes de cartazes interessantes); um patrocínio que propiciou a oportunidade para o restaurar e alastrar das normas de qualidade no tipografismo e na produção gráfica. Permiteu ainda apoiar a manutenção de gabinetes de *design* «culturais» tais como os de Henrique Cayatte, Atelier B2, João Nunes e Ricardo Mealha – ou o dos *designers* da TVM, responsáveis pelo grafismo desta revista – com uma escala suficientemente importante, para sobreviver aos soluços políticos ou económicos. Temos, no entanto que reconhecer, que a reflexão sobre a identidade nacional tem sido interpretada por vezes literalmente, pelo uso de capas com brilho para reflectir a vaidade do cliente – ou a cara do *designer*.

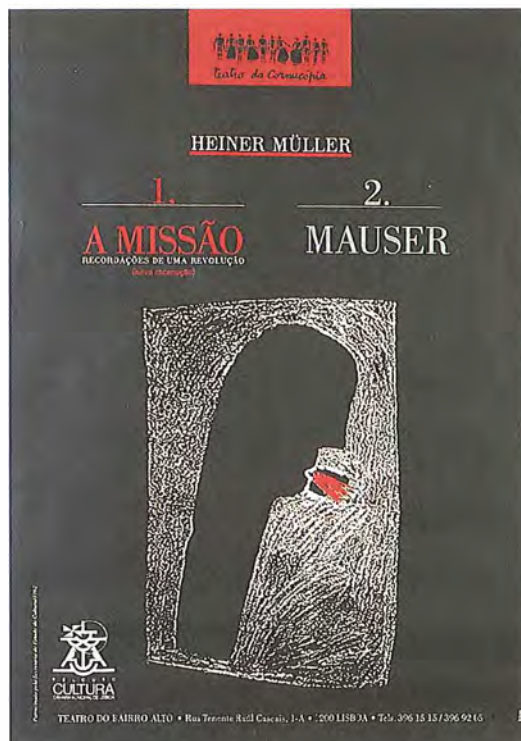
A exposição retrospectiva da obra de Sebastião Rodrigues realizada pela Fundação Calouste Gulbenkian em 1995, e a publicação de um catálogo extensivo, gerou uma nova vaga de interesse para o tipografismo e o *design* do livro ilustrado; o catálogo tornou-se para alguns *designers* uma bíblia gráfica – não há mais em portu-



guês – para ser seguida sem olhar crítico. Decisões de pormenor tomadas por razões de ordem prática ou política, foram aplicadas em condições tecnológicas ou estruturais diferentes, por exemplo, no rosto de um catálogo, a litania Ministério / Secretaria do Estado / Direcção Geral / Direcção Regional / Museu, composta em metal, sem articular as diferenças, e sem preocupações hierárquicas: se, electronicamente, as articulações subtis são muito mais fáceis de executar, politicamente é concebível «meter nisso»² localizar a responsabilidade para uma publicação... Uma leitura desta «bíblia» mostra que a hierarquia que interessava apaixonadamente a Sebastião Rodrigues era a descendência dos seus ouriços de barro de Barcelos, em linha directa, da Susa de 2000 a. C.

Contudo, prefigurada pelo *design* inovador de símbolos partidários do período revolucionário, a proliferação extraordinária de logotipos, alguns de qualidade notável mas na sua grande maioria extremamente medíocres, constituiu

Cartaz de Sebastião Rodrigues.
Secretaria de Estado da Cultura, 1977.



um subproduto, adoptado pela classe emergente dos gestores, num espírito próximo do sistema de clientela oitocentista, vestida e legitimada com heráldica medieval. Mas tem que se admitir que os *designers* também são atraídos pelo jogo da construção de logotipos ou, pelo menos, pelos prémios dos grandes concursos, que contam normalmente com a participação de quinhentos a mil concorrentes. Assim aconteceu no concurso para a logotipo do Porto 2000, que foi ganho por um *designer* da nova geração, Pedro Albuquerque.

Volvidos apenas pouco mais de trinta curtos anos desde a edição da Bíblia de Guttenberg, era impresso o primeiro incunábulo em Português, enquanto mediaram mais de treze longos anos no último quarto deste século, entre o lançamento do primeiro PC e a saída do primeiro programa de tratamento de texto em Português

(europeu). Há vinte cinco anos, o director de uma agência de publicidade poderia informar que não havia mercado para tal, no sentido moderno (em contrapartida houve e ainda há, felizmente, bastantes mercados no país com verdadeira fruta e legumes, não normalizada, porém belíssima de se ver e ainda melhor de se saborear).

Mas agora, com redes de distribuição e super e hipermercados modernos, a publicidade, com uma linguagem directa e com um tom de voz pessoal e coloquial, começou a espalhar-se da televisão aos *outdoors* e à página impressa – na maioria dos casos redigida e visualizada por refugiados económicos provenientes do Brasil. É paradigmático que o texto de um destes anúncios, concebido por Edson Athayde para um *spray* nasal, tenha sido disfarçado foneticamente para simular o modo de falar de alguém fortemente engripado, rompendo, desta forma, a fronteira do decoro entre a fala e a escrita, entre a leitura em voz alta e a silenciosa. Estas fronteiras foram, no entanto, mais fluídas no passado; a rica literatura visual portuguesa dos séculos XVII e XVIII fazia parte duma cultura oral e musical que contribuiu para muitas das nossas ressonâncias.

Até agora, há poucos *designers* que tenham procurado a sua inspiração nesta tradição, no modo como utilizam o computador. O multimédia continua incipiente, controlado por engenheiros ou técnicos com pouca cultura gráfica (ou nenhuma), enquanto *designers* com experiência sólida ainda pensam no computador como uma ferramenta que facilita as funções pré-existentes de ensaio, visualização, apresentação, especificação ou maquetização para produção. No entanto, as pressões da concorrência obrigam os *designers* a assumir diversas funções, anteriormente dispersas pelas oficinas gráficas ou serviços especializados – tipocomposição, retoque, paginação final. A facilidade de trans-

missão de textos e imagens por *e-mail*, para transformação e integração num «documento» final tem, como contrapartida, a perda do tempo para pensar, afinar, acertar: o *design* gráfico, como a arquitectura (disse Alvar Aalto) precisa de tempo. Mas é certo que a facilidade na escolha de uma gama larguíssima de fontes tipográficas (ou os equivalentes electrónicos do repertório das tipografias do século passado de *clichés* e vinhetas) tem resultado numa compreensão crescente da importância do *design* tipográfico na estruturação de um objecto gráfico, que antes era bastante restrita.

No campo dos jornais, o *Público* foi pioneiro ao ser concebido através de um sistema electrónico; o *design*, de Henrique Cayatte, é limpo, moderno e define a sua audiência para uma elite cultural, e jovem. Em retrospectiva, porém, parece que o *designer* adoptou um modelo italiano, vertical, para o cabeçalho, os títulos, a grelha das colunas e o texto, que ia contra as preferências ou habitações ibéricas de configurações mais largas, horizontais: chega a poder-se compará-lo com cabeçalho de *El País* (só que na verdade a Espanha é grande e quadrada, enquanto Portugal é pequeno e oblongo). As razões que conduziram a estas opções, não são difíceis de adivinhar; resumem-se ao desejo de meter o Rossio na Rua da Betesga – o tratamento aprofundado dum jornal de «*quality broadsheet*» no formato tablóide. Porém, o problema é que o italiano é a língua românica que ocupa menos espaço na página – utilizando mais as letras estreitas como o Y, o L e o T, do que o português ou o espanhol. Outro exemplo a citar é o do *Diário de Notícias*, que quando encomendou um *re-design*, contratou uma firma catalã de especialistas em jornais.

O recurso aos *designers* estrangeiros não se tem limitado aos jornais. Se o ICEP escolheu uma empresa inglesa, Wolff Olins para elaborar a imagem do país no exterior, o mesmo não

Sexta-feira
2 de Julho de 1999
Dúzia • Ano 10.º 3394
140300 — € 0,70
IVA incluído
Director José Manuel Fernandes
Directores-adjuntos Adelino Gomes,
Hugo Pacheco e José Queirós
Rua Azorinho Neto, 111, 617 — 1763-010 LISBOA
Rua João de Barros, 265 — 4150-414 PORTO
Público na Internet: <http://www.ppublico.pt>
E-Mail: publico@publico.pt

PÚBLICO

edição LISBOA

PÚBLICO revela conclusões do relatório a que presidiu Mário Soares Comissão diz que Portugal não “lavou” ouro nazi

O Governo já tem o seu relatório da comissão presidida por Mário Soares para investigar “transacções de ouro” entre Portugal e o III Reich. As conclusões, a que o PÚBLICO teve acesso, dizem que Portugal não “lavou” ouro nazi e desaconselham o pagamento de qualquer compensação adicional. *página 2 e 3*

Yasser Arafat esteve em Portugal apenas 24 horas

Guterres promete apoiar Estado palestiniano

Yasser Arafat esteve em Lisboa apenas 24 horas. Mas foi suficiente para ouvir de António Guterres a promessa de que, quando assumir a presidência da UE, Portugal se lo fará para apoiar a criação de um Estado palestiniano soberano. Nesta visita o líder palestiniano recebeu ainda uma ajuda de 500 mil euros e a notícia de que Portugal abrirá em breve uma representação diplomática em Ramallah, na Cisjordânia. *página 17*

Primeira empresa de Aluguer Operacional
com a Certificação de Qualidade
Quarta da Frente • Edifício Eiréas, Pça 3 - 1169 - 110 Póvoa do Varzim
Telefone 91 - 446 88 00 (geral) - Fax 91 - 442 27 51

Timor-Leste Portugal é unânime em Los Palos
Reptagem da sua secretaria José António Correia, em Los Palos *páginas 8 e 9*

Kosovo Já chegou a polícia portuguesa
Reptagem do nosso enviado Amílcar Correia, em Pristina *página 10*

Militares Sampaio já foi contra limitação dos direitos civis *página 5*

Ensino superior Novas provas em 2000 *página 25*

Petrogal Demorada a fusão com a GDF *página 38*

Trás-os-Montes Mulher foi vendida duas vezes *página 20*

Caldas Jovem resiste a flecha na cabeça *Local*

HOJE COM O PÚBLICO
Artes & Ócios
Les Rythmes Digitaes
Sons
Teatro Halpica em Portugal
Suplemento de férias
destacáveis na central

constitui novidade para as empresas de exportação: os vinhos Porto Borges encomendaram, já no final dos anos 20, cartazes ao grande mestre Cassandre. Do mesmo modo, os maiores exportadores de vinhos continuam, ainda hoje, a uti-

O *Público* foi pioneiro ao ser concebido através de um sistema electrónico, com *design* de Henrique Cayatte.

O *Diário de Notícias*, quando encomendou um novo *design*, contratou um atelier catalão especialista em jornais.

lizar *designers* de fora, para a criação dos seus rótulos, convencidos de que apenas, assim, poderão estar em condições para competir com os seus parceiros no exterior. A globalização tem sido um dos factores que influenciaram os ges-

tores a confiar programas de *design* aos grandes gabinetes internacionais, que possuem não somente a componente de prestígio, como valor acrescentado na procura do financiamento das grandes obras, mas também o *know-how* para projectar e executar grandes programas de identidade institucional.

Felizmente existe um número suficiente de *designers* actualmente em Portugal, com capacidade para utilizar os conhecimentos transferidos e aplicá-los: por exemplo, muito do trabalho para desenvolver a identidade da Portugal Telecom foi distribuído pelos *ateliers* portugueses, embora a excelente e simples marca de base seja da Wolff Olins. Esta firma foi ainda, responsável pelos programas do Metro e da Carris (transportes de superfície) de Lisboa, e diga-se de passagem que se o efeito global foi bem pensado, o mesmo não podemos dizer da sinalética das estações de correspondência do Metro, no Marquês de Pombal e no Chiado; neste caso é fácil de verificar que as soluções «locais» encontradas não funcionam – revelando-se, por isso, necessário refazê-las.

A sinalética pode servir como paradigma para o *design* gráfico. A interacção do fio do argumento com a estrutura do objecto gráfico, a leitura do significado com e contra a forma onde está inserido, a leitura do local no global, correspondem às «grelhas» e «caminhos» do Regionalismo Crítico associado à «Escola» de arquitectura do Porto. Depois da consolidação e absorção da revolução digital, há traços de um desejo de compensar a perda do contacto óptico com o trabalho material, visíveis no uso da escrita, *graffitti* ou fontes caligráficas; traços dos caminhos gráficos para o século vinte mais um.

¹ Referente à generalização das marcas de origem (Mac TM, isto é Trade Marc).
² Na expressão de Sebastião Salgado.

Transformar pela pintura

João Pinhara nda

O PROGRAMA DA SELECÇÃO QUE ME FOI APRESENTADA
era claro: de que modo poderemos mostrar como uma disciplina tão antiga – carregada de códigos técnicos e interpretativos que não só resistiram a toda a revolução moderna como nela participaram – ainda nos serve para pensarmos a realidade movente e movediça que hoje nos cerca? Num número dedicado ao 25º aniversário do 25 de Abril pretendia mostrar-se como é que artistas com trabalho enraizado em contextos anteriores (por vezes muito anteriores) encontraram meios para ultrapassar a mera ilustração da mudança das realidades históricas (políticas, económicas, sociais, culturais) provocadas pela revolução e continuaram a fazer a história da arte portuguesa.

Recebendo esta proposta como desafio achei possível encontrar para ele resposta positiva. Um grupo significativo de pintores históricos (vindos da década de 40 ou da década de 50/60) tinham acompanhado sempre, ao longo da sua obra, a realidade histórica, tinham feito dela matéria de criação visual. Ou tinham sabido transformar o que parecia ser uma vocação de pura investigação plástica e de temáticas reflexivas e eminentemente subjectivas num discurso revelador da complexidade da condição humana contemporânea. Em ambos os casos os artistas foram exercendo cruzamentos interdisciplinares entre todas as artes. Interessaram-me especialmente – até para justificar o autor que o título desta revista evoca – os cruzamentos que estes artistas estabeleceram com a literatura.

Esses cruzamentos são por vezes muito subtils. Dacosta oferece-nos a herança da liberdade surrealista de associação de todas as imagens – verbais e visuais, inconscientes e racionais.

Júlio Pomar, liberto desde os anos 50 de qualquer missão programática e ideológica, nunca deixou de explorar a lógica de séries onde vai desenvolvendo infinitas variações onde a cor e a forma, o movimento e o cruzamento de imagens são condição de liberdade interior e exterior à pintura, interior e exterior ao pintor.

Menez vem de uma liberdade individual que faz coincidir matéria pictórica e consciência subjectiva, a palavra que preside ao seu destino é a palavra poética, aquela que cria o seu próprio objecto (aquém e além da realidade) até tornar lentamente nítida a imagem da sua melancolia ou angústia.

Paula Rego sempre conduziu a sua vasta galeria de imagens para uma vocação de cena dramática, sempre soube tornar o que de pessoal e intransmissível existe na sua obra em imagem narrativa e teatral colectivamente eficaz.

Finalmente, António Costa Pinheiro gere um discurso de signos. Cada imagem é um modo de representar uma ideia e cada imagem tende a transformar-se em ícone dessa ideia, carregada de símbolos, oferecendo as suas infindas variações a uma descodificação certa – e as ideias compõem uma teoria interpretativa da história e da cultura nacionais e da vida do pintor.

António DACOSTA

Poderíamos referir aqui o rosto frontal e estático de «Soror Mariana», a «Serenata Açoriana» ou «Fernando Pessoa debaixo da latada». São três peças da última fase da pintura de Dacosta (depois do seu «regresso» à pintura, cerca de 1980) onde a literatura parece ser mais

ou menos directamente evocada: a freira de Beja; Nemésio, conterrâneo de ilha (Terceira, Açores); Pessoa, feito fauno descansando sob uma sombra verde e fresca. Preferimos falar de «Dois limões em férias». Porque nessa pintura tudo se mostra e nem uma palavra parece adequada ao seu comentário, porque tudo se sugere e nada dela pode existir. O enigma não se reduz à mera organização formal de um jogo ou charada descodificável. Pelo contrário, o mistério adensa-se e é provocado pela emblematização das figuras que, destacando-se de uma densa mas depurada atmosfera visual, se inscrevem na composição sóbria e rigorosa através de uma cor aberta mas económica e que ganham corpo numa textura sensual mas sem acumulação matérica.

Tudo pode ser aqueles dois limões amantes em férias frente ao mar esperando um barco: uma visão de nós mesmos, do fragmento de um corpo amado; ou o puro desejo da liberdade que se encontra.

Júlio POMAR

Talvez nenhum outro pintor português tenha durante tanto tempo procurado a relação com a palavra literária. Essa vocação vem desde o seu período neo-realista mas acentua-se com a liberdade temática que lhe permitiu aproximar-se de Baudelaire, Rimbaud, Borges, Pessoa... Talvez possamos mesmo dizer que outra das vertentes mais fortes do seu trabalho, a citação da história da arte e das suas realizações (por exemplo, através das séries em que acompanhou o neo-clássico Ingres), tenha a ver com o mesmo impulso de trabalhar sobre uma matriz que sucessivamente aceita e revê – aí a pintura ou a sua história funcionariam como matéria literária.

«Lusitânia no bairro latino» (e a exposição em que a peça se integrou em 1985) significa uma primeira intervenção significativa do pintor no con-

António Dacosta, «Dois limões em férias», 1983.
Colecção particular do Dr. Luis Sáragga Leal.





Júlio Pomar, «Lusitânia no bairro latino», 1985.
Acrílico/tela, 158,5x154cm. Coleção Centro de Arte
Moderna José de Azeredo Perdigão. Fotografia de
Mário de Oliveira. Arquivo Fotográfico do CAM-JAP.

texto dos anos 80 – não por demonstrar necessidade de mudança de estratégia pessoal mas por funcionar como marcação de um caminho próprio dentro da vocação citacionista, literária e eclética dessa década. Evocar, através de António Nobre, a condição emigrante dos intelectuais portugueses em Paris (onde ele mesmo se situa,

pois aí habita desde há 40 anos), cruzar alguns dos referentes maiores desse despaísamento (literários, com Sá Carneiro, por exemplo, ou pictóricos, com Amadeo, por exemplo) é a estratégia adoptada nesta pintura negra onde a cor se torna dramática e a dispersão da composição se polariza entre uma guitarra e a torre Eiffel.

MENEZ

É talvez, dos nomes aqui evocados, o que mais longe parece ter andado da imaginação literária. Feitas de impressões cromáticas e lumínicas as suas pinturas de 50 e 60, e mesmo de 70, são manchas abstractas onde se organizam paisagens que só muito lentamente vão tomando a forma de espaços renascentistas e habitáveis.

Nos últimos anos 70 e nos anos 80 os seus temas parecem deslocar-se em definitivo da abstracção permitida pela paisagem (embora ela existisse desde sempre como evocação nostálgica) e orientam-se para a exploração de temas da literatura artística religiosa: S. Jorge e o dragão, a Cruxificação, a Descida da Cruz, a Piéta – temas da Paixão e dramas da luta entre o bem e o mal.

Menez, «Sem título», 1986/87. Acrílico/ tela, 97x130cm. Colecção particular. Fotografia de Mário de Oliveira. Arquivo Fotográfico do CAM-JAP.





Paula Rego, «Mãe», 1997. Pastel e papel s/ alumínio, 180x130cm. Coleção Fundação Calouste Gulbenkian, Centro de Arte Moderna José de Azeredo Perdigão. Fotografia de José Manuel Costa Alves. Arquivo Fotográfico do CAM-JAP.

Os jardins labirínticos ou os *ateliers* «en abîme» que desenvolve nos anos finais da sua vida são cada vez mais limpos de cor (a sensualidade da cor fora a sua grande arma de sedução visual) e tornam-se verdadeiros lugares de reflexão da condição pessoal e modelos possíveis de um retrato do feminino. Uma mulher lê, uma mulher pinta, uma mulher olha. É a pintora e são todas as mulheres. Às vezes várias mulheres acompanham-se: uma mais velha, outras mais novas. É a representação da escala das três idades clássicas, reflexão sobre a vida e a morte em que cada uma das personagens pode ser sempre a mesma, sempre a pintora ou outra qualquer mulher. As flores brilham na jarras antes de morrerem, o rio Tejo abre-se para além da janela do *atelier*, os livros abrem-se uns sobre os outros no interior de uma casa que se desdobra em corredores e outras casas... Onde parecia haver uma infinita calma há afinal uma condição de angústia e desamparo.

Paula Rego

A pintora mantém com a literatura uma longa história. «O Crime do Padre Amaro» representa a última incursão num terreno onde já abordou temas da literatura popular e erudita inglesa ou portuguesa. Geralmente cada uma das matrizes de onde parte é, durante o trabalho, subvertida de modo livre. Impulsionada por uma espécie de delírio formal e narrativo, a pintora conduz as regras da criação até resultados que claramente se autonomizam do original. Histórias dentro de histórias é o que nos dá a ver. Histórias onde os sentimentos das personagens se revelam por simbologias e cifras entretecidas com a vida da própria autora. Cenários, adereços, gestos, figuras que pertenceram ao seu passado ou que ela ainda conserva desse passado (vestidos, por exemplo). Um passado que se concentra todo na experiência cultural e de vida da sua infância e adolescência em Portugal e dos

primeiros anos passados, de novo em Portugal, com o marido inglês.

Estas glosas de «O Crime do Padre Amaro» conduzem Paula Rego para fora do romance de Eça de Queiroz, quer em busca da arrastada condição arcaica de Portugal e da condição das relações entre o feminino e o masculino, quer em busca do verdadeiro Padre, do que justificaria a sua atitude crimonosa: a falta de uma mãe, a dominação da madrinha, o convívio com as mulheres da casa, a sua solidão... Esta pintura, extremamente complexa e rica na sua composição visual, concentra tudo isso. Um homem abandonado à vontade das mulheres, que é um adulto e está no lugar da criança que foi, que se deixa mascarar de menina, que vê o seu reflexo do espelho deslocar-se erradamente, que é acompanhado na sua solidão por dois objectos capazes de lhe (nos) abrirem todos os sentidos da cena e da vida: um búzio e um barco...

Costa Pinheiro

«O pintor ele mesmo no seu espaço poético» é uma das imagens de marca da iconografia do autor e da presença de Fernando Pessoa na cultura nacional depois do 25 de Abril. Foi Costa Pinheiro que criou o novo ícone de representação colectiva do poeta. E, tal como aconteceu ao primeiro deles (o retrato póstumo que de Pessoa fez Almada Negreiros), o ícone de Costa Pinheiro foi depois vulgarizado até à exaustão na pintura e na ilustração dos anos 80.

O primeiro grande momento da pintura de Costa Pinheiro estabeleceu logo uma relação memorialista com a cultura portuguesa. Foi a série dos Reis, através da qual, nos anos 60 -- desde seu exílio em Munique -- reflectiu sobre a identidade nacional convocando, como que num baralho de cartas, os reis e rainhas da história de Portugal e do seu destino mítico, da Fundação ao Império -- uma coincidência *avant la*

lettre com a sua aproximação à figuração que viria a fazer de Pessoa.

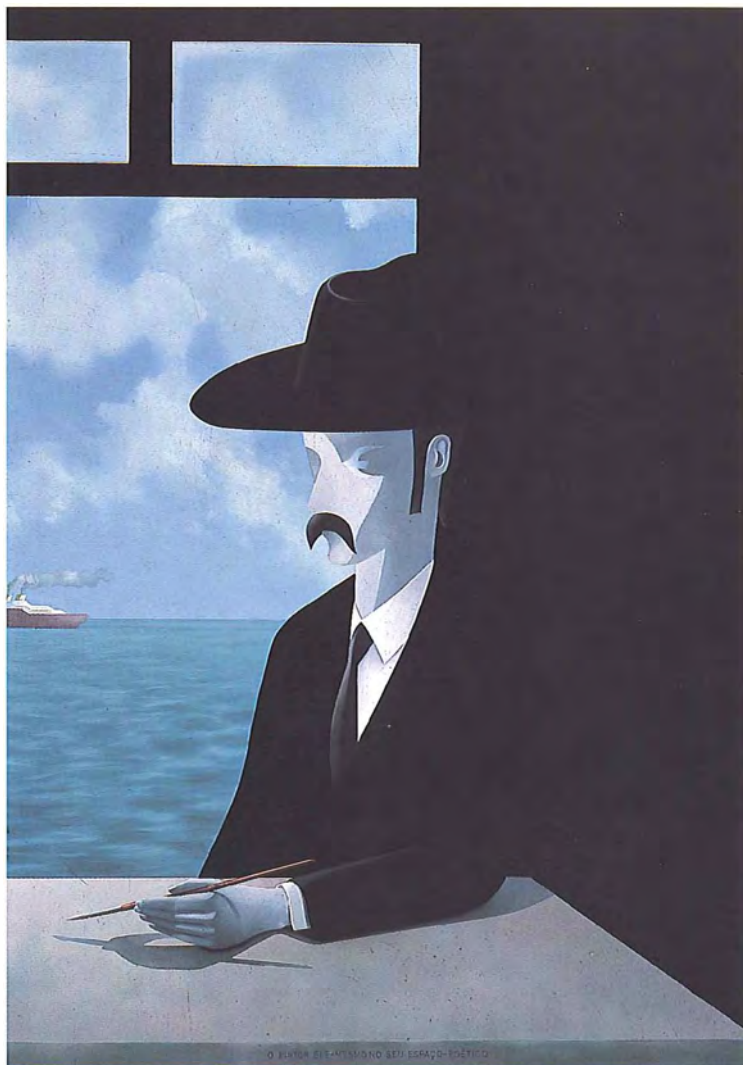
Nos anos 70 e 80 as qualidades gráficas da sua pintura são exploradas em imagens bem mais claras. Costa Pinheiro parte para a exploração da figura e das ideias de Pessoa, especialmente da sua heteronímia. Aqui o pintor – em autorretrato – faz-se coincidente com a imagem-ideias do poeta. Pessoa e as simbologias dos seus heterónimos (navios, mar, óculos, etc.) são a referência central que, na obra escolhida, acaba por fazer coincidir o pintor com o poeta: perfil hierático, chapéu negro, bigode e patilha com um desenho estranho mas que afinal parecem pertencer-lhe desde sempre.

Muitos outros artistas anteriores ao 25 de Abril e que dentro dele prosseguiram o seu trabalho, vindos de contextos semelhantes e trabalhando matérias e linguagens comuns, poderiam aqui ter sido evocados: António Areal e Álvaro Lapa, talvez, antes de todos, porque a pintura de ambos faz corpo com a palavra, com o imaginário da literatura. Joaquim Bravo, que a eles esteve ligado em termos de carreira e que sempre associou a investigação visual abstracta à presença de uma cultura literária gerida com saber e distância irónica. Ainda Lourdes Castro, cujas formas-silhuetas assumem uma mudez e suspensão no tempo garantida por uma profunda ligação ao espírito do romantismo. Ou João Vieira que fez o melhor da sua obra no jogo com as letras, letras que soube tornar verdadeiros signos abstractos. Ou, finalmente, Jorge Martins que, ao mesmo tempo que ia libertando a cor e a luz recorrendo à citação das investigações visuais e científicas de Goethe, explorava o imaginário cinéfilo, a narratividade da BD e do *nouveau roman* e que nunca deixou de explorar (no seu desenho) os temas pessoais.

Para não falar de todos os que, nos anos 80, constituem a primeira geração de criadores

surgida depois da revolução, cuja obra não apenas revela profunda ligação ao novo contexto nacional e internacional como mantém uma atenção muito próxima ao mundo da palavra e aos universos da literatura e que, por isso, poderiam constituir um políptico complementar ao que aqui apresentámos: Pedro Cabrita Reis, Pedro Proença, Ilda David, por exemplo.

António Costa Pinheiro, «O pintor ele mesmo no seu espaço poético», 1979/80. Óleo/ tela, 175x125cm. Coleção Fundação Calouste Gulbenkian/ Centro de Arte Moderna José de Azeredo Perdigão. Fotografia de Mário de Oliveira. Arquivo Fotográfico CAM JAP.



A BD e o 25 de Abril

Um Outro Olhar

João Paulo Pava Boléo

ABRIL DE 1975. MÊS DAS ELEIÇÕES PARA A ASSEMBLEIA Constituinte. Mês, também, do aparecimento de uma revista de banda desenhada diferente: *Visão*. E esta revista, que viria a ter a efémera vida de cerca de um ano em apenas 12 números, tornar-se-ia num símbolo da nova BD. Mais do que isso: tornar-se-ia num símbolo dos tempos que se estavam a viver. Não se trata de sobrevalorizar esta experiência única, nem de lhe atribuir qualidades para além daquelas que efectivamente teve. Mas a sua breve história (que até teve o simbolismo de uma «revolução interna», com o afastamento do primeiro director, a que nem faltou uma proclamação de uma «junta revolucionária» afirmando lapidariamente que «um desenhador não pode ser livre enquanto oprime outros desenhadores») foi suficientemente intensa e rica para tornar legítimo e justificado partir dela para uma análise da relação entre a BD e o 25 de Abril. Com um mundo de surpresas que desde já se antecipam: se a *Visão* é a BD portuguesa por excelência proporcionada pela Revolução dos Cravos, esta forma de expressão e comunicação teve uma utilização infinitamente mais vasta e diversificada cuja redescoberta, em aberto, é uma inesgotável fonte de surpresas.

Tem havido a tendência para considerar banda desenhada (e esclareça-se desde já que a mais antiga, portuguesa e expressiva denominação *histórias aos quadradinhos* é rigorosamente sinónima do galicismo banda desenhada (BD), daí que a primeira, apesar de mais apropriada e feliz, tenda a cair em desuso) como sendo essencialmente a banda desenhada de aventuras, ou, mais genericamente, a banda desenhada que conta uma história em moldes mais ou menos tradicionais. Ora a banda desenhada, não deixando de ser muito isso, e de conter nesses moldes muitas das suas *lettres de noblesse*, é muito mais do que isso, é uma estrutura narrativa articulada formada por imagens em sequência

coerente, com ou sem texto, integrado ou não nas próprias imagens, que conta ou transmite uma história ou uma ideia com a máxima liberdade criativa, sendo portanto vastíssimo o leque de formas e tipos que pode revestir, da mais clássica história bem contada ao mais poético poema gráfico, sem limites de género, tema, forma, grafismo, tom. Essa liberdade esteve presente desde os primeiros tempos, em que a veia satírica predominava e os adultos eram os principais destinatários (pense-se tão só em Bordalo Pinheiro ou nas grandes matrizes da BD norte-americana das primeiras décadas deste século: *Little Nemo*, *Krazy Kat*, etc.). Mas – e estamos obviamente a resumir e simplificar muito, e a qualidade de muitas obras não está em causa – com o tempo e limitações político-sociais de vária ordem, a aventura, a par das histórias cómicas, foi-se tornando dominante, com o que a BD teve infinitamente a ganhar, mas os destinatários mais frequentes foram baixando de idade.

Uma outra reconquista da liberdade na BD começaria a verificar-se, acompanhando outros acontecimentos e fenómenos, nos anos 60, em diversos países ocidentais, abordando temas proibidos, enfrentando tabus, abrindo o leque de uma produção com uma importante vertente destinada a um público adulto, primeiro com predomínio das razões e transgressões mais óbvias (o erotismo, a exposição mais ousada do corpo, a sexualidade), depois utilizando a maior liberdade para um efectivo amadurecimento temático e psicológico.

Portugal acompanhou de algum modo essa transformação e abertura, acabando o regime salazarista por cair numa altura em que, curiosamente, nas democracias ocidentais mais antigas, ou (re)surgidas depois da II Guerra Mundial, profundas mudanças culturais e sociais também se estavam a verificar – o que implicou uma imprescindível aceleração histórica.

Embora as continuidades históricas sejam mais reais do que as compartimentações e delimitações cronológicas que tanto jeito nos dão, talvez se possa falar, no que à BD diz respeito (e sem esquecer, pois, que ela, como a cultura em geral, reflecte sempre a evolução geral da sociedade), em dois saltos qualitativos recentes, o primeiro nos anos 60/70 e o segundo, ainda activo, nos anos 80/90. A nível europeu, sobretudo francês, que tem tido particular influência entre nós, um fenómeno técnico-comercial acompanhou estes dois saltos: a passagem e acentuação da produção e consumo de BD em álbum em vez das tradicionais revistas, num processo que simultaneamente reflecte e influencia as restantes evoluções verificadas.

É no seguimento desse primeiro salto qualitativo que, verificando-se o 25 de Abril, a BD portuguesa – que timidamente já o reflectira em alguns aspectos (no campo crítico e em algumas obras, sobretudo na excelente e efémera experiência do álbum de Augusto Mota e Nelson Dias Wanya *Escala em Orongo*) – vai simultaneamente inserir-se, ser influenciada e revestir toda uma originalidade e formas próprias resultantes dos acontecimentos políticos e sociais intensos vividos entre nós.

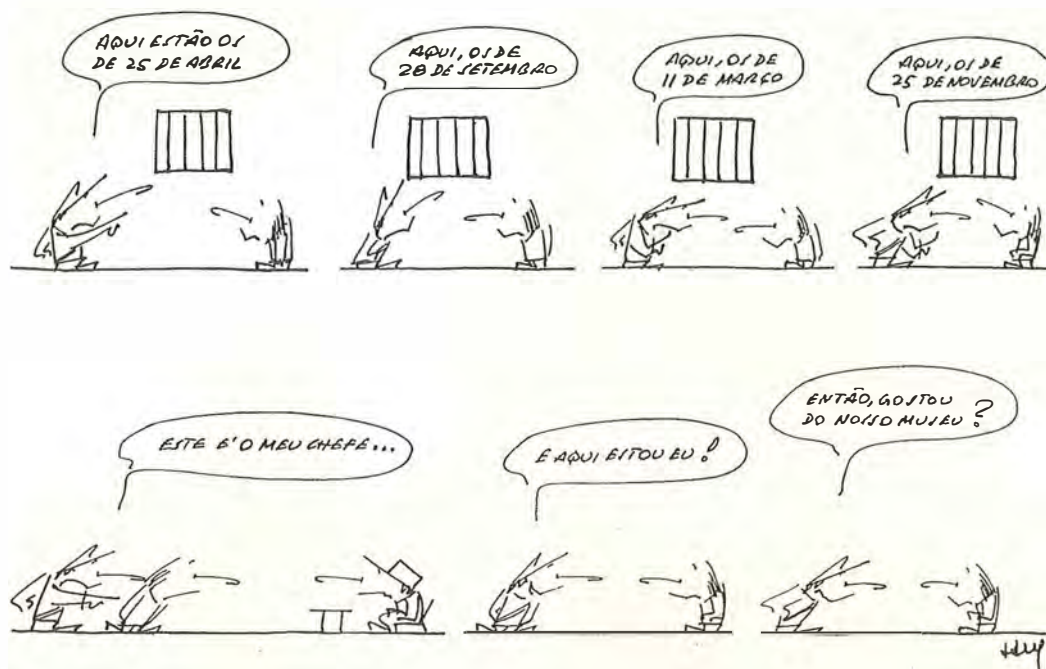
Neste contexto, a *Visão*, que se subintitulava no início «para uma nova banda desenhada portuguesa», vai mostrar breve mas eloquentemente que a BD, curta e incisiva ou longa e pormenorizada, a cores ou a preto e branco, pode ser história muda, poema lírico, história realista, aventura cósmica, apontamento humanista, sátira corrosiva, parábola divertida, biografia, recriação de base literária, evocação histórica documentada, denúncia social, etc., etc. Apesar da modernidade, em que a revista francesa *Pilote* era uma das influências mais notórias, e de algum arrojo na construção da prancha, as novas propostas não constituíam uma ruptura estética radical, não deixando de se inserir num

Página do primeiro número da revista *Visão*, de 1 de Abril de 1975, com um excerto da história mais significativa e que maior impacto teve nesse número: «Matei-o a 24», de Victor Mesquita e Machado da Graça.



105

Era também de Victor Mesquita, com Machado da Graça, a história mais significativa e de maior impacto desse primeiro número, que lamentavelmente viria a ficar incompleta (para sempre?), «Matei-o a 24», história realista, humana e convincente da dificuldade de reintegração na vida civil de um ex-combatente na Guerra de África, constituindo uma denúncia



Sam, «O Guarda Ricardo», *Jornal Novo*, n.º 194, 1975.

ainda invulgar na altura. Esta temática, que fora tratada com alguma frequência antes do 25 de Abril na perspectiva do regime (havendo também bandas desenhadas mais recentes com um equiparável espírito nostálgico), constitui obviamente, numa perspectiva crítica, outro dos caminhos da BD de Abril, não sendo no entanto tão frequente quanto se poderia prever, predominando o tom pacifista. Pedro Massano, outro dos autores principais do projecto *Visão* que teria uma carreira importante na BD, também no activo, faria uma pungente denúncia semelhante no n.º 7, em «Angola 1971». Significativa e expressiva do ambiente vivido foi a tradução de uma biografia cubana sobre Amílcar Cabral, marcadamente anti-colonialista. Os novos países africanos de língua portuguesa não deixariam, aliás, na sua BD, de evocar a guerra e a descolonização, sendo particularmente interessante um livro do MPLA, publicado em Portugal

em 1974, *Contra a escravidão pela liberdade*, que é considerado o álbum fundador da BD angolana, ao que parece realizado na Argélia em 1965, da autoria de Henrique Abranches, o grande animador da BD angolana, do escritor Pepetela e de Adolfo Maria.

Seria igualmente de esperar uma maior evocação do regime salazarista, a sua repressão, o seu obscurantismo, o outro lado da versão oficial até 74, na linha da parábola de Carlos Baradas. A pressão do presente e o entusiasmo pelo futuro eram no entanto mais fortes que a recordação do passado, o que não impediu a denúncia da PIDE em dois tomos do «Dossier Pide-DGS», ou a recordação da clandestinidade comunista em *Pela madrugada*, das Edições Avante, ou ainda, num projecto que ficou inacabado, e a pretexto do 25 de Abril, o começo da história do 28 de Maio no *Diário Popular* por Jobat.

O músico Carlos Zingaro, Duarte (com uma vasta e desassombrada obra satírica, desde antes do 25 de Abril, nomeadamente com os «Kolans» e o metafórico álbum *Kolanville*), Nuno Amorim, Isabel Lobinho, uma das nossas principais e mais arrojadas autoras de BD, com sensuais e marcantes adaptações de Mário-Henrique Leiria, como no álbum *Mário e Isabel*, símbolo também de novos caminhos que não tiveram a continuidade desejável, estes e alguns outros completaram esta lufada de ar fresco que, não se concretizando como a alternativa com que sonhavam, foi um sinal de abertura e liberdade e um marco incontornável. O que não impediu a BD tradicional de seguir o seu caminho, baralhando cronologias, mas não sem que, paulatinamente, a modernidade se fosse, dentro do possível, instalando.

O amadurecimento do público não se faz, aliás, sem tempo e coragem editorial. Se Corto Maltese, publicado em Portugal pela primeira vez em 1975 nas páginas da versão portuguesa

da revista *Tintin* (a última revista marcadamente geracional entre nós, que atravessa toda a década), se tornaria um dos ícones da nossa cultura, em 1979 o notável projecto do jornal *Lobo Mau*, que apresentou obras tão magníficas e profundas (os termos não são exagerados nem apologeticos – a BD como arte do século XX passa, entre outros, por estes nomes) como «Mort Cinder», de Alberto Breccia e Oesterheld, «Alack Sinner» de Muñoz e Sampayo, «Fritz the Cat e outras histórias» de Robert Crumb, «Valentina» de Guido Crepax, «Sgt. Kirk» de Hugo Pratt, etc., não passou do n.º 13.

Vai ser, pois, na multiplicidade das suas potencialidades que a BD vai ser amplamente usada, tornando-se, com o recuo de hoje, um inesperado, original e predominantemente divertido espelho da época e das vicissitudes vividas, sinal dos tempos no sonho, na utopia, na crítica, na demagogia também. O seu contributo merece ser analisado e recordado sem complexos comparativos – vale pela qualidade intrín-

Augusto Cid, *Povo Livre*, 16 de Junho de 1976.



seca de algumas obras, e vale globalmente pela especificidade da sua linguagem e da sua abordagem. Com um interesse acrescido neste tempo de balanço dos 25 anos: é que é de longe a forma menos lembrada, estudada e acessível.

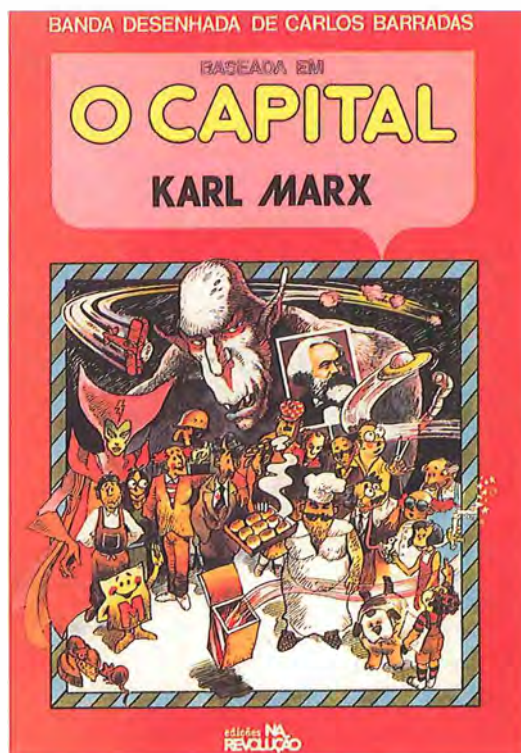
Se nos cingirmos essencialmente aos tempos imediatamente posteriores ao 25 de Abril, não é, compreensivelmente, a aventura que vai predominar (aliás, a BD portuguesa não tem tido facilidade em criar heróis sólidos e aventuras «realistas» originais de fôlego), mas a BD de intervenção e pedagogia política e de comentário e sátira político-social.

E uma última distinção teórica não pode deixar de ser feita, visto ser particularmente pertinente neste caso – a distinção entre banda desenhada e *cartoon*. O *cartoon*, o desenho satírico, mesmo sendo subjacentemente narrativo (no sentido em que se pode falar em pintura narrativa), caracteriza-se essencialmente pelo poder de síntese, pela concentração num momento forte em que «tudo é dito». Mas como a criatividade está para lá dos compartimentos estanques, por vezes o *cartoon* desdobra-se numa sequência, desmultiplica-se em dois ou mais momentos – e estamos na fronteira com a BD, que tanto pode ser um *roman fleuve* com centenas de páginas, como uma breve e incisiva sequência de uma tira em 3 ou 4, ou, no limite, dois desenhos. Ora esta fronteira aparentemente especiosa tem uma efectiva importância prática, não só em função das especializações dos estudiosos (embora a interdisciplinaridade seja sempre salutar), mas também porque a essa relação ambígua talvez não seja alheia, entre outras causas, o esquecimento da BD de Abril, sendo o *cartoon*, pelo seu impacto imediato (incluindo BD que muitos acabam por nem considerar como tal), evocado com muito mais frequência. Na exposição (e catálogo), por exemplo, comissariada pelo incansável investigador e divulgador Osvaldo de Sousa e organizada inicialmente pela Câmara de Oeiras em

1998, a BD está presente, mas é o *cartoon* que constitui o cerne – e no entanto, como se vê, quanta BD não caberia nesse título.

É nessa fronteira que estão alguns dos símbolos maiores que marcaram o pós-25 de Abril. Com predomínio do desenho satírico, em que as incursões na narratividade da BD são breves e escassas, está desde logo João Abel Manta, cuja obra gráfica ficará com um dos ícones do 25 de Abril, merecendo particular destaque as recentemente reeditadas Caricaturas portuguesas dos anos de Salazar.

Já claramente no campo da BD (e no entanto, quando se falava ou fala desse saudoso humorista multifacetado, quem se lembraria de o considerar autor de BD?), um dos mais importantes cronistas da época foi indiscutível e indelivelmente Sam. Com o seu Guarda Ricardo, particularmente, conseguiu uma conciliação



A banda desenhada de Carlos Barradas, baseada n' *O Capital* de Karl Marx, é um exemplo particularmente feliz da utilização didáctica da BD.

António, um dos maiores cartoonistas/caricaturistas do nosso tempo, é autor de uma das páginas que, na fronteira entre o *cartoon* e a banda desenhada, mais genialmente resumem o 25 de Abril e a questão militar que esteve na sua origem. «25 de Abril», *Suspensórios*, *Polemos*, 1983.



nada fácil entre um estilo muito pessoal e subtil, um enraizamento forte na realidade quotidiana (muitas vezes citada, através de notícias de jornais, etc., o que constitui hoje uma ajuda preciosa) e uma distância e intemporalidade filosófica que nos permite, a um quarto de século de distância, simultaneamente revisitar e reflectir sobre o 25 de Abril e deleitarmo-nos simplesmente com a actualidade e a graça de muitas dessas etéreas páginas.

Com um pé, narrativamente, em cada lado e os dois no outro lado do espectro político, outra presença emblemática, pela originalidade, qualidade e contundência, é Cid, que se pode «orgulhar» de ter tido livros proibidos (retirados) depois do 25 de Abril.

Desse mesmo lado, não deve ser esquecido, n'«A Rua», a presença virulenta de Marcello de Moraes, um dos principais autores de BD da escola humorística do *Camarada* (revista – recorde-se e esclareça-se – da Mocidade, importante na história da nossa BD), que, apesar de já depois do 25

de Novembro, manteve, como Cid, uma visão negativa da democratização da sociedade portuguesa, também em parte recolhida em álbum.

Com um posicionamento ideológico-partidariamente bem definido e assumido (PCP), o que não excluiu muitas obras e intervenções mais metafóricas e desapegadas de circunstancialismos, foi o trabalho de José Paulo Simões – Zé Paulo – que, quanto mais leio e releio, mais considero um dos grandes e mais originais artistas da época, e um dos melhores autores da BD portuguesa. Para além da intervenção em várias publicações, com destaque para a já referida *Visão*, *O Diário*, etc., é o autor do melhor álbum de BD satírica produzido no PREC, *A direita de cara à banda (desenhada)*. Pode-se mesmo considerar um símbolo da BD portuguesa de Abril no seu melhor, interiorizando e personalizando lições várias e com um sentido de humor devastador que vem não só da imaginação e da qualidade da escrita mas de um domínio pleno das técnicas da BD. É uma das pérolas desse período que só por si justifica a redescoberta do papel desempenhado pela BD. E no entanto, sintomaticamente, é uma obra inexportável, pois está profundamente enraizada na realidade portuguesa, e a sua reedição hoje, que bem valia a pena, exigiria notas contextualizadoras, pois, se o humor persiste, muitas piadas perder-se-ão se não se conhecerem certos acontecimentos e sobretudo quem são as personagens, que vão obviamente do antigo regime ao MRPP, passando por CDS, PPD e, com particular enlevo, pelo PS – além das referências literárias, cinematográficas e outras que estão subjacentes.

Neste percurso, apesar de tudo necessariamente breve, pelos *highlights*, outro dos nomes fundamentais, pela quantidade e qualidade, foi Carlos Barradas. Um só livro (em que foi, pelo desenho, a face mais visível do projecto) bastaria para o colocar no panteão de Abril – a adaptação de *O Capital* de Karl Marx. Empresa impossível, o

resultado é notável pelo interesse e eficácia e pelo engenho das imagens, constituindo um exemplo particularmente feliz da utilização didáctica da BD, vertente que, apesar das excepções e da sua inegável importância, é ingrata e marginal em relação à força e à especificidade da BD ficcional propriamente dita. Mas o talento versátil de Baradas, outro autor cuja reedição antológica seria surpreendente, foi muito mais longe. Além de também ter sido um dos autores da *Visão*, deixou páginas notáveis em publicações efémeras mas importantes na altura, como *O Coiso* (espectacular de minúcia e cumplicidade a capa do número relativo às eleições de 25/4/75) ou *Pé de Cabra*.

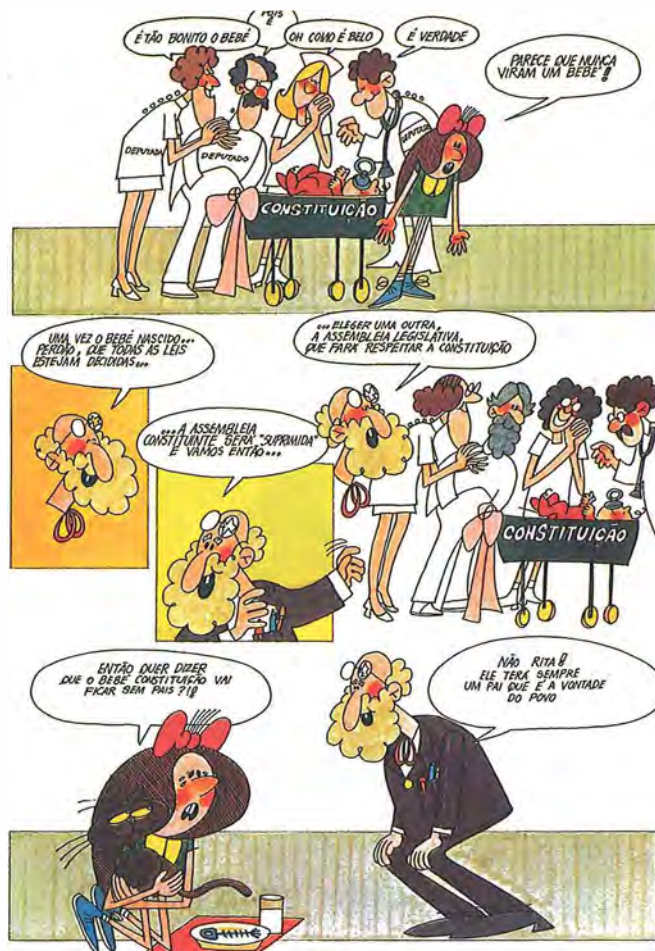
Esta, aliás, na linha de publicações como o espanhol *Hermano Lobo* ou o francês *Charlie Hebdo*, caracterizou-se por uma intervenção crítica oportuna e esteticamente convincente, publicando logo no n.º 1 uma das mais deliciosas bandas desenhadas sobre o 25 de Abril propriamente dito, de E. Perestrelo, já conhecida pelo «Milagre dos cravos».

Diversos têm sido os caminhos dos artistas que deixaram marcas mais relevantes na BD de Abril. Quem se lembra hoje que António, cujos brilhantes e surpreendentes quadros satíricos são uma das imagens de marca fundamentais do *Expresso*, um dos maiores cartoonistas/caricaturistas do nosso tempo, foi também um dos mais significativos e originais autores de BD dessa época? Presente em várias publicações, autor de uma das páginas que, precisamente na fronteira entre *cartoon* e banda desenhada, mais genialmente resumem o 25 de Abril e a questão militar que esteve na sua origem, seria sobretudo com *Kafarnaum*, no *Expresso* e em livro, que António, num hábil jogo gráfico-linguístico, desmistificaria as taras e tiques do PREC, reflectindo inclusivamente sobre a própria BD o seu papel, parodiando largamente personagens populares da BD.

A utilização das personagens da BD foi aliás uma prática abundante e que constitui só por si

um capítulo à parte na caracterização da BD desta época, reflectindo a popularidade da própria BD e a sua eficácia imagético-simbólica. Estudantes, sindicatos, comissões de moradores usaram-na largamente. Ficaram famosas as fotomontagens do *Jornal Novo*. Eanes, pela mão de vários e sobretudo de Cid, foi Superman e foi Tarzan. A *Flama*, numa série de Manuel Vieira sobre algumas figuras da época, em que, por exemplo, Mário Soares é o Príncipe Valente e Álvaro Cunhal é Mandrake, foi advertida pelo autor e editor por ter caracterizado Rosa Coutinho como Tintin.

Xingu e M. Tavares, *Vão à escola? Não, vão votar!*



Diferente mas igualmente importante e particularmente exemplar do espírito da época foi a actividade do que viria a ser outro dos principais e mais emblemáticos cartoonistas portugueses contemporâneos, Rui Pimentel, hoje na *Visão* (que nada tem a ver com a *Visão* de 75/76, claro). Na revista *Spartacus*, ligada ao *Grito do Povo*/OCMLP, que conteve das mais interessantes páginas de BD numa perspectiva maoísta, fortemente crítica do PS e do PCP, participou num projecto anónimo e colectivo que teve o seu ponto culminante num álbum de histórias aos quadrinhos (como consta da própria capa) sobre *A Comuna de Paris – 1871*. Exemplo típico de BD didáctico-histórica orientada, resultou de uma experiência porventura única, feito a 4 mãos, chegando a haver vinhetas com contributos de todos (os restantes eram Elisabete José, Jorge Pé Curto e Nuno Pacheco).

Este projecto começa ainda no exílio, caso também da 1ª edição policopiada de um dos mais expressivos álbuns de BD anteriores ao 25 de Abril e totalmente integrado no espírito e nas lutas da época do movimento marxista-leninista, *A revolta de 18 de Janeiro de 1934 na Marinha Grande*, que, além da sua carga mítica para as forças que se opunham ao PCP, permitia tirar lições contra o divisionismo dos trabalhadores.

Dos autores que tiveram mais relevo na época (e não considerando o projecto da *Visão*), aquele cuja carreira no campo da BD teria mais continuidade, importância e influência, seria indiscutivelmente Fernando Relvas. Participando no nascente movimento dos *fanzines* (FANático + magaZINE, publicações amadoras), que começara pouco antes do 25 de Abril, seria sobretudo na *Gazeta da Semana*, e depois num álbum, que, com a sua reconhecida «pata de ouro», deixaria a sua divertida e irresistível visão crítica, como foi o caso de Eanes nas eleições presidenciais de 76 (Eanes, aliás, que seria um dos grandes «heróis» da BD de Abril, como Sottomayor Cardia no meio

estudantil, Spínola no início, além de todos os principais dirigentes partidários, etc. – e as eleições só por si também mereciam uma análise mais detalhada, com destaque para a campanha de Pinheiro de Azevedo por Vítor Péon).

A direita de cara à banda e *O Capital* sintetizam exemplarmente as características da produção dominante de BD no pós-25 de Abril: fortemente interveniente e crítica (com evidente predomínio da esquerda e da extrema esquerda, mas – como se viu – não exclusividade), dividiu-se entre a sátira e a pedagogia, o didactismo teórico e histórico e o humor, sendo frequente a intersecção entre as duas abordagens. É o caso paradigmático entre todos de uma história de uma página que teve um sucesso fulgurante, sobre a noção de mais-valia e a inutilidade dos padrões, que teve a curiosidade de ser publicada em várias versões com vários estilos, chegando a figurar num mural – essa outra forma, mais lembrada e documentada de intervenção gráfica característica de Abril, onde a BD também teve episódicas presenças.

Pelas suas próprias características de fusão entre imagem e texto, era natural que a banda desenhada surgisse como um meio privilegiado de comunicação neste período. Não só como meio de expressão de determinadas ideias e mensagens, mas também na expectativa da sua maior compreensão e impacto. Diversas forças reclamando-se do marxismo sentiram a necessidade e urgência de fazer um autêntico «curso acelerado» de educação política, com o objectivo de ensinar a desmontar a exploração capitalista, quer através de traduções quer em publicações várias como os cadernos «Zapa», e cujo exemplo maior é a já referida adaptação desenhada por Carlos Barradas.

Essa utilização da BD como instrumento pedagógico, que é a outra face da BD político-satírica, teve também uma abundante utilização, e em geral mais bem disposta, na infor-

mação cívica, intervindo numa série de aspectos da sociedade em que funciona como motor e espelho, tornando salientes mudanças que são afinal as mais profundas e duradouras desencadeadas, possibilitadas, facilitadas ou potenciadas pelo 25 de Abril, ou procurando encarar determinadas realidades com um novo espírito. Desse vasto leque, recordemos apenas dois casos: um pela raridade e o inesperado do contexto em que foi usada – a campanha do Ministério das Finanças do imposto complementar de 1975, protagonizada pelo Zé Olhinhos, com desenhos de António Alfredo; outro, pela felicidade, objectividade e alegria didáctica indiscutível, além de se tratar de um tema central da democracia – o livro do MFA *Vão à escola? Não, vão votar!*

Estas preocupações foram acompanhadas por uma muito maior presença da BD no ensino, com o que isso teve por vezes de excessivo, mas com o interesse de a BD também ter sido ela própria objecto de estudo e valorizada enquanto tal, através de obras autênticas e de qualidade.

Nas publicações estudantis, sindicais, de moradores, boletins militares, na imprensa de grande expansão ou mais restrita, partidária, regional, etc., muitas outras bandas desenhadas e muitos outros nomes poderiam e deveriam ser evocados. Há todo um trabalho de pesquisa e redescoberta a fazer. Mas já não se está no ponto zero.

Uma exposição intitulada «Uma Revolução desenhada – o 25 de Abril e a BD» está patente na Bedoteca de Lisboa, no Palácio do Contador-Mor, nos Olivais, quando este número sair. Vinda de Coimbra, aonde regressará em Setembro, é um projecto do Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra com a colaboração de Centro de Estudos Sociais também de Coimbra e da Bedoteca da Câmara de Lisboa, comissariado pelo autor

destas linhas com João Miguel Lameiras e João Ramalho Santos, tendo dado origem a um desenvolvido livro/catálogo.

É um ponto de partida, mas muitos dos aspectos aqui abordados e muitos outros são tratados, incluindo visões estrangeiras (nomeadamente das revistas *Pilote* e *À Suivre*) e uma análise muito mais desenvolvida da BD da época, complementada por uma lista quase exaustiva dos álbuns publicados, da autoria de Carlos B. Pinheiro, entre outros contributos.

É igualmente abordada a maneira como a BD, até à actualidade, encarou e tratou o 25 de Abril (vertente já enriquecida com obras entretanto publicadas, da biografia de Salgueiro Maia por António Martins ao projecto em curso no jornal *Público* delineado por Nuno Saraiva), presente em Histórias de Portugal ou outras, como Era uma vez a escola sobre a evolução do nosso ensino, ou sobre Macau, objecto de evocações pessoais mais recentes (como é o caso da 2ª parte da exposição e do livro, que reúne 17 perspectivas de autores contemporâneos), etc., destacando-se uma síntese factual em duas páginas de Victor Mesquita, numa obra colectiva de 1984.

A principal BD que conta a história do 25 de Abril, incluindo os seus fundamentos, num distanciado tom de sátira pleno de humor, permanece, porém, *O País dos Cágados*, de Artur Correia e António Gomes de Almeida, iniciado ainda na década de 70 numa revista efémera chamada precisamente *O Cágado*, mas só publicado em 1989 e que só por si merecia uma análise autónoma.

Passados 25 anos sobre o 25 de Abril, tão próximo e tão longínquo, é tempo de alargar a visão poliédrica. É tempo de novas abordagens. É tempo de ver novos espelhos, onde as imagens reflectidas são também imagens reflectoras. É tempo de recordar outro olhar: o da banda desenhada.

O Teatro Português e o 25 de Abril

uma História ainda por contar

Eugénia Vasques

«[...] uma das maiores dificuldades com que se debate a poesia portuguesa contemporânea é a abstracção, o inconcreto, a impossibilidade mental de escrever referencialmente, seja em relação ao que for. Quase toda a gente [...] vive na aflição e na inibição de não dizer nada claramente, de não mencionar nada concretamente, de não estabelecer conexões racionais e lógicas com experiência alguma – o que nada tem a ver com a liberdade de imaginação ou com a experimentação linguística, e é apenas o resultado de décadas de meias palavras cifradas...[e] o preço que se paga de tanta gente, em séculos, ser descendente de familiares do Santo Ofício, ou de cristãos-novos que venderam a família à fogueira».

Jorge de Sena, Nota, Exorcismos (1972)

A 25 DE ABRIL DE 1974 UMA NOVA ERA COMEÇA NO historial do depauperado teatro português. Após quase cinquenta anos de obscurantismo e de Censura¹, o teatro português vai, finalmente, tentar recuperar décadas de atraso e abrir-se ao mundo através de uma propedêutica de emergência na actualização das linguagens estéticas e na aceleração da divulgação de dramaturgias até aí proibidas ou ignoradas. Nos anos imediatos à Revolução, o teatro foi, entre nós, fundamentalmente, um teatro à procura do diálogo com o tempo e a circunstância, um teatro colectivista e de agitação e propaganda, e, o que é muito importante, um teatro à procura de uma nova geografia estrutural e de uma cadavez mais sistemática e alargada intervenção nacional.

Esteticamente, o «realismo social» estava na ordem do dia e a esse realismo ligava-se não só a urgência de tomadas de posição políticas e político-partidárias (um interessante capítulo de uma História que continua por escrever) pois ao teatro cabia a urgente missão de descobrir,

dar a palavra, educar, formar e informar. Com as acções concretas de inevitável proselitismo militante, crescia, paralelamente, a consciência da necessidade da definição de públicos-alvo e, por entre ajustes de contas e inescapáveis injustiças², surgiam os grandes problemas da identificação e personalização de estéticas e de «modelos» de criação.

É neste sentido que ganha especial relevância a actividade da Comissão Consultiva para as Actividades Teatrais (1975-76) de onde resultou um «Projecto de Lei de Teatro» que, em virtude das habituais vicissitudes, nunca viria a ser promulgado. Mas foi graças a esta Comissão que a ideia do teatro como «serviço público» entrou no vocabulário nacional e que, muito influenciado pelo modelo francês, se criou o primeiro centro dramático português: o Centro Dramático de Évora.

O caminho de evolução do teatro português entre 1974 e 1984 foi um caminho conturbado. Entre 1974 e 1976, o teatro foi, essencialmente, uma grande festa colectiva, um terreno de ajuste de contas, que, em virtude de uma ainda mais radical efemeridade, não chegou a produzir, nem estética, nem dramaturgicamente, verdadeiras rupturas sobretudo em termos genéricos de «mentalidade». Mas nos anos que medeiam entre 1974 e 1984, uma década activa em que alguns artistas procuram potenciar as suas experiências adquiridas no exílio e outros procuraram o contacto com mestres, escolas ou criadores estrangeiros, prossegue a definição da nova geografia teatral, através da solidificação, reactivação ou do aparecimento de importantes novos grupos de «teatro independente».

Assim, depois dos veteranos Teatro Experimental do Porto (TEP, 1953), do Teatro Experimental de Cascais (TEC, 1963) ou do Teatro Estúdio de Lisboa (TEL, 1964), a que se seguiram, ainda antes do 25 de Abril, a Comuna (1972) e a Cornucópia (1973), surgem no campo grupos ou

Companhias como o Bando (1974), a (nova) Casa da Comédia (1975), a Barraca (1975), o Teatro da Graça (1975-1993), o já referido Centro Cultural de Évora (1975)³, o Seiva Trupe (Porto, 1978), o Teatro de Campolide (a partir de 1978, Companhia de Almada), o Teatro O Semeador de Portalegre (1978), Teatro Art'Imagem do Porto (1981), o Novo Grupo (1982; ex Grupo 4, 1967), a Companhia de Teatro de Braga (1984), entre muitos outros projectos de diversa longevidade e profissionalismo que desenvolveram projectos específicos ou de «serviço público» dentro ou fora do quadro da «descentralização»⁴.

Estas novas entidades congregavam, maioritariamente, jovens profissionais, alunos oriundos do «novo» Conservatório, «actores» do teatro amador universitário ou jovens saídos de «cursos» ministrados por convidados estrangeiros que, então, visitaram a Portugal (como Peter Brook ou Augusto Boal) ou que se tinham fixado entre nós (como Adolfo Gutkin). A estas estruturas que viriam, mais do que o esvaziado Teatro Nacional, a identificar o «teatro português», se ficaria a dever, em grande parte, a abertura de novos percursos no teatro, a afirmação de diversificados repertórios ou a procura de conceitos diferenciados – oscilando entre a tradição herdada (e muito implantada) dos míticos Amélia Rey-Colaço e Ribeirinho e as influências radicais de um Victor Garcia ou aquelas, mais ligadas a uma tradição «brechtiana» de teatro realista, recém-adquiridas na França, na Alemanha, na Itália e mais raramente na Inglaterra — de direcção e encenação.

Em Maio de 1984, Madalena de Azeredo Perdigão inicia, dez anos depois do 25 de Abril de 1974, as actividades do Serviço de Animação, Criação Artística e Educação pela Arte/ACARTE, na Fundação Calouste Gulbenkian, pioneiro centro de produção e programação que viria a facultar, em torno da sua Sala Polivalente, o desenvolvimento de novas linguagens e de

Teatro Casa da Comédia, *Dias Felizes* de Samuel Becket, 1982.



novos criadores e que, graças aos seus importantes Encontros ACARTE-Novo Teatro/Dança da Europa (1987), viria, depois, a promover, em termos arrojados e internacionalistas, a primeira tentativa sistemática de rede internacional, com sede portuguesa, de permuta de artistas e intercâmbio de espectáculos privilegiando experiências de teor vanguardista e com carácter de pesquisa.

Grças ao papel radicalmente «visionário» de Madalena Perdigão e graças à acção do ACARTE, a década de 80 das artes performativas portuguesas tem real início por volta de 1987. Com efeito, é por essa altura que se assiste ao aparecimento de novos projectos de criadores individuais, na música, nas artes plásticas, na dança e no teatro, cujos horizontes estéticos se cruzam com as linguagens de artistas de outras latitudes. É também por essa altura que surgem

ou se afirmam as primeiras produtoras com identidade artística (Cassefaz, 1987; Prótea, 1988) e que se tentam afirmar novas atitudes de consciência de mercado, de gestão das carreiras ou de consciência prática da necessidade de um diálogo com o mundo que teria de passar, obrigatoriamente, pela diversificação das parcas redes de distribuição existentes.

Foi, pois, nesses meados dos anos 80 que, com um notável e compreensível atraso, se começam a esboçar noções como «marketing cultural» e «gestão teatral»⁵ que se começa a falar de «novos valores»⁶, de «fim da ditadura do encenador», de «gramática» da «nova dança» e do «novo teatro» e que as «artes performativas»⁷ começam a procurar fazer caminho nos espaços alternativos da cena portuguesa. As linguagens privadas desta nova geração de criadores, nas suas hesitações ou «pastiches», reflectiam, contudo, num tempo mental marcado pelas discussões da adesão de Portugal à Comunidade Europeia (1986), não só a firme procura de uma identidade própria⁸, como a procura de uma expressão que reflectisse o diálogo activo com as novas linguagens e com os criadores exógenos que os mais importantes festivais⁹ começaram a trazer com regularidade sobretudo às principais cidades do país: Lisboa, Porto, Coimbra e Évora. Por razões de modo nenhum aleatórias, é justamente nestes finais dos anos 80, que é revogada a legislação relativa à atribuição (aos actores) da Carteira Profissional.

1987 é, assim, o ano em que, pela primeira vez, desde o 25 de Abril, se redefine um panorama artístico e teatral, caracterizado pelo entrosamento de três vectores principais: 1º) a «institucionalização» simbólica da geração, agora com 40 anos, dos agentes responsáveis pela «segunda vaga» de «teatro independente»; 2º) a afirmação de uma geração de actores «não integrados» com 30 anos; 3º) e o aparecimento de uma geração de «novíssimos», mais no sen-

tido de mentalidade teatral tida por «alternativa», afirmando a sua «juventude» por oposição aos profissionais «mais velhos», do que no sentido de associação por critérios rigorosamente etários¹⁰.

O segundo destes grupos constituiu, como se veio a confirmar, uma espécie de «geração-sandwich» que, formada no decurso dos anos 70 e com uma experiência profissional já assinalável, se «rebela» agora contra o sistema hierárquico do «establishment» teatral, tentando «ser independentes dos *independentes*», isto é, tentando uma postura autónoma face aos «grupos independentes» que passava por formas de trabalho menos comprometidas, tanto ideológica como esteticamente (vaga do *free-lancismo*), pela procura de repertórios mais controversos e pela adopção de vias alternativas de trabalho (televisão, dobragens, publicidade, teatro musical, projectos individuais, opção por grupos da descentralização) que possibilitassem reconhecimento público e sucesso individual ou, pelo menos, minorassem a precariedade da oferta de trabalho, sobretudo em Lisboa e Porto, os centros urbanos onde se concentram as mais importantes entidades passíveis de oferecer regular trabalho teatral e onde estão sediados os órgãos mediáticos potenciadores de visibilidade.

Os actores mais relevantes desta geração de «novos notáveis» procuraram afirmação como encenadores em projectos pontuais subsidiados pelo Estado ou albergados pelo ACARTE, ou aderiram, pontualmente, a propostas e projectos de grupos de referência como a Cornucópia (dirigida pelo actor Luís Miguel Cintra e pela cenoplasta Cristina Reis), o Bando (dirigido pelo artista plástico-encenador, João Brites, promotor de um *teatro épico da imagem*), a Comuna (dirigida por um encenador, João Mota, com acentuada vocação pedagógica), o Novo Grupo (dirigido por João Lourenço e voltado para a

divulgação das novas dramaturgias europeias e norte-americana), ou o veterano TEC (dirigido por Carlos Avilez, actual director do Teatro Nacional D. Maria II). Outros criadores juntaram-se a personalidades artísticas como Ricardo Pais (encenador actualmente dirigindo o Teatro Nacional de S. João no Porto) e António Lagarto (um dos primeiros cenógrafos da sua geração a alcançar projecção internacional), sendo de relevar, ainda que noutra perspectiva, o apelo que constituiu o trabalho desenvolvido pela dupla Rogério de Carvalho/José Manuel Castanheira, um encenador de origem africana e um cenógrafo-arquitecto que construíram, desde finais de 70, um território muito próprio no âmbito do teatro amador, semi-profissional e depois profissional.

Muito diferentes entre si artística, filosófica e até politicamente, os criadores destas duas gerações cronologicamente mais próximas, se não diferem, radicalmente, no tipo de teatro que promovem, diferem, sobretudo, nas suas referências teatrais (Victor Garcia deixou uma forte marca nos criadores da primeira e segunda gerações do «teatro independente» que com ele trabalharam ou não) e na diferente crença no mercado. Mas todos estes criadores, desde os mais «integrados» aos mais «heréticos», que tinham em comum a crença num teatro assente na palavra, na encenação, na imagem e na força do trabalho de actor, não tiveram, apesar dos casos de grande carisma, vida fácil ou tranquilidade de trabalho até cerca de 1996.

Com efeito, em virtude de uma crescente mentalidade liberal, de uma permanente indefinição de critérios e da ausência de uma assumida política teatral – ou cultural – que visasse objectivos mais largos que a tímida (ainda que muito urgente) promoção da restauração patrimonial e a pseudo-moralização das relações entre Estado e criadores —, as Companhias, para sobreviver, foram compelidas a adaptar-se de

Em 1984, Madalena Azeredo Perdição inicia as actividades do Serviço de Animação, Criação Artística e Educação pela Arte/ACARTE, na Fundação Calouste Gulbenkian. Pioneiro centro de produção e programação que viria a facultar o desenvolvimento de novas linguagens e de novos criadores.



modos variados às regras do momento, reduzindo, por exemplo, o número de efectivos dos seus elencos fixos ou, nalguns casos mais graves, cedendo inclusivamente a um populismo (por vezes mal ocultado numa frágil «poeira» intelectualizante que a crítica raramente desejou revelar) que acabou por redefinir – esclarecendo — ou ajudou a afundar a credibilidade de alguns dos projectos esteticamente mais debilitados.

Até 1994, apesar da constatação estatística de um certo rejuvenescimento e diversificação de públicos que se verificou no decurso da década de 80 – graças, provavelmente, à elevada oferta de espectáculos de grupos novos ou à criação do subsídio «projectos pontuais» —, foram quase constantes as taxas de decréscimo de público nas salas de teatro e se, nesse ano, esta realidade sofreu uma das mais significativas

alterações desde 1979, tal fenómeno ter-se-á de imputar ao empolamento da oferta e procura de espectáculos mediáticos que caracterizaram as programações ligadas ao importante evento cultural e institucional que foi Lisboa 94: Capital Europeia da Cultura.

A partir de 1990, o teatro português vê, então, alargar o seu espectro de criadores e constata a emergência de alguns fenómenos identitários relevantes. A este fenómeno dão particular atenção os festivais já existentes ou os que surgem/desaparecem entretanto, como o Citemor (1974; 1992), o festival luso-italiano Sete Sóis-Sete Luas, o Festival Outros Teatros/FITOff (1992), o Festival X, o Festival Atlântico (para além de outras Mostras, Bienais, etc.), ou estruturas de produção, criação e divulgação (Cassefaz, Clube Português de Artes e Ideias¹¹, etc.) mais radicalmente interessadas no apoio e promoção de projectos, salas e grupos que dão corpo aos circuitos menos convencionais do espectáculo sobretudo na área da Grande Lisboa.

É verdade que, pela sua natureza efémera ou «marginal», muitas das várias dezenas de grupos que apareceram então¹² – produto de uma cada vez mais importante vaga de jovens aprendizes multi-disciplinares, sem formação especial ou elementarmente formados por cursos de iniciação teatral, como os do IFICT e, mais tarde, os das escolas secundárias, como a Escola do Chapitô¹³, dos cursos de Belas Artes ou de pequenos cursos de teatro que, nos últimos anos, se multiplicaram principalmente na região de Lisboa¹⁴ e do Porto¹⁵ –, desapareceram pouco depois ao largo das temporadas seguintes, fundiram-se ou ficaram inactivas por não terem conseguido, ou desejado, transcender os limites das pequenas comunidades urbanas ou sub-urbanas em que se desenvolveram.

Porém, foi, justamente, graças a este efervescente movimento de afirmação e caracteri-

zação cultural das periferias¹⁶ que se afirmaram novas gerações de actores- «performers» e se desenvolveu um novo espírito de gregarismo criativo que é, aliás, ao contrário do que aconteceu na década anterior, um dos traços distintivos dos elementos mais activos da geração que tem chegado ao teatro português no decurso da década de 90.

Um dos mais inovadores e arrojados projectos que apareceu no espectro teatral português foi o de um teatro da descentralização de vocação itinerante, com sede em zonas rurais, como é o caso do Teatro Regional da Serra de Montemuro: Teatro Profissional no Meio Rural (1990-93), de Campo Benfeito, na Beira Alta¹⁷, e é o caso do Teatro ao Largo (1994), de Vila Nova de Milfontes, no Alentejo¹⁸ ou, ainda que mais citadino, o caso do ibérico Teatro Meridional (1992), grupo igualmente multicultural e bilingue que se formou na sequência do encontro entre jovens actores oriundos da Espanha, da Itália e de Portugal.

Dois tipos de conjuntos configuram, então, a geografia teatral portuguesa dos anos 90 e a correspondente (ainda que necessariamente heterogénea) «nova geração»: 1) o conjunto dos projectos de novos que apostam na continuidade, no colectivo mais ou menos estável, numa direcção artística diferenciada¹⁹ e que lutam pelo direito ao reconhecimento e a uma rápida «institucionalização»²⁰; 2) e os outros «projectos»²¹, mais ou menos colectivistas, pontuais ou recentes²², sediados geralmente na grande Lisboa, no grande Porto ou em Coimbra, que ou são «radicalmente» anti-sistema (ainda que não anti-subsídio) ou cuja identidade oscila entre o «mainstream» e o território da tímida e ambígua «fringe» portuguesa.

Paralelo ao primeiro conjunto, todo ele formado ou projectado entre 1990 e 1996, existe ainda um outro importante núcleo que assenta ora na (artificial) figura da «Companhia», ora



na personalidade de um criador individual – regra geral um actor-«performer» como Lúcia Sigalho, Mónica Calle, Maria Duarte, Luís Castro, Paulo Castro, Nuno Cardoso, etc. – que não

As linguagens dessa nova geração de criadores reflectiam um tempo mental marcado pelas discussões da adesão de Portugal à CEE (1986), bem como a procura de uma identidade própria e a busca de novas linguagens capazes de estabelecer o diálogo com criadores exógenos que se apresentavam nos mais importantes festivais.

recusa associar-se a outros artistas (bailarinos, músicos, *performers*, etc.), mais ou menos pontualmente, para a realização de *workshops* – um «saco sem fundo» que tem albergado muito equívoco e «picaretagem» — resultando em espectáculos-projecto com maior ou menor definição programática.

É, aliás, necessário aqui assinalar que este último grupo de criadores dos anos 90 – onde as mulheres têm desempenhado um novo papel de relevo – constitui um dos mais importantes índices se não de mudança de mentalidades, o que é discutível, pelo menos de mudança de «paisagem» política, social e económica ao longo dos últimos anos. Com efeito, se a luta aberta por uma singularidade feminina/feminista no misógino território do teatro português teve a sua expressão mais assumida na formação, por um grupo de actrizes entre os 30/50 anos, da Escola de Mulheres: Oficina de Teatro, em 1995, o surgimento de uma ideia de «escrita de teatro», formal e processualmente não coincidente com a dramaturgia convencional²³ e a revisão do conceito de «autoria» no quadro de uma ideia de «teatro total», têm tido a sua sede privilegiada na criação/encenação no feminino.

Lúcia Sigalho é um dos nomes mais radicalmente singulares deste conjunto, em paralelo com as já referidas actrizes-encenadoras e outras, mais próximas da categoria do *freelance*, como Ana Tamen, ou ainda outras, afectas a elencos de Companhias mas que tentam, mais ou menos pontualmente, uma carreira autónoma de encenadoras como é o caso da jovem Ana Nave²⁴.

Mas esta renovada mentalidade sócio-cultural que veio modificar a configuração do «género» do teatro português não foi da exclusiva responsabilidade de artistas-«performers». A estas criadoras se devem juntar, na verdade, os nomes de autoras de textos dramáticos como, entre muitas outras, as reputadas escritoras Luísa Costa Gomes,

Hélia Correia e Eduarda Dionísio, a actriz-dramaturga Isabel Medina (da Escola de Mulheres) ou a dramaturga/dramaturgista Maria do Céu Ricardo que têm estado ligadas a projectos de escrita de projectos ou grupos diferenciados, dos mais «institucionais» (Cornucópia, Comuna, etc.) aos mais novos e politicamente «heterodoxos».

Para além das referidas «autoras», os anos 90 em Portugal viram a confirmação, no território ainda mais «masculino» da cenografia, de várias gerações de cenoplastas (e já não só «figurinistas»). A par de Helena Reis, que se afirmou logo nos anos 70, os anos 80 e 90 viram desenvolver-se as linguagens muito pessoalizadas de Cristina Reis (co-directora da Cornucópia) e de Vera Castro, para além de um significativo elenco de outras cenógrafas e figurinistas das mais novas gerações²⁵ que se têm imposto no teatro dos anos 90.

A já aludida noção de «autoria» e de «processo de escrita» está, pois, de modos diversos, ligada à assumpção de «estéticas radicais», à reivindicação da diferença minoritária e, em suma, está na base da definição do novo teatro político em Portugal, cujas fronteiras transcendem o político-partidário convencional para fazer coincidir o biográfico com o histórico ou mesmo com o discurso renovado de uma diferente «agit-prop».

São exemplos relevantes destas novas atitudes políticas pequenos grupos como a Cassefaz, o Actornauta ou o ART e, para além de projectos mais pessoais e pontuais²⁶, o recente Projecto Teatral de Maria Duarte e, numa dimensão mais conotada com o universo brechtiano, grupos como a associação de actores Artistas Unidos. Outro exemplo deste novo teatro político que se desenhou, entre nós, nos anos 90, com carácter um tanto «underground», foi o projecto, já extinto, do Teatro Contemporâneo de Lisboa, criado em 1993, para o qual o actor-dramaturgo José Meireles criou textos sobre temáticas liga-

das aos universos «marginais» do rock como, por exemplo, *Pó... Uma Viagem com o Rock nas Veias*, experiência que o actor continuará e que tinha «tradição» em outras experiências tentadas, havia pouco, pelo dramaturgo Abel Neves²⁷.

A Associação Cultural dos Novos Artistas Africanos apresentou, em 1997, com direcção e interpretação do actor luso-africano Miguel Hurts e do actor Manuel Wiborg (dos Artistas Unidos), o espectáculo *Hotel Orpheu* sobre texto de Gabriel Ghadamosi, escrito em 1993 (e estreado na Alemanha em 1994) depois de uma estadia entre nós, para esse fim, do dramaturgo. A reflexão sobre a condição do negro que, em Portugal, vinha sendo subtilmente tratada em trabalhos do encenador Rogério de Carvalho²⁸, tem continuado a ser denunciada em trabalhos recentes como, na anterior temporada, pelo espectáculo *Às Vezes Neva em Abril*, do Teatro Aberto/Novo Grupo, ou por espectáculos como *King... I Have a Dream* do actor afro-brasileiro, radicado em Portugal, Thiago Justino, ou ainda como *Os Emigrantes*, peça de Mrozek, do recente Teatro Público, que defende, nesta versão, a perspectiva dos dois imigrantes, aqui, africanos, interpretados por dois actores negros, Daniel Martinho e Ângelo Torres, já formados em Portugal e que fazem parte de um núcleo de novos actores, de dupla nacionalidade, que integram com frequência e com assinalável sucesso os elencos das Companhias e grupos.

José Pinto Correia, da Cassefaz, é outro dos dramaturgos desta corrente de novo teatro político que, nos últimos anos, vem tentando inverter a situação de inexistência de textos portugueses reflectindo as realidades sociais e estéticas do momento histórico que vivemos. Mas o fenómeno mais relevante é ainda, de acordo com o que tínhamos já assinalado para a criação no feminino, a adopção de diferentes estratégias de escrita que exprimem, naturalmente, novas concepções de repertório, de processo de traba-

lho teatral e, em suma, de autoria. Uma das mais importantes destas estratégias é a organização de Seminários ou outra qualquer modalidade de trabalho de grupo assente na discussão dramática e na improvisação conduzindo à produção de textos para cena. O caso mais sistemático é o de Jorge Silva Melo, cujo sucesso inicial conduziu à própria necessidade de criação de uma estrutura permanente de produção – os Artistas Unidos –, mas podemos considerar que os percursores desta nova vaga de escrita-criação foram João Brites, que tem desenvolvido uma estética teatral, no Bando, que recusa os textos de teatro convencionais, de Luísa Costa Gomes (que escreveu alguns dos seus textos recentes, como o notável *Nunca Nada de Ninguém*, num processo de proposta de guião-experimentação-escrita), experiências a que se seguiram, no tempo, os seminários de escrita temática promovidos pela Escola de Mulheres e, inclusivamente, cursos de escrita teatral criados em escolas privadas, em universidades e até na Escola Superior de Teatro e Cinema.

Alguns destes processos fizeram já «escola», sendo possível verificar, hoje, que a maior parte dos «novíssimos» adopta — ou adoptou nos seus inícios como aconteceu a Carlos J. Pessoa do Teatro da Garagem — estratégias de construção do texto cénico-teatral deste tipo como é o caso do Grupo, do Ar-Cénico ou, entre muitos outros, da Útero, Associação Cultural (neste caso, graças à aprendizagem do «método» de João Brites). É nestas informais «oficinas» que os jovens dramaturgos e/ou encenadores/autores «fazem a mão», sem que tal signifique crença na criação colectiva ou no abandono da autoria individual.

Também organicamente ligada ao processo teatral, ainda que de modos mais tentativos, está a escrita do jovem actor-encenador Luís Assis, um dos mais jovens dramaturgos-autores da cena portuguesa, seguido, em termos de juventude, por Jacinto Lucas Pires, autor de *Universos*

Um Poeta Alinado, de Manuel de Figueiredo.
Teatro da Cornucópia, 1990. Encenação de Luis Miguel Cintra.

e *Frigoríficos* (1997) e, o que é revelador dos processos de escrita adoptados, autor (em construção) na área da narrativa e do guionismo cinematográfico.

Outro fenómeno significativo para o aparecimento de muitos destes autores e textos é a recente criação de concursos e prémios para o incentivo de novos dramaturgos²⁹ – com destaque para o Grande Prémio da Sociedade Portuguesa de Autores/Novo Grupo que originou o

texto de João Santos Lopes, um jovem sociólogo, *Às Vezes Neva em Abril*, notável discussão das faces contraditórias que assume o racismo no nosso país de «brandos costumes» –, a criação de importantes bolsas de criação literária (IPLB, Ministério da Cultura), de programas de apoio à edição (IPLB, Ministério da Cultura) e ainda de programas de apoio à «residência» temporária de dramaturgos experientes³⁰ em Companhias, programas estes que têm sido defendidos e



patrocinados, fundamentalmente, pelo Serviço de Teatro da Fundação Calouste Gulbenkian.

O governo social-democrata que, desde 1985, estimulava a mentalidade liberal, que vinha despontando a par da sedimentação de uma sensibilidade nova de gestão e produção, foi substituído, em 1995, com enorme expectativa e optimismo, pelo governo de maioria socialista. Foi, então, como se sabe, restabelecido um Ministério da Cultura – depois de anos em que a gestão da cultura se fazia através de uma simples Secretaria de Estado dependente do Gabinete do Primeiro-Ministro – e criado, depois de outras experiências tentativas, um Instituto Português das Artes do Espectáculo (IPAE) ³¹ a cujo cargo ficou, teoricamente, «a definição da política de apoio estatal à actividade» das artes cénicas (teatro, dança, música) e, na prática, a implementação e gestão da nova política de incentivos e subsídios e de reestruturação do campo desenhada pelo Ministro e pela respectiva Secretaria de Estado da Cultura.

Uma situação financeira excepcional (ainda que longe do utópico 1% do OGE para a Cultura com que sonharam os futuros governantes e seus interlocutores nos «Estados Gerais Para Uma Nova Maioria») tem viabilizado, nos últimos anos, uma política de ampliação do leque de Companhias ou grupos subsidiados³² segundo critérios que visam dois objectivos fundamentais: 1º: reconhecer o papel do «teatro independente» que, desde 1974, até certo ponto, substituíra a existência de um verdadeiro «teatro nacional», o que explica a criação da categoria de «Companhia Convencionada» atribuída a dez «grupos independentes»; 2º: promover um maior equilíbrio geográfico no país e o investimento em projectos considerados, pelos júris de composição mista, «críveis» e esteticamente identificáveis, que pareçam indiciar aquilo que esses mesmos júris identificam, mais ou menos sensatamente, como «capacidades de continui-



dade» e «capacidades de renovação das linguagens de cena».

Todos estes factores explicam, assim, que, entre 1997 e 1999, o teatro português se tenha vindo a caracterizar, genericamente, por um acréscimo significativo do número de espectáculos apresentados e, sobretudo, pelo aumento significativo de projectos, grupos ou estruturas pontuais que não sobrevivem, porém, em grande parte dos casos, a uma ou duas produções consecutivas. Esta abundância de espectáculos e de grupos – não obrigatoriamente correspondente a qualidade — é originada, muitas

«Os actores mais relevantes da geração de “novos notáveis”, procuraram afirmação como encenadores em projectos pontuais subsidiados pelo Estado, ACARTE, ou aderiram, pontualmente, a projectos de grupos de referência». Trágicos e Marítimos, Teatro O Bando.

vezes, pela urgência de visibilidade sentida por muitos dos jovens aprendizes de actor em curso de formação (escolas profissionais) ou recém formados pelas variadas instituições de formação teatral existentes, hoje, no país, como as Escola Superior de Teatro e Cinema de Lisboa (paradoxalmente, sita na Amadora, no primeiro edifício construído de raiz para o ensino «artístico politécnico») e pela ESMAE do Porto, e pela extrema facilidade de acesso aos subsídios estatais para o que não existe qualquer restrição de teor «profissional»³³.

Mas, uma outra razão, nova entre nós, explica, paralelamente, este surto de espectáculos que pululam nos «cartazes» dos jornais. Essa razão radica na acção de uma figura que, começa, hoje, a determinar, verdadeiramente, a configuração e o desenvolvimento (inclusivamente futuro) do teatro português: a figura do «programador».

Responsável pelas programações culturais e teatrais de importantes instituições de cultura como são, em Lisboa, o ACARTE da Fundação Calouste Gulbenkian, a CULTUR-GEST/Caixa Geral de Depósitos e o Centro Cultural de Belém e, no Porto, entre outras, o Teatro Rivoli³⁴ –, este tipo de «programador-organizador de eventos» tem vindo a desenvolver, com efeito, uma estratégia de acção que, em virtude das restrições orçamentais e de uma só aparentemente contraditória necessidade de promover, a um tempo, variedade e novidade de oferta para um constante apelo de públicos diversificados, assenta, fundamentalmente, na promoção de espectáculos de curtíssima duração – por vezes menos de uma semana, ainda que as produções sejam dispendiosas –, em produções de pequeno formato (monólogos, por exemplo), e em colaborações institucionais ou em co-produções.

O resultado deste tipo de acção, estatisticamente estimulante mas frustrante em termos de

criação e de recepção, está a fomentar a desmotivação entre os criadores e a acentuar a desatenção do público que, assim, não consegue nem identificar-se com novos projectos nem fidelizar-se com actores mais novos ou menos conhecidos. O mais que se consegue fazer, em termos de fidelização, é permitir que, induzidos pela corrente de novidades para consumir e pela respectiva divulgação, os públicos criem laços de intimidade com os espaços-instituições e não com os artistas ou respectivos projectos de intervenção artística.

Em suma, o teatro português posterior ao 25 de Abril percorreu vários estádios de evolução e organização. A conquista e a defesa da identidade – da identidade nacional (o problema de uma «identidade europeia» começa a esboçar-se nos esforços de uma internacionalização que se realiza, principalmente, de «fora para dentro»), da identidade «gay», da identidade de género, da identidade feminista, da identidade rática e até da identidade partidária (esta mais elíptica do que qualquer das outras) – e a defesa das diferenças constituem o melhor que o 25 de Abril legou, politicamente, a uma área da criação que, não por acaso, continua a revelar como problemas prioritários a abertura de horizontes (educacionais, profissionais, culturais e outros) e a assunção das dores da alteridade.

¹ Logo em Maio de 1974, e como medida prioritária, são abolidas as Comissões de Censura pelo Decreto-Lei n.º 194/74.

² Nessa História do teatro nos «anos de brasa», que os protagonistas se não abalçaram ainda a escrever (com excepção de «achegas» em raros livros de memórias de ou sobre actores actuais, como *Uma Casa Com Janelas Para Dentro* (1985), de Costa Ferreira, *Raul Solnado: A Vida Não se Perdeu* (1991), de Leonor Xavier ou *A Fala da Memória* (1993), de Fernando Gusmão) o capítulo relativo ao Conservatório Nacional será bastante interessante. O falecido professor Eurico Lisboa falava, com frequência, aos seus alunos, entre várias histórias de pilhagem e delapidação do património do Conservatório Nacional, da grande humilhação a que tinham sido sujeitos os professores daquela escola de teatro que, um a um, tinham sido votados num célebre «leilão de professores», pelos estudantes reunidos em assembleia geral. Era a época áurea dos saneamentos políticos (ou tidos por tal), outro capítulo da História recente que continua mergulhada em incomodado silêncio.

³ Esta estrutura transformar-se-ia, em 1990, no CENDREV, pela junção do Centro Dramático de Évora com o Teatro da Rainha.

⁴ Lembremos mais alguns desses grupos que têm tido, nos últimos vinte e cinco anos, a seu cargo as tarefas árduas da dinamização cultural e da sensibilização, difícil, das autarquias para a importância da educação e da cultura na dinâmica local do desenvolvimento integrado: Teatro em Movimento (Bragança); Filandorra Teatro do Noroeste; Trigo Limpo/ACERT (Tondela), GICC (Covilhã); Aquilo (Guarda), Acta, Companhia de Teatro do Algarve (Faro), etc.

⁵ É nesta linha que é promulgada, em Agosto de 1986, uma tentativa Lei do Mecenato que só encontrou eco significativo em algumas grandes empresas depois das alterações introduzidas já em 1998.

⁶ Poucos anos depois, este sector ganha estatuto de categoria financeira, como se pode ver no Despacho Normativo 198/92 da Secretaria de Estado da Cultura, onde se define «Novos Valores» (precipitadamente, como se verificou na selecção dos subsidiados, alguns já com vinte anos de carreira) como «quem esteja a começar a sua carreira».

⁷ Apropriação e actualização lexical que reflecte, por um lado, o desenvolvimento de uma arte centrada no corpo, na «comunicação» e na «contaminação» de técnicas, tecnologias e estéticas e, por outro, anuncia o surgimento de uma óptica de criação, produção e circulação visando uma concepção de «teatro total» que não deixa de reflectir a própria «forma mentis» da economia liberal.

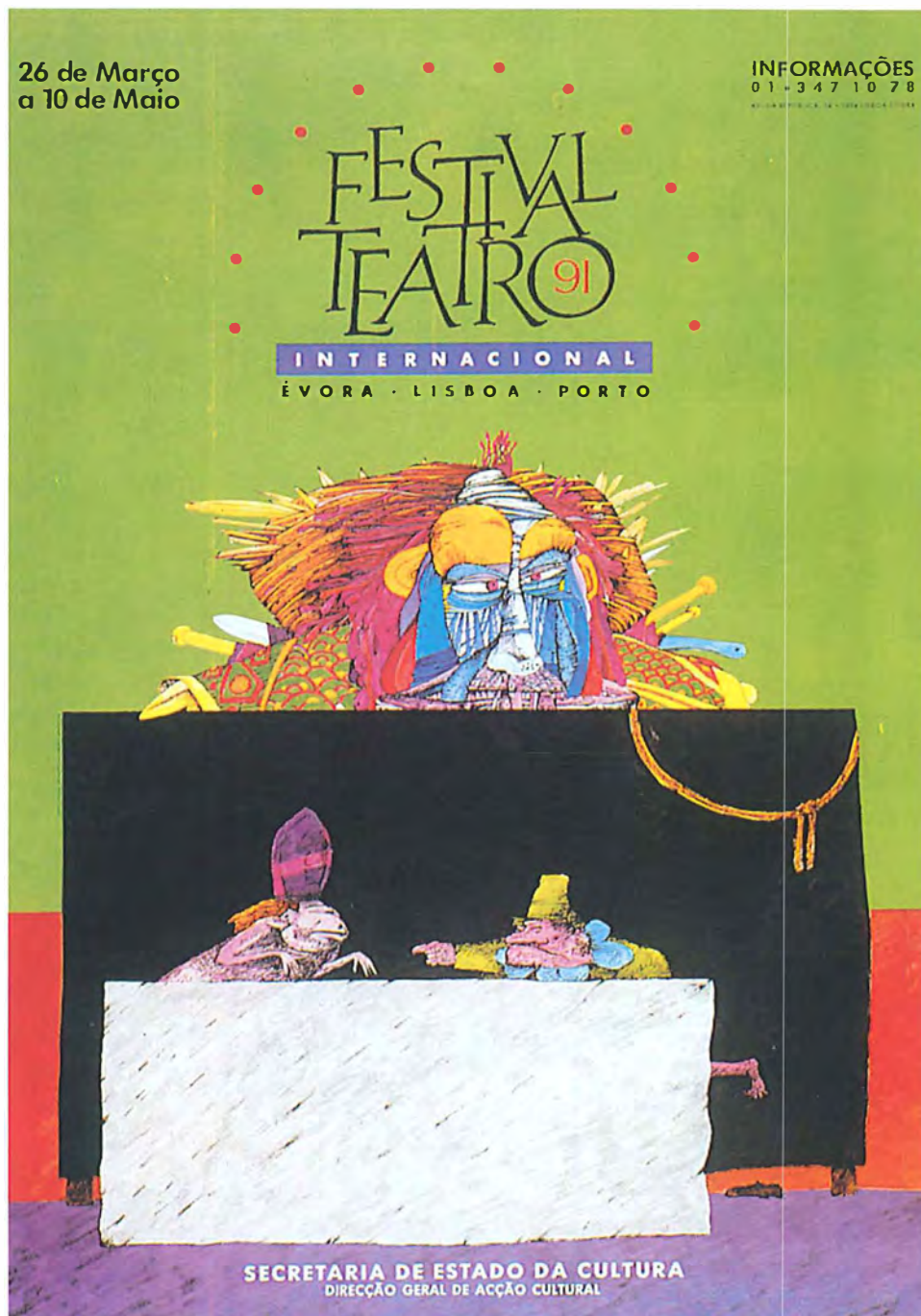
⁸ Veja-se o exemplar caso do teatro infanto-juvenil ou do teatro de marionetas e formas animadas que grupos como as Marionetas de Lisboa (criado em 1985) ou o Teatro de Marionetas do Porto (1988) vêm tentando resgatar de conceitos redutores como «animação» ou «só para crianças».

⁹ Referimo-nos a festivais de referência como SITU/Bienal Universitária de Coimbra, FITEI (1978), Festival de Almada (1985), Encontros ACARTE (1987), Bienal de Marionetas de Évora, etc. anteriores ao FIT, promovido pela SEC já na década de 90, ou ao Po.N.TI criado, em 1997, no Teatro Nacional de S. João, no Porto.

¹⁰ De notar, que, reflexo deste fenómeno de reorganização do campo, se realiza, em 1988, um «1º Encontro do Jovem Actor», iniciativa conjunta do Sindicato dos Trabalhadores do Espectáculo e da revista *Actor*. A consciência da necessidade de identificação de uma «nova geração», atribuída a actores com cerca de 30 anos em 1987, por oposição à geração estabelecida antes ou depois do 25 de Abril de 1974, fica muito nítida no artigo de Durval Lucena, um desses actores, intitulado justamente «Em Defesa da Nova Geração». *Actor* [Lisboa] 1 (1987): 16-18. Afirma: «Que há duas gerações não é novidade. Que elas lutam entre si também o não é.» (17). Refere, ainda, recentes projectos ou tentativas frustradas: Companhia das Luzes (Diogo Dória, etc.); Produções Off; As Apaixonadas; Metrópolis (Durval Lucena, Ângela Pinto, etc.); ZTT Produções; Mabus Mabul; As Manobras do Século; Teatro do Triângulo, etc.

¹¹ O Clube Português de Artes e Ideias criou, no início da década de 90, um importante Concurso, «O Teatro na Década», que tem ajudado, promovido ou lançado projectos e/ou espectáculos de criadores até aos 30 anos.

¹² A este respeito, é elucidativo o n.º 13 da referida revista *Actor* (número fundamentalmente dedicado ao tema «O Teatro Português na Última Década do Século XX»); o mencionado n.º 14 da mesma publicação, datado de 1992, e, a estes devedor – ainda que nunca os cite –, o artigo de Levina Valentim, «Márgenes. Alternativos o no tanto: alguns aspectos de la nueva geografía teatral», publicado, em castelhano,



A partir de 1990, o teatro português vê alargar o seu espectro de criadores e constata a emergência de fenómenos identitários relevantes. A este fenómeno dão particular atenção os festivais já existentes, ou os que surgem/desaparecem entretanto.

num dossier de artigos portugueses sobre teatro, da revista *ADE Teatro*: 80-88.

- ¹³ A Escola Profissional de Artes e Ofícios do Espectáculo/Chapitô é uma das valências de uma generosa obra pedagógica e social com mais de 12 anos de existência – com vista à integração de jovens em risco – da mais conhecida mulher-palhaço portuguesa: Tété, nome artístico de Teresa Ricou. O Chapitô, uma das mais conhecidas e procuradas sedes de recepção a novos artistas e artistas «globe trotter», está situada no espaço deslumbrante de uma antiga Tutoria das Raparigas, na Rua Costa do Castelo 1-7.
- ¹⁴ Um dos fenómenos que viu expansão nos anos 90 foi a criação de cursos particulares de teatro, muitos deles fonte principal de subsistência e afirmação de actores brasileiros radicados em Portugal e que estão na base da formação de recentíssimos agrupamentos, mais ou menos estáveis, como o Nervo Óptico, o Grupo Apocalypse, o Teatro Praga, etc.
- ¹⁵ Foi criada, no ano lectivo 1993-94, a Escola Superior de Música e Teatro/ESMAE, no Porto, cidade onde existem ainda, a nível do ensino secundário, duas importantes escolas profissionais: a Academia Contemporânea do Espectáculo e o Ballet Teatro-Escola Profissional.
- ¹⁶ Como acontece com Almada que constitui o distrito onde existe o maior número de grupos de teatro (sobretudo amador) do país (19) e que é a região que fornece a maior percentagem de estudantes para os cursos das escolas artísticas de Lisboa.
- ¹⁷ Resultado da original fusão de um grupo amador daquela terra com um elemento oriundo do Pentabus Theatre de Inglaterra.
- ¹⁸ Também neste caso uma associação de um antropólogo oriundo do Footsbarn Travelling Theatre, de uma bailarina nascida em Roma, e de actores portugueses que visam devolver o teatro às aldeias.
- ¹⁹ De um encenador-autor ou elemento congregador, por vezes de geração muito anterior.
- ²⁰ Atente-se nos casos dos Teatro da Garagem, 1990; Olho, 1991; Grupo, 1991, Arte Pública de Beja, 1992; Escola da Noite, 1992; Teatro Meridional, 1992; Visões Úteis, 1994; As Boas Raparigas, 1994; Artistas Unidos, 1996, etc.
- ²¹ Por vezes esta designação assume-se, programaticamente, como alternativa a «Companhia» ou «Grupo».
- ²² Anote-se, a título de exemplo, os Teatro do Morcego (Coimbra), Teatro Só (Porto), Teatro Bruto (Porto), Teatro Plástico (Porto), Pogo Teatro e Actornauta (Lisboa), ART-Espectáculos Teatrais (Lisboa), Ideia Fixa: Projecto de Teatro, Projecto Teatral (Lisboa), Útero Associação Cultural (Caparica), Teatro Público (Lisboa), Teatro O Resto (Lisboa), A Lente (Almada), Inestética (V. E. de Xira), Ninho de Víboras (Caparica), entre muitos outros. Para se ter uma ideia aproximada desta entropia, tenhamos em mente que concorreram, em 1999, só aos «subsídios pontuais» do IPAE/Ministério da Cultura, duzentas e quarenta e três (243) entidades (incluindo Festivais, projectos pessoais ou de grupos novos ou estabelecidos)!
- ²³ Conceito de trabalho em que, com base na teoria do «happening», o processo chega a coincidir com o resultado.
- ²⁴ Para rebater a ideia, falsa, de que a dramaturgia portuguesa feminina tem sido tremendamente minoritária face à produção masculina, veja-se o meu artigo «The Ladies are not for Burning...», mencionado em Bibliografia, apresentação muito sucinta de um levantamento (neste momento com mais de 300 entradas) de nomes de mulheres que escreveram teatro em Portugal no século XX. A publicação deste levantamento e respectivo estudo introdutório está prevista aguardando disponibilidade editorial.

- ²⁵ Entre muitos outros nomes significativos, lembremos Ana Rosa Assunção (Escola da Noite, Coimbra), Manuela Bronze (Porto), e, em Lisboa, Frederica Nascimento, Mariana Sá Nogueira ou as muito recentes Rosa Freitas, Rafaela Mapril, Ana Paula Rocha e Suzana Afonso, etc.
- ²⁶ Veja-se o exemplo do espectáculo *O Ano do Pénis*, apresentado na passada temporada no Centro Comunitário Gay e Lésbico (um espaço cedido pela Câmara Municipal de Lisboa), com autoria e direcção do actor João Grosso. Curiosamente, é também de temática «falocêntrica» (mas não gay) o espectáculo-performance *Mil 999 e o Pénis Voador* da associação Útero cuja primeira versão foi apresentada no Festival X 98.
- ²⁷ *Amo-Te*, de Abel Neves, foi representado pelo Grupo da Faculdade de Ciências de Lisboa, em 1992, com direcção de Almeno Gonçalves, um dos fundadores do Teatro Contemporâneo de Lisboa.
- ²⁸ Professor e encenador na região de Lisboa e, desde 1994, também director artístico do grupo portuense As Boas Raparigas.
- ²⁹ Assinale-se, igualmente, a criação, no Teatro Nacional S. João do Porto, do DRAMAT, «unidade teatral estruturada a partir da escrita dramática», com uma vertente de oficina de escrita dramática, uma de seminários de análise da dramaturgia contemporânea e uma terceira de divulgação e, ainda que em regime não periódico, a muito desejada criação, pelo IPAE/Ministério da Cultura, de uma revista, com a chancela conjunta do MC/Edições Cotovia, intitulada *Teatro Escrito(s): revista de Ensaio e Ficção*.
- ³⁰ Entre outros exemplos, assinalem-se as experiências de escritores como Manuel António Pina, no grupo para a infância e juventude Pé de Vento, no Porto, de António Cabrita na Escola da Noite, em Coimbra, ou ainda no Teatro Nacional de S. João, no Porto, ou de António Torrado, que, depois de uma passagem pela Companhia de Teatro de Viana do Castelo, sucedeu a Abel Neves na «residência» na Comuna.
- ³¹ Depois da morte de José Ribeiro da Fonte, e de pontual passagem de Mário Barradas, actualmente presidido por Ana Marin, com assessoria para o teatro do actor Carlos Pimenta e para a dança pelo crítico e professor Gil Mendo.
- ³² São as seguintes as categorias em que se dividiram, até Fevereiro último, os subsídios destinados ao teatro de iniciativa privada: contratos-programa de três anos com dez Companhias Convencionadas (actualmente Teatro da Cornucópia, TEC, Novo Grupo, CENDREV, Seiva Trupe, Comuna, Bando, Companhia de Teatro de Almada, Baraca e Teatro de Animação de Setúbal); subsídios bianuais, anuais e pontuais.
- ³³ As questões polémicas da reposição ou não da Carteira Profissional de Actor, com a subsequente classificação do perfil de «profissional» das artes do espectáculo e da existência de um Estatuto da Artista, estão a ser estudadas, actualmente, por vários Ministérios. Aguarda-se, contudo, um amplo debate público que revele os relatórios e propostas já realizados sobre estas matérias, a exemplo do que fez Helena Vaz da Silva, no CNC, no dia 25 de Maio último, organizando um debate com vários parceiros institucionais (Associações, Sindicatos, Escolas Superiores, Ministérios, etc.) em torno do *Relatório Sobre a Situação e o Papel dos Artistas na União Europeia*.
- ³⁴ Não incluímos instituições como os teatros públicos (Teatro Nacional de D. Maria II, Lisboa, e Teatro Nacional de S. João, Porto) ou o CENDREV, centro dramático onde, em 1997, passou a funcionar, experimentalmente, um Centro Regional das Artes do Espectáculo (CRAE), por considerarmos que estes centros de programação levantam outro tipo de problemas diferentes daqueles a que nos referimos aqui.

25 de Abril: o Cinema e o Mundo

José de Matos - Cruz

MAIS DO QUE QUALQUER OUTRO MODO ARTÍSTICO ou meio de comunicação, o cinema apreendeu, conservou e reflectiu os flagrantes da Revolução dos Cravos e as subsequentes transformações operadas em Portugal. As manifestações sociais, políticas e culturais transferiram-se, assim, com um olhar de emoções e vivências em evolução, que a memória conserva, para um registo sucedido, evolutivo, em que se verifica a própria história. Conservar um tal acervo fílmico significa, pois, manter o elã de um país em mudança pelas imagens em movimento.

E, se o tempo atribui a tal dinâmica uma referência essencial, é a respectiva divulgação que lhe confere perspectiva e significado. Assim formulando um sentido colectivo sobre a realidade – cujo itinerário, em curso ou revelação circunstancial, representa a nossa dimensão mais íntegra e autêntica. Reconstituir um vasto espólio audiovisual, 25 anos após o 25 de Abril, implica analisar os fenómenos que lhe corresponderam, assinalando aqueles que os assumiram em intervenção e continuidade. Levando-nos a todo o mundo.

Documentos e imagens vivas

Há vinte e cinco anos, um segundo fôlego logrado pelo *cinema novo* – que se revelara nos anos '60 – graças à Fundação Calouste Gulbenkian através da cooperativa Centro Português de Cinema/CPC, tinha como contrapartida uma intervenção oficial, concretizada através do Instituto Português de Cinema/IPC. A Revolução do 25 de Abril alteraria, de imediato, as expectativas ficcionais e criativas formalizadas no 1º Plano de Produção entretanto aprovado, influenciando – de modo decisivo – as transformações que se verificaram até à actualidade.

Uma abordagem dessa evolução implica uma consideração dos filmes produzidos, dos profissionais responsáveis e dos fenómenos convergentes à respectiva concretização... Reci-



clando um imaginário de erosão e esperança, outras histórias ou testemunhos, projectos ou incidências confluem, afinal, num cinema português já centenário e à beira de novo milénio – aliando o cunho artístico aos fenómenos sociais, políticos e culturais. De futuro, uma outra identidade nossa, genuína, será determinada pela virtualidade de distintos suportes e tecnologias.

Uma prática de intervenção

A via documental, com uma ampla e significativa expressão no cinema português, adquiriu primordial alcance e predomínio com a Revolução de Abril, com reflexos até finais dos anos '70. Razões específicas motivaram tal

fenómeno: o fim da censura criou forte apetência para a abordagem de temas e assuntos até então interditos; gerou-se um enorme interesse em registar e difundir uma realidade social, política e económica sob profundas transformações. O cinema sobressaiu como veículo privilegiado para reportar o respectivo contexto e análise dialéctica – um importante mecanismo para influenciar os centros de decisão, ou alterar mentalidades através de uma informação popular.

Reflectia-se, assim, uma opção radical: os próprios realizadores que se haviam prestigiado no âmbito da ficção, passaram ou regressaram à visão testemunhatória – em detrimento da leitura alegórica – alterando mesmo a estratégia relativa aos compromissos de produção e lançamento: preferindo o 16 ao 35 mm; trabalhando com pequenas equipas – operadores de imagem e de som; envolvendo-se nos meios de feitura – através de cooperativas (Cinequipa, Cinequanon) ou de Unidades anexas ao Instituto Português de Cinema/IPC. Paralelamente, fomentou-se a constituição dum complementar ou paralelo circuito de distribuição, bem como uma execução externa para a Radiotelevisão Portuguesa/RTP.

Acções de rua, manifestações urbanas, reivindicações sindicais, sessões de esclarecimento, crises laborais em fábricas, greves e comícios partidários, reforma agrária, denúncia de obscurantismo religioso, emancipação feminina, marginalidade juvenil, libertação sexual – eis os temas preponderantes em filmes e séries sobre o Portugal de Abril. Paralelamente às obras de montagem, com materiais de arquivo – projectando uma reflexão sobre o regime deposto (Estado Novo, guerra colonial, emigração) ou as principais ocorrências durante a Revolução dos Cravos. Eis o que ficou conhecido por *cinema de intervenção*, com uma específica tónica militante ou de consciencialização.

25 nomes depois de Abril

Joaquim de ALMEIDA

Nasceu em Lisboa, 1957. Estudou no Conservatório Nacional. Aos dezoito anos saiu de Portugal. Formado pelo Actor's Studio (Nova Iorque). Com intensa actividade no estrangeiro (*O Cônsul Honorário*, 1983; *Bom Dia, Babilónia*, 1987; *Perigo Imediato*, 1994; *Desperado*, 1995), em Portugal salientam-se *Repórter X* (1986), *Amor e Dedinhos de Pé* (em Macau) e *Aqui d'El Rei!* (1991), *Adão e Eva* (1995) ou *Tentação* (1997). Articula os padrões europeus em temas e realizadores, com a propensão americana da aventura e do espectáculo.

Lauro ANTÓNIO

Nasceu em Lisboa, 1942. Licenciado em História, crítico desde 1963. Colaborou em jornais e revistas, fundando várias, e na rádio e na televisão. Responsável pela programação de salas, dirigiu diversos festivais. Autor de livros de teatro e cinema. Ensaísta, encenador, professor de audiovisuais; consultor/programador de TV. Realizou as longas metragens *Manhã Submersa* (1979) e *O Vestido Cor de Fogo* (1984); para a série *Histórias de Mulheres* (1983), *Paisagem Sem Barcos*, *A Bela e a Rosa*, *Casino Oceano* e *Mãe Genoveva*.

João BOTELHO

Nasceu em Lamego, 1949. Cineclubista em Lisboa e no Porto. Ao 5º ano de Engenharia Mecânica, passou para a Escola Superior de Cinema (1974). Crítico de cinema, fundador da revista *M* (1975). Artista gráfico. Com Jorge Alves da Silva, partilhou breve *Alexandre e Rosa* (1978). Assumindo funções de produção, distinguiu-se com *Conversa Acabada* (1981), *Um Adeus Português* (1985), *Tempos Difíceis* (1985), *No Dia dos Meus Anos / O Ar* (1992), *Aqui na Terra* (1993), *Três Palmeiras* (1994), *Tráfico* (1998). Múltiplos galardões internacionais.



A evolução na maturidade

Uma das tendências mais salientes durante os anos '80, resultaria no acesso à realização dum leque de jovens autores que, concluída então uma primeira-obra longa, logravam – com esta – expectativas para prosseguir carreira. Sem que possa tipificar-se, propriamente, um movimento ou geração, tais circunstâncias traduziram, mais, um fenómeno individual, motivado pelas características de apoio oficial à concretização fílmica – que se consumaria como um modo essencial ou exclusivo de financiamento, através do Instituto Português de Cinema – cabendo a subsequente produção executiva a entidades ou empresas privadas.

Os jovens realizadores tinham, ou não, uma formação cinematográfica específica, em geral ministrada pela Escola Superior de Cinema. Muitas vezes, foi-lhes dada oportunidade directa de dirigirem um filme de fundo, sem quaisquer provas prestadas anteriormente – por exemplo, como assistentes ou pela concretiza-

Brandos Costumes, de Alberto Seixas Santos, 1972/74. Fotografia cedida pelo ICAM.

ção de uma curta ou média metragem. Frequentemente, continuaram eles próprios a conceber o argumento original, participando nas fases de feitura subsequentes à rodagem, desde logo na montagem da fita, além de terem uma participação sensível nos mecanismos de produção.

Anualmente, estimava-se um máximo de dez longas metragens, das quais apenas metade chegaria a estrear no mercado nacional. No entanto, foi significativa a participação da maioria em certames e festivais internacionais – logrando, mesmo, galardões meritórios – em diversas modalidades e por acção do Instituto Português de Cinema. O decano e mais prestigiado realizador nacional, Manoel de Oliveira, destacou-se numa laboração contínua. Mas verificou-se, também, o regresso de vários autores que começaram com o *cinema novo* nos anos '60, e que haviam abandonado – com importantes excepções – uma actividade regular, nos anos sucessivos ao 25 de Abril, sobretudo pelas contingências de produção.

Benilde ou a Virgem Mãe,
de Manoel de Oliveira, 1975.
Fotografia cedida pelo ICAM.



Paulo BRANCO

Nasceu em Lisboa, 1950. Estudou no Instituto Superior Técnico. Viveu em Londres (1971-73), e em Paris – onde, a partir de 1974, foi exibidor, distribuidor e produtor. Em Portugal desde 1979, fundou a V. O. Filmes, a Filmargem e a Madragoa Filmes (produção), a Atalanta Filmes (distribuição), e a Medeia Filmes (exibição). Reanimando a difusão cultural do cinema, é responsável por dezenas de filmes portugueses e europeus de qualidade, por náveis ou veteranos realizadores – como Manoel de Oliveira, a partir de *Francisca* (1981). Também actor.

Luís Miguel CINTRA

Nasceu em Madrid, 1949. Bacharelado em Filologia Românica, pela Faculdade de Letras de Lisboa – em cujo Grupo Cénico se estreou, em 1967.

Em Inglaterra, frequentou a Old Vic Theater School (1971-73). Fundou o Teatro da Cornucópia com Jorge Silva Melo. Em cinema, começou em *Quem Espera por Sapatos de Defunto Morre Descalço* (1971).

Tem trabalhado com realizadores portugueses e estrangeiros. Mas relevante é a fidelidade a Manoel de Oliveira, de *Le Soulier de Satin* (1985) a *O Convento* (1995), passando por *Vale Abraão* (1993).

Pedro COSTA

Nasceu em Lisboa, 1959. Filho de Luís Filipe Costa, frequentou a Faculdade de Letras (História). Curso de Realização e Montagem da Escola Superior de Cinema. Sócio fundador da Trópico Filmes (1985). Assistente de *Um Adeus Português* (1985), *Duma Vez Por Todas* (1986) ou *Agosto* (1988), foi produtor associado de *Ninguém Duas Vezes* (1984) e executivo de *Mara* (1985). Além da série televisiva *Cartas a Júlia* (1983-84), realizou – com despojamento estético – *O Sangue* (1990), *Casa de Lava* (1994), *Ossos* (1997) e *No Quarto da Vanda* (1999).

Diogo DÓRIA

Nasceu em Lisboa, 1953. Licenciado pela Faculdade de Letras (Filosofia – 1980) e pelo Conservatório Nacional. Fundador de Produções Teatrais ou do Teatro da Cantina Velha (1980). Actor de cinema desde *Passagem ou a Meio Caminho* (1980), tornou-se um dos favoritos de Manoel de Oliveira: *Francisca* (1981), *Visita ou Memórias e Confissões* (1982) e *Le Soulier de Satin* (1985), até *A Caixa* (1994), *Viagem ao Princípio do Mundo* (1997) ou *Inquietude* (1998). De uma extensa carreira, destacam-se ainda *Um Adeus Português* (1985), *Agosto* (1988).

Eduardo GEADA

Nasceu em Lisboa, 1945. Licenciado em Estudos Anglo-Americanos na Universidade Clássica; pós-graduado em Estudos Fílmicos pela Slade School of Fine Art/University College (Londres – 1978). Dirigente cineclubista, crítico, publicou livros de análise. Universidade Nova: doutoramento em Comunicação Social. Professor da Escola Superior de Cinema. Além de documentários e séries televisivas, realizou: *Sofia e a Educação Sexual* (1973), *A Santa Aliança* (1977), *Saudades para Dona Genciana* (1983), *Passagem por Lisboa* (1993).

João Mário GRILO

Nasceu na Figueira da Foz, 1958. Frequentou na Universidade cursos de Economia e Sociologia, o primeiro em Coimbra; membro da direcção do Centro de Estudos Cinematográficos. Em 1979, realizou *Maria*, com ampliação para 16 mm. Crítico de cinema. Professor de História e de Estética do Cinema na Universidade Nova, doutorado pelo tema *A Ordem no Cinema* (1994). Outros filmes: *A Estrangeira* (1982), *O Processo do Rei* (1990), *O Fim do Mundo*, *A Terra* (1993), *Saramago – Documentos* (1995), *Os Olhos da Ásia* (1996), *Longe da Vista* (1998).

Cineastas postos pelo olhar

A partir dos anos '90, com os nóveis valores continuaram em prática os cineastas veteranos, formulando-se uma criatividade múltipla – em opções temáticas e estéticas, de testemunho pessoal, ou propícias às virtualidades do imaginário. Através dessa expressão autónoma, original e coerente, ou constelada no culto dos clássicos, universalista, os filmes portugueses continuaram a participar em distintas manifestações no estrangeiro: requerendo a atenção da crítica com a especificidade do olhar, a modernidade, ou reincidindo o fenómeno alcançado por Oliveira.

Assim, um número significativo dessas obras passaram a estrear no circuito comercial. Várias têm suscitado amplo interesse, expectativa ou, mesmo, uma aliciante adesão – configurando, pois, uma imprescindível comunicação com o seu público privilegiado, para o que foi decisiva a sensibilização promocional pelas estações e circuitos de televisão. Tendo comemorado em 1996 o centenário do cinema nacional, Portugal não dispõe de uma indústria regular, nem ela poderia subsistir sem o apoio do Instituto do Cinema, Audiovisual e Multimédia/ ICAM – que entretanto substituiu o Instituto Português da Arte Cinematográfica e Audiovisual/IPACA, herdeiro do IPC – filtrando as normais expectativas de lucro ou de mera exploração comercial. Pelo contrário, existem talentos e meios técnico-artísticos, infra-estruturas de produção e laboratoriais, para além das excelentes condições paisagísticas, ambientais ou climatéricas.

Também a curta metragem, nas vertentes de ficção, documental e de animação, foi, entretanto, reconvertida por outros suportes (o vídeo, além da película), em opções e canais propícios, com intervenção oficial. A par do aproveitamento e gestão de tão amplas potencialidades, as alternativas do cinema português consolidaram-se pela capacidade criativa dos seus profissionais, articulada com um investi-



As Armas e o Povo, Colectivo de Trabalhadores, 1974/75. Fotografia cedida pelo ICAM.

mento cultural – cujo alcance implica uma estratégia mobilizadora de revitalização mediática: visando estimular a iniciação, diversificação, exercício e continuidade de uma actividade fílmica em que persista a originalidade de um olhar português – naturalmente, com alianças exteriores e logo pelos padrões europeus.

Filmes que fizeram história

Após a Revolução dos Cravos, o público pôde ver os filmes de *resistência* – que reflectiam o declínio do regime político anterior, pelo qual foram afectados – como *O Mal-Amado* de Fernando Matos Silva e *Índia* por António Faria (1972), *Sofia e a Educação Sexual* de Eduardo Geadá e *Cartas na Mesa* de Rogério Ceitil (1973), ou *Brandos Costumes* (1972-74) de Alberto Seixas Santos. António Reis concluiu a impressionante média metragem sobre *Jaime* (1974), Manoel de Oliveira transpôs *Benilde ou a Virgem-Mãe* (1975), segundo José Régio.

Ana Luísa GUIMARÃES

Nasceu em Lisboa, 1956. Frequentou o Instituto Superior de Economia, e fez o Curso da Escola Superior de Cinema (1984). Profissional desde 1979, em anotação e montagem de séries televisivas ou longas metragens. A sua curta metragem de estreia, *O Visitante* (1984) recebeu o Prémio do Instituto Português de Cinema. Membro fundador de Trópico Filmes (1985), e responsável pela produção de *Uma Rapariga no Verão* (1986) ou *O Sangue* (1989). Professora de Montagem na Escola de Cinema desde 1986. Em 1991, realizou e produziu a ficção longa *Nuvm*.

Diogo INFANTE

Nasceu em Faro, 1967. Foi guia-intérprete (Algarve); estadia em Londres. Em 1989, tornou-se encenador, actor de teatro e telenovelas. Participou em *Nuvm* (1991), *Adeus Princesa* (1992), *Amor e Alquimia* (1992), *Encontros Imperfeitos* (1993), *3 Palmeiras* (1993), *Sinais de Fogo* (1995), *Vacances Bourgeoises* (1995), *Mortinho por Chegar a Casa* (1996), *Fátima* (1997), *A Sombra dos Abutres* (1997), *Tentação* (1997), *História Sem Interesse* (1998), *Pesadelo Cor-de-Rosa* (1998) – com dotes de galã e um inglês fluente – ou *Fuga* (1999).

Joaquim LEITÃO

Nasceu em Lisboa, 1956. Curso de Montagem da Escola Superior de Cinema (1979). Actor em *Um S Marginal* (1981), *Do Outro Lado do Espelho/Atlântida* (1985), *Uma Rapariga no Verão* (1986), *O Fio do Horizonte* (1993), *Sinais de Fogo* (1995) ou *Jaime* (1998). Colaborou nos diálogos de *Adeus Princesa* (1992). Realizou: *Duma Vez Por Todas* (1986), *Ao Fim da Noite* (1991), *Uma Vida Normal* (1993), *Adão e Eva* (1995) ou *Tentação* (1997) e o documentário *Uma Cidade Qualquer* (1993). Para televisão, dirigiu filmes das séries *Fados* (1988) e *Coup de Foudre* (1990).

Maria de MEDEIROS

Nasceu em Lisboa, 1965.

Filha de António Victorino d'Almeida, é a actriz portuguesa com maior carreira internacional. Estimada em sucessos americanos (*Henry e June* – 1990, *Pulp Fiction* – 1994). Entre nós, desde *Silvestre* (1981), destacam-se *Retrato de Família* (1991), *Paraíso Perdido* (1992) ou, sobretudo, *A Idade Maior* (1990), *Três Irmãos* (1993) – que lhe valeu a Coppa Volpi, em Veneza – e *Adão e Eva* (1995). As expectativas como realizadora – postas em *A Morte do Príncipe* (1991) – concretizam-se com *Capitães de Abril* (1999).

João César MONTEIRO

Nasceu na Figueira da Foz, 1939.

Frequentou a London School of Film Technique. Foi crítico. Autor do livro *Morituri Te Salutant* (1974). Um talento irreverente, mordaz, realizou as longas metragens *Fragmentos de Um Filme-Esmola/A Sagrada Família* (1972), *Que Farei Eu Com Esta Espada?* (1975), *Veredas* (1977), *Silvestre* (1981), *À Flor do Mar* (1986), *Recordações da Casa Amarela* (1989), *O Último Mergulho/A Água* (1992), *A Comédia de Deus* (1995) e *Le Bassin de J.W.* (1997), também protagonista, preparando *As Bodas de Deus* (1999).

Tino NAVARRO

Nasceu em Vila Flor, 1954. Emigrante em Paris (1969). Trabalhou na Cinegra (1972). Em Lisboa desde 1982, como técnico de cinema, dedica-se a uma rigorosa produção de longas metragens, através da MGN (1987); também actor eventual. Destacam-se: *A Mulher do Próximo* (1988), *Os Cornos de Cronos* (1990), *Amor e Dedinhos de Pé* (1991), *Retrato de Família* (1991), *A Força do Atrito* (1992), *Uma Vida Normal* (1993), *Adão e Eva* (1995), *Sinais de Fogo* (1995), *Adeus, Pai* (1996), *Tentação* (1997), *Zona J* (1998), *Camarate – A Investigação* (1999).



As imagens com um roteiro

Com o 25 de Abril, o cinema conquistou novas dimensões e, organizado em unidades de produção (do IPC) ou cooperativas (CPC, Cinequanon, Cinequipa ou Grupo Zero), procurou outras incidências, com propósitos de *intervenção directa*. Colectivo dos Trabalhadores da Actividade Cinematográfica, *As Armas e o Povo* (1974-75) é referencial. Em 1975, Manuel Guimarães assinou um profético *Cântico Final*.

Então, António de Macedo regressou com *O Princípio da Sabedoria*, José Fonseca e Costa exorcizou *Os Demónios de Alcácer-Kibir*, Luís Couto iniciou-se em *Lerpar*. Quando João César Monteiro interrogava *Que Farei Eu Com Esta Espada?*, Rui Simões brandia os dogmas do Estado Novo – *Deus, Pátria, Autoridade*. Em 1976, os anos '40 surgiam com *As Ruínas no Interior*, por José de Sá Caetano; António da Cunha Telles propôs *Continuar a Viver*.

Reis & Margarida M. Cordeiro transfiguraram *Trás-os-Montes* que, em 1977, Monteiro

O Princípio da Sabedoria, de António Macedo, 1975. Fotografia cedida pelo ICAM.



Os Demónios de Alcácer-Kibir, de José Fonseca e Costa, 1975. Fotografia cedida pelo ICAM.

prosseguiu por *Veredas*. Geada ritualizou *A Santa Aliança*, num contexto político em que Luís Filipe Rocha expôs *A Fuga*, e que Luís Galvão Teles recriou n'*A Confederação*. Arthur Duarte despediu-se com *Recompensa*, segundo Ramada Curto. Documentários marcantes: *A Lei da Terra* pelo Grupo Zero, *Gente do Norte* de Leonel Brito.

Em 1978, Oliveira fez a terceira versão do *Amor de Perdição*, Artur Semedo satirizou fenomenal *O Rei das Berlengas*. Três apresentações em 1979: João Mário Grilo na intimidade com *Maria.*, Monique Rutler e *Velhos São os Trapos* em contexto sociológico, Teixeira da Fonseca insistindo na comédia com *O Diabo Desceu à Vila*. Macedo reinventou *O Príncipe Com Orelias de Burro*, a partir de Régio.

Novas década e vitalidade trouxeram Fonseca e Costa com *Kilas*, o *Mauda Fita*, L. F. Rocha em *Cerromaior* de Manuel da Fonseca, Lauro António em *Manhã Submersa* de Vergílio Ferreira. Em 1981, Oliveira desvendou Camilo Castelo Branco, em *Francisca*; João Botelho rela-

António REIS

Nasceu em Valadares, 1927; faleceu em 1991. Estudos secundários. Formação autodidacta em Belas-Artes; escritor (*Poemas Quotidianos* – 1957-67). Sócio do Cine-Clube do Porto, colaborou em *Auto da Floripes* (1959). Assistente de *O Acto da Primavera* (1962), fez os diálogos de *Mudar de Vida* (1966). Voltou ao cinema em 1974 com *Jaime*, seguindo-se *Trás-os-Montes* (1976), *Ana* (1982) e *Rosa de Areia* (1989) com Margarida Martins Cordeiro. Figurou em *Um Adeus Português* (1985) ou *Matar Saudades* (1987). Professor da Escola de Cinema.

Luís Filipe ROCHA

Nasceu em Lisboa, 1947. Actor, dramaturgista e director no Grupo Cénico da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa (1967-71). Intérprete desde *O Recado* (1971). Trabalhou no Brasil (1974). Para o Núcleo de Produção do Instituto Português de Cinema, realizou *Barronhos – Quem Teve Medo do Poder Popular?* (1975); na Prole Filme, *A Fuga* (1977). Seguiram-se *Cerromaior* (1980), *Sinais de Vida* (1984), *Amor e Dedinhos de Pé* (1991 – em Macau), *Sinais de Fogo* (1995) e *Adeus, Pai* (1996), *Camarate – A Investigação* (1999).

Henrique Espírito SANTO

Nasceu em Queluz, 1931. Curso comercial. Dirigente cineclubista (1954). Crítico de cinema (1955). Técnico de produção da Unifilme (1966). Director de produção do Centro Português de Cinema (1972). Membro fundador da Cinequanon (1974) e da Prole Filme (1976). Membro do Núcleo de Produção do Instituto Português de Cinema (1975). Professor da Escola de Cinema (1978-80), e de Introdução ao Cinema na Universidade Nova (1991). Director de produção desde 1967 e, a partir de 1971, responsável por dezenas de longas metragens.

Alberto Seixas SANTOS

Nasceu em Lisboa, 1936.

Frequentou a Faculdade de Letras (Ciências Histórico-Filosóficas), o Instituto de Filmologia da Sorbonne (Paris) e a London School of Film Technique. Crítico de cinema. Fundador do Grupo Zero. Professor da Escola Superior de Cinema. Foi Presidente do Instituto Português de Cinema e Director de Programas da Radiotelevisão Portuguesa. Realizador das longas metragens: *Brandos Costumes* (1974), *A Lei da Terra* (1976 – colectivo), *Gestos & Fragmentos* (1982), *Paraíso Perdido* (1992), *Mal de Nós* (1999).

Fernando Matos SILVA

Nasceu em Vila Viçosa, 1940.

Frequentou a Faculdade de Economia de Lisboa. Bacharelado pela London School of Film Technique (1965).

Professor do Curso de Cinema do Exército; filmes militares na Guiné (1969) e Angola (1970). Membro-fundador do Centro Português de Cinema (1969), realizou *O Mal-Amado* (1972); dirigente da Cinequipa e da Fábrica de Imagens (1988). Séries e programas para televisão. Outros filmes: *Argozelo* (1977), *O Meu Nome É...* (1978), *Acto dos Feitos da Guiné* (1980), *Guerra do Mirandum* (1981), *Ao Sul* (1993), *A Luz Submersa* (1999).

Leonor SILVEIRA

Nasceu em Lisboa, 1970. Liceu de Cascais, Charles Lepierre; Universidade Lusíada (licenciatura em Relações Internacionais – 1995). Prima de Beatriz Batarda. Assessora do Ministro da Cultura (1997). Favorita de Manoel de Oliveira: *Os Canibais* (1988), *Non ou a Vã Glória de Mandar* (1990), *A Divina Comédia* (1991), *Vale Abraão* (1993), *O Convento* (1995), *Party* (1996), *Viagem ao Princípio do Mundo* (1997), *Inquietude* (1998). Outros filmes: *Retrato de Família* (1991), *Aqui na Terra* (1993), *3 Palmeiras* (1994), *Porto Santo* (1997).

cionou Fernando Pessoa e Mário de Sá-Carneiro numa *Conversa Acabada*. Monteiro reflectiu o imaginário em *Silvestre*, Galvão Teles parodiou *A Vida É Bela?!*

Um imaginário nas origens

Em 1982, Reis & Cordeiro sondaram os signos matriciais com *Ana*, Seixas Santos visou a revolução em *Gestos & Fragmentos*. Fonseca e Costa exibiu *Sem Sombra de Pecado*, Oliveira sigilou *Visita ou Memórias e Confissões*. Mário Zambujal narrou *Crónica dos Bons Malandros* por Fernando Lopes, Grilo emancipou-se com *A Estrangeira*. Lisboa transpareceu como *A Cidade Branca/Dans la Ville Blanche* por Alain Tanner.

Um ano depois, crónicas marginais deram *Jogo de Mão* a Rutler, vincadas em *Vidas* por Cunha Telles. Em 1984, António-Pedro Vasconcelos logrou sucesso com *O Lugar do Morto*, Jorge Brum do Canto despediu-se com *O Crime de Simão Bolandas*. Em 1985, *Um Adeus Portugêses* impôs a sensibilidade de Botelho, confir-

Kilas o Mau da Fita, de José Fonseca e Costa, 1980. Fotografia cedida pelo ICAM.





A Idade Maior, de Teresa Villaverde, 1990.
Fotografia cedida pelo ICAM.

mando o nosso cinema como uma história de filmes e personalidades.

Assim, *Le Soulier de Satin* cumoulou Oliveira, com o Leão de Ouro no Festival de Veneza; no ano seguinte, explorou *O Meu Casol/Mon Cas* – enquanto Joaquim de Almeida irrompia como *Repórter X* de José Nascimento, e *Duma Vez Por Todas* forjou as expectativas do também estreante Joaquim Leitão. Fonseca e Costa transpôs *Balada da Praia dos Cães*, segundo José Cardoso Pires.

Singularmente, o potencial duma novíssima geração configurou-se entre o enraizamento e a modernidade, a par com os mais amplos desafios audiovisuais duma comunhão europeia. Em 1987, José Álvaro Morais transpareceu *O Bobo*, Joaquim Pinto abordou as emoções adolescentes com *Uma Pedra no Bolso*. Botelho sublimou a ética dickensiana, *Tempos Difíceis* em estético preto-e-branco.

Quanto aos veteranos, Semedo reincidiu na comédia, sendo Herman José *O Querido Lilás*. Macedo ousou o fantástico n'Os *Abismos da*

Rui SIMÕES

Nasceu em Lisboa, 1944. Estudos liceais. Pacote, agente publicitário e empresário musical. Em Paris (1966), Bruxelas (1967: École Ouvrière Supérieure, Universidade Livre – História; 1970 – Institut des Arts de Diffusion – Realização), Itália, Alemanha. No pós-25 de Abril, fundou a VirVer. Brasil (1982); EUA (1983 – seminários na Cornell University e Harvard University). Dedicou-se ao vídeo; coordenou *Imagens* na Expo'98. Realizou *Deus, Pátria, Autoridade* (1975), *São Pedro da Cova* (1976) e *Bom Povo Português* (1980).

Luís Galvão TELES

Nasceu em Lisboa, 1945. Licenciado em Direito (1967). Paris: Institut de Formation Cinématographique (1968). Membro do Centro Português de Cinema/CPC, da Cinequanon (1974), da Filmform (1978), da Action! (1986), da Fado Filmes (1998). Produções externas para a televisão. Realizou as longas metragens de ficção: *A Confederação* (1977), *A Vida É Bela.?!* (1981), *Retrato de Família* (1991), *Elas* (1997). Outros filmes: *Entremez Famoso Sobre Da Pesca no Rio Minho* (1974), *Liberdade Para José Diogo* (1975). Produtor de *Jaime* (1999).

António-Pedro VASCONCELOS

Nasceu em Leiria, 1939. Frequentou a Faculdade de Direito de Lisboa (1957) e o Curso de Filmologia da Sorbonne (1961-63). Membro do Centro Português de Cinema (1969), da V.O. Filmes e da Opus Filmes. Chefe de redacção do *Cinéfilo* (1973), professor de Montagem da Escola de Cinema (1978). Documentarista (*Adeus, Até ao Meu Regresso* – 1974, *Emigr/Antes... E Depois?* – 1976). Coordenador do Secretariado para o Audiovisual. Realizou: *Perdido Por Cem...* (1972), *Oxalá* (1980), *O Lugar do Morto* (1984), *Aqui d'El Rei!* (1991), *Jaime* (1999).

Teresa VILLAVERDE

Nasceu em Lisboa, 1966. Actriz e encenadora do Grupo de Teatro da ESBAL (1982-85). Escreveu o argumento *A Corte do Norte* (1988), projecto de José Álvaro Morais. Com uma sensibilidade contida, um olhar maduro e perturbante, realizou *A Idade Maior* (1990), *Três Irmãos* (1994), *O Amor Não Me Engana* (1996) e *Os Mutantes* (1998). Foi actriz em *À Flor do Mar* (1986); colaborou em *O Desejado* (1987 – anotação), *Serenidade* (1989 – montagem), *Filha da Mãe* (1990 – argumento) e *Vertigem* (1991 – assistente). Participou em *Imagens* na Expo'98.

Meia Noite, Paulo Rocha encenou a política com *O Desejado*. Em 1988, a mística de Fernando Pessoa expandiu-se pel'*A Mensagem* de Luís Vidal Lopes, Fonseca e Costa abordou artifícios sociais com *A Mulher do Próximo*. Em génio e sátira, Oliveira exaltou o filme/ópera por *Os Canibais*.

Entre a história e o mundo

De 1989, apenas estreou comercialmente *Um Crime de Luxo* por Semedo. Reis & Cordeiro sagraram a magia em *Rosa de Areia*, Pinto fixou *Onde Bate o Sol* nos riscos da puberdade. Em Cabo Verde, António Faria rodou *Os Flagelados do Vento Leste*. Em 1990, Teresa Villaverde restaurou emocionantes memórias de infância, n' *A Idade Maior*. Eduardo Guedes dirigiu *Na Pele do Urso/The Bear Skin* em co-produção inglesa, Fonseca e Costa questionou desejo/virilidade com *Os Cornos de Cronos*.

Perturbante ritual de iniciação/fraternidade fundiu *O Sangue* de Pedro Costa, enquanto César Monteiro perverteu com ironia as *Recordações da Casa Amarela*. O elã histórico percorreu *Non ou A Vã Glória de Mandar* por Oliveira, até à Guerra Colonial; e fixou *O Processo do Rei* de Grilo, sobre Afonso VI. Em 1991, as sequelas

continentais das campanhas africanas sulcaram *Aqui d'El Rei!* por Vasconcelos.

Nestoutro ano prolífico, Ana Luísa Guimarães incidiu pelas margens da adolescência, com *Nuvem*. Galvão Teles ilustrou *Retrato de Família*, Oliveira recriou *A Divina Comédia*, Leitão viajou *Ao Fim da Noite* lisboeta, L. F. Rocha concretizou em Macau *Amor e Dedinhos de Pé*. Já em 1992, Oliveira surpreendeu o suicídio de Camilo, n' *O Dia do Desespero*.

António Campos voltou em *Terra Fria*, segundo Ferreira de Castro. Pedro M. Ruivo obscureceu *A Força do Atrito*, que cintilou n' *O Ar* com *O Dia dos Meus Anos* de Botelho; primeiro da série *Os Quatro Elementos*, assim reconvertidos: *O Fogo* por Pinto, *Das Tripas Coração*; *A Água* por Monteiro com *O Último Mergulho*, *A Terra* de Grilo sobre *O Fim do Mundo*, já em 1993.

Botelho voltou *Aqui na Terra*, cujo recorte expiatório Jorge Marecos Duarte expandiu, por *Encontros Imperfeitos*. Matos Silva contemplou *Ao Sul*, Oliveira aprofundou *Vale Abraão* sobre

Aqui d'El Rei, de António Pedro Vasconcelos, 1991.
Fotografia cedida pelo ICAM.





Rio do Ouro, de Paulo Rocha, 1998.
Fotografia cedida pelo ICAM.

Agustina Bessa-Luís. Jorge António encontrou *O Miradouro da Lua* em Angola, Solveig Nordlund testemunhou *Até Amanhã*, Mário na Madeira, sobre a sobrevivência infantil; em 1994, Pedro Costa descobriu *Casa de Lava* em Cabo Verde.

Entretanto, Geada revisitara uma mítica *Passagem Por Lisboa*, crepuscular para Lopes n' *O Fio do Horizonte*; fatídica com *Três Irmãos* de Villaverde, já patética sobre *A Caixa* de Oliveira. Tendo anexado *Zéfiro* de Álvaro Morais, Lisboa 94 animou o ecrã em múltiplas perspectivas: *Uma Cidade Qualquer* para Leitão, nela viu Botelho *3 Palmeiras*; Edgar Pêra imaginou *Manual de Evasão*, Guedes preferiu uma nocturna *Pax*.

Futuro, o destino mutante

Wim Wenders trouxe um olhar estrangeiro em *Viagem a Lisboa/Lisbon Story* – apresentado em Cannes, 1995, onde Oliveira desvendou *O Convento*. Leitão logrou sucesso original com *Adão e Eva*, Joaquim Sapinho em *Corte de*

Cabelo; Monteiro prosseguiu *Recordações* com *A Comédia de Deus*. Luís Rocha fez *Sinais de Fogo* sobre Jorge de Sena e, em 1996, transfigurou memórias de infância em *Adeus, Pai*.

Nesse ano, Fonseca e Costa filmou *Cinco Dias, Cinco Noites* segundo Manuel Tiago/Álvaro Cunhal, e Grilo voltou *Os Olhos da Ásia* em quatrocentos anos de história. *Ma's Sin* de Saguenail e *Mortinho Por Chegar a Casa* de Carlos da Silva & George Sluizer exorcizaram fantasmas de cinefilia e humor, enquanto Oliveira ironizou a comédia romântica com *Party* nos Açores.

Em 1997, Monteiro voltou à saga de João de Deus em *Le Bassin de J.W.*, José Carlos de Oliveira reviu a história com *Inês de Portugal*; Galvão Telles fez *Elas* em co-produção europeia, Fernando Vendrell tratou de *Fintar o Destino* em Cabo Verde – tal como Francisco Manso com *O Testamento do Senhor Napumoceno*. Vicente Jorge Silva lançou-se em *Porto Santo*, Leitão caiu em *Tentação*, Pedro Costa desnudou *Ossos*, estando Oliveira numa *Viagem ao Princípio do Mundo*.

Em 1998, com Oliveira em *Inquietude*, Margarida Gil trouxe *O Anjo da Guarda*; Grilo filmou *Longe da Vista*, por onde ressaltam *Os Mutantes* de Teresa Villaverde, em *Zona J* de Leonel Vieira. Fernando Fragata explorou um *Pesadelo Cor-de-Rosa* e Bruno de Almeida esteve *Em Fuga* por Nova Iorque. Paulo Rocha dramatizou *O Rio do Ouro*, e João Canijo palmilhou *Sapatos Pretos*, tendo Botelho caricaturado *Tráfico*.

Já em 1999, Manuela Viegas levou *Glória* ao Festival de Berlim, Oliveira é especial em Cannes com *A Carta*. António-Pedro Vasconcelos percorreu o Porto marginal com o jovem *Jaime*, e Manuel Mozos perdeu-se de amores... *Quando Troveja*. Um ciclo se encerra agora, com a rodagem de *Capitães de Abril* por Maria de Medeiros – a mais cara produção até hoje montada entre nós (cerca de 900.000 contos), um projecto que a actriz sonhou e por que lutou, como realizadora, ao longo destes anos '90.

Fotografia e fotógrafos, antes e depois da Revolução do 25 de Abril

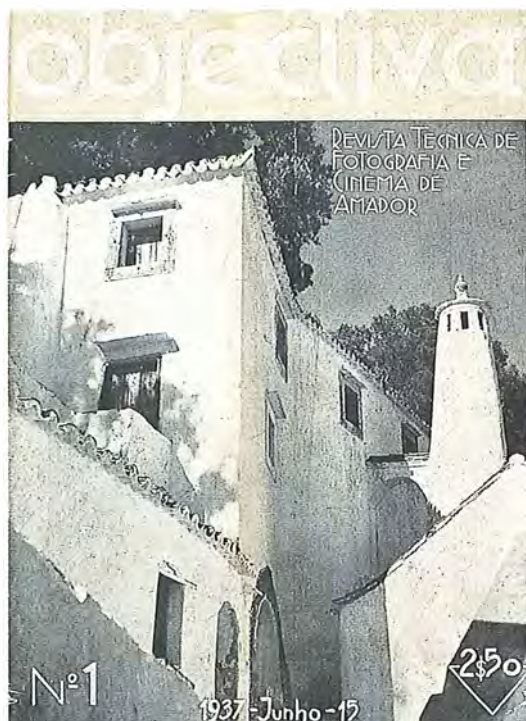
M.^a Teresa Siza

TAMBÉM EM PORTUGAL A FOTOGRAFIA VIVEU, NO início do século, a sua história de autonomia e exigência artística; serviu-se dos Modernistas e foi usada por eles. Assim, ainda antes da segunda década, os fotógrafos tendiam a pôr de lado o naturalismo e o pictorialismo, que tinha sido a primeira etapa de afirmação da fotografia como arte. Também aqui o mercado, reagindo favoravelmente às intenções do programa modernista, ia substituindo o desenho e a pintura pela fotografia; dá-se o grande passo da fotografia para se tornar imagem indispensável da comunicação social.

A subordinação da fotografia à pressão do Estado dos anos 30 tem estes antecedentes legitimadores. Resultava do efeito inevitável do seu papel primeiro na propaganda e na publicidade, tanto mais precioso porque a fotografia desen-



As corporações definiam a vida associativa existente e eram responsáveis pela criação de exposições. Salões e concursos eram controlados pelo Grémio Português de Fotografia. A revista *Objectivo* (1937-45) era quase um órgão do Estado. Centro Português de Fotografia, Porto.



A sujeição dos grandes fotógrafos ao Estado Novo não foi um exclusivo de Portugal ou Espanha. Ditaduras e democracias usaram a fotografia como propaganda, já que a crise dos anos 30, permitiu um incomensurável crescimento do poder do Estado. Centro Português de Fotografia, Porto.

volvera a técnica da sugestão e é pela mão de Modernistas que ela se compromete com a propaganda dos regimes.

De facto, António Ferro, intelectual actualizado, orienta as primeiras intervenções maciças da imagem fotográfica na propaganda do regime português, saído da ditadura militar de 1926. Seguiu o modelo fascista que tinha observado em Itália em 1932, para comemorar os dez anos da marcha vitoriosa de Mussolini (aliança do texto de propaganda ao *design*, belas-artes e fotografia). Na Exposição do Parque Eduardo VII, em 1934, Ferro dirige a encenação da exposição sobre os antecedentes da revolução de 28 de Maio, mostrando séries de fotografias de Benoliel do período republicano, ampliações acompanhadas de bom grafismo, mas seleccionando greves, motins e desastres, numa sequência negativa, na qual a revolução de 28 de Maio aparecia como flagrante hipótese de salvação.

A lição de propaganda de António Ferro foi decisiva; a fotografia passou a ter encomendas de Estado; é bem conhecida a encomenda a Domingos Alvão, para fazer a cobertura, em exclusivo, da Exposição Colonial do Porto de 1934.

Não pode dizer-se que a sujeição dos grandes fotógrafos ao Estado Novo fosse um exclusivo de Portugal, ou da Península. Ditaduras e democracias usaram a fotografia como propaganda, para bem e para mal, já que os anos trinta, de crise internacional saída do desastre de Wall Street, permitiram o incomensurável crescimento do poder do Estado. Não estar com o Estado era estar contra ele. Aqui como noutros casos. Goebbels e o seu Ministério da Propaganda instituíram o que predominará em regimes antidemocráticos: deixou utilizar o Modernismo Fotográfico, pervertendo-lhe o sentido através de novos conteúdos, e utilizou, como já fizera Mussolini, as formas estéticas da fotografia revolucionária russa, nomeadamente nas suas campanhas de produção.

Da Alemanha hitleriana vem também um modelo que terá grande influência no crescimento da fotografia de autor, o registo temático em livro, utilizado pelo maior fotógrafo do regime, Paul Wolff, o que exigia uma técnica rigorosa e apurada. Os seus temas farão eco no Salonismo português, pitorescos e com vários tipo de expressão da beleza intemporal, com acentuada incidência na juventude e na infância. Em 1934, além dos álbuns da Exposição Colonial Portuguesa, surge também, no país, o *Portugal 1934*, pub. do Secretariado da Propaganda Nacional. No Álbum de 1940 integram-se os grandes fotógrafos, alguns vindos do republicanismo, Mário e Henrique Novaes, San Payo, Judah Benoliel, Ferreira da Cunha, Silva Nogueira, produção do estúdio de Alvão. Mostrando a viagem presidencial às colónias (1938-39), fazem-se 5 volumes com fotografias – de resto inovadoras – de Marques da Costa. Ori-

entar os projectos fotográficos para publicação em livro era também uma forma de aproximação ao regime, e no país pratica-se muito cedo.

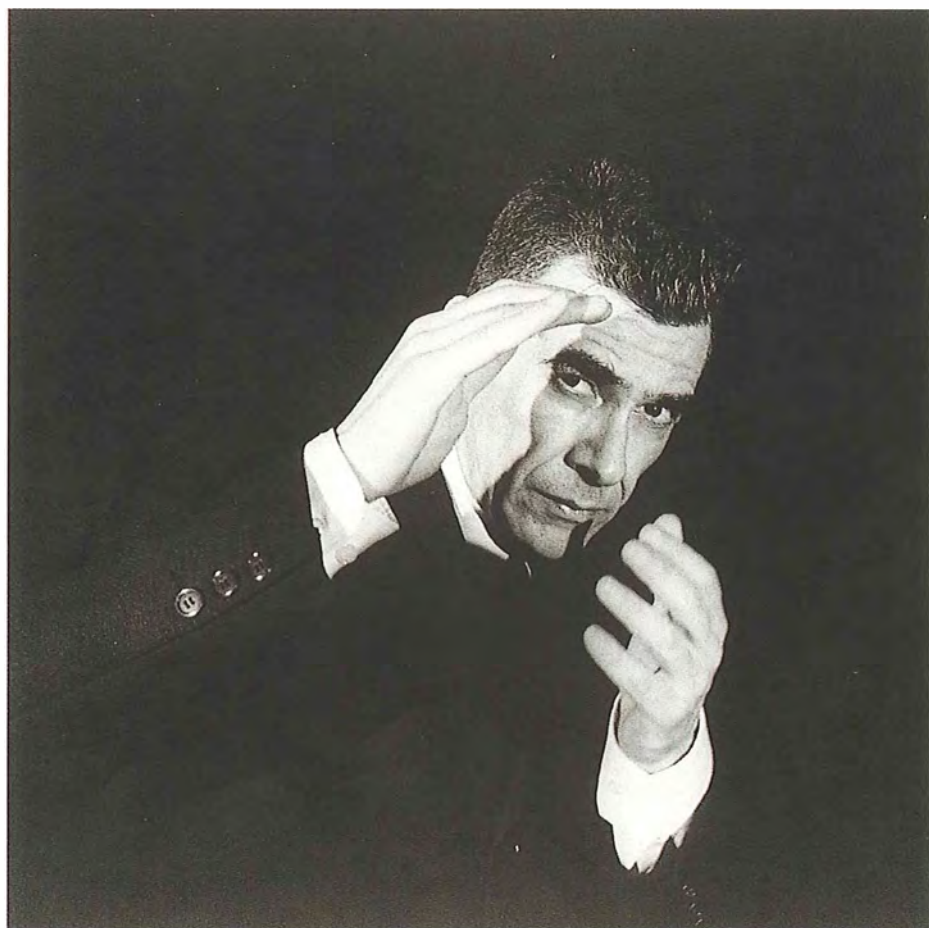
Por outro lado, os Salões, onde expunham membros dos amadores liberais – ou profissionais com selecções artísticas – eram de certo modo idênticos nas intenções aos foto-clubes franceses e, tal como eles, mantinham-se ainda em plena rotina nos anos 60. Girando toda a vida associativa enquadrada pelas corporações, são estas que facilitam a criação de exposições, surgindo também concursos fotográficos submetidos a júris compostos de fotógrafos e artistas, habitualmente ligados ao regime. De resto, tanto os salões como os concursos eram controlados pelo Grémio Português de Fotografia, inserindo-se portanto no sistema corporativo. Quase órgão do Estado era a revista *Objectiva* (1937-1945).

Neste contexto toda a criatividade fotográfica surge à margem e marginalizada. É o caso da exposição do pintor e fotógrafo surrealista Fernando Lemos na Casa Jalco (1952), que incluía 55 imagens extraordinárias e retratos de artistas lisboetas, como António Pedro, Casais Monteiro, Alexandre O'Neil, Vieira da Silva, Jorge de Sena, Cardoso Pires e outros. Pela mesma altura a nova revista *Plano Focal* mostrava imagens de Fernando Lemos, Man Ray, E. Weston, Herbert List e outros inovadores, mas controlava o excesso de ousadia com fotografias de Rosa Casaco, um dos mais persistentes fotógrafos salonistas, que pertencia à Pide e, nesses anos cinquenta, tirará várias fotografias de Salazar na intimidade.

O grande acontecimento fotográfico dos anos 50, quase a acabar a década, é uma experiência isolada, a exposição de Victor Palla e Costa Martins *Lisboa, Cidade Triste e Alegre*, em 1958, em Lisboa e no Porto.

Os anos 50 são os do impacto da *fotografia subjectiva* alemã; em Itália dominam as vanguardas conceptualistas contra uma pertinente





À indeterminação dos finais dos anos 70, sucedem os criativos anos 80. Fotógrafos saídos do fotojornalismo, do espaço da imprensa e das jovens e hesitantes escolas de fotografia, ou ainda regressados do estrangeiro, constituem uma nova geração de fotógrafos portugueses. De entre eles destacam-se nomes como Paulo Nozolino e Jorge Molder. Fotografia de Jorge Molder. Centro Português de Fotografia, Porto.

O grande acontecimento fotográfico dos anos 50 é a exposição *Lisboa Cidade Triste e Alegre* da autoria de Victor Palla e Costa Martins em 1958. Fotografia de Victor Palla. Centro Português de Fotografia, Porto.

fotografia neo-realista, e em 1956 William Klein publica o seu *New York*, iniciando a revolução da forma fotográfica e o seu definitivo corte com a pintura: será o *acto de ver*; o núcleo expressivo da imagem. Impõe-se transformar a realidade sem a deformar, afirmava e demonstrava Minor White na sua recente revista *Aperture*.

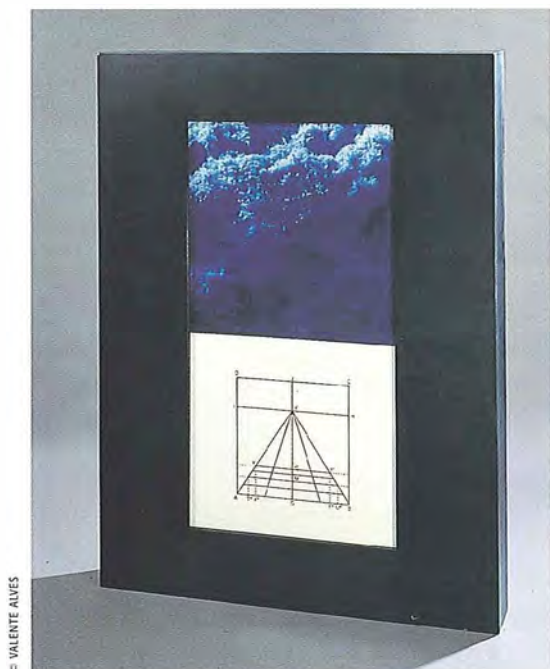
1956 é o ano em que Victor Palla e Costa Martins iniciam a sua experiência fotográfica, levantando imagens de Lisboa. Expõem o trabalho final no mesmo ano em que surge *Os Americanos* de Robert Frank (Delpire, Paris, 1958), a obra que será o guião das gerações seguintes.

Tudo isso se encontra na *Lisboa, Cidade Triste e Alegre*; não se trata de fotografias felizes, intimistas ou apenas inesperadas: é um projecto revolucionário, que desdobrava todas as vertentes então experimentadas e ainda por experimentar: um modo de apresentar um outro real, tão dinâmico e mutante como a própria vida, onde cabe toda a realidade visionada, a opacidade, o fragmento, o inacabado, o tremido, indícios da descoberta de que a máquina fotográfica pode reproduzir essa realidade fluida e imprecisa que os olhos humanos vêem.

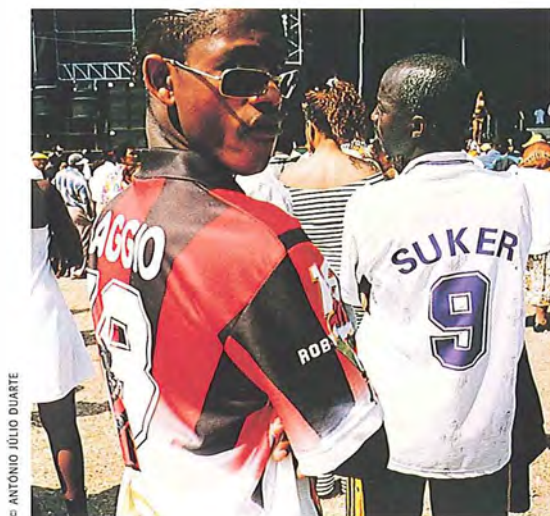
O que poderia ter sido uma revolução na fotografia portuguesa foi recebido com indiferença e incompreensão. Duas exposições, uma publicação por assinaturas interrompida. Pioneiros de muita coisa, compreendidos por uma geração portuguesa da nova fotografia, que hoje se interpreta como vanguarda, Carlos Calvet, Gérard Castello-Lopes, Victor Palla, Costa Martins, Jorge Guerra teriam de esperar pelos anos 80 para serem *descobertos* e servirem de influência maior para a fotografia portuguesa saída do 25 de Abril.

De facto, à fotografia militante, suporte de manifestações cívicas e militares que a democracia reintroduz, o fotojornalismo e o documentalismo português encontram o seu verdadeiro carácter de denúncia e chamada de atenção que até então lhe tinha sido vedado; novos espaços começam a surgir, nos jornais, nomeadamente no *Expresso*, galerias, festivais de fotografia (Encontros de Coimbra, Braga, Porto, Vila Franca de Xira). Cursos médios e superiores de fotografia, de iniciativa cooperativa ou privada, travam a sua luta para a oficialização. O público que acorre à verdadeira escola pedagógica do olhar, que são os festivais e a Galeria *Ether*, em Lisboa, está mais livre e mais atento: ainda em 1973 a retrospectiva de Bill Brandt, na F.C.G., não tivera impacto e a crítica não a compreendera.

Às indeterminações dos finais dos anos 70 (*Alternativa Zero*, 1977-1978, *Seis Fotógrafos*,



© VALENTE ALVES



© ANTÓNIO JÚLIO DUARTE

1978, *Fotografia como Arte-A Arte como Fotografia*, 1979, e outras), sucedem os criativos anos 80. Fotógrafos saídos do fotojornalismo ou do espaço de imprensa, das jovens e hesitantes escolas de fotografia, outros que regressam do estrangeiro

onde tinham feito nome, artistas como Helena Almeida, constituem a nova geração de fotógrafos portugueses que ganha presença nos festivais de Coimbra, Braga e Porto; torna-se consensual que dois fotógrafos se afirmam como modelo, Paulo Nozolino e Jorge Molder, mas muitos dos jovens que vão constituir a geração de 90 – uma geração múltipla nas experiências e no reconhecimento público –, já estão presentes nos anos 80, Daniel Blaufuks, Luís Pavão, Valente Alves, José Afonso Furtado, Luís Palma, José Manuel Rodrigues, Mariano Piçarra, José Maças de Carvalho, Alfredo Cunha, Leitão Marques, Bruno Sequeira, António Júlio Duarte, Augusto Alves da Silva ou Inês Gonçalves. O fotojornalismo que cede muitos dos seus fotógrafos. Muitos deles frequentaram a ARCO, escola que se tornou o primeiro alfofre desta geração de autores.

A criação do Centro Português de Fotografia pelo Ministério da Cultura, desde 1997, vem dar corpo oficial a uma situação que se indiciava o crescimento um pouco desordenado de uma produção fotográfica, num país sem índice normal de compra de fotografias, com poucos e obscuros colecionadores, sem museu de fotografia. Apoio oficial à produção e divulgação, quer pela atribuição de apoios financeiros, bolsas, pela encomenda e compra fotográfica, pela organização de exposições, cursos ou pela instituição dos dois prémios, *Prémio Nacional* e *Prémio Pedro Miguel Frade*, não resolve, obviamente, os problemas de encomenda de uma nova geração de bons fotógrafos que não deixa de crescer. A fotografia portuguesa existe, vende a museus e outras instituições no estrangeiro, expõe um pouco por todo o mundo, tem valores em ascensão, vários cursos de fotografia oficiais e privados, festivais reconhecidos e outros que se afirmam, mas não tem ainda uma Escola Superior de Fotografia autónoma e poucas instituições privadas contribuem para a definição de um verdadeiro mercado fotográfico.

A década de 90 é marcada por uma geração multifacetada ao nível da experiência individual dos fotógrafos. É também a década do reconhecimento público. De destacar os nomes de Valente Alves e António Júlio Duarte. Centro Português de Fotografia, Porto.

Chovia em Santiago

A Breve Epopeia de Salvador Allende

M a r i a J o ã o M a r t i n s

Aquele cadáver que foi para a sepultura acompanhado por uma única mulher, que carregava consigo toda a dor do mundo, aquela gloriosa figura morta, ia crivada e despedaçada pelas balas das metralhadoras dos soldados do Chile, que mais uma vez tinham atraído o Chile.

Últimas palavras das memórias de Pablo Neruda

CHOVIA EM SANTIAGO DO CHILE. NESSA MANHÃ DE 11 de Setembro de 1973, o Presidente Salvador Allende, consciente da inevitabilidade da derrota, ainda pôde dizer aos microfones da Radio Magallanes: «Têm a força, podem dominar-nos, mas não se detêm os processos sociais nem com o crime nem com a força. A História é nossa e é feita pelos povos». Horas depois, era assassinado no seu gabinete do palácio presidencial, tornando-se a primeira das muitas vítimas dos dias e dos anos que se seguiram. Ao chegar ao poder o General Augusto Pinochet terminava, na América Latina, um sonho de justiça social, obstinadamente conduzido por Salvador Allende. Mas, pouco mais de seis meses depois deste golpe militar, a epopeia do povo chileno seria recordada nas ruas de Lisboa. Na tarde de 25 de Abril de 1974, os cidadãos da novíssima democracia retomaram o emblemático canto de vitória da longínqua Santiago: «O povo unido jamais será vencido», hino composto por Sergio Ortega. Allende e os seus partidários tornavam-se assim heróis do imaginário da revolução portuguesa.

«Por toda a parte onde estive, nos países mais distantes, os povos admiraram o presidente Allende e elogiaram o extraordinário pluralismo do nosso Governo», escreveu Pablo Neruda nas suas belíssimas memórias, *Confesso que Vivi*. «Jamais no historial da sede das Nações Unidas de Nova Iorque se ouviu uma ovação como aquela que o presidente do Chile

O cancionero da esperança

Estas são as letras de algumas das canções mais emblemáticas inspiradas pela vitória de Salvador Allende, no Chile. Algumas delas, como «*El pueblo unido jamas sera vencido*», foram *importadas* e adaptadas pelos revolucionários de Abril.

El pueblo unido jamas sera vencido

De pie, cantar
que vamos a triunfar.
Avanzan ya
banderas de unidad;
y tu vendrás
cantando junto a mi,
y así verás
tu canto y tu bandera florecer,
la luz, de un rojo amanecer,
anuncian ya la vida que vendrá

De pie, luchar
el pueblo va a triunfar,
será mejor la vida que vendrá
a conquistar nuestra felicidad,
y en un clamor
mil voces de combate se alzarán,
dirán, canción de libertad,
con decisión, la patria vencerá

Y ahora, el pueblo
que se alza en la lucha,
con voz de gigante
gritando adelante!
El pueblo unido jamás será vencido!

La patria está
forjando la unidad
de norte a sur se movilizará
desde el salar aediente y mineral
al bosque austral,
unidos en la lucha y el trabajo
irán, la patria cubrirán,
su paso ya anuncia el porvenir.

De pie, cantar,
el pueblo va a triunfar,
millones ya
imponen la verdad,
de acero son, ardiente batallón,
sus manos van
llevando la justicia y la razón,
mujer, con fuego y con valór,
ya estás qauí
junto al trabajador.

Sergio Ortega/Quilapayún



mereceu aos delegados de todo o mundo. Aqui, no Chile, estava a construir-se entre enormes dificuldades, uma sociedade verdadeiramente justa, bem assente na base da nossa soberania, do nosso orgulho nacional, do heroísmo dos melhores habitantes do Chile. Do nosso lado, do lado da revolução chilena, estava a Constituição e a lei, a democracia e a esperança».

O assassinato de Che Guevara em 1967 não pusera termo aos objectivos revolucionários nos países da América do Sul. Morto, o vencedor de Sierra Maestra tornava-se um ícone. Os índices de pauperismo justificavam-no.

No Chile, a figura de Salvador Allende vinha somando pontos ao longo das décadas. Nas presidenciais de 1958, apenas 35 mil votos o tinham separado do vencedor, o independente de

direita, Jorge Alessandri Rodríguez. Em 1964, obtinha cerca de 40% de votos. A direita, assustada com a possibilidade – real – da vitória de Allende, vota no candidato democrata-cristão, Eduardo Frei, em detrimento do seu próprio homem, Julio Durán.

Salvador Allende Gossens, nascido em Valparaíso (Chile) a 26 de Junho de 1908, cedo se dedicou a duas carreiras paralelas: a Medicina (em que se formou na Universidade do Chile) e a política, tornando-se uma referência da luta pela democracia e pela justiça social desde a década de 30, quando foi um dos fundadores do Partido Socialista do Chile, que se distanciava da orientação marcadamente pró-soviética do Partido Comunista.

Ao chegar ao presidencial Palacio de La Moneda em 1970, Salvador Allende adquirira já uma vasta experiência política. Ainda estudante na Escuela de Medicina fora preso por participação em «actividades revolucionárias». Seria depois deputado, secretário geral do Partido Socialista (desde 1942), senador pelas províncias mais a sul – Valdivia, Llanquihue, Chiloé, Aysén e Magallanes, presidente do Senado e candidato presidencial em 1952, 1958 e 1961, com os resultados que já referimos. Em 1970, fez uma campanha eleitoral exaltante. Testemunha-o Pablo Neruda, seu apoiante desde a primeira hora: «Enfrentando imensas manifestações de milhares e milhares de chilenos, mudando do automóvel para o comboio, do comboio para o avião, do avião para o barco, do barco para o cavalo, Allende cumpriu sem vacilar as jornadas daqueles meses esgotantes. Para trás ficavam, fatigados, quase todos os membros da comitiva. Mais tarde, já presidente eleito em funções, a sua implacável eficiência causou entre os colaboradores quatro ou cinco enfartes».

Venceremos

Desde el hondo crisol de la Patria
se levanta el clamor popular,
ya se anuncia la nueva alborada,
todo Chile comienza a cantar.

Recordando al soldado valiente
cuyo ejemplo lo hiciera inmortal,
enfrentemos primero la muerte,
traicionar a la patria jamás.

Venceremos, venceremos
mil cadenas habrá que romper,
venceremos, venceremos,
al fascismo sabremos vencer

Campesinos, soldados, mineros,
la mujer de la patria también,
estudiantes, empleados y obreros,
cumpliremos con nuestro deber.

Sembraremos las tierras de gloria,
socialista será el porvenir,
todos juntos haremos la historia,
a cumplir, a cumplir,
a cumplir

Sergio Ortega/Claudio Iturra

Nuestro Cobre

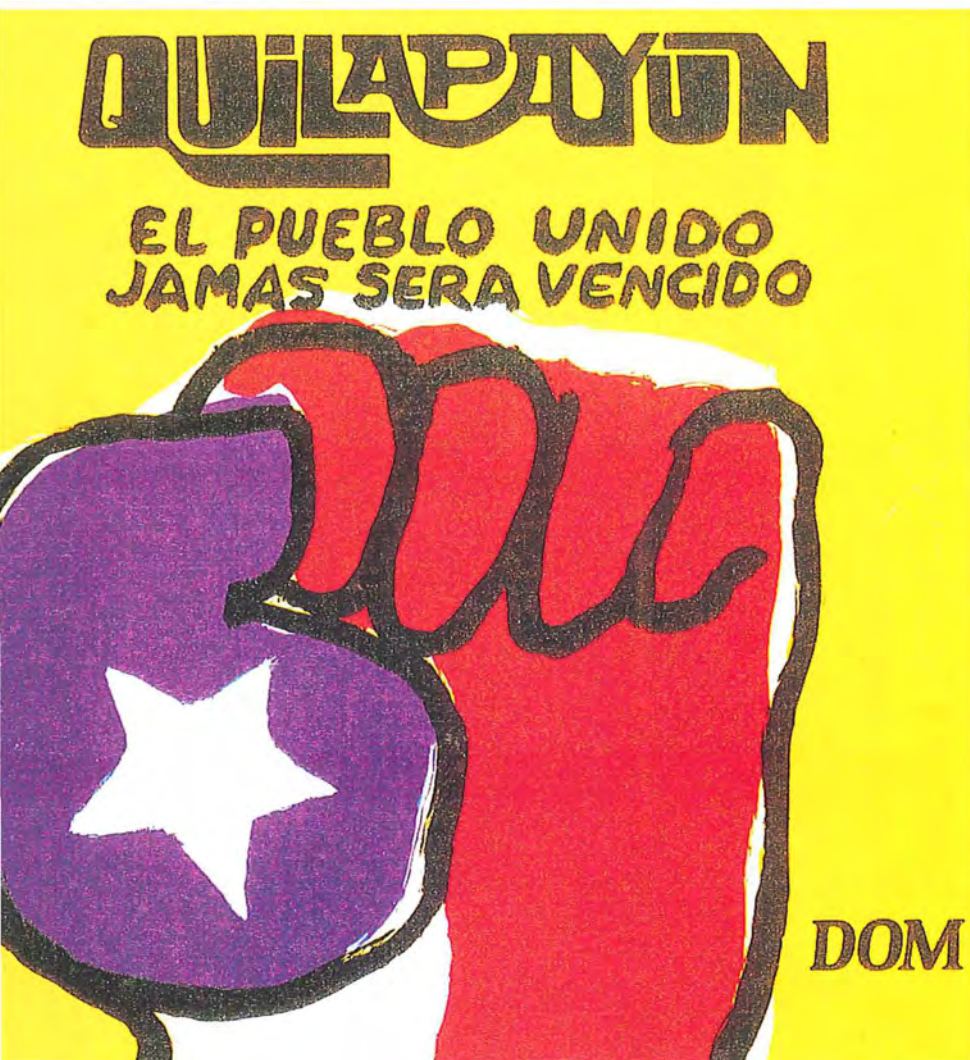
Nuestro cobre,
la carne de la pampa,
enclavado en la tierra colorada
que vive allá en el norte;
empapado de sol y de montaña,
motivo de los hombres
y mezclado con la sangre
y con el alma
de todo un pueblo pobre.

Nuestro cobre,
nacido entre los cerrs
y robado por manos extranjeras,
cambiado por dinero;
no era Chile
quien bebía de tu savía,
no eran los mineros,
y te hacían cañon
y te ponían
en contra de los pueblos.

Nuestro cobre,
ahora estás en casa
y la patria te recibe emocionada
con vino y con guitarras;
son tus dueños
los mismos que murieron
porque no te llevaran,
y de aquí ya no te mueven
ni con sables
ni tanques ni metralas.

Nuestro cobre,
la carne de la pampa,
enclavado en la tierra colorada
que vive allá en el norte;
como un niño que nunca imaginó
la dicha de ser hombre,
has vencido
para el bien de los chilenos,
ya no seremos pobres.
De tu fruto saldrá la vida nueva,
vendrán tiempos mejores,
para siempre el cobre
está en las manos
de los trabajadores.

Texto e Música: Eduardo Yañez



Capa do CD «El Pueblo Unido Jamas Sera Vencido», do grupo Quilapayún.

Baseado no apoio da coligação Unidade Popular (que unia vários partidos, entre os quais o Comunista de Neruda e o Socialista do próprio candidato), Allende tentou concretizar uma utopia: criar uma sociedade socialista num país subdesenvolvido, vigiada de perto por um parlamento multipartidário, em que pontificavam várias forças da direita tradicional. Nascia assim o movimento a que deu o nome de «via

chilena para o socialismo», a que alguns, mais irónicos, chamavam «*la revolución de empanada y vino*».

Allende foi muito longe na concretização das suas promessas eleitorais. Temerariamente longe, se quisermos. Na política externa, enfrentou as posições dos Estados Unidos e pôs em causa os seus muitos interesses no Chile. Numa visita oficial ao México, criticou a intervenção norte-americana no Vietname. As palavras não lhe chegaram, todavia. Allende passou aos actos, rompendo o boicote económico imposto à Cuba de Fidel. Em território chileno, reduziu substancialmente a forte participação de capitais *yankees* nas minas de cobre. Esta atitude para com o «grande polícia» do Norte contribuiria decisivamente para o desfecho trágico da «via chilena al socialismo» e do seu autor. Anos mais tarde, Richard Nixon, então presidente dos E.U.A, confessaria até que ponto as violências do golpe de Pinochet haviam contado com a cumplicidade e até com o apoio do governo norte-americano. Isto, num ano – 1973 – em que Nixon se dera ao trabalho de visitar a China e a União Soviética...

Na política interna, Allende enfrentou privilégios de séculos e combateu a miséria. Instituiu o meio litro de leite diário para as crianças carenciadas e a gratuitidade dos serviços médicos de urgência. Nacionalizou as minas de cobre e pôs sob o controlo do Estado boa parte da indústria. Distribuiu terras às cooperativas de camponeses. Mas as oligarquias estavam atentas...

A Guerra Económica

Ao longo de 1973, Salvador Allende ver-se-á confrontado com uma autêntica guerra económica. Reforçada a sua posição política – a Unidade Popular obtém a maioria absoluta na eleição municipal de 1971 e mais de 43% nas parlamentares de 1973, superando ampla-

mente os resultados obtidos nas presidenciais de 1970 –, será, no entanto, impotente face um crescendo de protestos e greves que ameaçam paralisar o país. Em El Teniente, Exocka e Chuquicamata os mineiros entram em greve prolongada. Em Junho, quando os grevistas organizam uma marcha sobre Santiago, os índices de produção de cobre já tinham descido cerca de 50% e representavam uma perda de 35 milhões de dólares nas finanças do Estado. Este exemplo será seguido pelos camionistas e pelos condutores de transportes públicos. A circulação de bens essenciais e combustíveis está gravemente ameaçada. A 30 de Agosto, colocado numa situação insustentável, o governo reage. Após expirado o prazo dum *ultimatum*, dissolve a confederação dos proprietários dos camiões, propondo a distribuição de veículos novos aos motoristas decididos a retomar imediatamente o trabalho. Mas o pão falta e as donas-de-casa desfilam, em Santiago, com panelas vazias, num protesto que se tornou mundialmente célebre.

No princípio de Setembro de 1973, quando Allende se prepara para comemorar como pode o terceiro aniversário da sua eleição, os marinheiros de Valparaíso entram em estado de alerta contra os seus oficiais, de quem – suspeita-se – poderá vir a iniciativa dum golpe de direita.

Salvador Allende, experiente nas lides políticas, sabe que, na América do Sul, não se pode governar contra os militares. Apesar da sua política de esquerda, conta com alguns apoios entre os oficiais, nomeadamente o influente General Carlos Pratts, que a 29 de Junho neutralizará uma tentativa de golpe liderada pelo 2º Regimento Blindado de Santiago. Numa tentativa desesperada de evitar um desfecho trágico, Allende remodelará o governo a 7 de Agosto, chamando para pastas estratégicas três militares: o Almirante Montero, o General Cesar Ruiz

e Carlos Pratts. Mas, em plena crise, Cesar Ruiz não suportará o Ministério dos Transportes e dos Trabalhos Públicos mais de nove dias e Carlos Pratts irá demitir-se dos seus cargos no governo e no exército a 23 de Agosto, abrindo alas a um novo oficial, de seu nome Augusto Pinochet.

Na dureza deste ambiente, a oposição à esquerda e à direita de Allende tratam de «esticar a corda». Sob a aparente espontaneidade dos protestos populares, está muitas vezes a acção do Partido Democrata-Cristão, liderado pelo antigo Presidente da República, Eduardo Frei. Aliado de Allende em 1970, quando este necessitou de obter a maioria absoluta para ser eleito, o Partido cedo se arrependeu desta iniciativa. No princípio de 1973, coligado com a Direita, tenta, em vão, que o Congresso deponha o Presidente. Mas não desistirá. Em Julho, quando na sequência do golpe de 29 de Junho, Allende solicitar ao Parlamento plenos poderes durante noventa dias, Frei conseguirá que estes lhe sejam recusados. Cansado, Allende oferecerá o diálogo à oposição numa mensagem radiodifundida a 25 de Julho. Pretende assim evitar a guerra civil, mas só conseguirá irritar a extrema esquerda, que, por sua vez, domina importantes sectores na Marinha.

Em Setembro, esta obra de desgaste estava completa. No décimo primeiro dia do mês, as forças armadas precipitavam-se sobre a cidade e executavam sumariamente os partidários de Allende. Os estádios enchiam-se de prisioneiros, que esperavam a morte. O cantor Victor Jara foi fuzilado. O Prémio Nobel da Literatura Pablo Neruda, cercado na sua casa, foi fulminado por um ataque cardíaco. Ao contrário do que dizia este poeta, Setembro não foi um mês «largo e florido, cheio de bandeiras». Chovia e ninguém se lembrou de que chegava a Primavera.

25 anos de quotidiano diferente

Cecília Barreira

DE 1974 A 1999 MUITO SE ALTEROU EM TERMOS DE mentalidades e quotidiano. Os espaços de sociabilidade modificaram-se. Os valores reorganizaram-se. Vinte anos que mais parecem meio século de distância, tal o fosso entre comportamentos e atitudes.

Os jovens, entre 1974 e 1977, viveram sensivelmente uma euforia revolucionária que atravessou toda a sociedade portuguesa e que mobilizou as pessoas para uma outra escala de valores e de representações sociais de que estiveram arredadas até aí. A contestação da ordem estabelecida pelo regime salazarista, posteriormente o marcelista, levou a que a sociedade civil se insurgisse contra os discursos conservadores, as grandes hegemonias, «Pátria, Família, Autoridade», e as normatividades relacionadas com o regime anterior. A sociedade pré-25 de Abril não conhecia a verbalização; era uma sociedade fechada, estranhamente imersa em si própria, ensimesmada. O 25 de Abril faz emergir a fala como processo catártico face a um silêncio de decénios, onde a vida privada e a esfera pública eram mantidas em sincretismo.

Em 1977, numa sondagem colectiva a jovens entre os 15 e os 21 anos, traça-se o perfil do adolescente pós-25 de Abril. A política, o convívio e a literatura são os interesses mais marcantes desta geração. De repente, dos marxismos aos leninismos, passando pelos socialismos, a sociedade portuguesa iniciou um diálogo com a esfera política, até aí um dos maiores tabus do regime salazarista. As manifestações sucedem-se a um ritmo avassalador e a sociedade civil habituava-se a verbalizar a revolta, o inconformismo, a repulsa ou a adesão a causas, experienciando emoções nunca antes vividas. Há um lado pulsional e emocional no modo como se vive a esfera política e social que marca profundamente o 25 de Abril: são as famosas campanhas de alfabetização, que alastram pelo País fora, as campanhas cívicas do MFA; os partidos políticos, cada qual

fazendo-se eco de múltiplas mensagens. A sociedade sofre um processo de ideologização, onde mesmo os que se dizem a-políticos e apartidários tomam uma posição definida.

Curiosamente, na mesma sondagem aos jovens, em 1977, os principais problemas que os afectavam eram o espectro do desemprego, a droga, a falta de saídas profissionais, a delinquência e a falta de recursos económicos. Nas relações pais-filhos, os jovens queixam-se do autoritarismo exercido pela entidade parental. As canções políticas, quer portuguesas, quer brasileiras ou oriundas da América Latina, têm nessa época o auge da difusão e da popularidade. Vestia-se ganga e não se usava gravata, como fórmula abreviada de vestuário. Era a apoteose da revolução, enquanto entidade mítica e milagreira dos males dos povos do Terceiro Mundo, era um país que novamente voltava costas à Europa e aos Estados Unidos, pelas razões inversas daquelas com que o salazarismo o tinha feito alguns decénios atrás. A Europa era o símbolo de um mal – o capitalismo, o consumismo, a burguesia –, e havia que combater os inimigos do proletariado.

Mas os anos 80 vão arrastando a sociedade portuguesa para um amolecimento dos ideais revolucionários e das grandes frentes de ideologização políticas e partidárias. Nada foi de repente. Tudo se passou ano após ano, com o pedido de adesão à CEE, com as primeiras vitórias da AD, com o cansaço das recessões económicas e com a maior euforia dos anos 80, sobretudo a partir da segunda metade. O consumismo.

Por um lado, os anos 80 reforçam, em matéria de sociabilidade, o direito à privacidade, em detrimento da esfera do público e do social. Deixa de se viver a política com o entusiasmo dos anos 70, para com ela se conviver com um certo indiferentismo, sentido especialmente pelos jovens, cujos pólos de atracção se deslocam para as noites citadinas, para o desporto e



© BIBLIOTECA/MUSEU REPÚBLICA E RESISTÊNCIA, LISBOA.

para o convívio. O visual das pessoas começa paulatinamente a mudar: se a ganga ainda continua a dar o toque dos anos 80, nos homens surge mais frequentemente uma camisa e gravata, nas mulheres mais apuro na indumentária. Desde logo, surgem os pós-modernos, por volta

de 85. Evidenciam-se pelas cores negras no vestuário e pelo perfil longilíneo, depurado e elegante, bem diferente do «desleixo *engagé*» dos anos da revolução. A abertura dos bares emblemáticos, como o Frágil, em Lisboa, apela para um outro estilo de convivência entre as pessoas, marcado por músicas de vanguarda sem qualquer conotação política, para uma reflexão mais activa em torno dos trilhos do ego, do ser e da existência.

Como nos refere Lipovetski em *A Era do Vazio*, a geração dos anos 80 – e ele reportava-se concretamente aos EUA – é marcada pela figura do Narciso, é a emergência do narcisismo contemporâneo, «*perfil inédito no indivíduo nas suas relações consigo próprio e com o seu corpo*», na altura em que um capitalismo autoritário dá lugar a um capitalismo hedonista e permissivo. O hedonismo e a permissividade caracterizam bastante bem a sociedade portuguesa dos anos 80. Uma onda de consumismo e de lazer invade um quotidiano ainda bem arredado desses princípios do estar. É a televisão a cores, que apela a uma maior permanência em casa, é a proliferação de telenovelas brasileiras – iniciadas em 1977 com Gabriela; são os electrodomésticos, que se disponibilizam perante as donas de casa cada vez mais ávidas de atingir a sua autonomia de uma esfera doméstica asfixiante e monótona.

É sobretudo a necessidade de comprar o inacessível automóvel, o sonho dourado de todas as famílias, dos jovens que querem impressionar as namoradas ou dos mais idosos, que pretendem finalmente adquirir a abençoada viatura. Uma conjectura económica mais favorável a partir de 1985-1987 levanta, ao nível do consumismo, uma das vagas mais céleres e audaciosas: comprar objectos, consumir, torna-se a grande meta das pessoas individual ou colectivamente insendadas nas células familiares ou nas empresas. Compra-se mais: vestuário, electrodomésticos, automóveis, casas. Vai-se ao

restaurante com uma maior leveza do que na década anterior. As discotecas tomam-se lugares de culto, bem como certos bares.

Consome-se do amor ao automóvel e tudo se abre perante uma sociedade quase indiferente aos tabus ou aos obsessões míticas.

A partir de 1974 uma outra vaga invadiu a sociedade civil: a pornografia e o erotismo, um dos grandes temas tabu do salazarismo. Pelas ruas das cidades, desde as publicações periódicas aos livros, exibia-se a nudez, especialmente a feminina, com o acento fortemente marcado na provocação erótico-pornográfica. O sexo questionava-se agora abertamente nas escolas, nos debates públicos e privados. Os divórcios aumentaram em flecha, sobretudo após a legalização, em 1975, do divórcio para indivíduos casados pela Igreja. O debate sobre o aborto toma-se público também.



A sexualidade deixa de constituir um tabu, tão nítido ainda nos nossos anos 60 e princípios de 70, para se tomar uma realidade com que cada pessoa se confronta. Os filmes eventualmente chocantes invadem as salas de cinema, recordemos os filmes *O último Tango em Paris* ou *O Império dos Sentidos*, ou então o já clássico porno *Garganta Funda*.

O casamento também sofre, necessariamente, alterações importantes, não só o espectro do divórcio impregna toda e qualquer união, pairando em jeito de desafio junto dos casais, como a atitude do marido para com a esposa se altera. O início de algumas alterações importantes confirma-se junto das gerações mais jovens;

os maridos começam a ajudar as mulheres, também elas empregadas e usualmente mães de filhos, nas lidas domésticas. Claro que esta ajuda é eventualmente superficial, face aos muitos afazeres de uma casa. Mas a atitude muda se tomarmos em consideração a posição tradicionalista do homem que se demite de qualquer tarefa minimamente referente ao lar. A infidelidade conjugal, sobretudo no masculino, temática fundamental da sociedade oitocentista até praticamente ao 25 de Abril, é tratada de outra forma. Existe uma maior transparência relacional entre os sexos, o que toma a infidelidade um debate sério a ter em conta, e não uma temática tabu.



A contracepção e a pílula contraceptiva têm uma divulgação junto do colectivo através dos *media*. Somente, e já nos anos 80, a ameaça da SIDA recolocou a questão da sexualidade em termos menos permissivos e numa feição mais contida.

A explosão da sexualidade teve como efeito perverso a banalização do tema. Contudo, ao nível dos comportamentos sexuais, o final dos anos 80 e os anos 90 trouxeram o recrudescente das uniões matrimoniais, do *Safe sex*, num recatamento que se prende a questões muito complexas, onde se embrenha a SIDA, o desejo de um relacionamento menos efémero, a segurança e também e sobretudo as questões económicas de sobrevivência a dois (o peso de uma renda a pagar, por exemplo).

Nos anos 90 a banalização do consumo estende-se à sexualidade: basta, nos dias de hoje, telefonar para determinados números e logo se depara a situação de escolher dezenas de candidatos a «amigos», para colmatar outra das grandes questões da sociedade actual – a solidão. A solidão de centenas ou milhares de mulheres divorciadas, com ou sem filhos, a solidão sentida nas grandes cidades, onde já não se torna efémero e aparente. A solidão na velhice, com baixas reformas e uma viuvez que aumenta a depressão de quem a vive.

De 1974 a 1999 uma diferença assinalável: a solidariedade entre os indivíduos. A euforia revolucionária criou a expectativa do companheirismo, da mão solidária e sempre presente. Mas a sociedade civil foi adquirindo noções de individualismo, de personalização, e, como tal, as pessoas fecharam-se progressivamente no seu próprio universo concêntrico de questionamentos afectivos e profissionais.

A comunidade enquanto vivência colectiva e colectivista deixou de ter sentido, face a outras prioridades de apelo egocêntrico: a televisão e a febre do vídeo, a lenta agonia das sociedades



recreativas de forte pendor colectivo, a casa enquanto universo de refúgio, em detrimento dos velhos cafés conviviais.

A sociedade alterou-se substancialmente: os grandes centros comerciais e hipermercados tomaram-se as grandes feiras de fim de século. De teor impessoal, grandiosos, mas apelando exclusivamente ao consumo, esses centros reuniram o grande palco do desejo pelos objectos apetecíveis, quantos deles inacessíveis pelo

custo, mas ainda assim o centro de uma atenção desmesurada, que a publicidade, nos *media*, não estará alheia. Mas, apesar da impessoalidade, os centros comerciais e os hipermercados possuem a função catártica das grandes feiras e dos acontecimentos colectivos: as famílias deslocam-se em bloco, disseminadas por vários escalões etários, e aí encontram, através do olhar de desejo, a satisfação para as suas necessidades pessoais. Comprar tomou-se um jogo lúdico, onde se associam desejo e satisfação própria.

Os anos 80, sobretudo o final da década, assistiram à grande eclosão da publicidade agressiva nos *media*: rádio, televisão, jornais e *out-doors*. A influência da publicidade nos comportamentos não se pode menosprezar numa sociedade toda ela voltada para valores de consumo. A mulher, também ela, sofre uma evolução. Por um lado, cada vez mais activa na vida profissional, não pode deixar de pensar na sua vida pessoal, o que a transforma num ser bipolar: entre o emprego e a casa, os filhos, a vida doméstica. Por outro, as solicitações do universo da sedução tornam-na vulnerável ao consumismo, para ser mais atraente, para rejuvenescer, para agradar. A juventude torna-se não uma etapa, mas uma meta a ascender e encontrar. Se nos anos 70 os jovens ambicionavam ter a sua própria casa para crescerem e serem autónomos da autoridade parental, agora o caminho trilha-se ao contrário.

Crescer é envelhecer: ter mais de 25 anos é o medo de qualquer jovem púbere. A casa é um bem inestimável, mas a casa dos pais – entretanto cada vez mais permissivos e tolerantes em relação aos filhos – prolonga-se por mais tempo, nela se abrigando os jovens até bastante tarde.

Afastada a corrente de solidariedade, pugna-se pela competição – no emprego, sobretudo.

Mas tudo começa na escola, onde se aprende a competir numa sociedade toda ela centrada em padrões de consumo. Alcançar um

emprego bem remunerado é a esperança de qualquer jovem, e aí nada os separa daqueles outros adolescentes dos anos 70. A beleza e a juventude são cultivadas até à exaustão e as pessoas ressentem-se desta mitologia de fim de século. Passar dos 40 anos é o receio de entrar na andropausa ou na menopausa.

O templo flui vertiginosamente e a curiosidade obsessiva pela astrologia, pela cartomância, por curandeiros e bruxas não poupa nenhum estrato social. É uma febre de adivinhar o futuro pessoal, que se prende a inseguranças de um colectivo em mutação. Os psicanalistas e os psiquiatras não têm mãos a medir. «*Os psi os grandes do deserto?*», interroga-se Lipovetski. Talvez a necessidade de um interlocutor, numa sociedade pautada pela solidão, pela ausência de diálogo, pela indiferença.

Canto Livre, Campo Pequeno, 1974.
Fotografia de Emanuel García.



«Nos anos 80, verifica-se na sociedade um amolecimento dos ideais revolucionários. A juventude desinteressa-se da política e os seus pólos de atracção deslocam-se para as noites citadinas. Uma onda de lazer e consumismo invade o quotidiano». Avenida 24 de Julho, Lisboa. Fotografia de Paixão Esteves.



Entretanto, na televisão, adquiridos em 1992 e 1993 mais dois canais privados, passam cenas de violência, entrecortadas por sexo, escândalos e vivências diferentes. A televisão dos anos pós-25 de Abril era militantemente política. Agora é-o sublimemente. Mas o que verdadeiramente importa para as pessoas é o sonho do prémio: num concurso, na apetência de uma ascensão social fulgurante, não importa como. Daí que as telenovelas, com a receita mágica da miscelânea entre ricos e pobres, e os concursos, com o direito a prémios avultados e automóveis, reu-nam a preferência do público consumidor de TV. Sonhar individualmente com o totoloto, ou o casamento milagreiro, ou o automóvel ambicio-

nado é o direito de qualquer cidadão. E a fórmula estará em despertar estes instintos e sonhos residuais e espalhá-los em telenovelas ou outros programas.

Ia-se muito ao cinema nos anos 70 e princípios de 80, antes da era do vídeo, da televisão-satélite e dos canais privados. Agora, há que ficar em casa, porque é mais cómodo e a oferta fílmica é infinita. Os cidadãos, mais acomodados, já não saem para se manifestarem em público como nos idos anos 70.

Dos anos 70 para os anos 90 a diferença de uma atitude e pose distintas: entre a solidariedade e o individualismo; entre Che Guevara e Narciso; entre a revolução e a reflexão.

Portugal na periferia da Europa

Helena Vaz da Silva

PORQUE ME TERÁ OCORRIDO RESPIGAR DO FUNDO DOS baús este texto quando me pediram para comemorar o 25 de Abril?

Talvez porque sinto a necessidade de ir contra a corrente das evocações redutoras e falsificadoras que abundaram neste 25º aniversário.

Este é um texto escrito quando começava a assentar a poeira levantada pelas alegrias e os perigos, pelo demasiado e pelo muito pouco que foi o nosso 25 de Abril.

Quis, ao escrevê-lo, fixar-me no que me parecia mais perene naquele rio tumultuoso que era então o viver dos portugueses: a nossa identidade, que Eduardo Lourenço diz termos «*em excesso*».

É por nos caracterizar um excesso de identidade que andamos, hoje e sempre, à procura dela.

Há-de haver uma razão para que, no Oriente, se abram sorrisos quando se diz que se vem de Portugal.

Na Birmânia, as crianças na rua logo falam de «de Brito» – um mercenário que há 300 anos lá se tornou rei e se chamava Filipe de Brito Nicote.

Na Tailândia, qualquer guia sabe que os portugueses foram os primeiros estrangeiros a assinar um tratado de amizade com o rei do Sião e que o bairro português na antiga capital de Ayutthaya (ruínas recentemente postas a descoberto) era o maior e o mais famoso.

Em Malaca, país muçulmano, ressoa o «Avé» de Fátima na rua principal cantado por dezenas de crianças malaias que falam há 400 anos um português «cristão»; e sabe-se que estes «português» são, das três principais comunidades estrangeiras, as que gozam de mais simpatias e até de benefícios legais, como poder jogar na lotaria.

Em Singapura, se a memória não está à tona nas pessoas, ela encontra-se consagrada no Museu Nacional, onde um dr. Luís de Almeida em tamanho natural nos aguarda à entrada, do alto da sua dignidade de fundador.



Forte de São Jorge da Mina, actual Emina (República do Ghana). Fotografia de Joseph Bato'Ora Ballong-Wen-Mewuda. Arquivo da revista Oceanos/CNCDP.

Na China – a vasta China – vêem-se sinais espalhados, as sementes deixadas pelos jesuítas e outras ordens religiosas que conseguiram estatuto de consultores privilegiados junto dos imperadores. Para os chineses, Portugal não é um estranho – e não só por causa de Macau.

Há chineses e tailandeses que, quando comem pão-de-ló ou fios de ovos, sabem que a receita atravessou os mares com os portugueses. Dezenas e dezenas de palavras portuguesas integram o vocabulário de numerosas línguas do Oriente. E o inverso, claro.

Na Índia, a presença de Portugal é uma constante. Não apenas em Goa, Damão e Diu – que permaneceram sob nossa administração até 1961 –, mas também em Madrasta, na costa Oriental, em Cochim, no Sul e até no Norte, no Rajhastan, o reino mongol do grande imperador Akbar – que teve uma mulher portuguesa. As histórias de portugueses cruzam-se com as deles, ao longo dos séculos. Fala-se hoje ainda português corrente em certas partes da Índia. Goa, é claro, é um caso à parte, paradigma (quicá perdido) de um perfeito encontro de culturas. Tal-



vez porque a cultura milenária da Índia a pre-disponha ao acolhimento sereno do que vem de fora, talvez porque o encontro se deu num momento «de ouro» dos portugueses, Goa é um exemplo perfeito de como duas maneiras de estar podem gerar uma terceira, filha de ambas e de ambas distinta. Isso não aconteceu em Bombaim com os ingleses.

O «indo-português» da dourada Goa, na sua originalidade, muito para além de um estilo artístico, foi um encontro de almas: a de um povo-mãe – a Índia, pronto para acolher – e a de um povo-criança – Portugal, desejoso de procurar.

Ouçamos Sophia de Mello Breyner:

*«Navegavam sem o mapa que faziam //
(Atrás deixando conluíus e conversas / intrigas
surdas de bordéis e paços) // Os homens sábios
tinham concluído / Que só podia haver o já
sabido: / Para a frente era só o inavegável / Sob o
clamor de um sol inabitável // Indecifrada escrita
de outros astros / No silêncio) das zonas nebulo-
sas / Trémula a bússola tacteava espaços // Depois
surgiram as costas luminosas / Silêncios e pal-
mares frescor ardente / E o brilho do visível frente
a frente».*

Viajou-se desde cedo em Portugal – por necessidade, decerto, mas não apenas a da fome ou do emprego. Os portugueses demandaram sempre o «outro lado», dando-se, ora ao mar desconhecido, ora ao encontro de outras raças, ora a dispares ocupações fora de portas, com a naturalidade de quem procura uma parte de si.

Tenho para mim que é por sermos um povo feito de gente vinda de muitos sítios que gostamos tanto de ir a muitos sítios. Muito se disse das razões que levaram os homens de Quinhentos a navegar: da sua insólita audácia a enfrentar o desconhecido, da sua resistência ímpar a aguentar meses de mar, da sua rara osmose com os hábitos locais; mas não vi que se dissesse que tudo é assim por inevitável marca de um modo

de ser – incompleto – e por imparável cumprimento de um destino – mítico – que é, segundo Sophia uma vez mais, o de «ousar a aventura a mais incrível – viver a inteireza do possível».

Somos navegadores do mesmo modo que somos poetas – por genética incapacidade de sermos outra coisa: demandar é a nossa condição anímica, a ponto de, em altura de profunda crise, termos inventado El-rei D. Sebastião, fazendo-o para a eternidade o vigário da nossa condição de demandantes presos ao chão.

Os portugueses viajaram ao longo dos tempos «para ganhar a vida» – comerciando, primeiro, instalando-se, em seguida, vendendo o seu trabalho, mais recentemente – mas sempre os moveu – e isso é claro na memória que deles resta nos quatro cantos do mundo – um genuíno interesse pelo que encontravam. Quando se critica a colonização portuguesa – comparando-a com a inglesa, por exemplo – por não ter deixado vestígios imponentes, está a criticar-se o que é a sua «diferença» interessante: a natural permeabilidade ao outro.

Na longa diáspora pelo mundo – que começou no séc. XV e tem continuado até hoje, pelos diversos continentes – aconteceram encontros de diversos graus. Muitos os que foram, menos os que voltaram, muito menos os que ficaram na História. Fernão Mendes Pinto, Pêro da Covilhã, João de Barros, Pêro Vaz de Caminha, Camões, Diogo Cão, Bartolomeu Dias, Vasco da Gama, D. Henrique, D. João II, D. Sebastião, Afonso de Albuquerque, D. João de Castro, D. Pedro II, Ivens e Capelo, Mouzinho de Albuquerque e, claro, Fernando Pessoa – quiçá o maior de todos os viajantes –, tantos e tantos que sabemos e não escrevemos ou que não lembramos ou que nem sabemos e que formam todos, connosco, esse cordão interminável que liga Portugal ao mundo todo e que são afinal as nossas únicas antenas parabólicas.

Se, em Marrocos, a presença pouco passou de militar – e belos são os vestígios ao longo do



litoral, de Tânger a Aguz, passando por Arzila e Mazagão, agora em plena recuperação – já em África (Cabo Verde, Ilha de Moçambique) e, sobretudo, no Brasil, Portugal parece ter querido transpor para lá o melhor de si e deixá-lo eclodir como planta em terra boa.

Nem sabe o que perde quem só conhece, do Brasil, o Rio de Janeiro e São Paulo. Porque é em

terras como Ouro Preto, Mariana, Cachoeira, Alcântara, Porto Seguro, Iguaçu que a nossa alma ficou de pé.

Quem decida dar uma volta ao mundo em busca de vestígios portugueses encontra-os em quase todo o lado: ao longo da Costa africana, com os padrões e os fortins assinalando as etapas da descoberta, ano a ano, morte a morte;

Forte Jesus de Mombaça, Quênia.
Arquivo da revista Oceanos/CNCDP.

ao longo do Atlântico, do Índico e do Pacífico, os nomes semeados, ilha a ilha (Ano Bom, Fernão Pó, Mascarenhas...) e, em algumas os hábitos e a língua persistentes até hoje: Timor, é claro, entre todas comovente. Como não falar, no entanto, do monumento por excelência que é o povo brasileiro ele próprio?

Já neste século, por pressões diversas, da economia e da política, os portugueses continuaram a encher o mundo – das Américas do Norte e do Sul, e da Europa, à procura de pão, mas de sonho também.

«Através do teu coração passou um barco / que não pára de seguir sem ti o seu caminho...».

Sophia diz por mim o que eu gostaria de ser capaz de dizer dos portugueses: mesmo quando ficam, estão a ir, mesmo quando foram, cá ficaram.

Almas estranhas que viajam à procura do que quase nunca trazem de volta. Porque, no fundo, sempre viajámos, não para descobrir, mas para sermos descobertos.

É talvez por isso a espécie de deslumbramento que a imprensa europeia refere quando fala da vaga de europeísmo em Portugal. Dizem que os portugueses não cabem em si de contentes por estarem enfim na Europa.

Creio que é verdade, que estamos contentes, e isso por dois motivos: primeiro pelo muito que temos a receber da Europa – quiçá a ponta mais visível do iceberg, aquela em que mais se fala – mas também pelo muito que pensamos levar-lhe – e esse será, creio eu, o campo de eleição para a nossa diplomacia no futuro.

No mundo que se desenha para o próximo milénio, duas dimensões assumem crescente importância: a planetária e a privada. Quanto à primeira, a do relacionamento multilateral, Portugal na clara linha da sua vocação antiga, pode assumir um papel de mediação, de inspirador de consensos, de articulador de interesses – entre grandes e pequenos países, entre o Norte e o Sul,

entre o Ocidente e o Oriente. Quanto à segunda, a esfera do relacionamento inter-pessoal, Portugal pode lutar pelo direito à diferença, na forma de viver e receber, pelo direito à memória dos sítios, pelo primado do coração. Já Monnet dizia *«Não coligamos estados, unimos homens»*.

Sou dos que acreditam que não se caminha fatalmente para um mundo de destruição e morte. Não é fatal que continuem a morrer pessoas sob os obuzes e que continuem a morrer tradições sob os hamburgers, uns e outros todos-poderosos.

Não é fatal que estejamos condenados a habitar um mundo inabitável. Numa comunidade europeia que se vê confrontada com novos e difíceis desafios – tanto no ritmo e extensão da sua própria abertura, como na resposta a problemas externos em mudança alucinante – vozes como Portugal podem ter um papel determinante.

Ser pequeno de meios, antigo de história e novo de liberdades confere-lhe, quiçá, uma doce autoridade perante os seus parceiros – mais poderosos e mais esgotados – que Portugal deverá saber pôr ao serviço do futuro.

Portugal, de país de emigração, tornou-se agora país de imigração. São novos desafios que se lhe colocam e que ele terá de resolver dentro de uma linha de fidelidade à sua fama de país de aculturação por excelência. Até isso poderá ser um contributo significativo para os colegas da Europa que há mais anos se debatem com a imigração massiva de países africanos e asiáticos.

Acredito que este fim de século vaiver muita coisa nova. Vão fazer-se ouvir mais os que, por estarem longe do centro, mantiveram a cabeça fresca. Vão criar-se novas solidariedades. Solidariedade é, na verdade, o tema para este fim de milénio na Europa, vencido que está o grande combate da liberdade. É a busca solidária de uma vida plena para todos que será com efeito o grande combate do futuro.

Quando o voto era a arma do povo

Eleições para
a Assembleia
Constituinte
1975

Afonso Praça

«As eleições de 1975, as primeiras em liberdade nos últimos 50 anos, foram festa delirante, luta permanente, risco não calculado – e tudo em doses excessivas. Gritava-se, a favor da participação, que o voto era a arma do povo, ao que os anarquistas respondiam: “Se votas, ficas sem arma”. Afinal, a abstenção não passou de 8,27 por cento».

AINDA HOUVE QUEM DEFENDESSE QUEAS ELEIÇÕES deviam ser adiadas, que o povo não estava preparado para votar em consciência, mas afinal tudo se resumia a «boatos da reacção». As eleições (as primeiras em liberdade nas últimas décadas) realizaram-se na data prevista, 25 de Abril de 1975, constituindo um passo decisivo para a institucionalização do regime democrático. É certo que faltava andar muito caminho e o pior estava para vir. Ou seja: quando os portugueses foram chamados às urnas para eleger a Assembleia Constituinte, o PREC avançava a todo o vapor, havia quem não perdesse tempo a fazer a cama para o Verão Quente. Em tempo de siglas e de *slogans*, que a pressa era muita, o Processo Revolucionário em Curso reduzia-se no dia-a-dia àquelas quatro letras, que ornamentaram prosas de jornal e provocaram vivas e assobios nos comícios.

Um mês e meio antes das eleições, em 11 de Março, um movimento civil e militar (golpe, contra-golpe, golpada, intentona ou mesmo inventona, conforme os pontos de vista, largamente contraditórios) pôs o país e ferro-e-fogo. Passados quase 25 anos, o «11 de Março», como ficou conhecido, continua envolto em sombras e segredos, a despertar críticas e a lembrar desconfianças. Mas não há dúvida: a partir daquele dia o processo sofreu uma forte guinada para a esquerda, de que o primeiro sinal foram as nacionalizações dos bancos e dos seguros, logo a seguir.

«O Voto é uma Arma do Povo», cartoon de Viegas no suplemento de fim de semana do *República*. Sábado, 21 de Dezembro de 1974. Todas as imagens deste artigo foram gentilmente cedidas pela Comissão Nacional de Eleições.

A caminho da democracia

Num clima de euforia e desvario, quando a revolução andava à solta na rua e parecia incontável, as eleições, diz-se, correram um sério risco. Mas as eleições eram um ponto de honra para os militares que lançaram o Movimento dos Capitães e estavam implícitas no programa do MFA [Movimento das Forças Armadas]. A concretização dos três D deste programa passava necessariamente pela realização de eleições livres.

Recorda-se: o MFA prometeu Democratizar, Descolonizar e Desenvolver. Como seria possível cumprir esta promessa sem eleições? Contra

aves agoirentas e pescadores de águas turvas, justificado estava, pois, o comunicado que a Comissão Nacional de Eleições divulgou no início da campanha eleitoral: «*As eleições para uma Assembleia Constituinte, que terão lugar no próximo dia 25 de Abril, representam, por parte do MFA, a efectiva realização de um compromisso assumido perante o povo e integram-se no processo de democratização da vida política dos portugueses. Estas eleições terão que corresponder a exigências revolucionárias e ao objectivo de institucionalizar uma nova legalidade*».

Ainda não era a democracia, tal como a entendiam os países da Europa Ocidental, mas para lá se caminhava: «*Em eleições honestas e livres, com um recenseamento alargado e rigoroso, o povo é chamado a escolher os partidos políticos aos quais desejará confiar o papel de interlocutores do MFA – cujas responsabilidades históricas estão consagradas pela lei – para a definição da nova ordem constitucional*». Enfim, «*as eleições encetam uma nova etapa no caminho da democracia*», e esta, «*no espírito e na letra do Programa do MFA, não será apenas política, mas económica e social*».

Armas de guerra

A campanha eleitoral durou 22 dias e foi animadíssima. Outros dirão que foi agitada e violenta. Dificilmente se poderá dizer que, apesar do elevado número de debates, os partidos, nomeadamente os que tinham uma clara vocação de poder, inscreveram entre as suas prioridades o esclarecimento sereno dos cidadãos. É pouco dizer que aos debates, comícios, manifestações e tempos de antena faltou uma dimensão didáctica. Por outras palavras: a campanha, como de resto havia de acontecer depois, noutras campanhas, visou sobretudo caçar votos.

«*Os partidos políticos estão-se nas tintas para este povo*», criticava Otelo Saraiva de Carvalho. «*O que eles querem é andar em guerras*





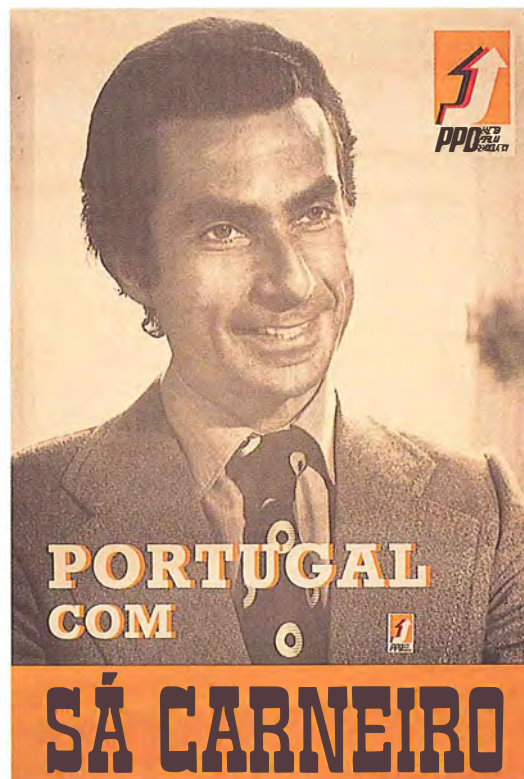
entre si, para ver quem ganha». A verdade é que ninguém estava habituado à luta política e a campanha foi para os portugueses um espectáculo surpreendente. Neste contexto, talvez não sejam exageradas as palavras do almirante Rosa Coutinho, um dos homens-chave do Conselho da Revolução e ex-membro da Junta de Salvação Nacional, quando disse, na televisão, no fim da campanha, que foram «vinte e dois dias a destilar veneno de lacrau».

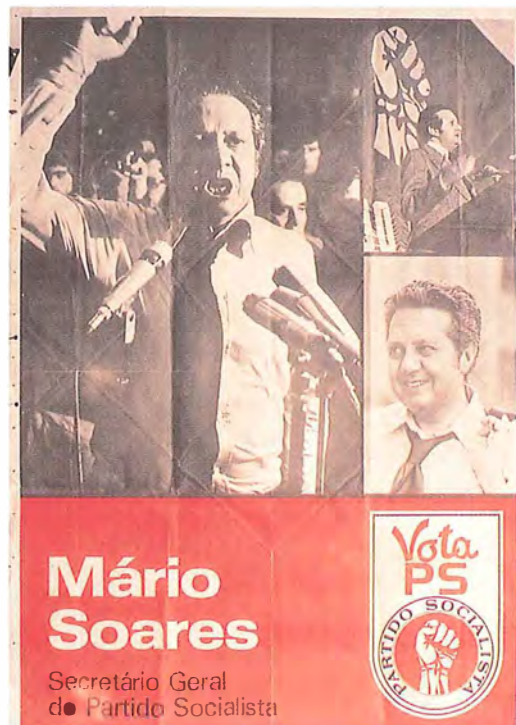
Curiosamente, no seu primeiro número, saído em 1 de Maio, o semanário *O Jornal*, que havia de marcar nos anos seguintes o panorama jornalístico e político português, chegava «à lamentável conclusão de que tanto as palavras de Rosa Coutinho como as de Saraiva de Carvalho encerram uma triste verdade». E acrescentava logo a seguir, em consonância com uma linha de esquerda na altura muito em voga: «Por outro lado, é de crer que [aquelas palavras] traduzam –

e oxalá que sim – o sentir generalizado do MFA, o que só vem dar mais urgência ao reforço da vital aliança entre o Povo e as Forças Armadas, únicas forças que podem desenvolver entre si a acção isenta de egoísmos sectários e vaidades e interesses pessoais, capaz de sacudir este país para as inadiáveis tarefas de reconstrução nacional».

Os partidos situados mais à esquerda do leque partidário [sobretudo FEC (m-l), LCI, PUP e UDP, mas também FSP e MES, mais moderados] voltaram a sua artilharia pesada para o que chamavam «partidos e direita e do grande capital», ou sejam, CDS, PPD e PS. Mas não pouparam nunca o PCP, «o partido revisionista e traidor de Barreirinhas Cunhal», que alguns apontavam à excreção popular como «social-fascista».

O PPD, liderado pelo antigo deputado da Ala Liberal de Marcelo Caetano, Francisco Sá





Carneiro, fez uma campanha relativamente moderada, mas na fase final, os seus militantes acabaram deitar às urtigas os punhos de renda, respondendo à violência, mesmo física, de que desde o início vinham a ser vítimas.

O PS de Mário Soares, que chegou a prometer que não iria fazer campanha contra os restantes partidos, acabou por recorrer a um discurso claramente anticomunista, explorando com habilidade os sentimento dos eleitores, enquanto apostava no triunfalismo como argumento de caça aos votos.

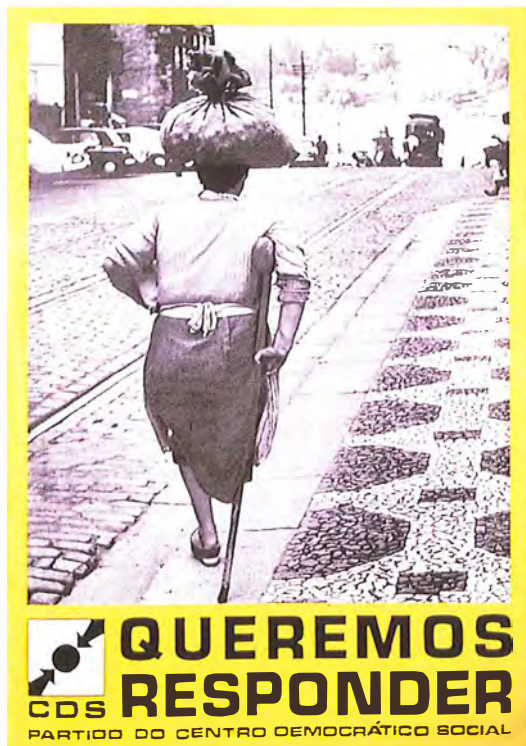
Neste contexto, difícil e complexo, o PCP de Álvaro Cunhal teve de se defender à direita e à esquerda, chegando ao exagero de se defender mesmo quando ninguém o atacava. Preocupado em fazer passar uma imagem positiva (o PCP era, afinal, o partido mais antigo, tinha uma larga história de clandestinidade de luta contra o fas-

Doze partidos em campanha

Na campanha eleitoral para a Assembleia Constituinte, em 1975, apresentaram-se doze partidos. Quase todos tinham o seu jornal (indicado entre parêntesis e em itálico), com destaque para a UDP, que conseguiu ter quatro títulos. De um modo geral, estes jornais, muito modestos, eram fortemente partidários, o que limitava muito as sua circulação.

Alguns dos partidos desapareceram, outros sobrevivem com uma actividade mínima, praticamente imperceptível. Na lista que a seguir se publica, o CDS (hoje Partido Popular), aparece com a sigla PCDS, correspondendo o P a partido. O PSD era ainda apenas PPD e o PSP acabou por perder o último p. Afinal, era desnecessário e a sigla PSP prestava-se a confusões com a sigla da polícia.

FEC (m-l) – Frente Eleitoral Comunista/Marxista-Leninista (*O Grito do Povo*);
FSP – Frente Socialista Popular;
LCI – Liga Comunista Internacional (*Luta Proletária*);
MDP/CDE – Movimento Democrático Português (*Unidade*);
MES – Movimento da Esquerda Socialista (*Esquerda Socialista*);
PCDS – Partido do Centro Democrático Social (*Democracia 74*);
PCP – Partido Comunista Português (*Avante!*);
PPD – Partido Popular Democrático (*Povo Livre*);
PPM – Partido Popular Monárquico;
PSP – Partido Socialista Português (*Portugal Socialista*);
PUP – Partido de Unidade Popular (*A Verdade*);
UDP – União Democrática Popular (*Voz do Povo, Causa Operária, Folha Comunista e Ribatejo na Luta.*).



cismo), apostou muito em slogans, mas repetiu-se até à saciedade e não se livrou da fama de beneficiar do apoio do «filhote» que era o MDP-CDE e dos «favores» de um sector do MFA, no qual se destacavam Vasco Gonçalves, Rosa Coutinho e outros.

Finalmente, os democratas-cristãos do CDS e os monárquicos do PPM: o seu papel foi tão modesto que a campanha que fizeram só podia ser serena e calma: não dava nem para aventuras e muito menos para excessos. Acrescente-se que os ventos que varriam o país não lhe eram propícios. No caso do partido fundado por Diogo Freitas do Amaral e Adelino Amaro da Costa, tudo lhe era desfavorável, aparecendo encostado à direita, a roçar a extrema-direita e a aproximar-se dos saudosistas do antigo regime, por mais que eles garantissem que se situavam no «centro», lugar do equilíbrio e da virtude.

A verdade é que os tempos não corriam de feição para o cultivo de virtudes e o equilíbrio não cativava ninguém.

«Outra característica da campanha desenvolvida por alguns partidos – comentava *O Jornal* – foi o tom contraditório e algo petulante com que se dirigiam ao eleitorado: tão depressa era dito, em atitude paternalista, que o povo tinha capacidade para discernir quem politicamente melhor o defenderia, como logo a seguir se afirmava descaradamente que as pessoas eram extremamente permeáveis a influências, por via da desabitucação a que foram forçadas durante 50 anos de fascismo».

A campanha eleitoral ficou ainda marcada pelo desenvolvimento da arte dos cartazes e pela proliferação das inscrições e pinturas nas paredes, sobretudo nos grandes centros urbanos. A militância supriu, aqui, a falta de recursos financeiros que afectava os pequenos partidos esquerdistas. Em muitos casos foi um exagero,





a que se opôs o que pode chamar-se a «contra-propaganda» dos anarquistas. Um exemplo: alguém escreveu nas paredes, talvez com uma grande dose de entusiasmo militante: «*O Sol brilhará para todos nós...*». Na noite seguinte, alguém se divertiu, acrescentando: «*Se não cho-ver...*». À distância, é difícil saber hoje quem lançou a slogan: «*O voto é a arma do povo*», mas isso não é importante. De resto, também não se sabe quem, logo a seguir, o desconstruiu: «*Se votares, ficas sem arma*».

Nem a demagogia, nem a violência, nem o medo afastaram o eleitorado. As eleições tiveram uma participação que todos consideraram extraordinária: dos 6.176.559 eleitores inscritos, foram às urnas expressar o seu voto 5.665.707, o que corresponde a 91,73%. Os votos brancos

ou nulos totalizaram 393.161 (6,94%), o que não deixa de ser um número elevado. O almirante Rosa Coutinho apareceu em público a defender o voto em branco como «*solução àqueles que não tinham feito escolha de qual partido em que votar*». Isto porquê? «*Preferimos [o Conselho da Revolução ou, perlo menos, parte dele] que quem não tivesse feito essa escolha votasse em branco, em vez de pura e simplesmente se abster*».

Este foi o esclarecimento que ele deu à posteriori, mas há quem tenha outras interpretações, até porque na altura estalou em certos meios do MFA um falso debate sobre o que seria – e qual seria – o verdadeiro partido socialista. Para alguns, não era o PS, encostado à Social-Democracia por interposta Internacional Socialista. A campanha visava nitidamente o PS de Mário Soares, que não se cansava de acusar o PCP e os militares que eram mais próximos.

30 mil contos para a propaganda

Segundo números oficiais, divulgados pela Comissão Nacional de Eleições, os partidos concorrentes às eleições de 1975 gastaram em propaganda menos de 31 mil contos (concretamente, 30.881.764\$00). O PS destacou-se dos restantes partidos, gastando mais do dobro do PPD e mais do que o PCP e o MDP juntos.

As verbas gastas pelos principais partidos foram as seguintes, segundos dados daquela Comissão Nacional de Eleições:

PS	11.231.486\$90
PCP	7.125.330\$00
PPD	5.173.523\$00
MDP	3.388.425\$50
CDS	2.062.599\$10

Foi então que começou a correr a anedota, muito ao jeito do povo português, mesmo em alturas de crise: o que faltava no nosso leque partidário, era o PBX, ou seja, o Partido Berdadeiramente Xoxialista.

Voltando aos números. A percentagem de abstenções no Continente teve oscilações significativas tanto ao nível distrital (círculo eleitoral) como concelhio. No primeiro caso, esse valor oscilou entre um mínimo de 5,6% em Portalegre e um máximo de 11,4% em Viana do Castelo. Quanto aos concelhos, o mínimo situou-se em Fronteira, no Alentejo, com 3,9%, e o máximo em Mortágua, com 19,1%.

Feitas as contas, o PS foi o grande vencedor: recolheu um total de 2.145.392 votos (37,87%) e elegeu 115 deputados. Seguiram-se o PPD

(1.494.575 votos, 26,38% e 80 deputados), o PCP (709.639 votos, 12,53% e 30 deputados) e o CDS (433.153 votos, 7,65% e 16 deputados). O MDP-CDE teve 233.362 votos (4,12%), o que lhe permitiu eleger 5 deputados, e a UDP, com 44.546 votos (0,79%), conseguiu ter um representante do Parlamento.

Dos restantes seis partidos não reza a história. Assinale-se, de qualquer modo: FEC – 32.508 votos (0,57%); FSP – 66.161 votos (1,17%); LCI – 10.732 votos (0,19%); MES – 57.682 (1,02%); PPM – 31.8098 votos (0,56%); PUP – 12.984 votos (0,23%).

Para poupar ao leitor a maçada de fazer as contas: naquele ano, foi eleito um deputado por Macau (ADIM), um por Moçambique (PS) e um pela emigração (PPD). No total, a Assembleia Constituinte tinha 250 deputados.

Comentando estes resultados, mais tarde, o *Portugal Socialista*, órgão do PS, escrevia: «Em 25 de Abril de 1975, o povo português votou ainda em clima de euforia revolucionária, sem se dar quase conta da situação de crise económica para que começava já a caminhar, graças ao efeito dos espetaculares aumentos salariais recebidos e à política geral de contenção de preços que foi possível no primeiro ano da Revolução».

Socialismo português

Com os olhos postos em Portugal, a Europa ainda não percebia como era possível que os militares, depois de terem lançado um golpe de Estado, estivessem dispostos a promover a realização de eleições que, em princípio, lhes retirariam o Poder, entregando-o aos partidos políticos. Apesar de subsistirem algumas dúvidas, era tudo uma questão de tempo.

Num comentário aos resultados das eleições, o jornal italiano *La Stampa* escrevia: «Mário Soares evita toda a tentação de triunfalismo num momento difícil da vida portuguesa

ASSEMBLEIA CONSTITUINTE



em que se tornarão determinantes as relações entre o PS e os militares». Entrevistado por este jornal, Mário Soares referiu que «o erro de Álvaro Cunhal foi o de propor um partido demasiado duro, disciplinado, ligado à URSS, num país que não tem a vocação da disciplina».

O desaparecido *Jornal Novo*, tido como próximo dos socialistas, dizia que «desde o Japão à Suécia, a vitória do partido de Mário Soares para a Assembleia Constituinte ocupa as primeiras páginas da maioria dos jornais». E citando o francês *Le Monde*, escrevia que «os oficiais do MFA que pareciam duvidar da “preparação” do povo e afirmavam que o escrutínio representava simples “exercício democrático”, serão certamente forçados a levar em conta a vitória do PS, cuja implantação nacional se revela notável». O jornalista francês, Dominique Pouchin, próximo do PCF (havia de escrever um livro sobre Mário Soares), concluía que, «dispondo de maioria absoluta, socialistas e sociais-democratas infligiram derrota esmagadora à direita».

Por seu turno, o *Figaro*, de direita, entendia que as eleições em Portugal se traduziram num «predomínio centrista e socialista» e destacava o entusiasmo do povo português pelo acto eleitoral que se seguiu a «une folie nuit de fête» para comemorar o 25 de Abril. Mais para Leste, os jornais soviéticos falam de uma «vitória socialista», sem especificar de que socialismo se tratava.

Do mesmo equívoco enferma o almirante Rosa Coutinho que, em entrevista a *O Jornal*, reconhece que «os resultados caem dentro das possibilidades previstas» e não duvida de que foi escolhida uma «via socialista», a caminho de uma coisa que nunca ninguém conseguiu definir: o socialismo português. Assim: «Não houve propriamente grandes surpresas e o MFA considera que o facto de ter definido que Portugal se encaminhava para uma via socialista, à procura



daquilo que chamamos socialismo português, está profundamente ratificado pela votação do povo, que escolheu, em maioria, uma via socialista».

Enfim, o «almirante vermelho», como a direita lhe chamava, falando aparentemente em nome do Conselho da Revolução, aceita que «de uma maneira geral, o povo português apresentou uma intenção de socialismo moderado», o que lhe «parece absolutamente adaptável às circunstâncias» e promete sem equívocos: «Será exactamente por essa via que nos vamos encaminhar e dar tempo até que a evolução política do povo o torne cada vez mais esclarecido».

Passados quase vinte e cinco anos, teremos de concluir, afinal, que apesar de haver inúmeras vias, é cada vez mais estreita aquela que conduz ao socialismo.



A 25 anos de distância

Francisco Pinto Balsemão

APESAR DE TEREM JÁ DECORRIDO 25 ANOS, O 25 DE Abril está ainda demasiado perto para que aqueles que nele e na sua sequência participaram, consigam desligar-se de algum subjectivismo.

Álvaro Cunhal não vê decerto o 25 de Abril da mesma maneira que Freitas do Amaral, como eu não vejo o 25 de Abril de maneira idêntica à do meu amigo Mário Soares. É por isso importante, para quem mais tarde faça a História, dispor do maior número possível de testemunhos de pessoas que, de um modo ou de outro, foram protagonistas nos últimos 25 anos.

Eis, pois, fruto do meu subjectivismo, um depoimento que começará por uma partilha com os leitores de quatro reflexões.

A primeira é que o 25 de Abril aconteceu porque não houve, da parte do marcelismo, capacidade para evitar que acontecesse. Não me refiro, obviamente, à capacidade repressiva, policial (embora ainda hoje esteja por esclarecer a aparente debilidade ou apatia da PIDE e das forças de segurança no dia do golpe militar). Refiro-me à incapacidade de Marcello Caetano para aproveitar a onda de suporte generalizado de que beneficiou, em 1968 e 1969, a seguir à queda de Salazar.

Uma reforma profunda de sentido democrático, semelhante à que ocorreria mais tarde em Espanha, teria sido possível nessa altura em Portugal. Uma reforma que assegurasse os direitos e liberdades fundamentais – incluindo a criação de partidos políticos, o direito à greve, a liberdade de imprensa –, que promovesse a negociação, em posição de força, da autodeterminação das chamadas «províncias ultramarinas», que provocasse a desintervenção do Estado na economia, que conduzisse Portugal para a adesão à CEE, etc.

A via reformadora teria sido preferível à via revolucionária. Por inépcia ou medo, por cansaço, por excesso de zelo das forças de bloqueio de então, ela não foi, no entanto, possível.

Por isso, em 1974, o país estava maduro para apoiar a via revolucionária.

A segunda reflexão é a seguinte: em Portugal, de Abril de 1974 a, pelo menos, Novembro de 1975, funcionou, num só sentido, com enorme aceleração, durante 18 longos e intensos meses, o princípio do pêndulo.

O país estivera mais de quatro décadas aperreado à direita, vivera num regime imposto e mantido por uma classe política e económica que se foi revezando em torno de uma pessoa, Oliveira Salazar. A ditadura aguentou-se com base na censura aos meios de comunicação, na polícia política, no condicionamento industrial, no analfabetismo. A partir do início dos anos 60, recebeu um novo fôlego com a criação de um objectivo prioritário: a integridade do território nacional (e, em consequência, da Pátria), o que implicava a guerra colonial, a mobilização das populações, mesmo com o sacrifício de vidas,

o aumento de impostos e os riscos de um progressivo isolamento internacional.

O pêndulo, quando foi solto, deslocou-se vertiginosamente da direita para a esquerda. Essa deslocação foi facilitada pelo facto de a ditadura salazarista ter deixado Portugal nos últimos lugares de quase todas as estatísticas europeias e, como já foi mencionado, pela incapacidade do sucessor de Salazar, Marcello Caetano, aproveitar os cinco anos de que dispôs para fazer uma reforma política e económica que permitisse evitar a Revolução.

O pêndulo começaria a inverter a sua marcha com o 25 de Novembro de 1975, mas só em 1982 parou ao centro, com ligeiras oscilações a partir daí, para um lado ou para o outro, mas já sem perigos de desvios incontrolláveis para radicalismos de direita ou de esquerda.

Só em 1982, oito anos depois do 25 de Abril, foi possível, através da primeira revisão constitu-

Fotografia do Centro de Documentação 25 de Abril, Coimbra.



cional, afastar a presença militar da vida política portuguesa com a eliminação do Conselho da Revolução. Até aí, Portugal não foi uma democracia plena, pois o Conselho da Revolução funcionava – e usava e abusava dos seus direitos constitucionais – simultaneamente como Tribunal Constitucional e como órgão legislativo exclusivo para as Forças Armadas (além de que o Presidente da República, um militar, era também Presidente do Conselho da Revolução e Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas). A partir da revisão constitucional de 1982, Portugal entrou num regime democrático de padrão ocidental, o que lhe permitiu caminhar para a adesão plena à então CEE e, por essa via, garantir a estabilidade do regime democrático e associar-se, de modo cada vez mais intenso, às políticas e ao destino do continente a que pertence.

Terceira reflexão: o 25 de Abril teve muito a ver com estratégias que, no pós-salazarismo, procuravam atingir a curto prazo objectivos relacionados com a presença de Portugal em África (para além dos motivos corporativos e profissionais que, à superfície, ajudaram a reunir os militares que o fizeram).

Por um lado, a *direita* tentou, desesperadamente, com o apoio de meios conservadores europeus e americanos, provocar declarações unilaterais de independência branca nas ex-colónias, nomeadamente em Angola, para, assim, reforçar a sua permanência no poder em Portugal Continental e manter os laços com a economia ultramarina que eram fundamentais para os grandes grupos portugueses e seus aliados estrangeiros. Por outro, o Partido Comunista Português tentou – e até certo ponto conseguiu – que o golpe militar ocorresse com a maior rapidez e, se possível, com reduzida intervenção, nos lugares cimeiros, de oficiais claramente não comunistas, de modo a orientar o processo pós-revolucionário no continente e conseguir uma descolonização favorável aos objectivos globais da União Soviética.



Montemor. Fotografia de Paixão Esteves.

Esta estratégia do Partido Comunista obteve algum êxito. A chamada tentativa das Caldas, a 16 de Março de 1974, falhou e, com esse falhanço, são detidos oficiais, como Almeida Bruno e Manuel Monge, que eram os elementos de ligação com grupos oposicionistas não comunistas.

Quando, a 25 de Abril, a segunda tentativa é coroada de êxito, o Partido Comunista aparece e actua como único agrupamento político informado (além de – reconheça-se o seu mérito, o que sofreu e o que se sacrificou – ser o único agrupamento político organizado no terreno a nível nacional e internacional e no plano institucional). Esse facto permite aos comunistas e aos seus aliados no Movimento das Forças Armadas acelerar para a esquerda o movimento do pêndulo. Os meios de comunicação social são quase todos ocupados e mobilizados. Começa uma intensa campanha de dinamização cultural. Muita gente que estava à direita salta rapidamente para a esquerda, antecipando-se ao movimento do pêndulo. O Partido Socialista é companheiro de percurso do Partido Comunista durante os cruciais oito primeiros meses. A reforma agrária começa sem lei e através de ocupações mais ou menos selvagens, o mesmo acontecendo com as ocupações urba-

nas, sobretudo nas grandes cidades. Em Março de 1975, as nacionalizações dos sectores fundamentais da economia – e de outros menos fundamentais, como as cervejas – são decididas por uma assembleia de militares. Em nome do anti-fascismo, praticam-se prisões e saneamentos injustificáveis.

Entretanto, a descolonização vai-se processando, caso a caso, colónia a colónia, com fraca defesa dos interesses portugueses (e, verifica-se hoje, com pouca preocupação pelos interesses das populações locais).

Quando, a 11 de Novembro de 1975, a última e principal colónia, Angola, obtém a independência, o Partido Comunista Português abranda a sua participação na movimentação interna. Dias depois, a 25 de Novembro, o contra-golpe obtém êxito e permite a caminhada para as eleições de 1976, porque, entre outras razões, os comunistas haviam abandonado os seus aliados da extrema esquerda.

Quarta e última reflexão: embora o problema de África seja um dos principais fios condutores para a compreensão e interpretação do 25 de Abril e do que se lhe seguiu, é evidente que outras dinâmicas se movimentaram em simultâneo e outros objectivos estratégicos foram entretanto prosseguidos. Por isso, outros factos e outros factores se tornaram igualmente relevantes. Nomeadamente: a viragem do Partido Socialista a partir de Janeiro de 1975; o peso do Partido Social Democrata que nunca desceu abaixo dos 25%; a possibilidade da realização de eleições em 1975 para a Assembleia Constituinte; a aprovação da Constituição, apesar de todas as vicissitudes, entre as quais a ocupação do próprio edifício do Parlamento, que pesaram no seu conteúdo excessivamente programático e tendencialmente marxista.

A nível internacional, os países ocidentais entenderam pouco a pouco que os seus interesses não permitiam um Portugal dominado pelos

comunistas. Uns foram mais rápidos na avaliação da situação: foi o caso da Alemanha. Outros foram mais lentos na compreensão do que acontecia: foi o caso dos Estados Unidos, que só em fins de 1974 abandonaram a chamada doutrina da vacina, segundo a qual o controlo comunista em Portugal serviria de lição, de vacina, para os outros países da Europa Ocidental.

Também as instituições clássicas desempenharam um papel determinante na inversão da esquerda para o centro do movimento do pêndulo. A Igreja Católica foi extremamente activa, depois de uma fase inicial de paralisia, porventura proveniente das acusações de colaboracionismo com o regime anterior. O movimento sindical acabou por rejeitar a unicidade que os comunistas tentaram impor. As próprias Forças Armadas geraram os anticorpos suficientes para que fosse possível mudar a situação e levar à celebração de um pacto entre o MFA e as forças políticas. Esse pacto esteve na origem da eleição de Ramalho Eanes para Presidente da República, bem como da manutenção do Conselho da Revolução e sua consagração, durante 6 anos, como órgão de soberania.

Gostava agora de mudar de perspectiva e de recordar aqui o que de mais positivo aconteceu em Portugal com o 25 de Abril e devido ao 25 de Abril.

É claro que o próprio 25 de Abril de 1974 é, por si, o primeiro grande marco a assinalar, com tudo o que imediatamente representou de realidade e esperança, com o fim da PIDE e da Censura, com a possibilidade de criar partidos políticos, a restauração dos direitos individuais e sindicais. Recebi a notícia em casa, às 4 e tal da manhã, através de um telefonema de Jorge Galamba Marques, então Director Comercial do *Expresso*. Certifiquei-me, pelo Rádio Clube Português, de que era verdade, telefonei a alguns amigos e a colegas do jornal. Vesti-me e pus-me a caminho de Lisboa. Fui directamente ao Terreiro

do Paço, onde confirmei que havia uma revolução em marcha. Fiquei descansado quando, ao ser reconhecido por um dos oficiais subalternos, este disse qualquer coisa como: «*Deixa passar, que este é dos nossos*». Segui para o *Expresso*, onde começavam a aparecer outros jornalistas. Ali fiquei até às 11 da noite, a preparar a edição de sábado, 27 de Abril, entre angústias de que o golpe falhasse, celebrações à medida que a vitória se consolidava e recepção de visitas das mais variadas, de Jorge Sampaio a Manuel Boudella. Jantei no Flórida, do outro lado da rua Duque de Palmela, com minha mulher e Pedro Feytor Pinto, que me contou em primeira mão os acontecimentos do Carmo e da partida de Marcello Caetano, por ele directamente vividos.

Mas nada se esgota num só dia. Para mim, por exemplo, o 1º de Maio de 74 foi um dos dias mais felizes e completos que vivi. E o dia 6 de Maio, quando, com Sá Carneiro e Magalhães Mota, anunciámos a criação do PPD, adquire natural relevância.

Depois, há uma sequência eleitoral notável: a realização de eleições para a Constituinte em 25 de Abril de 1975 (e os respectivos resultados, apesar da tremenda pressão das forças políticas dominantes e da quase totalidade dos *media*), a possibilidade de concluir e votar a Constituição (apesar de todas as barragens civis e militares, que incluíram sequestros do Governo e dos deputados em S. Bento), a realização, em 1976, das primeiras eleições para o Parlamento, a Presidência da República, as Regiões Autónomas e as Autarquias Locais. Difícil será não associar a esta sequência o 25 de Novembro (e factos que lhe estiveram na origem, como o *Documento dos Nove*, que simboliza a coragem e a independência de um conjunto de militares que souberam separar-se da influência corporativo-comunista, ganhar autonomia ideológica e participar, pela segunda vez, na luta pela democracia e pela liberdade).

Do mesmo modo, o momento histórico da assinatura do tratado de adesão de Portugal à CEE, em Junho de 85, não é dissociável das fases cruciais das negociações com Bruxelas que a antecederam, nem da ratificação de Maastricht em 92, nem, claro, do processo que conduziu Portugal ao euro e a tudo que ele significa económica e politicamente.

Por outro lado, há situações que, embora menos interligadas, são igualmente positivas. Por exemplo: a luta contra a unicidade sindical, em Janeiro de 75, marcou o abandono pelo PS do percurso desastroso que até aí seguira em comum com o PCP; a criação, anos depois (em 1978) da UGT, que veio demonstrar a viabilidade e a necessidade de um sindicalismo de inspiração socialista e social-democrata; a criação da AD e as suas vitórias eleitorais em 1979 e 1980, que proporcionaram estabilidade política com base, pela primeira vez, numa maioria absoluta parlamentar; a revisão constitucional de 1982, que permitiu eliminar o Conselho da Revolução e transformar, finalmente, Portugal numa democracia plena de padrão ocidental; as duas eleições de Mário Soares para a Presidência da República, que trouxeram ao cargo uma visão nova, moderna e imaginativa, e uma garantia de defesa dos valores essenciais e de representação do Estado na esfera externa; a maturidade política que representou a experiência não conseguida do bloco central (não conseguida talvez porque não seja possível um entendimento ao centro em vez da oposição natural esquerda-direita); as duas maiorias absolutas obtidas por Cavaco Silva, desafiando as matemáticas de uma lei eleitoral que parecia impossibilitá-las; a estabilidade política – um Executivo minoritário que dura uma legislatura – conseguida pelo actual Governo socialista; o recurso ao referendo por duas vezes, embora com elevada abstenção; a afirmação do poder regional onde ele se mostrou desejável e dese-



jado e do poder local em todo o território, incluindo, obviamente, as Regiões Autónomas.

Não ficam, contudo, por aqui os aspectos positivos a apontar relativamente aos últimos 25 anos portugueses.

Na economia, não é justo ignorar as inacabadas privatizações, apesar da precipitação casuística em que se processaram, a descida da inflação, a Reforma Fiscal, o cumprimento dos critérios que nos conduziram à Eurolândia.

No plano cultural, embora a capacidade criativa pareça ter estiolado logo a seguir ao 25 de Abril, a consagração de José Saramago, Maria João Pires, Manoel de Oliveira, Paula Rego deve ser assinalada. Bem como o êxito da Eurolândia e da Expo'98.

E quem esquecerá as proezas de Carlos Lopes e Rosa Mota nos Jogos Olímpicos, o mundial de hóquei em 1982, a vitória do Porto no Europeu de Futebol em 1987, ou os campeonatos mundiais ganhos pelos nossos jovens futebolistas?

Acima de tudo, talvez seja de destacar a revolução das mentalidades que se produziu a partir do 25 de Abril e que ainda continua. O divórcio, a emancipação legal e de facto da mulher portuguesa, a maioria aos 18 anos, a criação do estatuto do objector de consciência, a preocupação crescente com o ambiente e até, simbolicamente, o fim do papel selado, em 1986, são alguns dos marcos.

Saliente-se, finalmente, que essa revolução de mentalidades foi acompanhada e estimulada por uma melhoria geral da comunicação social. Neste capítulo são de destacar: o aparecimento das rádios livres, que forçou o poder político a legislar, com atraso, sobre uma realidade social (e tecnológica) imparável; a privatização dos jornais do Estado, que pôs termo a uma situação absurda e revitalizou a imprensa diária, abrindo caminho para o aparecimento de novos títulos; a abertura às televisões privadas, que veio agitar e melhorar o panorama audiovisual português, obrigando a uma concorrência que facilitou a possibilidade de escolha e refrescou a programação, designadamente no que respeita à independência e conteúdo de informação; o aparecimento de novas opções através da televisão por cabo e da televisão por satélite; o crescimento da internet e dos telefones móveis.

Quanto aos aspectos negativos, há que distinguir entre o que aconteceu e era preferível não ter acontecido (ou ter acontecido de outro modo) e o que não aconteceu e deveria ter acontecido.

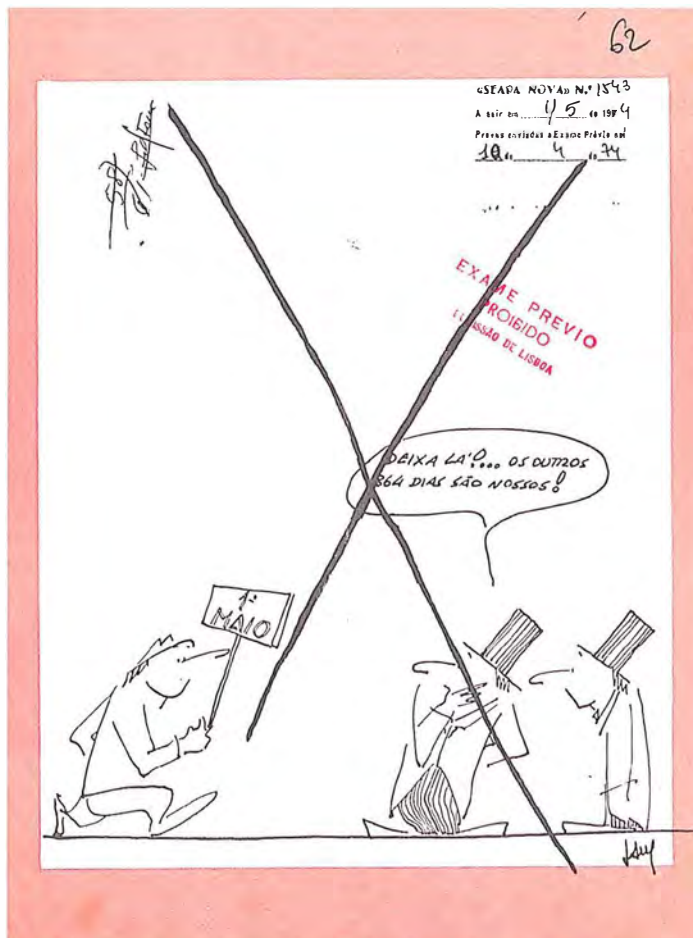
Começemos pelo que aconteceu.

Logo à cabeça, surgem as sequelas quase imediatas do 25 de Abril: as nacionalizações, que poderiam ter sido feitas de modo mais restritivo e cuidado e nunca decididas em assembleia mais ou menos selvagem do MFA; a descolonização que se processou em posição de grande fraqueza, com as armas depositadas, quando não

O exercício de auto-determinação pelo povo de Timor-Leste continua adiado, apesar dos esforços internos e externos da grande maioria das forças políticas, dos Prémios Nobel da Paz a D. Carlos Ximenes Belo e José Ramos Horta e das mudanças na Indonésia. As guerras civis em Angola e Guiné-Bissau (e Moçambique até há alguns anos), embora ocorrendo fora do território nacional, não deixam, por isso, de estar ligadas às últimas décadas portuguesas, pela parte de res-

O Primeiro de Janeiro,
27 de Abril de 1974.





A título meramente exemplificativo, relembram-se ainda outros factos negativos: a saga do FMI e das suas constantes negociações-imposições ao Estado português; as oscilações do escudo, com forte tendência para a desvalorização, apesar de duas tentativas de revalorização; a segunda eleição de Ramalho Eanes e a ascensão e queda do PRD; as tentativas de greve geral da CGTP, em 1982, a dissolução da Assembleia da República, em 1983, apesar do parecer contrário do Conselho de Estado; o triste e pitoresco episódio de Sotillo, em 1986, com a selecção nacional de futebol como principal protagonista, o desaparecimento de jor-

nais com tradição na nossa imprensa, entre eles o *Diário Popular*, o *Diário de Lisboa* e os semanários *O Jornal* e *Tempo*; a permanência de vagas de incêndios florestais, embora seja de destacar um relativo abrandamento nos últimos anos.

Resta falar no que não aconteceu.

Muito sinteticamente, aponto a reforma da educação que não foi feita ou, pelo menos, está longe de concluída, bem como a reforma da saúde, apesar dos inevitáveis progressos verificados, e a reforma da justiça, sobretudo quanto à morosidade do sistema judicial.

A agricultura continua sem horizontes próximos e principalmente sem horizontes distantes, apesar da inversão de marcha que, no seu tempo, a lei Barreto representou. A burocracia, incluindo os poderes majestáticos de várias empresas públicas ou ex-públicas, prossegue impunemente o seu reinado. A esta área não chegou seguramente a revolução das mentalidades, para não referir a total incapacidade de travar e julgar a corrupção.

Uma última palavra, ainda em matéria do que não aconteceu, deve ser dedicada ao sistema político, uma vez que a lei eleitoral não foi revista – e terá de o ser no sentido de uma maior responsabilização dos deputados – e que o sistema de governo semi-presidencialista deveria ter sido repensado e não foi.

O balanço final é, em qualquer caso, favorável. Estamos melhor do que estávamos, e isso não apenas porque passaram 25 anos, mas porque o 25 de Abril, com todos os sobressaltos, perplexidades e contradições que provocou, foi um tremendo acelerador da vida portuguesa.

É indispensável sublinhar este balanço favorável, numa ocasião em que parece haver um esforço para limpar o salazarismo.

Nunca é de mais repetir que o salazarismo nos deixou no último lugar de praticamente todas as estatísticas europeias, nos obrigou a viver sem liberdade durante décadas, forçou

centenas de milhares de portugueses a emigrar para o estrangeiro e nos mergulhou num problema ultramarino insolúvel pela via militar.

Por tudo isto, o branqueamento não é possível. O que não impede, como é óbvio, que tenha chegado o tempo de olhar o salazarismo com rigor histórico e não com o simplismo das análises «anti-fascistas» que se aceitavam há 20 anos.

Para além do deve e do haver, para além do balanço positivo, não podemos cair no erro do auto-elogio, no êxtase da auto-admiração.

Não basta votar e pagar impostos para se viver numa sociedade perfeita.

Se, em termos meramente políticos, a evolução pós-revolução foi rápida e convincente nas suas três fases – até 1976, de 1976 a 1982 e daí até agora – (incluindo o fortalecimento do poder regional nos Açores e na Madeira e do poder local através dos municípios), ainda há muito a fazer nos campos social, cultural e económico.

Não basta a democracia política. A liberdade é essencial – mas tão essencial quanto a liberdade, é a igualdade. Pelo menos, a igualdade de oportunidades à partida (seja na escola, no tribunal, na direcção geral ou no hospital) e à chegada (na reforma, na ocupação dos tempos livres durante a terceira idade).

A melhor maneira de comemorar os 25 anos do 25 de Abril é afirmar – e praticar – a intenção de lutar por uma democracia que não seja apenas política e formal mas também substancialmente cultural, social e económica. Ou seja: que a revolução da informação não provoque um fosso intransponível entre info-ricos e info-pobres no mundo, dentro de cada continente e dentro de cada país; que a globalização da economia não conduza ao Estado globalitário como substituto do Estado totalitário; que a sofisticação da criminalidade e a sua organização transnacional em máfias e cartéis seja combatida com reforço da segurança individual e colectiva,

mas sem diminuição da liberdade; que o direito à diferença seja consagrado como uma das conquistas deste final de século; que se criem e aceitem novas modalidades de participação política, baseadas na circulação e gestão da informação, na auto-regulamentação, na libertação da sociedade civil.

O 25 de Abril, os 25 anos do 25 de Abril, os 25 anos de 25 de Abril, só serão válidos se aqueles que os herdaram – mas que, por serem muito novos ou nem sequer nascidos, neles não tiveram grande participação – os aceitarem, louvarem e se sentirem por eles estimulados.

Os maiores beneficiários do 25 de Abril são – ou podem ser, ou devem ser – as novas gerações, aqueles que agora têm 20, 30, 35, 40 anos, no máximo. E é assim que está certo: só vale a pena fazer uma revolução, lutar por ela e dentro dela, quando os grandes beneficiários são os que chegaram depois e nada tiveram a ver com ela.



O desaparecimento de alguns jornais com grande tradição na imprensa, como o *Diário de Lisboa*, é um dos aspectos negativos do pós-25 de Abril.

Sobre a Constituição de 1976

Jorge Miranda

A ideia de Direito da revolução de 1974 e a Constituição

I – O processo que havia de conduzir à Constituição de 1976 partiu da ideia de Direito invocada pela revolução de 25 de Abril de 1974.

Essa ideia de Direito revelou-se claramente nas proclamações e nos primeiros actos concretos do Movimento das Forças Armadas (a libertação dos presos políticos, o regresso dos exilados, o desaparecimento da censura, o feriado do 1º de Maio, etc.) e veio a ter formal consagração num documento sem precedentes no Direito público português: no Programa divulgado na madrugada seguinte, explicitamente referido na lei pela qual foram declarados destituídos os titulares dos órgãos políticos do regime deposto (a Lei n.º 1/74, de 25 de Abril), e depois publicado em anexo à lei que definiu a estrutura provisória do poder (a Lei n.º 3/74, de 14 de Maio).

Mas a legitimidade do 25 de Abril teve igualmente como ponto de referência a Declaração Universal dos Direitos do Homem, citada mais de uma vez pelos órgãos do poder revolucionário, e cujo império havia de contrastar com o regime autoritário do qual o país tinha saído. E, se as alusões se ofereciam bastante heterogêneas e se nenhuma possuía valor jurídico específico, elas vinham reconhecê-la como inspiração ou elemento definidor dos direitos fundamentais a garantir doravante em Portugal. Sem se aplicar directa ou preceptivamente, apesar disso era a ideia de Direito subjacente à Declaração que se acolhia.

II – Das proclamações difundidas no próprio dia 25 de Abril de 1974 e do Programa do Movimento das Forças Armadas logo constou o anúncio público da convocação, no prazo de doze meses, de uma Assembleia Nacional Constituinte, eleita por sufrágio universal, directo e secreto, segundo lei eleitoral a elaborar pelo futuro Governo Provisório [Programa A., 2, a)]

Dessas circunstâncias resultariam uma Constituição elaborada muito sobre o acontecimento, simultaneamente sofrendo o seu influxo e reagindo e agindo sobre o ambiente político e social; a limitação (ainda que não por vínculos jurídicos) do debate e da decisão efectiva da

I – Convocando uma Assembleia Constituinte, o Programa do Movimento das Forças Armadas traçou logo as regras fundamentais do processo que havia de conduzir à feitura de uma

A ideia de Direito invocada pela revolução de 25 de Abril revelou-se claramente nas proclamações e nos primeiros actos concretos do MFA: a libertação dos presos políticos, o regresso dos exilados, o desaparecimento da censura, o feriado do 1º de Maio



A Constituição actual é, portanto, a Constituição de 2 de Abril de 1976; foi publicada,

em conformidade com o que nela se ordenou, em 10 de Abril seguinte; entrou em vigor em 25 de Abril; e em 14 de Julho (por força do art. 294º) entrou em funcionamento o seu sistema de órgãos de soberania.

III – Nem a Lei n.º 3/74, nem nenhuma outra lei constitucional previram qualquer referendo ou votação popular antecedente ou subsequente da Assembleia Constituinte.

Assim, algo paradoxalmente em face das pesadas vicissitudes fácticas e políticas em que se teve de mover, bem pode afirmar-se que a Assembleia Constituinte portuguesa de 1975-1976 foi um órgão com plenitude de poder constituinte formal por não estar sujeita a nenhuma decisão do povo (ou de quem quer que fosse) sobre a sua obra, a Constituição.

As vicissitudes da elaboração da Constituição

I – Na história política da revolução, há o período de 25 de Abril de 1974 a 11 de Março de 1975, o que se segue até 25 de Novembro de 1975 e o posterior a esta data. A Assembleia Constituinte foi instituída no primeiro momento, foi eleita e posta a funcionar no segundo e concluiu os seus trabalhos no terceiro.

II – No início de 1975, já com a situação política deteriorada, o Movimento das Forças Armadas pretendia uma institucionalização duradoura (e não apenas até à entrada em vigor da Constituição) e directa (traduzida em amplas competências de direcção política do Estado ou até na identificação com os órgãos governativos). Para o efeito abriram-se negociações com os partidos, as quais não pareciam estar muito adiantadas em 11 de Março de 1975 (pois havia divergências e reticências da parte de alguns destes).

Os acontecimentos desse dia permitiriam

criar o Conselho da Revolução e, a seguir, a Assembleia do MFA (que até então já reunia informal ou irregularmente) foi elevada a órgão de soberania. As eleições para a Assembleia Constituinte, marcadas para o mês de Abril, terão estado então em perigo de não se realizarem ou de serem adiadas. Só terão sido garantidas pelas relações de força subsistentes no seio do MFA, pela ductilidade dos partidos que se dispuseram a assinar um compromisso político com vista à inclusão na Constituição das principais cláusulas pretendidas pelos militares, pela pressão da opinião pública nacional e internacional e pela própria iminência de conclusão de um processo que, desde o início, sempre despertara o entusiasmo dos eleitores – eram as primeiras eleições livres desde há 48 anos e as primeiras eleições portuguesas por sufrágio universal no pleno sentido deste termo.

III – O compromisso, Plataforma de Acordo Constitucional ou Pacto (como vulgarmente ficou a ser designado) foi assinado em 13 de Abril e continha um elemento doutrinário – socialista, e não já (ou não apenas) democrático – e um elemento organizatório – relativo aos órgãos de soberania até à Constituição e no período de transição, a fixar entre 3 e 5 anos pela Assembleia Constituinte (E., 1.1).

O elemento doutrinário era, apesar de tudo, relativamente mitigado (terão aí conseguido alguma coisa os partidos). A Constituição deveria consagrar «as conquistas legitimamente obtidas ao longo do processo, bem como os desenvolvimentos do Programa impostos pela dinâmica revolucionária que, aberta e irreversivelmente, empenhou o país na via original para um Socialismo Português» (E., 2). E deveria também consagrar os princípios do MFA (*ibidem*), ao mesmo tempo que se reafirmava o pluralismo político e se apelava para um «projecto comum de reconstrução nacional» «em liberdade» (B.).

Sob este aspecto, a Plataforma poderia constituir uma garantia contra a ditadura.

Mais graves eram as limitações respeitantes aos futuros órgãos de soberania, pois durante o período de transição previa-se um sistema de governo directorial ou convencional militar, correspondente ao que estava a ser praticado desde 28 de Setembro de 1974, e que compreendia:

- Um Presidente da República, eleito por um colégio eleitoral formado pelos Deputados à Assembleia Legislativa e pelos membros da Assembleia do MFA e cujos poderes não tinham autonomia em relação ao Conselho da Revolução a que presidia (D., 2);

- Um Conselho da Revolução, órgão sancionador das principais leis e com competência legislativa directa não apenas em matéria militar mas também em matérias de interesse nacional de resolução urgente, definidor das linhas de orientação programática do Governo e fiscal da constitucionalidade material das normas jurídicas (em vez dos tribunais, como sucedia desde 1911) (D., 3);

- Uma Assembleia Legislativa eleita por sufrágio universal e, precedendo-a, uma Assembleia do MFA sem competência definida (D., 5, e D., 6);

- Um Governo com Ministros da confiança do MFA e Ministros da confiança da Assembleia Legislativa, politicamente responsável perante o Presidente da República e perante a Assembleia Legislativa (D., 4).

IV – As eleições para a Assembleia Constituinte realizaram-se, pois, nesse clima e sob o condicionalismo do Pacto. Mas a participação maciça de eleitores (91%) e os seus resultados¹ tornaram patentes as contradições políticas do momento e abriram caminho a uma legitimidade democrática independente da legitimidade revolucionária e que, aos poucos, se lhe iria sobrepor.

A Constituinte abriu em 2 de Junho, e pouco depois os seis partidos presentes na Assembleia entregaram os respectivos projectos de Constituição; e a simples leitura dos textos, bem como das suas principais fundamentações ou das argumentações contra eles aduzidas, mostraria as grandes diferenças que os separavam e a relativa latitude ainda deixada pela Plataforma de Acordo Constitucional.

Em Julho, porém, a Assembleia dir-se-ia condenada a apagar-se ou prestes a ser encerrada. Aparentemente, era um corpo estranho num contexto revolucionário hostil à «democracia burguesa», de que era tida como expressão. Daí os ataques que contra ela se multiplicavam. Mas a Constituinte replicou não só através dos seus trabalhos como através do período de «antes da ordem do dia» e dos requerimentos dirigidos ao Governo; e não foi das menores essa intervenção, particularmente em Agosto.

Os preceitos constitucionais que, entretanto, iam sendo aprovados estavam em correspondência com a relação de forças no hemiciclo e com a situação política – consagração dos princípios de soberania do povo, una e indivisível, e da constitucionalidade, grande atenção à defesa das liberdades (nomeadamente, a de imprensa) e do pluralismo, acentuação das referências ao socialismo e à independência nacional; em geral, necessidade e variabilidade de soluções de compromisso.

A formação do VI Governo provisório equivaliu a uma derrota das tendências vanguardistas, mas subsistiram o anarcopopulismo e o seu sucedâneo, o anarcomilitarismo. No mais agudo da crise político-militar, em 12 e 13 de Novembro, os Deputados ficaram sequestrados no Palácio de S. Bento por uma manifestação cerca de 24 horas, sem que o Exército interviesse; e, levantado o sequestro, a maioria seguiu para o Porto, disposta a encabeçar a resistência, se a situação se tornasse insustentável em Lisboa.

V – Após 25 de Novembro de 1975, os partidos apressaram-se a pedir a renegociação da Plataforma de Acordo Constitucional, invocando a alteração de circunstâncias e a adaptação das suas disposições «ao curso democrático da Revolução entretanto readquirido». Uma nova Plataforma viria a ser celebrada em 26 de Fevereiro de 1976, desprovida do elemento doutrinário e que reduziria substancialmente a intervenção política dos militares (o MFA apenas apareceria referido na designação do acordo). Essa Plataforma manteria, contudo, cláusulas sobre outros pontos, entre os quais os respeitantes à eleição e aos poderes do Presidente da República e à responsabilidade política do Governo, sem terem sido, previamente, objecto de debate na Assembleia Constituinte.

O Presidente da República e o Conselho da Revolução funcionariam em estreita ligação, por aquele ser também o presidente do Conselho da Revolução e o exercício dos seus poderes mais importantes depender de consulta, parecer favorável ou autorização do Conselho. Mas o ser eleito por sufrágio universal conferir-lhe-ia supremacia, expressão da prevalência ganha pelo princípio democrático, também manifestada na sua substituição interina pelo Presidente da Assembleia Legislativa (2.7) e no regime da fiscalização preventiva das leis (3.8.4). Implícito no Pacto estaria, apesar disso (ou por causa disso), que o primeiro Presidente da República seria militar.

O Conselho da Revolução, além de órgão auxiliar do Presidente, seria órgão político e legislativo sobre assuntos militares e órgão de garantia constitucional (3.5). Nesta última função seria obrigatoriamente assistido por um novo órgão, a Comissão Constitucional (com maioria de juristas). Os tribunais e a própria Comissão, como tribunal, exerceriam, contudo, a fiscalização concreta da constitucionalidade (3.10).

O Governo seria politicamente responsável perante o Presidente da República e a Assembleia Legislativa, o que apontava para um sistema misto. Deixava-se à Assembleia Constituinte definir os termos da efectivação da responsabilidade política do Governo perante o Parlamento (4.1 e 4.2).

A primeira legislatura teria a duração de quatro anos (5.1). Na segunda legislatura, a Assembleia Legislativa teria poderes de revisão, não podendo o Presidente da República recusar a promulgação da lei de revisão. Considerar-se-ia findo o período de transição, quando entrasse em vigor esta lei (5.4).

Pode perguntar-se por que motivo veio ainda a celebrar-se uma nova Plataforma, sabido como depois do 25 de Novembro se afirmou a intenção de regressar à «pureza» da revolução democrática de 25 de Abril, incompatível com a predeterminação da Lei Fundamental à margem da Assembleia Constituinte. Houve sobretudo duas razões. Em primeiro lugar, era um facto a autonomia da instituição militar na véspera da aprovação da Constituição e não seria realista supor que fosse possível, pelo menos até à entrada em funcionamento dos futuros órgãos constitucionais, submetê-la a um regime idêntico ao da generalidade dos países da Europa Ocidental. Em segundo lugar, era também mais realista deixar as Forças Armadas dentro do sistema político, co-responsabilizando-as pelo seu funcionamento e vinculando-as à garantia da Constituição, de que ignorá-las e acabar por ter de aceitar as suas incursões como sucedera na 1ª República.

VI – Nos meses finais de elaboração da Constituição, as posições dos partidos perante o corpo de normas já aprovadas revelam algumas oscilações. De um lado (do Centro Democrático Social e de certos meios do Partido Popular Democrático e do Partido Socialista) ouvem-se



O Programa do Movimento das Forças Armadas traçou logo as regras fundamentais do processo que havia de conduzir à feitura de uma nova Constituição. Imagem cedida pela Comissão Nacional de Eleições.

vozes cada vez mais críticas a tais normas, particularmente àquelas que, no Verão e no Outono passados, tinham consagrado ou até declarado irreversíveis certas modificações económicas ocorridas durante o processo revolucionário (como as respeitantes às nacionalizações). De outro lado (de parte do Partido Comunista Português, que anteriormente se mostrara, no mínimo, céptico sobre a capacidade e a vontade da Assembleia de fazer uma Constituição à medida das conquistas revolucionárias e que, não raras vezes, tinha ficado batido em votações) ouvem-se vozes cada vez mais em defesa da Constituição. A mudança de conjuntura política explica estas variações.

A sugestão de submeter a Constituição a referendo, adiada aquando das conversações para a nova Plataforma, se se baseava no princípio democrático (contraposto ao referendo orgânico que, de algum modo, o 1º Pacto introduzira ao prever a promulgação da Constituição pelo Presidente da República, «ouvido o Conselho da Revolução»), ter-se-á destinado também a corrigir ou a repensar o sentido de alguns dos seus preceitos. Discute-se outrossim sobre a admissibilidade de revisão constitucional durante a primeira legislatura. Uma e outra ideias não conseguem vingar. Em contrapartida os resultados da Comissão de Redacção e o preâmbulo, último texto parcelar votado pela Assembleia, denotam a procura de fórmulas de contenção verbal e pacificação ideológica.

A Constituição vem a ser aprovada em votação final global apenas com os votos contrários dos Deputados de um partido, o Centro Democrático Social, embora sejam visíveis as divergências nas declarações de voto dos partidos aprovantes.

Carácter geral e sistema da Constituição

I – A Constituição de 1976 é a mais vasta e a mais complexa de todas as Constituições portu-

guesas – por receber os efeitos do denso e heterogéneo processo político do tempo da sua formação, por aglutinar contributos de partidos e forças sociais em luta, por beber em diversas internacionais ideológicas e por reflectir (como não podia deixar de ser) a anterior experiência constitucional do país.

Ela tem como grandes fundamentos a democracia representativa e a liberdade política. Admite, no entanto (por força do Pacto MFA-partidos), a subsistência até à primeira revisão constitucional de um órgão de soberania composto por militares, o Conselho da Revolução. Por outro lado, consigna as grandes reformas de fundo que (de direito ou de facto) se efectuaram nos dois anos de revolução e aponta para um objectivo de transformação social a atingir, a que chama «transição para o socialismo».

É uma Constituição-garantia e, simultaneamente, uma Constituição prospectiva. Tendo em conta o regime autoritário derrubado em 1974 e o que foram ou poderiam ter sido os desvios de 1975, é uma Constituição muito preocupada com os direitos fundamentais dos cidadãos e dos trabalhadores e com a divisão do poder. Mas, surgida em ambiente de repulsa do passado próximo e em que tudo parecia possível, procura vivificar e enriquecer o conteúdo da democracia, multiplicando as manifestações de igualdade efectiva, participação, intervenção, socialização, numa visão ampla e não sem alguns ingredientes de utopia.

Constituição pós-revolucionária, a Constituição de 1976 é também uma Constituição compromissória – tal como outras o têm sido em análogas circunstâncias quer em Portugal quer no estrangeiro (assim, Weimar e Bona, as Constituições espanholas de 1931 e 1978, as francesas de 1946 e 1958 ou a italiana de 1947). Ela traduz um compromisso – um «compromisso histórico» – de resto, menos desejado pelos parti-

dos (salvo no que toca à 2ª Plataforma celebrada com o Movimento das Forças Armadas) do que imposto pelas circunstâncias e pelo estado das forças políticas e sociais em presença.

II – A Constituição apresenta-se com um texto muito longo com preâmbulo e 312 artigos (estes, repartidos por «Princípios fundamentais»; parte I – «Direitos e deveres fundamentais»; parte II – «Organização económica»; parte III – «Organização do poder político»; parte IV – «Garantia e revisão da Constituição»; e «Disposições finais e transitórias»).

A sistematização de um texto constitucional (como a de qualquer texto legal) não se reduz a mera questão técnica. É, sobretudo, questão de ordem política e axiológica. E, em face da sistematização adoptada em 1976, torna-se incontestável a opção pelo pensamento constitucionalista, liberal e democrático, em contraste com as concepções marxistas: os direitos fundamentais vêm *antes* da organização económica.

O elemento subjectivo afirma-se na parte I: a pessoa perante a sociedade e o Estado, o primado dos direitos da pessoa na ordem constitucional. O elemento objectivo consta das partes II, III e IV. O Estado como comunidade aparece nas partes I e II, o Estado como poder nas partes III e IV. As normas das três primeiras partes são normas substantivas, sejam de fundo, de competência ou de forma. As da IV parte são normas adjectivas ou de garantia.

Todas as quatro partes têm mais desenvolvido tratamento do que aquele que noutras Constituições se confere às respectivas matérias: 69 artigos para os direitos fundamentais, 31 para a organização económica, 166 para a organização do poder político, 14 para a garantia e a revisão da Constituição. Além disso, recebem valor constitucional a Declaração Universal dos Direitos do Homem (por via do art. 16º, n.º 2) e algumas leis constitucionais

posteriores a 25 de Abril de 1974 por força dos arts. 306º, 308º e 309º.

Mas foi porque uns temiam pelas liberdades, outros pelos direitos dos trabalhadores, outros pelas nacionalizações e pela reforma agrária, outros pelo Parlamento e pela separação dos poderes, outros ainda pela descentralização regional e local, que a Constituição acabou por ficar como ficou.

O conteúdo e as fontes da Constituição

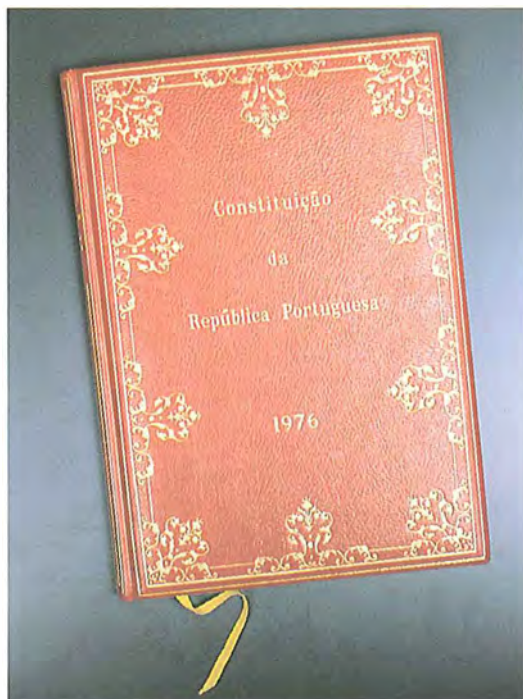
I – O carácter compromissório da Constituição está patente em cada uma das suas quatro partes.

Assim, o tratamento dos direitos fundamentais assenta na afirmação simultânea dos direitos, liberdades e garantias e dos direitos económicos, sociais e culturais, numa dicotomia com proeminência dos primeiros (como é próprio do Estado social de Direito).

A organização económica desenvolve-se: 1º) através da coexistência (concorrencial ou conflitual, como se queira) de três sectores de propriedade dos meios de produção – público, cooperativo e privado, sendo ainda o primeiro subdividido em público estadual, colectivo ou autogestionário e comunitário; 2º) através da coordenação entre mercado (definido em termos de «equilibrada concorrência entre as empresas») e plano (imperativo só para o sector público estadual); 3º) através da tensão entre o reconhecimento da iniciativa privada e o desenvolvimento da propriedade social.

A organização política, por seu turno, consiste em quatro grandes relações: 1ª) entre unidade do Estado, por uma banda, e autonomia político-administrativa dos Açores e da Madeira e poder local, por outra banda; 2ª) entre democracia representativa e democracia participativa; 3ª) entre Presidente da República e Assembleia da República, um e outro baseados no sufrágio universal e directo; 4ª) entre eles e o

A Constituição de 1976 é a mais vasta e a mais complexa de todas as Constituições portuguesas. Pós-revolucionária, é também uma Constituição compromissória. Imagem gentilmente cedida pela Comissão Nacional de Eleições.



Governo e um órgão ainda radicado na legitimidade revolucionária recebida na Constituição, o Conselho da Revolução.

Finalmente, a fiscalização da constitucionalidade abrange todos os tipos possíveis – de acções e de omissões, abstracta e concreta, preventiva e sucessiva, concentrada e difusa – e cabe aos tribunais, ao Conselho da Revolução e a um órgão específico de comunicação entre aqueles e este, a Comissão Constitucional.

A Lei Fundamental de 1976 não é só isto, mas é primordialmente isto. E as quatro revisões que teve até agora não afectaram este quadro, como se verá adiante.

II – O compromisso constitucional foi múltiplo e diversificado, não se reduziu a um enlace entre apenas quaisquer dois princípios.

Só para os pontos cruciais recorde-se que os direitos, liberdades e garantias e a democracia

política resultaram, na Constituição, da convergência PS-PPD-CDS, o socialismo da convergência PS-PPD-PCP, os aspectos colectivistas da convergência PS-PCP, o sentido personalista da convergência PPD-CDS; e que os direitos sociais, a autogestão e a planificação democrática foram enfatizados pelo PS, a valorização do Parlamento, as autonomias regional e local e as garantias jurisdicionais obra sobretudo do PPD, as nacionalizações, a reforma agrária e as organizações populares de base propugnadas pelo PCP, a Declaração Universal dos Direitos do Homem e a iniciativa privada mais realçadas pelo CDS.

Por outro lado, para além da influência de diversas correntes ideológicas, a comparação permite descobrir afinidades com Constituições diversas de países estrangeiros. As regras gerais sobre direitos, liberdades e garantias em parte reproduzem as que constam da Constituição de Bona. São as Constituições italiana e alemã, ambas do pós-guerra e do pós-fascismo, que mais se aproximam da nossa na enumeração dos direitos, liberdades e garantias. Contudo, nos direitos económicos, sociais e culturais torna-se palpável alguma parecença com Constituições marxistas-leninistas. A nacionalização de empresas nos sectores básicos da economia, sem ser inédita em Constituições próprias do Estado social de Direito, está revestida de uma acentuação anticapitalista aí desconhecida. A institucionalização dos partidos tem paralelo nas Constituições italiana, alemã federal e francesa, entre outras. A concepção do Presidente da República e das relações entre Governo e Parlamento vem dos países de parlamentarismo racionalizado e de semipresidencialismo. A subsistência do Conselho da Revolução aparenta-se ao papel das Forças Armadas na Turquia nos primeiros anos de vigência da Constituição de 1961. A Comissão Constitucional tem algo de similar aos tribunais constitucionais e ao Conselho

Constitucional francês. O Provedor de Justiça equivale ao *Ombudsman* nórdico. As autonomias regionais estão na esteira da Constituição italiana. As organizações populares de base correspondem *grosso modo* às organizações sociais de Leste e às instituições sociais de base da Revolução peruana de 1968. A fiscalização da inconstitucionalidade por omissão terá certa afinidade com o art. 377º da Constituição jugoslava.

Não pouco abundantes, muito naturalmente, se bem que menos fortes no plano das opções de fundo, são os traços das Constituições portuguesas anteriores que perduram. A Constituição de 1976 restaura a legalidade democrática, reafirma a democracia política (liberal, pluralista), reabre o Parlamento, mas não repõe a ordem liberal individualista; o seu intervencionismo social e económico, mesmo se de rumo oposto, só pode cotejar-se com o da Constituição de 1933; e não faltam os institutos que ou vindos de longe ou vindos de 1933 são recebidos ou consagrados.

Da Constituição de 1933 vêm, designadamente, a competência legislativa originária do Governo, a ratificação dos decretos-leis e conceitos como os de direitos, liberdades e garantias, órgãos de soberania ou autarquias locais. Já o dualismo de Chefe de Estado e de Chefe de Governo remonta à experiência constitucional desde 1834 e a fiscalização judicial difusa da constitucionalidade à Constituição de 1911.

III – Mas a Constituição de 1976 ostenta algumas marcas de originalidade (ou de relativa originalidade):

- Não só no dualismo complexo das liberdades e garantias e de direitos económicos, sociais e culturais mas também no enlace entre eles operado, designadamente pelo art. 17º;

- Na constitucionalização de novos direitos e da vinculação das entidades privadas pelos direitos, liberdades e garantias;

- Na recepção formal da Declaração Universal dos Direitos do Homem enquanto critério de interpretação e integração das normas sobre direitos fundamentais;

- Na perspectiva universalista traduzida no princípio da equiparação de direitos de portugueses e estrangeiros, nas garantias da extradição e da expulsão, na previsão do estatuto de refugiado político e, após 1982, na assunção do respeito dos direitos do homem como princípio geral das relações internacionais;

- No apelo à participação dos cidadãos, associações e grupos diversos nos procedimentos legislativos e administrativos;

- No tratamento sistemático prestado às eleições, aos partidos, aos grupos parlamentares e ao direito de oposição;

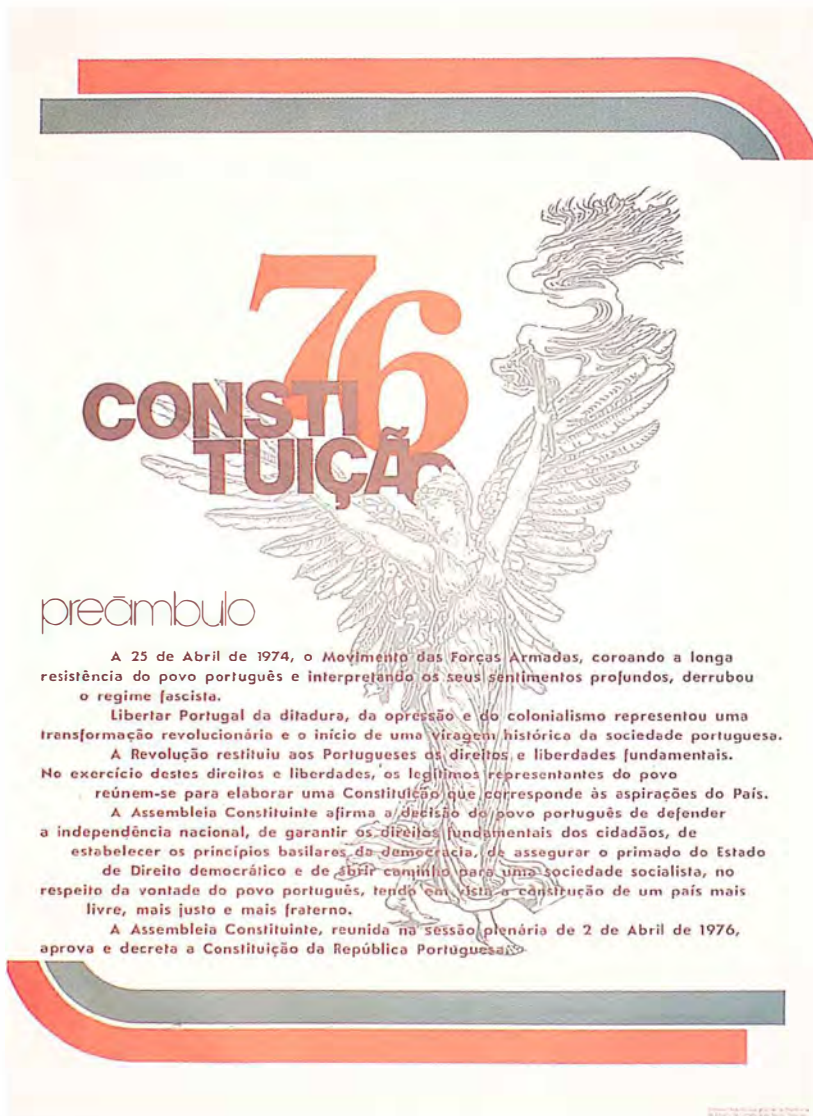
- Na redobrada preocupação com os mecanismos de controlo recíproco dos órgãos de poder e na constitucionalização do *Ombudsman* (o Provedor de Justiça);

- Na coexistência de semipresidencialismo a nível de Estado, sistema de governo parlamentar a nível de regiões autónomas e sistema directorial a nível de municípios;

- No sistema de fiscalização da constitucionalidade, com as quatro vias referidas, e no carácter misto de fiscalização concreta, com competência de decisão de todos os tribunais e recurso, possível ou necessário, para a Comissão Constitucional, primeiro, e depois para o Tribunal Constitucional.

Os constituintes pretenderam ainda construir uma organização económica muito original, conjugando o princípio da apropriação colectiva dos principais meios de produção, um socialismo autogestionário e a iniciativa privada. A realidade do país, as revisões constitucionais e a integração comunitária viriam mostrar que só poderia subsistir se entendida como economia mista ou pluralista, algo diferente, mas não oposta ao modelo de Estado social europeu.

A Constituição apresenta-se com um texto muito longo, com preâmbulo e 312 artigos. Esta imagem e as que se seguem (páginas 193 e 197) foram gentilmente cedidas pela Comissão Nacional de Eleições.



I – São estas as notas básicas do tratamento dos direitos fundamentais na Constituição:

a) Prioridade dentro do sistema constitucional e desenvolvimento da regulamentação, com princípios gerais comuns às grandes categorias de direitos previstos;

b) Extensão do elenco, com cláusula de não tipicidade e interpretação e integração dos preceitos de harmonia com a Declaração Universal dos Direitos do Homem (art. 16º);

c) Preocupação tanto de enumerar os direitos quanto de definir o seu conteúdo e fixar as suas garantias e as suas condições de efectivação;

d) Contraposição entre direitos, liberdades e garantias e direitos económicos, sociais e culturais, com colocação em títulos separados;

e) Previsão entre os direitos, liberdades e garantias não só dos direitos clássicos mas também de direitos novos, como as garantias relativas à informática (art. 35º), o direito de antena (art. 40º) e a objecção de consciência (art. 41º, n.º 5);

f) Colocação da propriedade, não já a par das liberdades, mas sim dentre os direitos económicos, sociais e culturais (art. 62º) e a inserção da iniciativa económica privada na parte II, relativa à organização económica (art. 85º);

g) Aparecimento como direitos fundamentais de direitos dos trabalhadores e das suas organizações (arts. 52º e segs.).

II – Distinguindo direitos, liberdades e garantias – e direitos económicos, sociais e culturais, a Constituição, do mesmo passo, estabelece ou uma maior relevância dos primeiros, firmando-os em pontos seguros e tomando claro que o seu respeito tem de ser incondicionado e que sem ele nenhuma incumbência do Estado pode ser realizada.

Essa maior relevância dos direitos, liberdades e garantias não se esgota, por isso, na sistematização adoptada na parte I da Constituição. Exibe-se também noutros importantíssimos aspectos: ~

a) Na decisão afirmada no preâmbulo de *garantir os direitos fundamentais dos cidadãos* e na referência do Estado democrático ao *respeito*

e à *garantia dos direitos e liberdades fundamentais* (art. 2º), direitos e liberdades que correspondem essencialmente aos direitos do título II, já que os direitos económicos, sociais e culturais bem podem associar-se melhor à decisão de «abrir caminho para uma sociedade socialista no respeito da vontade do povo português» e ao «exercício democrático do poder pelas classes trabalhadoras»;

b) Na inserção dos «direitos, liberdades e garantias dos cidadãos» como limites materiais da revisão constitucional, ao passo que, dos direitos económicos, sociais e culturais, os únicos que aí surgem são os direitos dos trabalhadores, das comissões de trabalhadores e das associações sindicais [alíneas *d*) e *e*) do art. 290º];

c) Na fixação de um regime dos direitos, liberdades e garantias, donde resulta o carácter preceptivo, de vinculação imediata para as entidades públicas e privadas, das normas constitucionais atributivas de tais direitos (arts. 18º e segs.), enquanto que, relativamente aos direitos económicos, sociais e culturais, são garantias e condições para a sua efectivação «a apropriação colectiva dos principais meios de produção, a planificação do desenvolvimento económico e a democratização das instituições» (art. 50º);

d) Na reserva de competência legislativa do Parlamento sobre direitos, liberdades e garantias [alíneas *c*), *d*), *h*) e *i*) do art. 290º];

e) Na necessidade de adaptação das normas atinentes ao seu exercício até o fim da 1ª sessão legislativa (art. 293º, n.º 3).

I – O sistema de governo de 1976 foi moldado com a preocupação maior de evitar os vícios inversos do parlamentarismo de assembleia da Constituição de 1911 e da concentração de poder da Constituição de 1933, e tendo como pano de fundo a situação insti-

tucional pós-revolucionária.

O ponto mais delicado dizia respeito ao lugar do Presidente da República, às suas competências e ao seu modo de eleição. Ele não devia ser um Presidente meramente representativo, nem um Chefe de Estado equivalente ao do regime autoritário, nem tão pouco (o que contrariaria a tradição constitucional portuguesa) um Presidente chefe do Poder Executivo. Mas tanto poderia ser um Presidente arbitral, embora com capacidade de intervenção efectiva, no âmbito de um parlamentarismo racionalizado, como um Presidente mais forte, regulador de um sistema político de tipo semipresidencial.

Optou-se pela segunda alternativa, desde logo, pela necessidade de compensar ou equilibrar o Conselho da Revolução, que iria subsistir durante alguns anos. E ainda por mais duas razões: pela dificuldade de instauração de um governo parlamentar após 50 anos sem Parlamento democrático e pela prefiguração de um modelo misto pela Lei n.º 3/74 (com Presidente da República, Governo e um Conselho de Estado, que fazia as vezes de assembleia).

Acrescia o modo de eleição, que não podia deixar de ser (após o desvio traduzido na 1ª Plataforma de Acordo Constitucional) a eleição por sufrágio directo e universal. A sua reivindicação fazia parte desde 1958-1959 do património das reivindicações democráticas em Portugal. Só ela daria ao Presidente da República suficiente legitimidade para presidir ao Conselho da Revolução e, se fosse caso disso, para se lhe impor. Ela serviria de contraponto de unidade em face da eventual fragmentação parlamentar resultante do princípio da representação proporcional – decorrente este, por seu turno, de uma exigência de garantia do pluralismo e de integração numa sociedade tão dividida como se apresentava a portuguesa.



Sobre tudo isto formara-se um consenso difuso na Assembleia Constituinte, nos principais partidos e na opinião pública nos últimos meses de 1975 e nos primeiros de 1976. E estas orientações viriam a ser consagradas na 2ª Plataforma e no texto constitucional.

II – Os aspectos fundamentais a considerar eram, pois, os seguintes:

a) Existência de quatro órgãos políticos de soberania: Presidente da República, Conselho da Revolução, Assembleia da República e Governo (art. 113º);

b) Atribuição ao Presidente da República, também presidente do Conselho da Revolução, sobretudo de poderes relativos à constituição e ao funcionamento de outros órgãos do Estado e das regiões autónomas, do poder de promulgação e veto e do poder de declaração

do estado de sítio ou do estado de emergência (arts. 136º e 137º);

c) Condicionamento dos principais actos do Presidente da República pelo Conselho da Revolução (arts. 145º e 147º);

d) Sujeição a referenda ministerial apenas de certos actos do Presidente da República (art. 141º);

e) Atribuição à Assembleia da República, parlamento unicamara (arts. 150º e segs.), sobretudo do primado da função legislativa (arts. 164º, 167º, 168º e 172º) e de funções de fiscalização do Governo e da Administração pública (art. 165º);

f) Consideração do Governo como o órgão de condução da política geral do país (art. 185º), sendo o Conselho de Ministros presidido pelo Presidente da República apenas a solicitação do Primeiro-Ministro [art. 136º, alínea h)];

g) Eleição directa do Presidente da República (art. 124º), com candidatos propostos por grupos de cidadãos (art. 127º) e em data nunca coincidente com a da eleição dos Deputados (art. 128º);

h) Eleição dos Deputados à Assembleia da República segundo o sistema proporcional e o método de Hondt (art. 155º) e com candidaturas reservadas aos partidos (art. 154º);

i) Duração diferenciada do mandato presidencial – cinco anos (art. 131º) – e da legislatura – quatro anos (art. 174º) – e inelegibilidade do Presidente para terceiro mandato consecutivo e durante o quinquénio subsequente a segundo mandato consecutivo (art. 126º);

j) Incompatibilidade das funções de Deputado e de membro do Governo (art. 157º);

k) Sujeição da Assembleia da República a dissolução pelo Presidente da República, verificados certos requisitos, designadamente parecer favorável do Conselho da Revolução [arts. 136º, alínea e), e 175º];

l) Formação do Governo por acto do Presidente da República «tendo em conta os resultados eleitorais» (art. 190º), seguido da apreciação

do seu programa pela Assembleia da República (art. 195º);

m) Responsabilidade política do Governo perante ambos os órgãos (art. 193º), não sendo, porém, necessária a confiança positivamente afirmada (pelo menos, da Assembleia) para que ele subsista, e bastando a não desconfiança explícita, excepto quando seja o próprio Governo a pedir um voto de confiança (arts. 195º a 198º);

n) Proibição de dissolução da Assembleia da República por efeito de rejeição do programa do Governo, salvo no caso de três rejeições consecutivas (art. 198º, n.º 2) e, em contrapartida, dissolução obrigatória quando a Assembleia haja recusado a confiança ou votado a censura ao Governo, determinando por qualquer destes motivos a terceira substituição do Governo (art. 198º, n.º 3).

Da Plataforma de Acordo Constitucional viriam as regras correspondentes às alíneas *a)*, *b)* (em parte), *c)*, *g)*, *l)*, *m)*, *n)* (em parte) e *o)*.

Dos trabalhos da Assembleia Constituinte as regras correspondentes às alíneas *b)* (em parte), *d)*, *e)*, *f)*, *h)*, *i)*, *j)* e *n)* (em parte).

III – É interessante fazer uma comparação com a V república francesa.

Entre as semelhanças contam-se a concepção do Presidente como órgão dinamizador das instituições e a do Governo como órgão de condução da política geral do país, o poder de dissolução do Parlamento, a tipicidade dos actos sujeitos a referenda e a eleição presidencial directa.

As diferenças apresentam-se, porém, mais significativas:

a) Em Portugal, o Governo responde tanto perante o Presidente como perante o Parlamento e o Primeiro-Ministro pode ser demitido pelo Presidente; não em França, juridicamente (não politicamente, salvo em período de «coabitação»);

b) Em França, o Presidente preside ao Conselho de Ministros e nomeia os funcionários civis e militares; em Portugal só pode presidir ao Conselho de Ministros a pedido do Primeiro-Ministro (o que assegura uma mais completa separação entre os dois órgãos);

c) Em França, o Presidente tem poder de decisão de referendo e pode tomar medidas extraordinárias em estado de necessidade; não em Portugal;

d) Em Portugal, existe um órgão de condicionamento do Presidente da República; não em França;

e) Em França, o mandato presidencial é de sete anos e admite-se a reeleição indefinida; em Portugal é de cinco anos e com limites à reeleição.

A diversidade não impede a qualificação do sistema português como semipresidencial, tendo em conta o conhecido carácter heterogéneo destes sistemas.

A questão constitucional após 1976

I – Se a Constituição trouxe a estabilização política segundo um modelo institucional idêntico ou análogo ao das democracias ocidentais, a sua entrada em vigor não significou o apaziguamento ou o consenso constitucional no país. Pelo contrário, desde o início, o debate à volta da Constituição de 1976 assumiu um relevo inédito, por vezes excessivo e, em 1980, quase dramático. Nem isso surpreende a quem evoque o paralelo com outras épocas da nossa história contemporânea e, mais de perto, as vicissitudes e as sucessivas atitudes políticas que acompanharam a feitura da Constituição.

Esse debate centrou-se sobre aspectos globais da obra constitucional: sobre o sentido normativo fundamental da Constituição, e em especial da Constituição económica; sobre o seu carácter definitivo ou transitório; sobre os limites materiais de revisão constitu-

cional; e sobre o modo de fazer a primeira revisão.

II – Quanto ao sentido fundamental da Constituição, desenharam-se quatro posições.

Para uns, o que haveria a realçar na Constituição seria o socialismo (ou a transição para o socialismo), o rumo para uma sociedade sem classes, o poder democrático das classes trabalhadoras, o controlo de gestão, a apropriação colectiva, a eliminação dos monopólios e dos latifúndios, as nacionalizações, o plano, a reforma agrária, as organizações populares de base.

Para outros, seria também o socialismo e, mais do que o socialismo, o carácter marxista e a ditadura do proletariado; mas, exactamente por isso, pronunciavam-se contra o texto de 1976.

Uma terceira leitura da Constituição, reconhecendo nela tanto um elemento democrático quanto um elemento socialista, afirmava-os incompatíveis (senão por princípio, pelo menos pelo modo como se dispõem ou sobreporiam, sem coordenação, no articulado constitucional). A Constituição seria internamente contraditória e, na prática, ou não poderia funcionar ou poderia conduzir a qualquer tipo de solução política e económica.

Uma quarta maneira de ver era a dos que encontravam na Constituição igualmente esses elementos – a democracia ou a democracia política, pluralista e representativa, e o socialismo ou a democracia económica, social e cultural – como frutos de um determinado compromisso político e os procuravam interpretar e integrar sistematicamente através dos processos próprios do trabalho jurídico. Mas ainda aqui podiam distinguir-se cambiantes.

Foi sempre esta última posição a que defendemos, apoiando-nos no ponto firme que era e é a legitimidade democrática da Constituição e no valor primordial da dignidade da pessoa humana (art. 1º). E foi ela que constantemente

veio a ser adoptada pela jurisprudência constitucional.

III – O modo como se deveria fazer a primeira revisão constitucional foi, de todas as questões, a mais agitada. A despeito de a Constituição se ocupar *ex professo* do assunto, cometendo tal poder à Assembleia da República [arts. 164º, alínea a), 169º, n.º 1, e 286º e segs.], houve quem invocasse a possibilidade ou a necessidade de recorrer ao povo através de referendo; foram apresentados um projecto de lei e uma proposta de lei de autorização legislativa tendentes à organização do referendo; e a campanha eleitoral relativa à eleição presidencial, em 1980 teve-o como tema primacial.

O referendo serviria para resolver o problema dos limites materiais da revisão constitucional, pois só o povo, titular da soberania, os poderia ultrapassar; ou para vencer o bloqueamento ideológico que a Constituição traria consigo; ou para eliminar a regra da maioria qualificada de dois terços para a aprovação de alterações à Constituição; ou ainda, na hipótese de não se formar na Assembleia da República a maioria qualificada exigida no art. 286º, para viabilizar a própria revisão.

Sendo, embora, diversas as funções esperadas do referendo, era comum a fundamentação: o princípio democrático – por o povo, por direito natural (segundo alguns), estar acima da Constituição e esta mesma apelar para a participação directa e activa dos cidadãos na vida pública (arts. 48º e 112º).

Mas a fraqueza jurídica dos argumentos era notória, à face dos cânones gerais de interpretação e das regras básicas do constitucionalismo ocidental (em que todo o poder público tem de estar previsto e contido em regras jurídicas e em que prevalecem os mecanismos representativos e pluralistas sobre os de democracia directa).

No fundo o que estava em causa era a oposição à Constituição; era, não já um processo para a modificar – o que pressupunha a aceitação das suas regras – mas um processo para a substituir; era saber se deveria ou não dar-se, e de que forma, ruptura da ordem constitucional de 1976.

Os resultados da eleição presidencial de Dezembro de 1980 resolveram este problema no sentido da inadmissibilidade do referendo e do respeito das regras constitucionais sobre revisão.

A primeira revisão constitucional

I – Dotada de poderes de revisão constitucional a partir de 15 de Outubro de 1980, a Assembleia da República viria a exercê-los através de um longo processo que se desenrolaria entre 23 de Abril de 1981 (data do primeiro projecto) e 12 de Agosto de 1982 (data da votação final global do decreto de revisão).

II – A revisão constitucional de 1982 foi bastante extensa, trouxe modificações à maior parte das disposições constitucionais agora reduzidas a 300 artigos, em vez dos anteriores 312. O preâmbulo não foi, porém, alterado e mantiveram-se intocados o âmbito de matérias, a estrutura e a sistematização, bem como o art. 290º, sobre limites materiais.

Globalmente, assinalaram a revisão:

a) A redução das marcas ou expressões ideológico-conjunturais vindas de 1975 e, em particular, a supressão das referências ao socialismo em todos os artigos, salvo no 2º (a ponto de se poder questionar se o socialismo tinha ou conservava, doravante, qualquer sentido autónomo);

b) O aperfeiçoamento dos direitos fundamentais e a clarificação da Constituição económica numa linha de economia pluralista;

c) A extinção do Conselho da Revolução e o

termo das funções políticas das Forças Armadas;

d) Em conexão com essa extinção, o repensar das relações entre o Presidente da República, a Assembleia da República e o Governo, com reflexos no sistema político, e a criação de um Tribunal Constitucional.

A segunda revisão constitucional

I – Os resultados da revisão constitucional de 1982 foram considerados insuficientes por largos sectores da opinião pública, que continuaram muito críticos, sobretudo, da parte II da Constituição (embora a integração do país nas Comunidades Europeias a partir de 1 de Janeiro de 1986 se tivesse feito sem nenhuma dificuldade de índole jurídico-constitucional).

Não admira, por isso, bem como pelo contexto político da conjuntura, que, no início da sessão legislativa subsequente à passagem dos 5 anos prescritos pelo art. 286º, n.º 1, da Lei Fundamental, se tivesse desencadeado um novo processo de revisão constitucional.

Feita em 1 de Junho de 1989 a votação global, a lei de revisão (Lei Constitucional n.º 1/89) seria publicada em 8 de Julho e entraria em vigor no trigésimo dia posterior.

II – Centrada na organização económica (da mesma maneira que a de 1982 se centrara no sistema de órgãos políticos em face da extinção do Conselho da Revolução), a revisão constitucional de 1989 não se esgotou, porém, aí. Teve um âmbito mais lato (em alguns aspectos, com um perfeccionismo excessivo e, noutros, frustrado).

Os seus pontos fundamentais são, pois, os seguintes:

a) Supressão quase completa das menções ideológico-proclamatórias que ainda restavam após 1982;

b) Aprofundamento de alguns direitos fundamentais, mormente os dos administrados;

c) Supressão da regra da irreversibilidade



das nacionalizações posteriores a 25 de Abril de 1974, e, em geral, aligeiramento da parte da organização económica;

d) Reformulação parcial do sistema de actos legislativos;

e) Introdução do referendo político a nível nacional, embora em moldes muito prudentes;

f) Modificação de três das alíneas do artigo 290º sobre limites materiais da revisão constitucional.

A terceira revisão constitucional

I – A assinatura em 7 de Fevereiro de 1992, em Maastricht, de um tratado institutivo de uma «União Europeia» conduziria a uma terceira revisão da Constituição de 1976, tendo em conta a desconformidade de algumas das suas cláusulas com normas constitucionais.

Análoga à operada noutros países comunitários (com relevo para a França e para a Alemanha) sem ela não seria possível ratificar o tratado.

O processo foi desencadeado ao abrigo do art. 282º, n.º 4. Por ainda não terem decorrido cinco anos sobre a anterior revisão, a Assembleia da República por quatro quintos dos Deputados em efectividade de funções, teve de assumir poderes de revisão. Daí a Lei Constitucional n.º 1/97, de 20 de Setembro.

II – A revisão trouxe as seguintes alterações substantivas:

a) No art. 7º da Constituição (sobre relações internacionais), aditou-se um n.º 6, dizendo: «Portugal pode, em condições de reciprocidade, com respeito pelo princípio da subsidiariedade e tendo em vista a realização do princípio da coesão económica e social, convencionar o exercício em comum dos poderes necessários à construção da união europeia»;

b) No art. 15º, consagrou-se a possibilidade de atribuição, em condições de reciprocidade, de capacidade eleitoral a cidadãos de países membros da União Europeia residentes em Portugal na eleição de Deputados por Portugal ao Parlamento Europeu;

c) Alterou-se o art. 105º (sobre o Banco de Portugal) para permitir a adopção da eventual moeda única europeia.

A quarta revisão constitucional

I – Qualquer Constituição é sempre susceptível de correcções e aperfeiçoamentos e em qualquer altura pode tomar-se necessário ou conveniente proceder a alterações em resposta a novos problemas. Menos adequada parece a frequência de revisões globais, pela insegurança política e jurídica que provocam.

Em 1989 tinha-se declarado finda a «querela constitucional» em Portugal e, por isso, seria de

esperar que se entrasse num período de estabilidade e acalmia, confiando-se à jurisprudência constitucional (aliás, rica e valiosa) e à própria prática dos órgãos políticos a obra de adequação e reconformação das normas. Não sucederia, porém, assim.

Logo em 1994, menos de 2 anos após a revisão de 1992, seria desencadeado um novo processo (que não se consumaria por divergências procedimentais e pelo termo da legislatura em Outubro de 1995). E, imediatamente a seguir, em 26 de Janeiro de 1996 outra vez viria a ser aberta a revisão com a entrega de um primeiro projecto – a que se juntariam mais dez: em conjunto incidiriam sobre 236 dos 298 artigos da Constituição, em nome, principalmente, ou da reforma do sistema político ou da descarga semântica da Constituição. O resultado viria a ser a Lei Constitucional n.º 1/97, de 20 de Setembro².

II – Em síntese, a quarta revisão constitucional traduziu-se em:

a) Desenvolvimento da matéria dos direitos fundamentais e das correspondentes incumbências do Estado;

b) Relativa acentuação do papel da iniciativa privada dentro da organização económica;

c) Desconstitucionalização de vários aspectos do sistema político (colégio eleitoral do Presidente da República, composição e sistema eleitoral da Assembleia da República, órgãos executivos locais, regiões administrativas);

d) Reforço de mecanismos de participação dos cidadãos (participação no planeamento urbanístico, referendos nacionais, regionais e locais, iniciativa popular, possibilidade de círculos uninominais, candidaturas independentes às eleições locais);

e) Desenvolvimento dos poderes das regiões autónomas (no plano legislativo, tributário, administrativo e europeu), bem como das autarquias locais;

f) Aumento dos poderes formais da Assembleia da República e aumento do número de matérias que exigem maioria qualificada de aprovação;

g) Reforço do Tribunal Constitucional (com novas competências relativas aos partidos e às assembleias políticas e maiores garantias de independência dos juízes).

As revisões constitucionais e o sistema de governo

I – A primeira revisão constitucional levou a uma reponderação do sistema de governo em face da extinção do Conselho da Revolução.

Por um lado, as competências do Conselho tinham de ser distribuídas por outros órgãos. E foram-no: as de condicionamento do Presidente da República passaram para o Conselho de Estado e para a Assembleia da República ou, não estando ou não podendo estar esta reunida, para a sua Comissão Permanente (elevada, assim, a órgão constitucional *a se*); as competências político-militares para o Presidente da República, a Assembleia e o Governo; e as de fiscalização da constitucionalidade para o Tribunal Constitucional.

Por outro lado, se o Presidente da República até então não estava autorizado a dissolver o Parlamento sem a concordância do Conselho da Revolução, agora a dissolução passou a ser livre, salvo parecer não vinculativo do Conselho de Estado e certas restrições circunstanciais: não se quis ou não se pôde fazer do Conselho de Estado um sucessor do Conselho da Revolução. O contraponto disto seria uma cláusula limitativa da faculdade de demissão do Governo, de modo a atalhar a concentração de poder: ele, doravante, só pode ser demitido quando tal se torne necessário para assegurar o regular funcionamento das instituições democráticas (art. 198º, n.º 2, hoje 195º, n.º 2).

Assim, a modificação operada no art. 193º bem pode entender-se que traduz a conversão de uma regra de dupla responsabilidade política (ou de dupla responsabilidade política integral) em mero princípio geral de relacionamento entre órgãos políticos (ou, doutro prisma, em regra de *responsabilidade institucional*). O Governo deixa de estar dependente da confiança (ou da não desconfiança política) do Presidente da República, para só ficar dependente do Parlamento.

E algumas outras alterações confirmam-no: o Governo fica sendo Governo de gestão antes da apreciação do seu programa pela Assembleia da República (art. 186º, n.º 5, 1ª parte); aquando desta apreciação, o Governo pode solicitar a aprovação de um voto de confiança (art. 192º, n.º 3, 2ª parte); o início de nova legislatura, mas não o início de novo mandato presidencial, implica a demissão do Governo [art. 195º, n.º 1, alínea *a*)]; e basta a aprovação de uma moção de censura, e não mais de duas, para determinar a demissão [art. 195º, n.º 1, alínea *f*)].

II – Estas alterações não contendem com a natureza semipresidencial do sistema, já que a dupla responsabilidade política não é seu requisito necessário. O que importa é o Presidente da República continuar sendo um órgão político activo, apto a tomar decisões autónomas frente ao Parlamento e ao Governo.

O sistema português tornou-se em 1982 ainda mais diferente do francês, na medida em que se reforçou a separação entre o Presidente e o Governo, ou entre «presidir» e «exercer o Poder Executivo» – sem embargo de se ter explicitado o dever geral de informação do Governo [hoje art. 201º, n.º 1, alínea *c*]): em contrapartida, ficaram mais claros os contornos dos poderes institucionais do Presidente – liberto do condicionamento vindo do Conselho da

Revolução – em especial os poderes de garantia e de controlo político.

Mas, para se avaliar do exacto peso de um órgão no sistema constitucional, não importa tanto a lista das suas competências quanto a margem de livre decisão de que usufrui no respectivo exercício. E, justamente, vem a ser isso que distingue o Presidente semipresidencial do Presidente parlamentar (insista-se): os seus poderes não são formais; são-lhe conferidos a título substantivo – umas vezes em termos de *pouvoir de statuer*, outras vezes em termos de *pouvoir d'empêcher*.

Como actos com liberdade de impulso ou de iniciativa, não carecidos de referenda ministerial, anotem-se a convocação da Assembleia da República para se ocupar de assuntos específicos [arts. 133º, alínea *c*), e 174º, n.º 4], o requerimento ao Tribunal Constitucional de apreciação, preventiva ou sucessiva, da constitucionalidade e da legalidade de normas jurídicas, bem como da inconstitucionalidade por omissão [arts. 134º, alíneas *g*) e *h*), 278º, 281º e 283º], a promulgação de lei confirmada por maioria de dois terços depois de aquele Tribunal se ter pronunciado pela sua inconstitucionalidade (art. 279º, n.º 2, 2ª parte), o veto suspensivo de leis e o veto absoluto de decretos-leis e de decretos regulamentares (art. 139º); a dissolução da Assembleia da República [art. 133º, alínea *e*)]; e a demissão do Governo (art. 195º, n.º 2).

E como actos com liberdade de recusa (de recusa de propostas provenientes do Governo ou do Parlamento), a nomeação dos Ministros da República para as regiões autónomas, dos Ministros e Secretários de Estado, do presidente do Tribunal de Contas, do Procurador-Geral da República e dos chefes de estado-maior das Forças Armadas [art. 133º, alíneas *l*), *h*), *m*) e *p*)] e a convocação de referendos nacionais e regionais [art. 134º, alínea *c*)].

O desenvolvimento constitucional

I – A Constituição continua sendo, após quatro revisões, após a entrada de Portugal para a Comunidade Europeia e após tantas transformações registadas no país e no mundo, a mesma Constituição que em 1976 foi decretada pela Assembleia Constituinte – porque uma Constituição consiste, essencialmente, nunca é demais frisar, num conjunto de princípios e menos num conjunto de preceitos.

Foram modificados dezenas e dezenas de artigos e houve inflexões, formais ou reais, de sentido, mas permaneceram os princípios cardeais identificadores da Constituição – os princípios sintetizados na ideia de Estado de Direito democrático (preâmbulo e, também a seguir a 1982, arts. 2º e 9º).

II – Em primeiro lugar, como acabámos de mostrar, as sensíveis modificações relativas aos órgãos políticos de soberania não destruíram a identidade do sistema de governo; e as restantes alterações sofridas pela parte III – desde o referendo às regiões autónomas e ao poder local – destinaram-se (melhor ou pior) à sua viabilização. Falta, porém, saber se as leis a aprovar na sequência da revisão de 1997 serão inteiramente fiéis aos princípios.

Em segundo lugar, as alterações da parte III, conquanto bem mais profundas, tão-pouco excederam o projecto compromissório e pluralista da Constituição económica, tal como sempre o interpretámos. O estatuto da iniciativa privada não apagou o favorecimento da iniciativa cooperativa e a garantia institucional da auto-gestão (arts. 61º, 85º, 94º, n.º 2, e 97º). Continuam a ser admitidas a apropriação pública e a planificação [arts. 80º, alíneas *d*) e *e*), 81º, alínea *g*), 83º e 90º e segs.]. As reprivatizações devem observar regras formais e materiais (art. 296º). Subsistem, conquanto atenuadas, as normas de vedação de sectores básicos à iniciativa privada

(art. 86º, n.º 3) e de eliminação dos latifúndios (art. 94º, n.º 1).

Em terceiro lugar, quanto à revisão constitucional de 1992, o que seja a União Europeia não se antolha claro e, de todo o modo, por ora, é um sistema *sui generis* de relações e instituições, que não atinge o núcleo da soberania estatal. Nem o art. 7º, n.º 6, prevê transferência ou renúncia de raiz de poderes nela compreendidos, apenas delegação do seu exercício, a convencionar com respeito pelos princípios da reciprocidade e da subsidiariedade.

Por último, as modificações introduzidas no art. 290º (hoje art. 288º), corroborando a tese que há muito sustentávamos da revisibilidade de cláusulas expressas de limites materiais de revisão, não representam também senão benfeitorias e actualizações. O princípio da coexistência de sectores é – e já era em 1976 – mais significativo do cerne da Constituição do que a apropriação colectiva; a modificação respeitante ao planeamento é pouco mais que verbal; a participação das organizações populares de base no exercício do poder local, aliás praticamente sem efectividade, terá sido tão-só um limite de segundo grau, e essas organizações ou associações de moradores não desaparecem do texto constitucional.

III – Uma Constituição que perdura por um tempo relativamente longo vai-se *realizando* através da congregação de interpretação evolutiva, revisão constitucional e costume *secundum, praeter* e *contra legem*. Contudo, pode também acontecer que, noutros casos, o *desenvolvimento* da Constituição se efectue em períodos mais ou menos breves, principalmente através da sobreposição dos mecanismos de garantia da constitucionalidade e de revisão, sob o influxo da realidade constitucional.

O desenvolvimento constitucional não comporta a emergência de uma Constituição

diversa, apenas traza reorientação do sentido da Constituição vigente. De certo modo, os resultados a que se chega ou vai chegando acham-se contidos na versão originária do ordenamento ou nos princípios fundamentais em que assenta; e ou se trata de um extrair das suas consequências lógicas ou da prevalência de certa interpretação possível sobre outra interpretação igualmente possível.

Foi um fenómeno de desenvolvimento constitucional, e não de ruptura, aquele que atravessou a Constituição de 1976 ao longo destes vinte e dois anos, por efeito da jurisprudência, das revisões constitucionais (pelo menos, das três primeiras) e da interacção dialéctica da aplicação das normas e do crescimento de cultura cívica no país³.

¹ Partido Socialista – 38% e 116 Deputados; Partido Popular Democrático – 26,4% e 81 Deputados; Partido Comunista Português – 12,5% e 30 Deputados; Centro Democrático Social – 7,7% e 16 Deputados; Movimento Democrático Português – 4,5% e 5 Deputados; União Democrática Popular – 1% e 1 Deputado. V. a análise de sociologia eleitoral de Jorge Gaspar e Nuno Vitorino, *As eleições de 25 de Abril – Geografia e imagem dos partidos*, Lisboa, 1976.

² Como a última lei de revisão constitucional fora publicada em 25 de Novembro de 1992, só a partir de 25 de Novembro de 1997 poderia começar uma nova revisão constitucional, a não ser que, antes, a Assembleia assumisse poder de revisão por maioria de quatro quintos dos Deputados em efectividade de funções (art. 284º, n.º 2). Não se tendo autoqualificado tal lei como de revisão *extraordinária*, a distinção a partir de então estabelecido entre revisão ordinária e extraordinária só poderia valer para o futuro. Esta tese não prevaleceu, por, aparentemente, o Parlamento e o seu Presidente entenderem que fora outra a vontade, expressa ou implícita, do legislador da revisão de 1992. E o problema nunca chegaria a ser suscitado e discutido nessa sede.

³ Sobre a Constituição de 1976 em geral, v. Giuseppe de Vergottini, *Le origini della Seconda Repubblica Portoghese*, cit.; *Estudos sobre a Constituição*, obra colectiva, 3 vols., Lisboa, 1977, 1978 e 1979; Gomes Canotilho e Vital Moreira, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, 3 edições, Coimbra, 1978, 1985 e 1993, e *Fundamentos da Constituição*, Coimbra, 1991; Jorge Miranda, *A Constituição de 1976 – Formação, estrutura, princípios fundamentais*, Lisboa, 1978 e *Manual de Direito Constitucional*, I, 6ª ed., Coimbra, págs. 324 e segs.; Andre Thomashausen, *Verfassung und Verfassungswirklichkeit in neuen Portugal*,

Berlim, 1981; João Baptista Machado, *Participação e descentralização. Democratização e neutralidade na Constituição de 1976*, Coimbra, 1982; Vieira de Andrade, *Os direitos fundamentais na Constituição portuguesa de 1976*, Coimbra, 1983; *Nos dez anos da Constituição*, obra colectiva, Lisboa, 1987; Francisco Lucas Pires, *Teoria da Constituição de 1976 – A transição dualista*, Coimbra, 1988; *La Justice Constitutionnelle au Portugal*, obra colectiva, Paris, 1989; *Études de Droit Constitutionnel Franco-Portugais*, obra colectiva, Paris, 1990; *Perspectivas Constitucionais – Nos 20 anos da Constituição de 1976*, obra colectiva, 2 volumes, Coimbra, 1996, 1997 e 1998; Gomes Canotilho, *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, Coimbra, 1998, págs. 189 e segs.

E também Miguel Galvão Teles, *A Constituição de 1976: uma constituição transitória*, in *Expresso*, de 15 de Abril de 1976; Maurice Duverger, apresentação a uma tradução francesa da Constituição, Paris, 1977; Marcello Caetano, *A Constituição portuguesa de 1976*, in *R.C.G.E.*, Porto Alegre, 7 (17), págs. 45 e segs., e *Constituições portuguesas*, Lisboa, 1978, págs. 123 e segs.; Adriano Moreira, *O Novíssimo Príncipe*, Lisboa, 1977, *maxime* págs. 92 e segs., 113 e segs. e 153 e segs.; Heinrich Ewald Hörster, *O Imposto Complementar e o Estado de Direito*, in *Revista de Direito e Economia*, 1977, págs. 37 e segs.; Andre Thomas y Hausen, *Constituição e realidade constitucional*, in *Revista da Ordem dos Advogados*, 1977, págs. 471 e segs.; Mário Raposo, *Nota breve sobre a Constituição portuguesa*, *ibidem*, págs. 775 e segs.; Manuel de Lucena, *O Estado da Revolução – A Constituição de 1976*, Lisboa, 1978; Soares Martinez, *Comentários à Constituição Portuguesa de 1976*, Lisboa, 1978; Luís Salgado de Matos, *Le Président de la République Portugaise dans le cadre du regime politique*, policopiado, Paris, 1979; Emídio da Veiga Domingos, *Portugal Político – Análise das Instituições*, Lisboa, 1980; Alberto Martins, *O Estado de Direito e a ordem política portuguesa*, in *Fronteira*, n.º 9, Janeiro-Março de 1980, págs. 10 e segs.; Maria Isabel Jalles, *Implicações jurídico-constitucionais da adesão de Portugal às Comunidades Europeias – Alguns aspectos*, Lisboa, 1980, págs. 67 e segs. e 243 e segs.; *A Constituição de 1976 à luz duma reflexão cristã*, obra colectiva, Lisboa, 1980; João Mota de Campos, *A ordem constitucional portuguesa e o Direito comunitário*, Braga, 1981, *maxime* págs. 67 e segs.; Rui Machete, *Os princípios estruturais da Constituição e a próxima revisão constitucional*, in *Revista de Direito e Estudos Sociais*, 1987, págs. 337 e segs.; Celso Bastos, *Constituição portuguesa*, in *Revista de Informação Legislativa*, n.º 97, Janeiro de 1988, págs. 63 e segs.; o n.º 60-61, de Abril-Setembro de 1988, da *Revista de Estudos Políticos* (trad. portuguesa *O sistema político e constitucional português*, Lisboa, 1989); Cardoso da Costa, *A Lei Fundamental de Bonn e o Direito Constitucional Português* (separata do *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, 1990); Carlos Gaspar, *O processo constitucional e a estabilidade do regime*, in *Análise Social*, 1990, págs. 9 e segs.; Maria da Glória Garcia, *Da justiça administrativa em Portugal*, págs. 593 e segs. e 606 e segs.

O 25 de Abril e a Democracia Portuguesa

António Costa Pinto

A RESPOSTA AO PROBLEMA DA QUEDA DA DITADURAS é de grande dificuldade e a extrema longevidade do Salazarismo aí está para o provar. Os historiadores das próximas gerações verão, talvez, movimentos sociais radicalizando-se no Marcelismo, dirão que foi o movimento de crescimento económico dos anos 60, com as suas novas classes médias a demarcarem-se do regime, enquanto outros irão ensaiar hipóteses conspirativas mais complexas, vendo nos militares, por exemplo, uma vocação democratizante delineada desde os anos 50. No entanto, estes elementos de explicação estão longe de ser claros e em várias ocasiões a queda da Ditadura seria mais previsível: na sequência da derrota do fascismo, em 1945; com o movimento de desafeição expresso na campanha eleitoral do General Humberto Delgado; na conjuntura do início da guerra colonial e do golpe de Estado do General Botelho Moniz; para dar apenas 3 exemplos.

A grande singularidade do caso português foi precisamente a intervenção democratizante do movimento dos capitães, rara senão única neste século, e que estava longe de ser previsível, muito embora a guerra colonial os tivesse tornado actores inevitáveis de qualquer mudança política¹.

Apesar do efeito surpresa, a intervenção militar deu-se num contexto ditatorial onde existiam elites alternativas com laços sólidos com vários segmentos da sociedade civil. A presença de uma oposição semi-legal e clandestina diversificada ao Salazarismo, e a emergência da «ala liberal», dissidente do Marcelismo, muito embora com escassa ligação aos militares que desencadearam o golpe de estado, foi fundamental, pois constituiu de imediato uma opção legitimada pelo combate à Ditadura².

O 25 de Abril abriu a 3ª vaga dos processos de democratização, iniciados na Europa do Sul³. Numa perspectiva comparada, no entanto, ela apresentou singularidades marcantes. Ainda sem grandes estrangimentos internacionais

O 25 de Abril abriu a 3ª vaga dos processos de democratização, iniciados na Europa do Sul. *Diário de Lisboa*, 28 de Abril de 1974. Centro de Documentação 25 de Abril, Coimbra.



pró-democratizadores e em plena guerra fria, a ruptura provocada pelos militares, deu lugar a uma crise acentuada do Estado, potenciada pela simultaneidade entre democratização e descolonização⁴.

Considerando transição como «o período fluido e incerto em que as estruturas democráticas estão a emergir», mas onde ainda não é claro que regime vai ser instaurado, a fase mais complexa do caso português decorre entre 1974 e 1976, com a aprovação da Constituição e as eleições legislativas e presidenciais. Concentraram-se nestes dois anos tensões poderosas na sociedade portuguesa, com alguns elementos de uma conjuntura revolucionária.

Ao contrário de Espanha, Portugal conheceu uma transição por ruptura, ou seja sem qualquer pacto ou negociação entre a elite da Ditadura e as oposições, mas não existe uma relação directa

entre esta acentuada descontinuidade e alguma radicalização subsequente.

Muito embora uma mobilização anti-ditatorial diversificada tenha sido determinante nos primeiros dias após o 25 de Abril, nomeadamente na imediata dissolução das instituições mais conotadas com o Estado Novo, como a PIDE ou o Partido único, e nas ocupações de muito sindicatos, organismos corporativos e Câmaras Municipais, o primeiro governo provisório, uma parte da elite militar e das organizações de interesses apontavam para uma rápida institucionalização de um regime democrático, baseado na convocação rápida de eleições e com eventuais contornos presidenciais. A própria dinâmica da formação e legalização dos partidos políticos era disso símbolo.

A clivagem em torno da descolonização, motor inicial do conflito entre muitos dos obreiros do golpe e o General Spínola, marcou a emergência política do MFA. Reside aqui, creio, a abertura de um espaço de mobilização política e social e concomitante crise do Estado, que pode explicar a incapacidade das elites moderadas dominarem «por cima» a rápida institucionalização da democracia representativa. Muitas análises da transição portuguesa salientaram justamente esta «revitalização da sociedade civil», como factor de radicalização, mas convém sublinhar que esta se desenvolve em paralelo com a predominância deste «chapéu» protector e é dificilmente imaginável sem ele.

Os tímidos movimentos de ruptura simbólica e de elites com o passado começaram então a desenvolver-se. O rápido e multidirecionado movimento de «saneamentos» foi disso exemplo. Após uma rápida decisão de afastamento dos elementos mais «visíveis» da elite política da Ditadura e de alguns militares conservadores, este movimento de «desfascização» começou a envolver a administração pública e o sector privado, caracterizou-se pela sua progressiva radicalidade,



«O desenvolvimento de fortes estruturas políticas de base, como as comissões de trabalhadores, o desafio que a extrema esquerda representou nesta conjuntura de crise, e a própria penetração política desta nas forças armadas são exemplos de uma maior complexidade, que passou pelos casos da Emissora Católica Rádio Renascença e do jornal *República*».

atingindo quadros muito abaixo da elite política central do regime deposto, ainda que de forma muito desigual. As reivindicações de criminalização política da PIDE e de outros organismos repressivos também cresceu.

Foi também sob esta pressão que os partidos que iriam representar a direita e o centro-direita se formaram. Após a ilegalização de várias formações com o 28 de Setembro e o 11 de Março, o CDS, responsável pela integração no sistema democrático de segmentos mais autoritários da sociedade portuguesa, iria estar na fronteira da ilegalização até às primeiras eleições em 25 de Abril de 1975.

A queda de Spínola, a aceleração da descolonização, a reforma agrária e as nacionalizações, são símbolos e motores de uma acentuada crise do Estado que alimentaram poderosos movimentos sociais. A decisão do MFA de respeitar o calendário eleitoral foi o elemento central da abertura de uma legitimidade fundadora do regime democrático e a sua realização em 25 de Abril de 1975, dotou os partidos moderados de uma alavanca poderosa.



Seria simplista considerar o «verão quente» de 1975, apenas como a tentativa de o PCP impor um ditadura apoiada pela União Soviética. Muito embora seja natural que a elite política democrática tenha concentrado aqui o fundamental do seu discurso fundador, ele está longe de esgotar o tema. O desenvolvimento de fortes estruturas políticas de base, como as comissões de trabalhadores, o desafio que a extrema esquerda representou nesta conjuntura de crise, e a própria penetração política desta nas forças armadas são exemplos de uma maior complexidade, que passou pelos «casos» da Emissora Católica Rádio Renascença e do jornal *República*, ou pela dinâmica de ocupação de propriedade urbana em Lisboa. As clivagens políticas no interior das forças armadas também introduziram alguma autonomia que não pode ser recorvertida em mera «conspiração programada». Mais uma vez, como salientou um analista da transição portuguesa, a crise de Estado foi um «factor de oportunidade» para alguma radicalização dos movimentos sociais e este factor não deverá ser evacuado da análise do período⁵.

Portugal conheceu então uma conjuntura de polarização rara neste século, sobretudo pela mobilização anti-revolucionária da província. Muito embora protagonizada pelo PS e PSD em Lisboa e no Porto, à medida que o sector moderado do MFA se preparava para o 25 de Novembro, a mobilização de província a norte do Tejo só é possível com a entrada em cena da hierarquia da Igreja Católica e a mobilização paroquial, em conjugação com a notabilidade local. Acompanhada pela mobilização de elementos de direita e extrema direita, militares e civis, a ofensiva anti-esquerdista passou por uma onda de violência política contra as sedes do PCP, da extrema esquerda e sindicatos e eles associados.

Portugal sofreu, durante o curto período de 1974-75, uma significativa intervenção externa, não só diplomática, como também na própria

estruturação dos partidos políticos, organizações da sociedade civil (como sindicatos e organizações de interesse) e na estratégia anti-esquerdistas no «verão quente» de 1975. Por outro lado, o caso português foi tema divergente nos *forum* internacionais, da NATO, à CEE, passando pela relações entre estas instituições e o então bloco socialista, dirigido pela União Soviética. Quaisquer que sejam os indicadores escolhidos, parece não oferecer dúvidas que o período de 1974-75 em Portugal conheceu grande «saliência internacional».

Apanhada de surpresa pelo golpe, a comunidade internacional, com particular relevo para os EUA, concentrou-se no apoio às forças políticas democráticas de centro esquerda e de direita, na metrópole, e no acompanhamento e intervenção no rápido processo de descolonização, particularmente em Angola.

Utilizaram-se então métodos herdados do após guerra, particularmente em Itália. Perante uma fortíssima mobilização política e social esquerdista, um tecido económico com um forte sector nacionalizado e a fuga generalizado de capitais e da própria elite económica, os partidos moderados só conseguiram um mínimo de implantação e funcionamento nesta conjuntura de crise com um apoio financeiro e de formação de quadros significativo por parte da administração norte-americana e das organizações internacionais das «famílias políticas» europeias, com as segundas servindo por vezes de mediadoras do apoio da primeira.

A intervenção militar de 25 de Novembro marcou o passo do processo de consolidação da democracia, com as eleições legislativas e presidenciais de 1976. Muito embora com heranças importantes da transição inscritas na Constituição e uma presença militar no sistema político que se arrastará até ao final dos anos 70, deram-se neste período os passos fundamentais da consolidação da democracia.

Em 1990, para surpresa de vários sectores da opinião pública, Portugal abandonou o campo dos «países subdesenvolvidos» onde tinha estado desde que o conceito tinha sido inventado. Depois de dois acordos complexos com Fundo Monetário Internacional, um fluxo de fundos comunitários de

Nos anos 80, Portugal assistiu a um segundo ciclo de crescimento e mudança social. Acentua-se a litorização da população e a urbanização

[illegible]

«Apanhada de surpresa pelo golpe, a comunidade internacional, com particular relevo para os EUA, concentrou-se no apoio às forças políticas democráticas de centro esquerda e de direita, na metrópole, e no acompanhamento e intervenção no rápido processo de descolonização».

Expresso, 1 de Junho de 1974.

N.º 74 - 1 - JUNHO - 1974 - 5500

Expresso

DIRECTOR: FRANCISCO PINTO BALSEMÃO SEDE: RUA DUQUE DE PALMEIRA 37-2.º OT • TELEFONES 5559 66/9-5 25 69 LISBOA

24 horas em 24h

No Ministério do Trabalho comissões legislativas estudam nova regulamentação

FORAM convocadas no Ministério do Trabalho comissões legislativas para estudar a nova regulamentação da legislação laboral. As comissões legislativas de trabalho, de carácter técnico, serão constituídas em cada um dos sectores de actividade económica, para estudar e propor a regulamentação da legislação laboral. As comissões legislativas de trabalho, de carácter técnico, serão constituídas em cada um dos sectores de actividade económica, para estudar e propor a regulamentação da legislação laboral.

Industriais respondem a Interindustrial

UMA iniciativa dos industriais portugueses, na forma de uma comissão de trabalho, para estudar e propor a regulamentação da legislação laboral, foi apresentada à Interindustrial.

Jornal "Revolução" órgão do P. R. P.

UMA nova publicação, o jornal "Revolução", será o órgão de imprensa do Partido Revolucionário das Populações (PRP).

Em Paris com Senghor a delegação portuguesa às conversações de Londres

LEONARDO chegou em Paris e a delegação portuguesa às conversações de Londres. A delegação portuguesa, liderada por Senghor, chegou a Paris e irá participar nas conversações de Londres.

Administração local: partidos não querem representação unitária

A administração local, os partidos políticos não querem uma representação unitária.

Galvão de Melo na RTP provoca polémica

Henrique Galvão, na RTP, provoca polémica.

A ODISSEIA DA LIBERDADE

A ODISSEIA DA LIBERDADE, de Henrique Galvão.

AS NEGOCIAÇÕES DE LONDRES

AS NEGOCIAÇÕES DE LONDRES, com o fim do colonialismo à vista.

A AMIZADE ENTRE DOIS POVOS

A AMIZADE ENTRE DOIS POVOS, sobre o povo dos diferendos e a guerra.

deu um novo salto, muito embora Portugal permaneça ainda abaixo da média europeia. Mais importante, a quebra da população activa na agricultura foi muito significativa. Sintoma da desagregação da sociedade rural tradicional, ainda dominante no final dos anos 70, na província do centro e norte do país, que em vez de emigrar, se dirigiu agora para os centros urbanos nacionais. Acentuou-se também a terciarização e o crescimento das classes médias, com a taxa de escolarização a aumentar significativamente neste período.

Contrariando as perspectivas mais catastrofistas dos anos 70, Portugal consolidou a sua democracia e deu um salto importante na modernização económica e social, já como membro da União Europeia. Reafirmando a sua identidade europeia, mantendo-se optimistas sobre a União

Europeia e a integração portuguesa ao longo dos anos 80, os portugueses, tanto quanto os estudos de opinião pública permitem avaliar, não passaram por sérios problemas de identidade com o fim do império colonial, em 1975, e a sua nova inserção internacional no espaço europeu, em 1986.

- Vide José Medeiros Ferreira (Coord.), *Portugal em Transe*, Vol. 8 de José Mattoso (Dir. de) *História de Portugal*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994.
- Vide António Costa Pinto, *The Salazar's Dictatorship and European Fascism*, Nova Iorque, SSM-Columbia University Press, 1995.
- Vide contribuições de Maria Carrilho e Manuel Braga da Cruz in António Costa Pinto (edited by), *Modern Portugal*, Palo Alto, SPOSS, 1998.
- Vide Kenneth Maxwell, *The Making of Portuguese Democracy*, Cambridge, Cambridge University Press, 1995.
- Rafael Durán Muñoz, *Acciones Colectivas y Transiciones a la Democracia. España y Portugal, 1974-1977*, Madrid, Instituto Juan March de Estudios e Investigaciones, 1997.

Obra comum de partidos rivaís

João Carlos Espada

«Obra comum de partidos rivais, a democracia evolui sem revolução. Com meios para mudar sem sobressaltos, tem mais condições para saber preservar».

VINTE E CINCO ANOS DEPOIS DO 25 DE ABRIL NÃO existe um número significativo de portugueses que avalie negativamente o regime político em que vivemos. Essa, em meu entender, é a maior vitória da democracia portuguesa: a de se ter tornado um lar para todos os portugueses, de todas as idades e de ambos os sexos, e qualquer que seja a cor da pele, a religião ou o credo político. Essa é também a primeira e mais funda definição de uma democracia consolidada: a de ser capaz de reunir «a unidade e os afectos da nação», como dizia Edmund Burke, sem anular as inevitáveis diferenças de temperamento, de interesses e de opinião que são inerentes aos homens e às suas associações civis.

Foi por ter conseguido criar este espírito que Samuel Huntington, o célebre sociólogo de Harvard, apontou a revolução do 25 de Abril como tendo inaugurado a 3ª Vaga de democratização à escala mundial. Mas Huntington foi claro ao afirmar que essa inauguração só foi possível graças ao 25 de Novembro de 1975 e à vitória dos moderados sobre os extremistas. Entre 1 de Maio de 1974 e 25 de Novembro de 1975, Portugal assistiu, não à primeira revolução democrática da 3ª Vaga, mas à última tentativa de revolução ao velho estilo soviético de 1917.

É costume perguntar de quem foi então a vitória da democracia portuguesa: da esquerda ou da direita?

Trata-se, de certa forma, de uma pergunta típica do legado intelectual da revolução soviética e, em meu entender, da revolução francesa de 1789. Essas revoluções foram feitas em nome da esquerda contra a direita, e não em nome da liberdade constitucional contra o despotismo.



© BIBLIOTECA/MUSEU REPÚBLICA E RESISTÊNCIA, LISBOA.

Por isso, deixaram um legado de conflitos e ressentimentos estéreis entre uma esquerda e uma direita irredentistas. Mas a democracia portuguesa – tal como, em 1688, a revolução parlamentar inglesa, e, em 1776, a revolução americana – assentou num arco constitucional em que a direita e a esquerda moderadas, permanecendo rivais, se uniram contra os irredentismos. No caso português, sobretudo contra os comunistas e a extrema-esquerda, mas também contra a hipótese de regresso ao pré-25 de Abril. Esta obra comum de partidos rivais – a definição que Raymond Aron gostava de dar à democracia – foi criando gradualmente entre nós uma nova mentalidade, uma nova cultura polí-

tica. Para perceber esta nova cultura política, basta recordar aquilo que a antecedeu. A seguir à II Guerra, por exemplo, Salazar e boa parte das oposições convergiram na recusa do Plano Marshall, revelando certos pressupostos que lhes eram comuns: o anti-americanismo, a desconfiança no mercado e na iniciativa privada, a crença comum de que o Estado, em vez de dever ser supletivo e subsidiário, devia comandar a vida civil.

Graças à abertura intelectual da democracia, os portugueses puderam alargar os horizontes da sua experiência e observação – as quais são, em política, guias muito mais seguros do que a lógica ou a especulação. E hoje todos sabemos que a América e a Europa são parceiros de uma ordem demo-liberal que é a nossa: uma ordem fundada na liberdade sob o governo das leis, a qual compreende uma economia de mercado com uma rede de segurança para todos, e um governo representativo que deve agir segundo o princípio da subsidiariedade relativamente aos indivíduos, às famílias e às instituições civis. Pessoalmente, penso que muito mais pode ser feito na nossa democracia para garantir o carácter supletivo do Estado. Este devia ser menos interventivo na educação, na saúde e na segurança social. E devia ser mais competente e rápido na justiça e na regulação em geral. Mas trata-se apenas de uma opinião, e muitos discordarão dela. Felizmente, não precisamos de concordar, e nenhum de nós precisará de fazer nenhuma revolução para defender a sua opinião. Essa foi a grande virtude do 25 de Abril: como escreveu Lord Macaulay a propósito da revolução inglesa de 1688, o 25 de Abril acabou por dar origem a uma democracia – ou seja, a um regime que evolui sem revolução. E que, precisamente porque tem os meios para mudar sem sobressaltos, é aquele que tem mais condições para saber preservar.



Cronología

25 de Abril



1973

Janeiro

Dia 1

Aproveitando a circunstância de se comemorar o Dia Mundial da Paz, um grupo de cristãos inicia uma acção de cariz anticolonial, de forte impacte: ocupa a [Capela do Rato](#), em Lisboa, e inicia uma greve de fome, organizando, ao mesmo tempo, uma assembleia aberta a cristãos e não cristãos, para discussão do problema da guerra colonial, assunto totalmente proibido pelo Regime.

Dia 2

Uma força da [Polícia de Choque](#), comandada pelo capitão Maltês Soares, irrompe, pelas 19h00, na Capela e [prende 70 pessoas](#).

Abril

Dias 4-8

Realiza-se em Aveiro o [III Congresso da Oposição Democrática](#). A sua realização foi cercada de intensas medidas repressivas, entre elas o ataque da Polícia de Choque aos congressistas quando se deslocavam em manifestação silenciosa ao cemitério local, em romagem ao túmulo de Mário Sacramento.

Junho

Dias 1-3

Desenrola-se no Porto o chamado [I Congresso dos Combatentes do Ultramar](#), através do qual o Governo pretende demonstrar, interna e externamente, a «adesão entusiástica» dos militares à política ultramarina. A sua forma de organização antidemocrática desencadeia um amplo repúdio no seio das Forças

Armadas: em Portugal Continental Ramalho Eanes, Hugo dos Santos, Vasco Lourenço e outros encabeçam um vasto movimento de protesto e, com o mesmo objectivo, são recolhidas quatrocentas assinaturas de oficiais do Quadro Permanente em serviço no teatro de operações da Guiné e enviado um telegrama ao congresso assinado por Marcelino da Mata e Rebordão de Brito.

Julho

Dia 13

É publicado, no Diário do Governo, o [Decreto-Lei n.º 353/73](#) (e posteriormente o [409/73](#), com pequenas alterações), o qual criava um conjunto de condições que facilitava o ingresso dos oficiais milicianos no Quadro Permanente, medida que vem incrementar a contestação já latente nos oficiais desse Quadro, tornando-se o verdadeiro rastilho para a criação do futuro Movimento dos Capitães.

Agosto

Dia 18

Reunião de duas dezenas de capitães na sala de jogos do Clube Militar, em Bissau. Analisa-se a legislação considerada afrontosa, ética e materialmente, para a maioria dos capitães do QP. Discute-se a atitude a tomar e escolhe-se uma comissão para elaborar um [projecto de carta](#) a enviar às mais altas entidades das Forças Armadas e do Exército e ainda ao Ministro da Educação.

Dia 25

Leitura e discussão final do documento que recolheu 51 assinaturas. Foi constituída uma [Comissão](#), integrada pelo major Almeida Coimbra e capitães Matos Gomes, Duran Clemente e António Caetano.

Setembro

Dia 9

Tendo por local de encontro o [Templo de Diana, em Évora](#), 136 oficiais dirigem-se ao monte do Sobral, em Alcáçovas, a uma herdade de um familiar do capitão Diniz de Almeida, onde nasce formalmente o «[Movimento dos Capitães](#)». Exige-se a revogação do Decreto 353/73.

Um abaixo-assinado será entregue na Presidência da República e na Presidência do Conselho de Ministros, pelos capitães Lobato Faria e Clementino Pais.

– neste mês, 94 capitães e subalternos, em comissão em Angola, assinam colectivamente um protesto e enviam-no a Marcelo Caetano. Em Moçambique elabora-se um documento idêntico que recolhe 106 assinaturas, entre oficiais superiores, capitães e subalternos.

Dia 13

[Otel Saraiva de Carvalho](#), e m fim de comissão, reúne pela última vez numa sala do Grupo de Artilharia de Campanha de Bissau, recebendo a incumbência de, em Lisboa, se integrar no Movimento, sendo porta-voz das preocupações dos seus camaradas.

Dia 24

O PAIGC proclama, em Mandina do Boé, a [independência](#) do território da [Guiné-Bissau](#).

Outubro

Dia 6

Realiza-se uma [grande reunião](#) quadripartida, devido à impossibilidade de conseguir uma sala que albergue delegados de quase todas as unidades do País. Em discussão a atitude a tomar pelo Movimento caso o Governo | não retroceda na aplicação dos decretos.

Foi decidido, nesse caso, a apresentação de requerimentos individuais de demissão.

Dia 28

Eleições para a [Assembleia Nacional](#) com a desistência da Oposição Democrática (CDE) que classifica o acto de fraude eleitoral.

Novembro

Dia 7

Remodelação ministerial que afasta o Ministro da Defesa, general Sá Viana Rebelo e o secretário de Estado do Exército, Alberty Correia. Em sua substituição são nomeados para as pastas da Defesa Nacional e do Exército, respectivamente, o Prof. Joaquim da Silva Cunha, até então Ministro do Ultramar, e o general na reserva Alberto Andrade e Silva, sendo o coronel de artilharia Carlos Viana de Lemos designado subsecretário de Estado do Exército.

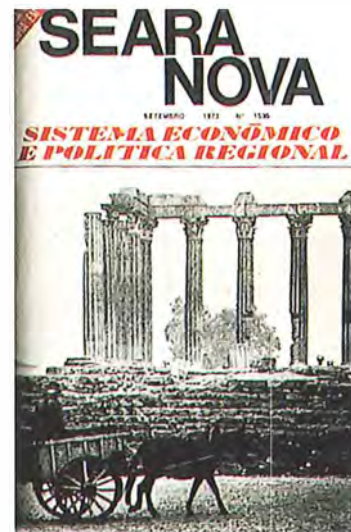
Dia 24

As [Comissões Coordenadora e Consultiva provisórias](#) do Movimento dos Capitães reúnem num casarão nas traseiras da Colónia Balnear Infantil de [O Século](#), em S. Pedro do Estoril. É necessário fazer um ponto de situação e eleger uma Comissão Coordenadora definitiva que seja verdadeiramente representativa do Movimento. A «guerra do decreto» devia ser ultrapassada pela acção e passar-se a uma nova fase de luta. Os delegados são solicitados a auscultar as suas unidades sobre o caminho a prosseguir pelo [Movimento dos Capitães](#).

Dezembro

Dia 1

Reunião no Clube Recreativo de [Óbidos](#). Após





se ter tomado conhecimento de que as bases do Movimento não pretendiam, por ora, ir além das reivindicações militares, importantes decisões são tomadas:

- vota-se o nome do general [Costa Gomes](#) como chefe prestigiado que o Movimento deveria chamar a si;
- delibera-se [alargar o Movimento](#) aos outros ramos das Forças Armadas (Marinha e Força Aérea);
- elege-se uma [Comissão Coordenadora e Executiva \(CCE\)](#), com 3 oficiais por cada arma e serviço do Exército.

Dia 5

1ª reunião da nova CCE, numa casa de praia na Costa da Caparica. Prepara-se uma proposta com base em reivindicações militares, a apresentar a elementos dos outros dois ramos. Esse documento era de tal forma ambicioso que seria uma forma de pressão quase extrema para o Executivo. Para a CCE foi escolhida uma direcção: [majores Vítor Alves, Otel Saraiva de Carvalho e capitão Vasco Lourenço](#).

Dia 17

Vislumbra-se insistentes sinais de que estaria em preparação um [golpe de Estado de extrema direita](#), com a implicação dos generais Kaulza de Arriaga, Silvino Silvério Marques, Joaquim Luz Cunha e Henrique Troni, visando a conquista do poder.

Dia 22

São [revogados os Decretos-Lei 353/73 e 409/73](#) que haviam estado na origem do Movimento dos Capitães. Teme-se que a desmobilização da luta alastre à maioria dos militares.

1974

Janeiro

Dias 14-17

Acções reivindicadas pela [Frelimo](#) conferem [novas proporções à guerra colonial](#) em Moçambique. Na Beira, enquadrados por elementos da PIDE/DGS, cerca de quatrocentos brancos e negros da população local manifestam-se, em fúria, insultando gravemente as Forças Armadas.

Dia 23

É redigida a [1ª circular do Movimento \(circular n.º1/74\)](#), por decisão da sua direcção. A mesma é amplamente distribuída, relatando os acontecimentos ocorridos em Moçambique e apelando a que cada militar «... *dentro das mais estritas regras da disciplina...*» se empenhe na exigência de um desagravo à instituição. Otel Saraiva de Carvalho e Vasco Lourenço avistam-se com Spínola, dando-lhe conhecimento da posição do Movimento. Esta circular viria a ser citada na BBC, no *Le Monde* e na emissora *Rádio Portugal Livre* de Argel.

Fevereiro

Dia 5

O Movimento dos Capitães politiza-se de forma galopante. É necessário adoptar um programa. Para isso realiza-se um encontro alargado da CCE no qual é eleita uma [Comissão de Redacção do Programa do Movimento](#). Dela fazem parte o tenente-coronel Costa Brás, majores Melo Antunes e José Maria Azevedo e capitão Sousa e Castro.

Dia 23

É publicado o livro [Portugal e o Futuro](#), da autoria de [António de Spínola](#), que se esgota

rapidamente, conhecendo um enorme sucesso. O general defende uma solução política e não militar para o Ultramar. Fica demonstrado publicamente o conflito existente no seio do regime em torno de uma solução para o problema colonial.

Março

Dia 5

Miniplenário do Movimento dos Oficiais das Forças Armadas, em Cascais, o último antes do 25 de Abril. Presentes 194 oficiais, das unidades de Infantaria, Artilharia, Cavalaria, Engenharia, Administração Militar, Transmissões, Serviço de Material, Pára-quedistas e Força Aérea (FA), representando 602 militares. O documento, de índole política, «O Movimento, As Forças Armadas e a Nação» recolhe 111 assinaturas.

Dia 6

Marcelo Caetano faz defesa inflamada da política do Governo para o Ultramar, em discurso proferido perante a Assembleia Nacional e transmitido pela RTP. No seu seguimento é aprovada pelos deputados uma moção de apoio à «política ultramarina do Governo».

Dia 9

Os capitães Vasco Lourenço, Antero Ribeiro da Silva e Pinto Soares são detidos, tendo os dois primeiros, decorridos alguns dias, sido transferidos compulsivamente para os Açores e a Madeira, respectivamente, enquanto o terceiro foi internado num estabelecimento hospitalar.

Dia 14

As chefias das Forças Armadas e de Segurança e os oficiais generais dos três ramos vão a S. Bento afirmar ao Presidente do Conselho de

Ministros e ao Governo a sua fidelidade e apoio à política ultramarina, em nome das respectivas instituições.

Dia 15

Os jornais anunciam com grandes parangonas a exoneração dos generais Francisco da Costa Gomes e António de Spínola dos cargos de Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas e vice-CEMGFA, respectivamente.

Dia 16

Às 04h00 da madrugada, uma coluna do [Regimento de Infantaria 5 das Caldas da Rainha](#) passa os portões do aquartelamento, comandada pelo capitão Armando Marques Ramos. Pretende executar um golpe militar, marchando sobre Lisboa e depondo o Governo. Apenas a três quilómetros da capital terá a noção de que se encontra isolada. Um precipitado e deficiente planeamento da acção leva ao seu fracasso, sendo presos quase duas centenas de militares – oficiais, sargentos e praças – entre os quais o tenente-coronel João de Almeida Bruno, maiores Manuel Monge e António Casanova Ferreira e capitães Marques Ramos e Virgílio Varela. Constituiu, embora, um importante balão de ensaio para o 25 de Abril.

Dia 18

Otelo e Vítor Alves redigem a [Circular 2/74](#), procedendo a uma análise dos acontecimentos e apelando à firmeza e perseverança nos objectivos do Movimento. – Encontram-se com Melo Antunes, no Café Londres, e pedem-lhe que elabore um [programa político do Movimento dos Oficiais das Forças Armadas \(MOFA\)](#), com base no Manifesto aprovado no plenário do dia 5. – O diário [República](#), dirigido por Raul Rêgo, desde sempre ligado à oposição ao Estado Novo, publica, de forma criptográfica, na



página desportiva, a notícia intitulada «Quem travará os leões» na qual se conclui que «perdeu-se uma batalha, mas não se perdeu a guerra».

Dia 21

Após um contacto estabelecido no alto do Parque Eduardo VII por iniciativa do capitão Luís Macedo, colocado no [Regimento de Engenharia 1](#) (RE 1), em que solicita a Otelo, em nome de muitos camaradas, que assuma a condução militar do Movimento, este aceita a missão e designa-o seu adjunto operacional.

Dia 22

Reunião em casa de Vítor Alves de um pequeno núcleo de oficiais do Exército, da Força Aérea e da Armada. Melo Antunes lê a primeira versão do programa político do Movimento, sendo por todos aprovada.

– Melo Antunes comunica que, por ironia do destino, em resultado de um pedido seu, deferido apenas naquela altura (!), irá partir nessa noite para Ponta Delgada, devido a ter sido colocado no Comando Territorial dos Açores (CTIA). Fica combinado o célebre telegrama em código que o irá informar do grande momento: «Tia Aurora segue dia... Um abraço António».

– O comandante Almada Contreiras acompanha Melo Antunes ao aeroporto, sendo apresentado por este a Álvaro Guerra, jornalista do *República*.

Dia 24

A CCE reúne. É aprovado por unanimidade que os dois elementos da direcção ainda activos assumam a responsabilidade da preparação militar e da preparação política do movimento. Otelo aceita, perante os presentes, gizar um plano operacional e elaborar a «[ordem de operações](#)» respectiva. Garante que o golpe será desencadeado

entre 20 e 29 de Abril e, desta vez, para conduzir à vitória.

Dia 28

Marcelo Caetano faz, na RTP, a sua derradeira «conversa em família».

Abril

Dia 15

Otelo Saraiva de Carvalho conclui o [Plano Geral das Operações](#), que intitula simbolicamente «[Viragem Histórica](#)». Divide o país em duas grandes áreas de operações: [Zona Norte e Resto do País](#), sendo este segmentado em quatro áreas. As unidades do Norte deveriam convergir para o Porto, onde ocupariam pontos estratégicos, nomeadamente o Quartel-General, instalações de forças de segurança, estações de rádio e televisão, aeroporto e pontes. As unidades situadas a Sul do Douro adoptariam idêntica manobra relativamente à capital, sendo atribuídas a algumas das colunas mais importantes missões de natureza táctica. (EPC e EPA). Nesse mesmo dia entrega-o ao tenente-coronel Garcia dos Santos para que este elabore o [Anexo de Transmissões](#).

– Encontro no restaurante *Califa*, em Benfica, de Otelo, do capitão Frederico Morais e dos tenentes milicianos Luís Pessoa e Miguel Amado com vista a planear a tomada da Emissora Nacional.

– Escolha do Rádio Clube Português (R.C.P.) para posto emissor do MFA, em virtude de possuir uma rede que cobre o país e o Ultramar, emitir noticiários de hora a hora em simultâneo e de dispor, nas instalações da Rua Sampaio e Pina, n.º 26, de um estúdio compacto, de gerador de emergência com entrada automática em funcionamento e rádio-telefone para o centro emissor em Porto Alto.

Meados de Abril

Álvaro Guerra, elemento de ligação entre alguns oficiais do MFA e meios civis da oposição, obtém a colaboração do núcleo do *República*, no qual se conta o seu director, Raul Rêgo, bem como os jornalistas Álvaro Belo Marques, Fernando Assis Pacheco, José Jorge Letria, Carlos Albino, Vítor Direito, Fernando e João Matos Silva e Eugénio Alves.

Dia 16

Otelo Saraiva de Carvalho reúne, no RE 1, com o major Eurico Corvacho a quem explica a ideia geral de manobra, particularizando as movimentações a levar a cabo na *Zona Norte*. A pedido deste, agrega-lhe as forças do *Centro de Instrução de Operações Especiais* (CIOE) de Lamego, cometendo-lhes a missão de reforçar as tropas do Porto.

Dia 17

Otelo Saraiva de Carvalho distribui as missões aos delegados do *Agrupamento Norte* (*November*), no apartamento de Dinis de Almeida, estando presentes todos os agentes de ligação para esse sector, facto que se repete nas restantes reuniões.

Dia 18

Otelo Saraiva de Carvalho distribui as missões aos delegados do *Sector Centro* (*Charlie*), em sua casa, contando-se entre estes o capitão Correia Bernardo, em representação da Escola Prática de Cavalaria (Santarém).

Dia 19

Otelo Saraiva de Carvalho distribui as missões aos delegados do *Sector Sul* (*Sierra*), em casa do major Fernandes da Mota.

Dia 20

Finalmente, na mais importante das reuniões, Otelo Saraiva de Carvalho distribui as missões

aos delegados das unidades da *Região Militar de Lisboa* (*Lima*), na residência, então vaga, do pai do tenente Américo Henriques, em Cascais.

– Conclusão do essencial dos textos políticos (em cuja redacção, coordenada por Vítor Alves, participaram Franco Charais, Costa Brás, Vasco Gonçalves, Nuno Lopes Pires e Pinto Soares, pelo Exército; Vítor Crespo e Lauret, com a participação menos activa de Teles e Contreiras, pela Marinha e a ocasional presença do major Moraes e Silva e do capitão Seabra). A partir desta data, Otelo, que também assegura a ligação com Spínola, passa a efectuar os contactos, por razões de segurança, através do major de cavalaria na reserva Carlos Alexandre de Moraes. São da lavra do general algumas das modificações introduzidas, nomeadamente a designação de *Movimento das Forças Armadas* (*MFA*), em substituição da versão anterior de *Movimento dos Oficiais das Forças Armadas* (*MOFA*) e de *Junta de Salvação Nacional* (*JSN*) em alternativa à proposta de *Directório Militar*.

Dia 21

Encontro, na marginal em Oeiras, de Otelo e do major Moura Calheiros com os coronéis Rafael Durão (representante do general Spínola) e Fausto Marques, com vista a obter a adesão do Regimento de Caçadores Páraquedistas, comandado pelo último oficial, iniciativa que se revela inconclusiva.

Dia 22

00H01 – A partir do início deste dia, todos os delegados do Movimento nas unidades entram em *estado de alerta*, preparados para receber o contacto do agente de ligação, portador das instruções finais.

– A *Escola Prática de Transmissões* (*EPTm*), localizada em Sapadores, recebe autorização do Estado-Maior do Exército (EME), por





proposta do tenente-coronel Garcia dos Santos, para o estabelecimento de uma linha directa com o RE 1, da Pontinha, numa extensão de 4 quilómetros. Inicia-se, sem demora, a sua instalação, efectuada por uma equipa comandada pelo furriel Cedoura, que ficará concluída em menos de 24 horas. Tal iniciativa viria a permitir ao Posto de Comando do MFA o acesso permanente às escutas das redes de transmissões militares e das forças de segurança, missão de apoio técnico cometida à primeira unidade militar, em que se destacaram os capitães Fialho da Rosa, Veríssimo da Cruz e Madeira.

c. 11H00 – O capitão FA Costa Martins contacta João Paulo Dinis, no [Rádio Clube Português \(R.C.P.\)](#), por incumbência de Otelo, que o tivera como subordinado no Comando Chefe na Guiné, com o objectivo de emitir um sinal radiofónico para desencadear o movimento. O radialista, que desconhecia o emissário, desconfia da sua identidade, mas aceita, depois de muito instado, aprazar um encontro entre os três, nessa noite, num bar lisboeta.

Noite – Reunião de Otelo, na Reboleira, com os grupos de comandos coordenados pelo major Jaime Neves

Dia 23

00h15 – Otelo Saraiva de Carvalho e Costa Martins, protegidos pelo major FA Costa Neves, avistam-se, no *Apolo 70*, com João Paulo Dinis. Este esclarece que apenas colabora no programa matutino *Carrocel* do R.C.P., razão pela qual não poderá emitir a senha pretendida. Obtêm, contudo, a garantia de transmissão do seguinte sinal, entretanto combinado, «*Faltam cinco minutos para a meia-noite. Vai cantar Paulo de Carvalho* E depois do adeus», através dos [Emissores Associados de Lisboa \(E.A.L.\)](#), que apenas dispõem de um raio de alcance de cerca de

100 a 150 quilómetros de Lisboa. A limitada potência do emissor torna, assim, necessária a emissão de um segundo sinal, através de uma estação que alcance todo o País.

– Deslocam-se, seguidamente, para junto da Penitenciária de Lisboa, onde aguardam que o ex-locutor do Programa das Forças Armadas em Bissau obtenha informação no Rádio Clube Português sobre a constituição da equipa que entrará de serviço na madrugada de 25. Este apura que o serviço de noticiário estará a cargo de Joaquim Furtado mas, conhecendo-o mal, não arrisca estabelecer contacto.

Manhã – Otelo carrega, no porta-bagagem do seu automóvel, estacionado na Academia Militar, os aparelhos rádio Racal, obtidos por Garcia dos Santos, que se destinam às unidades que não dispõem de material de transmissões, designadamente o [Centro de Instrução Anti-Aérea e de Costa \(CIAAC\)](#) e o Regimento de Cavalaria 3 ([RC 3](#)).

Final da manhã – Álvaro Guerra, contactado por Almada Contreiras em nome do Movimento para conseguir a emissão de um sinal radiofónico de âmbito nacional que sirva de código para o desencadeamento das operações, solicita a Carlos Albino, seu colega no [República](#) e um dos responsáveis pelo *Limite* – um programa independente que aluga tempo de antena à Rádio Renascença – a transmissão, no início da madrugada de 25 de Abril, da canção *Venham mais Cinco*, de José Afonso. Carlos Albino pede a Álvaro Guerra para devolver a resposta de que tal canção estava proibida pela censura interna da *Renascença*. Sugere alternativas, entre as quais *Grândola, Vila Morena*.

15h00 – Otelo entrega ao major Neves Rosa os documentos finais para policopiar (anexo de transmissões, alterações de missão, indicação do grupo data-hora ([GDH](#)) de execução, modo de confirmação da Hora H e a senha e contra-

-senha a utilizar nos contactos com tropas). Esta missão é efectuada num período inferior a três horas, numa firma de artigos electrónicos na Rua Luciano Cordeiro, 78, pertencente ao referido oficial que coordena o sector da ligação operacional, coadjuvado pelo capitão Sousa e Castro.

Tarde – Encontro de Otelo com o tenente-coronel de cavalaria Correia de Campos, num bar na zona do Rego (Lisboa), onde o último aceita participar no Movimento e assumir o comando do Regimento de Cavalaria 7, coadjuvado pelos tenentes Cid, Cadete e Aparício, logo que concretizada a detenção dos oficiais superiores daquele regimento que deveria ser efectuada por grupos de comandos coordenados pelo major Jaime Neves.

18h00 – Otelo inicia, na Avenida Sidónio Pais, junto ao Parque Eduardo VII, a entrega dos sobrescritos lacrados contendo as instruções finais, bem como de um exemplar do jornal *Época* – porta-voz do regime, código escolhido para identificar as equipas de ligação (dois oficiais por unidade, circulando cada um na sua viatura e seguindo preferencialmente itinerários diferentes, de modo a prevenir diversas eventualidades) – e, ainda, em alguns casos, material de transmissões.

20h00 – Na residência do comandante Vítor Crespo, no Restelo, realiza-se uma reunião final de Otelo e Vítor Alves com representantes da Armada, nomeadamente os comandantes Geraldês Freire e Abrantes Serra, onde foi obtida a garantia da neutralidade das forças da Marinha.

– O capitão Santa Clara Gomes, oficial de ligação, procede à entrega, na residência do capitão Teófilo Bento, da ordem de missão referente à *Escola Prática de Administração Militar (EPAM)*.

22h00 – Otelo decide pernoitar, por razões de segurança, no RE 1.

23h00 – Chegada a Santarém dos capitães

Candeias Valente e Torres, oficiais do Movimento, portadores da ordem de operações para a *Escola Prática de Cavalaria*. Comunicam telefonicamente com o tenente Ribeiro Sardinha informando que já se encontram na cidade, na Pastelaria *Bijou*. Este contacta Salgueiro Maia.

23h30 – O capitão Salgueiro Maia desloca-se à Pastelaria *Bijou*, no Largo do Seminário, em Santarém, para se encontrar com os agentes de ligação.

23h55 – Na viatura de Salgueiro Maia, estacionada junto ao Jardim da República, é-lhe entregue a ordem de operações e acertados os últimos detalhes. Uma viatura da PIDE/DGS ronda a zona e segue o capitão à distância.

Dia 24

03h00 – O agente de ligação entrega ao major Albuquerque, do *Centro de Instrução e Condução Auto 1 (CICA 1)*, as ordens de operações referentes às unidades da *Zona Norte*.

Madrugada – Recepção, no *Regimento de Infantaria 14 (RI 14)*, em Viseu, da ordem de operações. O capitão Ferreira do Amaral transmite as instruções a Lamego e o capitão Aprígio Ramalho à Guarda.

08h00 – O capitão Castro Carneiro e o alferes Pêgo, do *CICA 1*, iniciam a viagem destinada a entregar as ordens de operações às unidades de Lamego (capitão Delgado da Fonseca), Vila Real (capitão Mascarenhas) e Bragança (Capitão Freixo).

08h30 – Os oficiais da *EPC*, ligados ao MFA, iniciam nas paradas, no maior sigilo, os contactos com os cerca de cinquenta graduados (oficiais subalternos do Quadro Permanente, alferes, aspirantes, furriéis e cabos milicianos), individualmente, comunicando-lhes que, se a senha e contra-senha forem para o ar, a operação



decorrerá nessa madrugada.

c. 09h30 – O capitão Santa Clara Gomes, oficial de ligação, entrega ao major Cardoso Fontão a ordem de missão referente ao [Batalhão de Caçadores 5 \(BC 5\)](#).

10h00 – Álvaro Guerra comunica a Carlos Albino a escolha definitiva de [Grândola Vila Morena](#) como senha nacional, garantindo este a sua transmissão.

c. 10h00 – Otelio envia, da estação dos CTT da rua D. Estefânia, o telegrama cifrado a Melo Antunes, contendo o GDH.

11h00 – Carlos Albino adquire na então livraria *Opinião* o disco «Cantigas de Maio», para garantia, já que, desde Dezembro de 73 havia indícios de que a PIDE se preparava para um assalto aos escritórios do *Limite*, na Praça de Alvalade.

– O capitão Costa Martins contacta João Paulo Dinis e informa-o que o sinal foi antecipado em uma hora.

13h00 – O jornal [República](#) insere uma curta notícia, intitulada «Limite», com o seguinte teor: «*O programa Limite que se transmite em Rádio Renascença diariamente entre a meia-noite e as 2 horas, melhorou notoriamente nas últimas semanas. A qualidade dos apontamentos transmitidos e o rigor da selecção musical, fazem de Limite um tempo radiofónico de audição obrigatória*».

14h?? – O major Neves Rosa comunica a Otelio que o último elemento de ligação tinha cumprido a missão.

15h00 – Encontro decisivo de Carlos Albino com Manuel Tomás (técnico da Rádio Renascença e um dos responsáveis pelo programa *Limite* que regressara de Moçambique com fama de democrata) para a execução da senha e garantia da sua transmissão. Refira-se que, sendo o *Limite* um programa independente, era obrigado a passar por duas censuras: a da Rádio Renascença e a oficial, esta última corporizada num coronel

que acompanhava as emissões em directo e visava previamente os textos. Para maior segurança, retiram-se dos estúdios para um local seguro.

15h30 – Na Igreja de S. João de Brito, simulando rezar, combinam todos os pormenores técnicos da senha.

17h00 – Os tenentes Baluda Cid, Ramos Cadete e Silva Aparício saem da [EPC](#) e dirigem-se a Lisboa, com a missão de «controlar», «aliciar» alguns oficiais e tentar «inoperacionalizar» algumas viaturas blindadas do RC 7.

– Manuel Tomás convoca Leite de Vasconcelos (um outro responsável pelo referido programa, companheiro de Manuel Tomás em Moçambique), em dia de folga na locução do *Limite*, para «gravar poemas». Carlos Albino escreve textos para serem visados pelo censor.

17h30 – Os graduados milicianos da [EPC](#) ultimam os preparativos para a operação, designadamente quanto a material e equipamentos.

19h00 – Os censores na Rádio Renascença autorizam os textos e o seguinte alinhamento do bloco com a duração de 11 minutos: quadra, canção [Grândola](#), quadra, poemas *Geografia* e *Revolução Solar*, da autoria de Carlos Albino, e a canção *Coro da Primavera*.

20h00 – Na Rádio Renascença, Leite de Vasconcelos procede à gravação dos textos que lhe são apresentados, desconhecendo o seu objectivo.

21h00 – Otelio entrega ao capitão António Ramos, no [Jornal do Comércio](#), o conjunto de documentos finais e um saco com granadas. Pede-lhe para permanecer toda a noite junto de Spínola, juntamente com outros oficiais de confiança, assegurando-lhe que uma força militar iria garantir a segurança próxima da residência do general, sita na rua Rafael Andrade, ao Paço da Rainha.

– Os oficiais da Força Aérea (tenente-coronel

Sacramento Gomes, majores Costa Neves e Campos Moura e capitães Correia Pombinho, Mendonça de Carvalho, Santos Silva e Santos Ferreira) que constituem o «10º Grupo de Comandos» reúnem-se em frente ao Grill do Hotel Ritz e iniciam a vigilância ao Rádio Clube Português

21h30 – Fecho da porta de armas da [EPC](#).

Os militares contactados, que haviam saído da unidade, fazem a sua entrada, trajando à civil, para não alertar os elementos da PIDE/DGS que rondam o quartel.

21h50 – O tenente miliciano Sousa e Silva, oficial da dia na [EPC](#), é substituído nesta função, para poder tomar parte na operação.

c. 21h45 – O capitão Santos Coelho, do [RE 1](#), junta-se aos seus camaradas do «10º grupo de comandos» e distribui-lhes armas e munições. Procede, em seguida, à leitura da ordem de operações e à recapitulação das missões.

22h00 – Otelos regressa ao RE 1, onde se farda. Recebe do major Sanches Osório os primeiros quatro comunicados, entregues por Vítor Alves, bem como a notícia de que o Regimento de Infantaria 1 (Amadora) não adere, deixando, assim, de garantir o cerco à prisão de Caxias e a protecção de Spínola. Entrega os comunicados ao seu adjunto para que este os faça chegar ao grupo de comandos que tomará o R.C.P.

– O capitão Salgueiro Maia, que vai comandar a coluna militar da EPC, na «Operação Fim Regime», dá início a uma breve reunião, no piso dos quartos dos oficiais, para dar a conhecer a Ordem de Operações, distribuir missões e definir detalhes para o desencadear da operação.

22h30 – No [Posto de Comando](#) encontra-se reunido o [Estado Maior do Movimento das Forças Armadas](#), dirigido pelo major Otelos Saraiva de Carvalho e constituído pelos tenentes-coronéis Garcia dos Santos e Nuno Fisher Lopes Pires, major Sanches Osório,

capitão Luís Macedo, adjunto operacional, e comandante Vítor Crespo, que assegura a ligação com a Marinha, garantida pela presença permanente do comandante Almada Contreiras no [Centro de Comunicações da Armada \(CCA\)](#). Contam, também, com a colaboração de quatro oficiais do RE 1 (Frazão, Máximo, Reis e Cepeda).

c. 22h48 – Uma falha técnica suspende, durante alguns minutos, a transmissão dos Emissores Associados de Lisboa, facto que causa natural apreensão nas largas dezenas de militares que aguardam ansiosamente o primeiro sinal para entrar em acção.

c. 22h51 – [Restabelecimento da emissão dos E.A.L.](#)

22h55 – 1ª senha: a voz de João Paulo Dinis anuncia aos microfones dos Emissores Associados de Lisboa «*Faltam cinco minutos para as vinte e três horas. Convosco, Paulo de Carvalho com o Eurofestival 74 E Depois do Adeus*». Era o primeiro sinal para o início das operações militares a desencadear pelo Movimento das Forças Armadas.

23h00 – Na [Escola Prática de Artilharia \(EPA\)](#), em [Vendas Novas](#), os capitães Mira Monteiro e Oliveira Patrício e os tenentes Marques Nave, Cabaças Ruaz, Sales Grade, Andrade da Silva e António Pedro procedem à detenção dos comandante e 2º comandante da unidade, respectivamente coronel Mário Belo de Carvalho e tenente-coronel João Manuel Pereira do Nascimento, ocupam as centrais rádio e telefónica e assumem o controlo do quartel.

– Recolhem à [Escola Prática de Infantaria \(EPI\)](#) as forças que se encontravam em exercícios de campo.

– O «10º grupo de comandos» divide-se em equipas, distribuídas por 4 automóveis, para constituir patrulhas destinadas, além de manter a vigilância ao R.C.P., a observar as principais instalações das Forças de Segurança



(GNR, PSP, LP e DGS), e dos quartéis da Calçada da Ajuda (RC 7 e RL 2):

– No **BC 5** o major Cardoso Fontão comunica aos oficiais presentes o que está a acontecer e os objectivos do MFA. A adesão é total.

– O capitão António Ramos abandona as instalações do *Jornal do Comércio* e dirige-se para a residência do general Spínola, aonde acorreram, durante a madrugada, o tenente --coronel Dias de Lima e o major Carlos Alexandre de Moraes.

23h25 – O capitão Garcia Correia chega à porta de armas da EPC, acompanhado do 2º comandante, tenente-coronel Henrique Sanches, que nessa noite havia convidado para jantar em sua casa, na expectativa de o aliciar para o movimento, o que se revelara infrutífero. Este, verificando que o oficial de dia fora substituído, ordena-lhe que retire imediatamente o braçal, no que não é obedecido.

23h30 – Henrique Sanches convoca para o seu gabinete o major Costa Ferreira, os capitães Garcia Correia e Correia Bernardo, o tenente Ribeiro Sardinha e o oficial de dia substituto, capitão Pedro Aguiar. O seu objectivo é demovê-los da acção revolucionária. No entanto, é informado da sua determinação em prosseguir a acção, bem como de todos os oficiais presentes nessa noite na EPC.

Dia 25

00h00 – João Paulo Dinis conclui o programa nos E.A.L. e regressa a casa, seguindo instruções do chefe militar do MFA.

00h20 – Nos estúdios da Rádio Renascença, situados na Rua Capelo, ao Chiado, Paulo Coelho, que ignora os compromissos assumidos pelos seus colegas do programa *Limite*, lê anúncios publicitários. Apesar dos sinais desesperados de Manuel Tomás, que se encontra na cabina técnica acompanhado de Carlos Albino, para sair do ar, o radialista

prossegue paulatinamente a sua tarefa. Após 19 segundos de aguda tensão, Tomás dá uma «sapatada» na mão do técnico José Videira, provocando o arranque da bobine com a gravação que continha a *célebre senha*: a canção *Grândola Vila Morena*, de Zeca Afonso. **c. 00h30** – Na **EPAM**, um grupo de capitães e subalternos armados dá voz de prisão ao oficial de dia, alferes miliciano Pinto Bessa, e ao oficial de prevenção, aspirante miliciano Leão. O capitão Gaspar assume provisoriamente as funções de oficial de serviço.

– No **Campo de Instrução Militar de Santa Margarida (CIMSM)** começam-se a encher carregadores na arrecadação de material de guerra

– Na **EPA** continua-se (iniciada às 23h00) a preparação final do golpe, onde o capitão Santos Silva assumira já o comando, acolitado pelos tenentes Ruaz, Sales Grade e Sousa Brandão.

– Na **EPI**, os capitães Rui Rodrigues, Aguda e Albuquerque ordenam a formatura da companhia de intervenção, a três bigrupos de cinquenta homens. O capitão Silvério executa o plano de defesa do quartel. Os maiores Aurélio Trindade e Cerqueira Rocha convidam o coronel Jasmins de Freitas a aceitar o comando da unidade.

00h40 – Na **EPC**, em Santarém os oficiais do MFA procuram obter a adesão ao Movimento do tenente coronel Henrique Sanches. Não o conseguindo, procedem à sua detenção.

– No **Campo de Tiro da Serra da Carregueira (CTSC)** os capitães Oliveira Pimentel e Frederico Moraes iniciam a preparação dos homens para levar a bom termo a sua missão: conquistar a Emissora Nacional.

01h00 – No **BC 5** o major Fontão ordena ao alferes Frazão que controle e mantenha pessoal de guarda à central telefónica. Manda fechar os portões e neutralizar a central rádio.

– No **CIMSM** o tenente Luís Pessoa reúne os cabos milicianos e consegue a sua adesão imediata.

– Na **EPC** o major Rui Costa Ferreira assume o comando.

01h30 – Na **EPC** Salgueiro Maia manda acordar o pessoal e formar em parada. A adesão é entusiástica. Salgueiro Maia comandará a força tendo o tenente Alfredo Assunção como seu adjunto.

– No **CIAAC**, em Cascais, um grupo de jovens oficiais vê impedida a sua entrada na unidade que, ao contrário do que se previa, não adere ao Movimento. Contactam o Posto de Comando pedindo nova missão.

– Na **EPAM** os soldados são armados. No exterior tudo está tranquilo.

– No **RI 14** os capitães Gertrudes da Silva, Silveira Costeira, Aprígio Ramalho, Ferreira do Amaral e Augusto convocam os oficiais subalternos e esclarecem a situação. Controlam a central telefónica e os postos de rádio da ordem pública e do Serviço de Telecomunicações Militares (STM).

– No **Regimento de Cavalaria 3 (RC 3)**, em Estremoz, é problemático o cumprimento da missão: marchar sobre Lisboa com uma coluna de autometralhadoras, estacionando na zona da portagem da Ponte Salazar, aguardando ordens do Posto de Comando. O comandante, coronel Caldas Duarte, mostra-se indeciso e pede tempo para reflectir.

02h00 – No **RI 14**, em Viseu, inicia-se a preparação da companhia que vai seguir para a Figueira da Foz, onde se juntará a outras unidades em acção (**RI 10**, **CICA 2**, **RAP 3**) com vista a constituir o agrupamento «November».

– A companhia de intervenção a três bigrupos comandada pelo capitão Rui Rodrigues abandona a **EPI**, em Mafra, para seguir por Malveira, Loures, Frielas e Camarate até ao Aeroporto da Portela, que deverá ocupar e defender.

– No **BC 5** o major Cardoso Fontão manda distribuir armas, munições e aparelhos de rádio e formar as companhias.

– Do **CTSC** saem duas viaturas pesadas e um jipe, com um total de 47 homens, e dirigem-se para o seu objectivo.

02h30 – Os capitães Dinis de Almeida e Fausto Almeida Pereira executam vitoriosamente o plano de controlo do **Regimento de Artilharia Pesada 3 (RAP 3)**, na Figueira da Foz, neutralizando os subalternos milicianos em serviço. Almeida Pereira abre o portão da unidade aos oficiais da **Escola Central de Sargentos (ECS)** de Águeda.

– Forças da **EPI** iniciam a ocupação dos pontos chave de Mafra, assegurando o domínio da vila e dos respectivos acessos.

02h40 – Forças da **Escola Prática de Engenharia (EPE)** saem de Tancos para se dirigirem à ponte da Golegã-Chamusca, e aí se juntarem às Companhias de Caçadores 4241/73 e 4246/73 oriundas de Santa Margarida.

02h50 – Uma coluna da **EPAM**, num total de cerca de cem homens, montados em duas viaturas ligeiras e três pesadas, comandada pelo capitão Teófilo Bento, inicia a curta marcha em direcção ao objectivo.

03h00 – A **Rádio Televisão Portuguesa (R.T.P.)** – *Mónaco* na linguagem cifrada dos militares revoltosos – é tomada de assalto pela força da **EPAM**.

– As 16 viaturas militares, precedidas de um automóvel de exploração civil, que constituíam a força da **EPA** – composta por uma bateria de artilharia (BTR 8,8) e uma companhia de artilharia motorizada comandadas, respectivamente, pelos capitães Oliveira Patrício e Mira Monteiro – cruzam a porta da unidade e partem de Vendas Novas em direcção a Lisboa.

– Uma bateria de artilharia (BTR 10,5) da **EPA**, comandada pelo capitão Duarte Mendes,





ocupa posições a cavaleiro das estradas de Montemor-o-Novo e Lavre, assegurando a interdição destes eixos viários e garantindo a segurança próxima da unidade.

– Abrem-se os portões do quartel do BC 5 dando saída a duas companhias operacionais. – José Jorge Letria e Eugénio Alves, que desde a emissão da senha percorriam diversos pontos estratégicos de Lisboa, presenciam o acontecimento.

– O major Campos Moura e o capitão Correia Pombinho, encarregues de assinalar a saída dos homens do BC 5 e que aguardam na viatura do primeiro, escondida por detrás de sebes fronteiras à Penitenciária, partem de imediato para informar o 10º «Grupo de Comandos» do facto.

– Em Lamego, no Centro de Instrução de Operações Militares (CIOE), o seu comandante, tenente-coronel Sacramento Marques dá ordem de saída a uma companhia de tropas especiais que, após cinco horas de percurso, entrará no Porto.

– Nesta cidade, uma força do CICA 1, comandada pelo tenente-coronel Carlos Azeredo, penetra no Quartel-General da Região Militar Norte (QG/RMN), transformando-o no posto de comando das forças em operações na Região Norte.

03h07 – Encontro do 10º «grupo de comandos» com a segunda companhia do BC 5, comandada pelo tenente Mascarenhas, na confluência da rua Castilho com a Sampaio Pina. O major Fontão estabelece contacto proferindo a senha *Coragem!* a que o capitão Mendonça de Carvalho responde com *Pela Vitória!*

03h12 – Efectuada a junção com êxito, encaminham-se para a entrada do Rádio Clube Português que o porteiro Alcino Leal virá a abrir, dando entrada a oito oficiais, sete dos quais armados com pistolas *Walther*.

Estava conquistado sem incidentes o R.C.P.,

tendo o capitão Santos Coelho informado, de seguida, o Posto de Comando de que *México* passara para as mãos do MFA.

03h15 – A coluna do CTSC, comandada pelos capitães Frederico Moraes e Oliveira Pimentel, chega à Emissora Nacional (E.N.) e ocupa a estação de rádio oficial. *Tóquio* viera completar o domínio de três objectivos fundamentais na área da comunicação social.

c. 03h15 – As Companhias de Caçadores (Ccaç) 4241/73 e 4246/73 encontram-se com a EPE. A Ccaç 4241/73 marcha para o centro emissor do R.C.P., em Porto Alto; a Ccaç 4246/73 dirigir-se-á a Vila Franca de Xira para dominar a Ponte Marechal Carmona e a EPE seguirá para Lisboa a fim de ocupar posições de defesa na Casa da Moeda.

03h16 – No posto de comando do MFA é interceptada uma conversa telefónica entre o general Andrade e Silva, ministro do Exército e o Prof. Silva Cunha, ministro da Defesa, trocam impressões sobre a situação geral, revelando que tinham conhecimento de que se preparava um jantar importante de carácter conspirativo, mas que a DGS vigiava os oficiais. O primeiro membro do governo, entre outras considerações, afirma que «*A situação está sem alteração e perfeitamente sob controlo... está tudo sossegado e não há qualquer problema em qualquer ponto do País*». A chamada é interrompida porque o responsável máximo da DGS se encontrava noutro telefone para falar com o ministro da Defesa.

03h30 – A força da EPC – com 10 viaturas blindadas, 12 viaturas de transporte de tropas, duas ambulâncias e um jipe e precedida por uma viatura civil, com três oficiais milicianos – comandada pelo capitão Salgueiro Maia, cruza a porta da unidade e sai de Santarém em direcção a Lisboa.

– A primeira companhia do BC 5, comandada pelo capitão Bicho Beatriz, toma posições de

cerco ao [Quartel General da Região Militar de Lisboa \(QG/RML\)](#). O oficial de serviço, aspirante Silva, informa o chefe do Estado-Maior, coronel Duque, da situação. Inicia-se, a partir de então, de acordo com a cadeia hierárquica, o processo de prevenção dos principais responsáveis das Forças Armadas.

– Carlos Albino e Manuel Tomás retiram-se das instalações da Rádio Renascença.

c. 03h30 – Surge o primeiro alarme oficial das forças governamentais sobre a eclosão do Movimento, na cidade do [Porto](#): o coronel Santos Júnior, comandante da PSP local, informa o Comando da GNR da tomada do QG/RMN pelos revoltosos.

03h31 – Os ministros da Defesa e do Exército retomam o diálogo telefónico, acabando por concluir que o Presidente da República, nesse dia, *«pode deslocar-se à vontade, porque, por lá [Tomar], está tudo calmo»*.

03h40 – A coluna do RI 10 de Aveiro, comandada pelo capitão Pizarro, chega aos portões do [RAP 3](#). O coronel Sílvio Aires de Figueiredo, comandante da última unidade, é detido, nessa altura, pelo capitão Dinis de Almeida. Decorrerá ainda algum tempo até que se constitua o [Agrupamento Norte](#): a coluna do RAP 3 demora a formar, é preciso municiar as tropas chegadas de Aveiro, aguarda-se que cheguem as forças do Centro de Instrução de Condução Auto 2 (CICA 2) da Figueira da Foz e do RI 14 de Viseu.

03h55 – A companhia do [RI 14](#) autotransportada, comandada pelo capitão Silveira Costeira, constituída por 4 viaturas pesadas, 1 ambulância e 1 viatura de exploração civil, sai do quartel passando por Tondela, Santa Comba Dão, Luso, Anadia e Cantanhede.

03h56 – O Posto de Comando toma conhecimento que foi [quebrado o factor surpresa](#). O documento onde são anotadas as escutas telefónicas – intitulado [A Fita do](#)

[Tempo](#) – regista: «Concentração que avança sobre Lisboa. Ele (Min. Ex?) vai já para lá (?)».

03h57 – A ausência de notícias da coluna da [EPI](#), que ainda não conquistara o Aeroporto, conduz ao adiamento da transmissão do primeiro comunicado inicialmente prevista para as 4h00.

04h00 – Um pelotão do [BC 5](#) desloca-se para a residência de António de Spínola, a fim de garantir a sua segurança.

– O programa *«A noite é nossa»*, do R.C.P., deixa de transmitir publicidade, passando a emitir apenas música.

04h15 – O general Eduardo Martins Soares, comandante da RMN, apela aos coronéis Rui Mendonça, comandante do RI 8, e Carneiro de Magalhães, comandante do RI 13, ambos de Braga, para avançarem sobre o Porto e libertarem o QG das mãos dos insurrectos. Nos dois casos, os oficiais das unidades recusam-se a cumprir tais ordens.

04h20 – A coluna da [EPI](#), comandada pelo capitão Rui Rodrigues, assume o controlo do [Aeródromo Base n.º 1](#) (Figo Maduro) e do [Aeroporto de Lisboa](#). O capitão Costa Martins emite um comunicado NOTAM, interditando o espaço aéreo português e desviando o tráfego para os aeroportos de Las Palmas e Madrid. *Nova Iorque* encontra-se sob o controlo do Movimento.

04h22 – Em resposta a um telefonema de Silva Cunha, a mulher do Ministro do Exército informa-o que «O Alberto saiu agora de casa».

04h26 – O Rádio Clube Português transmite o [1º comunicado do Movimento das Forças Armadas](#), lido por Joaquim Furtado. Seguem-se o Hino Nacional e marchas militares, designadamente uma da autoria de John Philip de Sousa que se viria a transformar no hino do MFA. Os portugueses começam a tomar conhecimento de que algo de muito importante se está a desenrolar no País.

– No [Grupo de Artilharia Contra Aeronaves 2](#)





(GACA 2) de Torres Novas os capitães do Quadro Permanente, Pacheco, Dias Costa e Ferreira da Silva, conseguem a adesão dos tenentes milicianos comandantes de companhias mobilizadas para o Ultramar e que aguardam embarque.

04h30 – Rendição do QG/RML. O major Cardoso Fontão comunica ao posto de comando que *Canadá* fora ocupado sem incidentes.

– Forças do CICA 1 detêm, à saída da sua residência, o chefe do Estado-Maior do Q.G./R.M.N., coronel Ramos de Freitas.

04h45 – O 2º comunicado do MFA é emitido, apelando à desmobilização de eventuais acções contra o Movimento.

– O primeiro grupo do BC 5, comandado pelo major Fontão, penetra no interior do R.C.P.

– O alarme é dado no Quartel-General da Região Militar de Coimbra (QG/RMC).

Rapidamente se apercebem de que a maior parte das unidades segue o Movimento.

– O governador da Região Militar de Lisboa reúne-se com o corpo do seu Estado-Maior na residência do respectivo subchefe.

05h00 – Após uma viagem sem problemas, a coluna da EPC passa na portagem da auto-estrada, em Sacavém.

c. 05h00. – No Quartel-General da Região Militar de Évora (QG/RME) é recebida ordem do Ministério do Exército para entrar de prevenção rigorosa.

– Marcelo Caetano recebe um telefonema do director-geral da PIDE/DGS, major Silva Pais, que lhe comunica estar a Revolução na rua, sendo a situação muito grave, pelo que se tornava necessário que o Presidente do Conselho se refugiasse no Quartel do Comando-Geral da GNR no Largo do Carmo.

05h15 – Leitura do 3º comunicado que, entre outros apelos, aconselha a população a permanecer em casa. Grande parte desta, pelo contrário, vai para a rua, passando a

manifestar um acolhimento eufórico à iniciativa dos militares, misturando-se com eles, conferindo, assim, ao golpe militar, muitos dos contornos de uma verdadeira revolução.

05h19 – O general Nascimento telefona ao recém nomeado CEMGFA, general Luz Cunha, a informá-lo que *«está muita tropa na rua e é preferível seguir para aqui»*.

c. 5h20 – O general Viotti de Carvalho, vice-chefe do Estado-Maior do Exército (EME) determina ao comandante da EPTm para proceder à escuta das comunicações militares e as relatasse para o Estado-Maior. No entanto, há largas horas que a referida unidade militar desempenhava aquela missão, mas a favor do MFA.

05h27 – O ministro do Exército ordena ao RI 6, do Porto, que liberte o Q.G./R.M.N., determinação que não será cumprida, uma vez que a unidade era afecta ao MFA.

05h30 – Nô itinerário para o Terreiro do Paço, Salgueiro Maia cruza-se com viaturas da Polícia de Segurança Pública, no Campo Grande e, cerca de 10 minutos depois, com a Polícia de Choque, na Av. Fontes Pereira de Melo, que não se manifestam.

c. 05h30 – O Comando Territorial do Algarve (CTA) ordena a entrada em prevenção rigorosa das suas três unidades.

05h32 – O ministro do Exército determina ao general Carvalhais que se ocupe da protecção dos CTT, Águas e Electricidade.

05h45 – O 4º comunicado sintetiza os anteriores alertando para que a situação não se encontra ainda totalmente controlada.

05h46 – O Ministro do Exército ordena ao comandante do Regimento de Cavalaria 7 (RC7), coronel António Romeiras Júnior, que, com os carros de combate M47, tome posições em Vale de Cavalos para deter uma coluna da EPC que fora «referenciada no Cartaxo» e que «vem a caminho de Lisboa».

05h50 – Uma força do **CICA 1** ocupa o **centro emissor de Miramar** (Porto) do R.C.P.

c. 05h55 – As forças de **Salgueiro Maia** instalam-se no **Terreiro do Paço**, de forma marcadamente intimidatória. Encontram-se cercados os ministérios, a Câmara Municipal, a Marconi, o Banco de Portugal e a 1ª Divisão da P.S.P., estando dirigidas as metralhadoras para as janelas do Ministério do Exército.

«Estamos aqui para derrubar o Governo» declara Salgueiro Maia ao jornalista Adelino Gomes.

05h59 – O ministro do Exército telefona ao coronel Romeiras Júnior, e ordena-lhe que *«veja se consegue salvar esta coisa, pois estamos todos cercados»*, recebendo a resposta que as forças daquela unidade iam a caminho e já se encontravam na Av. 24 de Julho.

c. 06h00 – O **Quartel-General da Região Militar de Tomar (QG/RMT)** ordena às unidades que passem ao estado de prevenção rigorosa. Mas já há algumas horas que forças de Tancos (EPE), de Santa Margarida (Ccaç 4241 e 4246) e de Santarém se movimentam em apoio do MFA.

– A companhia do **GACA 2** de Torres Novas, na qual ocorrera uma viragem da situação (de força inimiga passa a apoiante), ocupa o Quartel e resiste a todas as ameaças, apesar de se manter sem contactos com o Posto de Comandos do MFA até às **20h00** do dia 26.

06h05 – O alferes miliciano David e Silva chega ao Terreiro do Paço comandando um pelotão de **AML/Chaimites** reforçado com Panhards do **RC 7**, favorável ao Governo, mas adere imediatamente ao Movimento, colocando-se às ordens de Salgueiro Maia. A mesma atitude será tomada por dois pelotões do **Regimento de Lanceiros 2 (RL 2)** que guardam o Ministério do Exército, à excepção de sete elementos que virão a possibilitar a fuga aos membros do Governo aí refugiados.

06h10 – O ministro do Exército pede ao

general da FA Henrique Troni para *«mandar dois aviões sobrevoar o Terreiro do Paço»*.

06h50 – A bateria de obuses do **Regimento de Artilharia Pesada 2 de Vila Nova de Gaia** toma posição em ambas as entradas da Ponte da Arrábida, no Porto, dando acesso unicamente às «forças amigas» (do MFA).

– Uma força do **RL 2**, comandada pelo tenente Ravasco, tenta, sem êxito, recuperar o QG/RML.

07h00 – Forças da **EPA** de Vendas Novas, comandadas pelos capitães Patrício e Mira Monteiro, ocupam a colina do **Cristo-Rei**, em Almada (com o nome de código *Londres*).

– Surge no Terreiro do Paço, do lado da Ribeira das Naus, um pelotão de reconhecimento Panhard do **RC 7**, orientado pelo seu 2º comandante, tenente-coronel Ferrand de Almeida que, perante o dilema de ter de disparar ou de se render, opta por esta última posição, sendo preso.

– Uma coluna do **RC 3 de Estremoz**, sob o comando do capitão Andrade Moura e Alberto Ferreira, sai do Quartel e dirige-se a Setúbal, a fim de atingir a Ponte Salazar (actual Ponte 25 de Abril). Juntam-se-lhe os capitães Miquelina Simões e Gastão Silva, colocados no **Regimento de Lanceiros 1 de Elvas**, na sequência do frustrado golpe das Caldas.

– O **Agrupamento Norte** – envolvendo, nesta altura, forças do **RAP 3** e **CICA 2 da Figueira da Foz** e do **RI 10 de Aveiro** – sai a porta de armas do Quartel e mete-se à estrada em direcção a Leiria.

07h30 – O **RI 14 de Viseu** chega à Figueira da Foz e integra as forças do Agrupamento Norte muito antes da sua chegada a Leiria, assumindo o comando o capitão Gertrudes da Silva.

– É lido por Luís Filipe Costa o **5º comunicado** do Movimento das Forças Armadas, em que se e fornecem elementos acerca dos objectivos do MFA.





– É detido, nas imediações do R.C.P., o tenente-coronel Chorão Vinhas, comandante interino do BC 5.

– Uma segunda coluna da **EPC**, constituída por cinco carros de combate (2 M47 e 3 M24) e dois pelotões de atiradores (cerca de 60 homens), comandada pelo capitão Correia Bernardo, atinge o perímetro de Santarém, pronta para avançar para Lisboa em apoio da coluna de Salgueiro Maia. A evolução favorável dos acontecimentos acabou por tornar desnecessária tal medida.

07h40 – A Companhia de Caçadores (**Ccaç** 4241/73) ocupa o **centro emissor** do **R.C.P.**, em **Porto Alto**.

07h50 – Os capitães Glória Alves e Ferreira Lopes, à frente de um pelotão do **Centro de Instrução de Condução Auto 5 (CICA 5)** de **Lagos**, ocupam o **centro retransmissor de Fóia**.

08h00 – Verifica-se o corte de energia ao centro emissor do R.C.P., em Porto Alto, que passa a funcionar com o gerador de emergência.

– A Companhia do **CIOE**, comandada pelo capitão Delgado da Fonseca, chega à cidade do Porto, dirigindo-se ao CICA 1.

08h15 – Uma força da GNR saída do Quartel do Cabeço de Bola, constituída por 12 Land Rover, toma posição no Campo das Cebolas. Após um breve diálogo com Salgueiro Maia e face à disparidade de meios, o comandante é convencido a abandonar o local.

08h22 – O CEMGFA, general Luz Cunha, informa o chefe do Estado-Maior do Exército (**CEME**), general Paiva Brandão, que *«pretende utilizar meios da Escola Prática do Serviço de Material (EPSM) para tomar posições e libertar o AB 1. Irem pela auto-estrada e tomarem estrada secundária. Terem cuidado com o Cmdt. dessa força porque a entrega do Ferrand o deixou muito em baixo»*.

08h30 – É lido, pela primeira vez na **Emissora Nacional**, um comunicado do MFA.

08h50 – Uma coluna de nove viaturas militares da EPE de Tancos estaciona no centro emissor do R.C.P., a fim de reforçar a sua defesa. Mais tarde segue para Lisboa onde ocupa a Casa da Moeda, seu objectivo inicial.

09h00 – A **fragata Almirante Gago Coutinho**, comandada pelo capitão-de-fragata Seixas Louçã, toma posição no Tejo, em frente ao Terreiro do Paço, intimidando directamente as forças de Salgueiro Maia. Perante esta situação, a artilharia do Movimento, já estacionada no Cristo-Rei, recebe ordens do Posto de Comando para afundar a fragata no caso desta abrir fogo. O vaso de guerra terá recebido ordem do vice-chefe do Estado-Maior da Armada, almirante Jaime Lopes, *«para se preparar para abrir fogo»*. A ordem de disparar nunca chegou.

– O major Cardoso Fontê detém, nas imediações do Q.G./R.M.L., o brigadeiro Serrano que, no 16 de Março, comandara o cerco ao RI 15.

– Chega à residência de Spínola o médico Carlos Vieira da Rocha, amigo do general e proprietário do automóvel Peugeot que os haveria de transportar, no final da tarde, ao Quartel do Carmo.

09h15 – Uma força da **EPC**, com uma AML e uma ETT/Panhard, comandadas pelo alferes Sequeira Marcelino e pelo aspirante Pedro Ricciardi, vai reforçar a protecção do QG/RML, em São Sebastião da Pedreira.

09h35 – Chega ao Terreiro do Paço uma força comandada pelo brigadeiro Junqueira dos Reis, 2º comandante da RML, constituída por 4 CC/M47, uma companhia de atiradores do Regimento de Infantaria 1 e alguns pelotões da Polícia Militar. Dois dos carros de combate, comandados pelo major Pato Anselmo, tomam posições na Ribeira das Naus, enquanto os outros dois, sob o comando do coronel Romeiras Júnior, penetram na Rua do Arsenal.

09h40 – Protegidos pelos blindados do **RC 7**, os **ministros** da Defesa, Silva Cunha, do Interior, César Moreira Baptista, do Exército, Andrade e Silva, da Marinha, Pereira Crespo, o chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, Joaquim Luz Cunha, o governador militar de Lisboa, Edmundo Luz Cunha, o subsecretário de estado do Exército, coronel Viana de Lemos e o almirante Henrique Tenreiro, **fogem** pelas traseiras do Ministério do Exército, abrindo um buraco na parede que comunica com a biblioteca do Ministério da Marinha. No parque de estacionamento interior tomam lugar numa carrinha que os transporta ao Regimento de Lanceiros 2, onde instalam o Posto de Comando das tropas leais ao Governo.

10h00 – Na Rua do Arsenal, o tenente Alfredo Assunção, da EPC, empreende uma tentativa de negociação com o coronel Romeiras Júnior e o brigadeiro Junqueira dos Reis.

– Este oficial-general agride com três murros o emissário dos revoltosos que responde com continência e uma rígida posição de sentido. O brigadeiro manda, em seguida, abrir fogo sobre ele, não sendo obedecido, por intervenção directa do coronel Romeiras. Assunção regressa, então, para junto das suas tropas.

10h10 – Chega ao Terreiro do Paço o tenente-coronel Correia de Campos, enviado do Posto de Comando da Pontinha, com a missão de coordenar as operações.

10h15 – Um grupo de comandos, que integra Correia de Campos e Jaime Neves, passa revista ao Ministério do Exército, confirmando a fuga dos ministros que tinha por missão prender, procedendo à detenção de diversos oficiais superiores, designadamente o coronel Álvaro Fontoura, chefe de gabinete do ministro do Exército que seriam, pouco depois, transferidos para o RE 1.

10h30 – Depois de algumas tentativas

infrutíferas para a rendição do major Pato Anselmo, na Ribeira das Naus, esse intento é alcançado por um civil, o ex-alferes miliciano Fernando Brito e Cunha, que actua às ordens de Correia de Campos. Os dois carros de combate e as tropas que os seguiam passam-se para o lado dos revoltosos, ficando sob o comando de Salgueiro Maia.

– O **Agrupamento Norte**, comandado pelo capitão Gertrudes da Silva, atinge **Peniche**, com o objectivo de ocupar essa odiosa **prisão política** do Regime. Face à resistência da PIDE/DGS, a companhia do CICA 2 e duas secções de obuses do RAP 3 montam cerco àquele objectivo, seguindo o grosso da coluna para Lisboa.

10h45 – Face à perda de metade da sua coluna, o 2º comandante da RML transfere o CC/M47 do alferes miliciano Fernando Sottomayor (RC 7) para a Ribeira das Naus. Seguidamente, o brigadeiro Junqueira dos Reis ordena-lhe que abra fogo sobre Salgueiro Maia, quando este se encontra entre a esquina do Ministério do Exército e o muro para o rio Tejo, numa tentativa para obter a rendição do remanescente das forças fiéis ao governo. O oficial miliciano recusa-se a obedecer, sendo detido e transferido para o RL2.

10h50 – Junqueira dos Reis ordena, sem sucesso, aos soldados que abram fogo. Perante a desobediência generalizada, o oficial-general dá dois tiros para o ar e dirige-se para a Rua do Arsenal, onde se encontra o carro de combate do comandante do RC 7.

11h00 – Incapaz de se fazer obedecer, o 2º governador militar de Lisboa conserva as forças que lhe restavam nas posições que ocupavam, não tomando, naquela altura, mais nenhuma iniciativa.

– O governo consegue cortar a emissão em FM do R.C.P., desligando o comutador de Monsanto.

– É detido, por forças do BC 5, nas instalações





do [Quartel Mestre General](#), o seu responsável, general Louro de Sousa.

11h30 – As unidades estacionadas no Terreiro do Paço dividem-se, avançando:

– a Escola Prática de Cavalaria para o [Quartel do Carmo](#), sendo, ao longo de todo o percurso, aclamada entusiasticamente pela população.

– forças dos Regimentos de Cavalaria 7, Lanceiros 2 e Infantaria 1 – que contavam com 16 blindados – comandadas por Jaime Neves e pelos tenentes de Cavalaria Cadete e Baluda Cid, para o [Quartel-General da Legião Portuguesa](#) (*Marrocos*).

11h45 – Difundido novo [comunicado do MFA](#) ao País, informando que, de Norte a Sul, a situação se encontra dominada e que «... *em breve chegará a hora da libertação*».

12h00 – A fragata Almirante Gago Coutinho retira para o Mar da Palha.

– No Rossio, uma companhia do Regimento de Infantaria 1, da Amadora, comandada pelo capitão Fernandes, tenta barrar o caminho para o Quartel do Carmo, à coluna da EPC. Após curto diálogo com o comandante das tropas, estas passam para o lado de Salgueiro Maia.

12h30 – É montado o cerco ao Quartel da GNR, no Carmo, pela coluna da EPC.

12h45 – Forças hostis da GNR ocupam posições na retaguarda do dispositivo de Salgueiro Maia.

13h00 – Um comunicado do MFA tranquiliza as famílias dos militares envolvidos no movimento revoltoso.

– Face ao cerco do Quartel do Carmo, o brigadeiro Junqueira dos Reis dirige-se, com os dois CC/M47 e os lanceiros e atiradores que lhe restavam, para o Largo de Camões, na esperança de, conjuntamente com forças da GNR, tentar libertar o Presidente do Conselho. Tais intenções rapidamente se verificam inexecutáveis. A companhia do RI 1 passa-se para as fileiras do MFA e uma parte da

guarnição de um M/47 abandona-o, confinando o brigadeiro a uma posição de crescente fraqueza face ao aumento do poderio dos revoltosos.

13h15 – A coluna do [RC 3 de Estremoz](#) atinge o seu objectivo, a [Ponte Salazar](#).

13h30 – Um helicânção sobrevoa o Largo do Carmo, causando grande ansiedade entre militares e civis.

13h40 – O comandante e o Estado-Maior da [Legião Portuguesa](#) apresentam a sua rendição.

14h00 – Corte de energia ao emissor de Miramar (Porto) do R.C.P.

14h30 – É lido por Clarisse Guerra, aos microfones do Rádio Clube Português, um [comunicado do MFA](#), no qual se dá conta dos objectivos e posições controlados e do ultimato para a rendição de Marcelo Caetano.

c. 15h10 – Salgueiro Maia solicita, com megafone, a [rendição do Carmo](#) em 10 minutos. Momentos antes recebera do Posto de Comando do MFA uma mensagem escrita pelo major Otelio Saraiva de Carvalho na qual ordena que apresente um aviso-ultimato para a rendição.

15h15 – São libertados da Trafaria os onze militares que aí se encontravam detidos em consequência do falhado golpe das Caldas.

15h30 – Não sendo atendido após 15 minutos, Salgueiro Maia ordena ao tenente Santos Silva para fazer uma rajada da torre da Chaimite sobre as janelas mais altas do Quartel, repetindo o apelo de rendição logo a seguir.

15h45 – Do Quartel do Carmo sai o major Hugo Velasco, membro do MFA, para falar com o capitão Salgueiro Maia.

16h00 – O coronel Abrantes da Silva, a pedido de Salgueiro Maia, entra no Quartel para dialogar com os sitiados.

– Forças do [CIOE](#) dirigem-se aos estúdios da [R.T.P. \(Monte da Virgem\)](#) e do [R.C.P. \(Tenente Valadim\)](#), no Porto, para proceder à sua ocupação.

16h15 – O capitão Salgueiro Maia dá ordens ao alferes miliciano Carlos Beato para instalar os seus homens no cimo das varandas do edifício da Companhia de Seguros Império e fazer fogo sobre a frontaria do Carmo, agora com armas automáticas G-3.

16h25 – O comandante da força da EPC, na ausência de resposta por parte dos sitiados no Quartel do Carmo, ordena a colocação de um blindado em posição de tiro e chega a dar «voz» de «um, dois»..., sendo interrompido pelo tenente Alfredo Assunção que conduz dois civis até ele. Trata-se de Pedro Feytor Pinto, director dos Serviços de Informação da Secretaria de Estado da Informação e Turismo, e Nuno Távora, que se dizem portadores de uma mensagem do general Spínola para Marcelo Caetano.

16h30 – Salgueiro Maia autoriza a entrada no Quartel dos dois mensageiros.

c. 16h30 – Spínola comunica ao Posto de Comando do MFA ter recebido um pedido de Marcelo Caetano para ser ele a aceitar a rendição do chefe do governo. Otelo, após recolher a opinião dos presentes, concede-lhe esse mandato.

16h45 – Os dois mensageiros saem do Quartel do Carmo e deslocam-se num jipe, acompanhados por Alfredo Assunção, para casa de Spínola que, entretanto, se dirige já para o Carmo.

17h00 – Salgueiro Maia desloca-se ao interior do Quartel e fala com Marcelo Caetano que, após ter colocado algumas perguntas, lhe solicita que um oficial-general vá efectuar a transmissão de poderes (Spínola, com quem, aliás, falara já ao telefone) para que o poder não caia na rua.

17h00 – Salgueiro Maia pede a Francisco Sousa Tavares e a Pedro Coelho, opositores ligados à CEUD e ao PS, para ajudarem a afastar a população. Sousa Tavares sobe para uma guarita da GNR e, usando o megafone, apela à calma.

17h45 – Chegada ao Largo do Carmo do general António de Spínola, acompanhado pelo tenente-coronel Dias de Lima, major Carlos Alexandre Morais, capitão António Ramos e dr. Carlos Vieira da Rocha. Após longos minutos envolvido pela multidão, o Peugeot que transportava Spínola consegue, finalmente, chegar junto da porta de armas do quartel.

18h00 – António de Spínola, acompanhado por Salgueiro Maia (que o informa sobre o modo como os membros do Governo serão retirados das instalações), entra no Quartel do Carmo para dialogar com Marcelo Caetano.

18h15 – Spínola encontra-se com Marcelo e informa-o dos procedimentos que serão adoptados para a sua saída do local e posterior evacuação para a Madeira. Enquanto isso, Salgueiro Maia pede à população que abandone o Largo do Carmo, a fim de se proceder à retirada do Presidente do Conselho e dos ministros. O apelo é ignorado.

18h20 – Um comunicado do MFA informa o País da entrega de Marcelo Caetano e de membros do seu ex-governo, refugiados no Carmo.

18h25 – Às ordens de Salgueiro Maia, soldados formam um cordão em frente da porta de armas do Quartel, por forma a ser possível retirar Marcelo Caetano em segurança.

18h30 – O Agrupamento Norte chega a Lisboa. – Numa manobra difícil, a autometralhadora Chaimite penetra, de marcha atrás, no Quartel do Carmo.

19h00 – [Marcelo Caetano](#), Rui Patrício e [Moreira Baptista abandonam o Quartel do Carmo](#), sendo conduzidos na autometralhadora Chaimite «Bula», em direcção ao Quartel da Pontinha.

– A Baixa de Lisboa é invadida por enorme





multidão que vitoria as Forças Armadas e a Liberdade.

19h50 – Comunicado do MFA anunciando formalmente a [queda do Governo](#).

20h05 – É lida, através dos emissores do RCP, a [Proclamação do Movimento das Forças Armadas](#).

c. 20h30 – Na Rua António Maria Cardoso, onde se situa a sede da [PIDE/DGS](#), agentes desta polícia política abrem fogo sobre a multidão que se aglomera na referida artéria, causando 4 mortos e dezenas de feridos.

21h00 – A Chaimite «Bula» e a coluna da EPC atingem o Quartel da Pontinha.

c. 21h00 – Forças do RAP 3 e da EPI deslocam-se ao [Comando da 1ª Região Aérea](#), em Monsanto, para proceder à detenção dos ministros da Defesa, do Exército e da Marinha, e de outras altas patentes militares que ali se haviam refugiado desde a tarde, conduzindo-os ao RE 1.

22h00 – Forças de pára-quedistas chegam à prisão de Caxias, onde a PIDE/DGS continua a resistir.

23h30 – Chegada da EPC ao RC 7 e RL 2 que ocupa, perante a rendição, sem resistência, dos seus comandantes.

Dia 26

01h30 – A [Junta de Salvação Nacional](#) – de que fazem parte o capitão-de-fragata António Rosa Coutinho, coronel Carlos Galvão de Melo, general Francisco da Costa Gomes, brigadeiro Jaime Silvério Marques, capitão-de-mar-e-guerra José Pinheiro de Azevedo e o general Manuel Diogo Neto, ausente do Continente – apresenta-se à Nação, através da Rádio Televisão Portuguesa, lendo uma proclamação e tendo o general António de Spínola como Presidente.

c. 07h00 – O tenente-coronel Almeida Bruno desloca-se à Rua Almirante Saldanha, ao Restelo, para solicitar ao ex-Presidente da

República, [Américo Tomás](#), que o acompanhe ao aeroporto a fim de embarcar no *DC-6* que o conduzirá à ilha da Madeira.

– O tenente-coronel Lopes Pires acompanha ao aeroporto o ex-Presidente do Conselho, Marcelo Caetano e os ex-ministros Silva Cunha e Moreira Baptista.

07h30 – O major Vítor Alves lê, perante a Comunicação Social, a versão definitiva do Programa do MFA.

07h40 – O *DC-6* levanta voo da pista da Portela e parte rumo ao Funchal.

09h46 – Na Rua António Maria Cardoso, sede da [PIDE/DGS](#), verifica-se a [rendição](#) incondicional daquela polícia política, sendo o edifício ocupado por forças do Exército e da Marinha

c. 10h00 – Rendição do [Forte de Caxias](#).

11h00 – Salgueiro Maia e as forças da EPC ocupam o edifício da [Secretariado-Geral da Defesa Nacional](#), na Cova da Moura, onde a Junta de Salvação Nacional e o MFA passarão a funcionar.

13h00 – Inicia-se a [libertação dos presos políticos](#) nas cadeias de Caxias e Peniche.

– Divulga-se o Programa do MFA que havia sido apresentado pelo major Vítor Alves, no Quartel da Pontinha, ao princípio da manhã, depois da 1ª conferência de imprensa da Junta de Salvação Nacional.

Dia 28 – [Mário Soares](#) regressa a Portugal.

Dia 30 – [Álvaro Cunhal](#) regressa a Portugal.

Maio

Dia 1

Centenas de milhares de pessoas, em todo o País, festejam nas ruas o [Dia do Trabalhador](#), em democracia e liberdade. «[O Povo está com o MFA](#)» será a palavra de ordem mais gritada

Comemorar os 25 anos de Abril

Por iniciativa do **Instituto Camões**, as comemorações do vigésimo quinto aniversário do 25 de Abril não se cingiram a Portugal. Além da exposição «Abrir Abril, o chegar da liberdade» – elaborada com a colaboração da Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas –, que levou a várias Embaixadas, Consulados, Centros Culturais e Leitorados, o Instituto Camões organizou conferências, palestras, concertos comemorativos e ciclos de cinema e de teatro. Por outro lado, ofereceu a diversas embaixadas e consulados um extenso conjunto de livros, CDs audio e CD-Roms's alusivos ao 25 de Abril, contribuindo para o enriquecimento dos centros portugueses no mundo.

Barcelona	Pequim
Beira, Moçambique	Rio de Janeiro
Budapeste	Roma
Clermont-Ferrand, França	Ruão
Estocolmo	Salvador, Bahia
Estrasburgo	São Tomé
Goa	Turlock, Califórnia
Helsínquia	Telavive
Luanda	Tóquio
Madrid	Toronto
Maputo	Valencia, Venezuela
New Bedford	Vancouver
Nova Delhi	Viena
Oslo	Vigo
Paris	Washington

MINISTÉRIO
DOS NEGÓCIOS
ESTRANGEIROS



INSTITUTO
CAMÕES



CDs-AUDIO



HOME PAGE



LIVROS



CD-ROM



MADRID



ROMA



TÓQUIO



MOÇAMBIQUE



GOA



PEQUIM



ISRAEL

